



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marcos Antonio Granito dos Santos

**A Região do Ribeirão Sebastiana: um espaço social de vocação agrária em
meados do século XIX (1850-1889)**

Rio de Janeiro

2024

Marcos Antonio Granito dos Santos

A Região do Ribeirão Sebastiana: um espaço social de vocação agrária em meados do século XIX (1850-1889)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof. Dra. Marina Monteiro Machado

Coorientador: Prof. Dr. Gabriel Almeida Frazão

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S237 Santos, Marcos Antonio Granito dos.
A Região do Ribeirão Sebastiana: um espaço social de vocação agrária em meados do século XIX (1850-1889) / Marcos Antonio Granito dos Santos. – 2024. 204 f.

Orientadora: Marina Monteiro Machado.
Coorientador: Gabriel Almeida Frazão.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Brasil - História - Até 1889 - Teses. 2. Colonização agrária - Teresópolis (RJ) - Teses. 3. Registros eclesiásticos - Teresópolis (RJ) - Teses. 4. Latifundiários - Teresópolis (RJ) - Teses. I. Machado, Marina Monteiro. II. Frazão, Gabriel Almeida. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 981:332.282

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcos Antonio Granito dos Santos

A Região do Ribeirão Sebastiana: um espaço social de vocação agrária em meados do século XIX (1850-1889)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em: 01 de outubro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Marina Monteiro Machado (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Gabriel Almeida Frazão (Coorientador)
Instituto Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Márcia Maria Menendes Motta
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Marcia Sueli Amantino
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

*Aos meus avós Doracy e Raphael Granito,
filhos da região do Ribeirão Sebastiana, que me
ensinaram o sentido da vida. (In Memoriam).*

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de olhar para trás e lembrar daquelas pessoas que de alguma forma direta ou indireta, me ajudaram para que eu chegasse até aqui e para que este trabalho existisse. Mesmo as mais belas palavras seriam incapazes de transmitir toda a minha gratidão para tantas pessoas que fizeram parte desta caminhada.

Primeiramente, agradeço a Deus, por ser fonte espiritual na minha vida e que sempre está comigo, para nunca desanimar perante as adversidades.

Ao meu filho Raphael Granito, luz e alegria da minha vida. Meu orgulho maior! Amigo, companheiro e incentivador. Filho, te amo!

A minha mãe Graça Granito, aos meus irmãos Fabrício e Mauro, a minha cunhada Deliane e a minha sobrinha Maria Antônia, por estarem comigo, e me dar suporte em todas as fases da minha vida. O que seria de mim, sem essa família que fala alto!

Ao meu amigo, primo – “irmão” e compadre Alex Granito, por me acompanhar desde a adolescência e ser aquela pessoa que sabe ouvir e dar conselhos como ninguém. Além de me conhecer só pelo olhar. Gratidão por você também fazer parte deste processo.

Ao meu primo Rangel Pinheiro, que sempre esteve disposto a me ajudar nas horas que mais precisava, principalmente nas elaborações de georreferenciamentos de mapas.

A Alessandra Elias, amiga que conquistei nesta caminhada e dividimos de tudo um pouco: orientadora, momentos bons e momentos tensos. Muito obrigado pelas conversas e incentivos.

A Luana Guerrieri, uma amiga a qual me identifiquei, desde o dia da prova de línguas e que a partir de então, mesmo morando em outro Estado faz parte da minha vida e desse processo, sendo eu seguindo pelo viés da História Agrária e ela pelo viés da História Antiga. Obrigado pelas trocas e aprendizado e ter dividido todos os momentos do mestrado e afins.

Ao Diego e Rafael, que conheci através da ANPUH/2023-MA, e que só vieram agregar coisas boas e positivas.

A Marcus Sequeira, que atualmente reside em Portugal. O conheci numa palestra que proferi sobre a Freguesia do Ribeirão Sebastiana no final de 2022 e desde então tem sido grande colaborador com fornecimentos de documentos, que pesquisa há anos da família Siqueira, entre outros documentos localizados na Torre do Tombo-PT, além da ajuda em tabelas, gráficos e leituras. Gratidão.

A minha orientadora, Marina Monteiro Machado, por ter aceitado esta orientação, em

um momento da sua vida em que estava praticamente de licença gestante para ter sua linda Olívia, e mesmo assim aceitou o desafio. Uma professora que tem um amor incrível no que faz. Quanto aprendido! Sem as suas orientações e sugestões seria impossível ter concluído este trabalho. Obrigado por ter se tornado minha orientadora e, acima de tudo, uma amiga.

Ao meu Coorientador Gabriel Almeida Frazão, que conheci em plena pandemia, através das redes sociais, e que foi o responsável por eu ter ingressado no mestrado, desde o período de inscrições no PPGH-UERJ. Obrigado por tudo, por suas sugestões e por ter me ajudado compreender a dimensão e a grandiosidade das “Terras Frias”.

Aos membros da banca, professoras Marcia Amantino e Márcia Motta, por terem aceitado o convite e contribuírem maravilhosamente para o crescimento desta pesquisa com suas sugestões. A Professora Marcia Amantino, minha admiração já é desde os tempos da licenciatura e quando foi minha orientadora num “lato sensu”. Os textos, bem como as obras da professora Márcia Motta, me acompanham também, desde os tempos da licenciatura e para a realização desta dissertação foram fontes e referências fulcrais. Uma honra tê-las comigo nesse momento.

Enfim, a todos os filhos e todas as filhas da região do Ribeirão Sebastiana, que, de alguma forma, me ajudaram a conhecer e a enriquecer a história dessa abundante região, produtora de hortifrutigranjeiro. Em especial a Sr.^a Regina Furtado e o Sr. José Luiz Lippi, que abriram as portas do Sobrado José Francisco Lippi, riquíssimo guardião do tempo do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, contribuindo de forma ímpar com artefatos, obras e documentos ali contidos. Ao jornalista Wanderlei Peres, que possui precioso acervo e sempre foi solícito as minhas demandas e também a secretária Érica da Paróquia de N. Sr.^a da Conceição de Venda Nova, pela colaboração nas pesquisas, enquanto os livros da Irmandade e tombo, além dos assentamentos de batismos, casamentos e óbitos do século XIX, ainda faziam parte desta Paróquia, pois agora se encontram arquivados na Cúria Diocesana de Petrópolis/RJ.

Muito obrigado a todos vocês.

“As belezas naturais e a riqueza do solo de Sebastiana, onde se aclimam [também] as plantas europeias [e se] produz frutos saborosíssimos”.

A Terra da Promissão. O Paiz.

RESUMO

GRANITO, Marcos Antonio. *A Região do Ribeirão Sebastiana: um espaço social de vocação agrária em meados do século XIX (1850-1889)*. 2024. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta dissertação busca compreender o território e o processo de formação histórico-social, bem como as fases de povoado, curato e freguesia, da região denominada Ribeirão Sebastiana, localizada atualmente, em toda extensão do 3º distrito do município serrano fluminense de Teresópolis/RJ. Este objeto de estudos, entre o final do século XVIII e a segunda década do século XIX, pertenceu as Vilas de Santo Antonio de Sá e São Pedro de Cantagalo. A partir de 1820, passou a pertencer a Vila de São João Batista de Nova Friburgo. Entretanto, o período de análises compreenderá a segunda metade do século XIX, entre 1850 – 1889 foco e interesse de nossas investigações. Para aplicabilidade do estudo estaremos refletindo, a partir da Lei de Terras de 1850, sobre a “regularização fundiária”, em que, através dos registros paroquiais de terras será possível analisarmos, a visão do comportamento e predomínio no sistema de propriedade, a forma de aquisição dessas terras, entre outros. Juntamente com os desdobramentos desse espaço social, envolvido no amanho da terra e nas atividades agrárias, em que a produção e o escoamento de gêneros alimentícios e o comércio estavam voltados para o mercado interno de abastecimento do Rio de Janeiro, inclusive possibilitando alguns indivíduos do Ribeirão Sebastiana, o acúmulo de bens, mobilidade e prestígio social, como o caso da então família Siqueira. Por meio do método onomástico, onde se lê as fontes à procura dos nomes, será possível compreender a trajetória e a importância desta região ainda pouco estudada em suas atividades e estruturas agrárias.

Palavras-chave: região; Ribeirão Sebastiana; Lei de Terras de 1850; registros paroquiais de terras; história agrária.

ABSTRACT

GRANITO, Marcos Antonio. *The Ribeirão Sebastiana Region: an Agrarian Social Space in the Mid-19th Century (1850-1889)*. 2204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis aims to understand the historical-social formation and developmental phases of the Ribeirão Sebastiana region, now encompassing the entire 3rd district of Teresópolis/RJ. Originally part of the Villages of Santo Antonio de Sá and São Pedro de Cantagalo at the end of the 18th century and into the early 19th century, it became part of the Village of São João Batista de Nova Friburgo from 1820 until the late 19th century. The analysis focuses on the second half of the 19th century (1850-1889), examining the impact of the 1850 “Land Law” on “Land Regularization”. Utilizing parish land records, the study explores property dynamics, acquisition methods, and the agrarian activities of the region, including food production and trade directed towards the Rio de Janeiro market. This economic activity facilitated social mobility and prestige for individuals such as the Siqueira family. The onomastic method is employed to reveal the historical significance of this underexplored region in its agrarian and social contexts.

Keywords: region; Ribeirão Sebastiana; Brazilian Land Law of 1850; parish land records; agrarian history.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fazenda Vista Alegre século XIX (1810-1880).....	169
Figura 2 - Fazenda Vista Alegre final do séc. XIX e início do séc. XX (1890-1940)	169
Figura 3 - Fazenda Vista Alegre século XXI (2024).....	170
Mapa 1 - Carta corográfica da Capitania do Rio de Janeiro destacando a Baía de Guanabara, a Vila de Santo Antonio de Sá, o Sertão do Macacu e as vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, 1777	29
Mapa 2 - Recorte cartográfico indicando “Índios Bravos” nos Sertões do Leste do Macacu – Futura Vila de São Pedro de Cantagalo, 1767	34
Mapa 3 - Carta corográfica destacando os indígenas pelos Sertões do Macacu, 1777/2022	35
Mapa 4 - Mapa atual do Estado do Rio de Janeiro destacando o que seria a antiga região do Sertão do Macacu, 2024	40
Mapa 5 - Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro com destaque para a Vila de São Pedro de Cantagalo e referências ao Rio Preto e Ribeirão Sebastiana, 1823/2024	42
Mapa 6 - Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro dando destaque para a localização do Ribeirão Sebastiana, 1840	50
Mapa 7 - Georreferenciamento do que seria a região do Ribeirão Sebastiana	51
Mapa 8 - Rotas de passagem entre o Ribeirão Sebastiana e Rio Preto, bem como Serras e Portos para o escoamento de mercadorias, 1970/2024.....	57
Mapa 9 - Província do Rio de Janeiro e suas respectivas malhas ferroviárias – Destaque para a Estrada de Ferro Cantagalo que passava pela Vila de São João Batista de Nova Friburgo, 1887	61
Mapa 10 - Mapa do município de Nova Friburgo, 1816-1825	74
Mapa 11 - Mapa do município de Nova Friburgo, 1833	75
Mapa 12 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro destacando o município de Teresópolis e os seus distritos, 2024	77
Mapa 13 - Carta Topográfica do Rio de Janeiro, 1850	91
Mapa 14 - Georreferenciamento das principais comunidades pertencentes a Freguesia do Ribeirão Sebastiana de Venda, 1862/2024	109

Mapa 15 - Província do Rio de Janeiro destacando Ribeirão Sebastiana sede da Freguesia de mesmo nome do afluente, 1866	138
Mapa 16 - Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro georreferenciando terras da família Siqueira na região do Ribeirão Sebastiana, 1858-1861	171

LISTA DE GRÁFICOS

Organograma 1 - Ação Precatória 1841	130
Organograma 2 - Ação de Reintegração e Manutenção de Posse 1854.....	132
Organograma 3 - Ação de Reintegração e Manutenção de Posse 1875.....	133
Gráfico 1 - Assentamentos de nubentes da Vila de Nova Friburgo, 1820-1860	144
Gráfico 2 - Assentamentos de nubentes da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis da Vila de Magé, 1855-1875	145
Gráfico 3 - Assentamentos de nubentes da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, 1863-1894.....	147
Gráfico 4 - Porcentagem de Indivíduos livres e escravizados da Vila de Nova Friburgo e respectivas freguesias – Recenseamento de 1872	151
Gráfico 5 - Patrimônio total dos irmãos Siqueira através de inventários e formais de partilhas, 1860-1877.....	176

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 -	Funções e respectivos membros da Irmandade de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, 1861	95
Quadro 2 -	Freguesias criadas e desanexadas da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, 1843-1901	100
Quadro 3 -	Declaração de Registros Paroquiais de Terras da Região do Ribeirão Sebastiana, 1854-1857	121
Quadro 4 -	Características e formas de aquisição das terras da região do Ribeirão Sebastiana de acordo com os Registros Paroquiais de Terras, 1854-1857	123
Quadro 5 -	Assentamentos de nubentes da Vila de Nova Friburgo, 1820-1860.....	144
Quadro 6 -	Assentamentos de nubentes da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis da Vila de Magé, 1855-1875	145
Quadro 7 -	Assentamentos de nubentes da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, 1863-1894	147
Quadro 8 -	Indivíduos livres e escravizados da Vila e respectivas freguesias de Nova Friburgo – Recenseamento, 1872	150
Quadro 9 -	Alguns dos indivíduos sociais que se destacaram no Ribeirão Sebastiana entre, 1854-1878	160
Quadro 10 -	Filhos de Antonio José de Siqueira e Marianna de Souza Pereira, 1814-1877	167
Quadro 11 -	Patrimônio total dos irmãos Siqueira através de inventários e formais de partilhas, 1860-1877	175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. AS VERTENTES DO RIO PRETO E DO RIBEIRÃO SEBASTIANA (1779-1820)	26
1.1 Conceitos de região e os seus desdobramentos	44
1.2 Redes de caminhos, possibilidades e vias para escoamento de mercadorias	52
1.3 Rio Preto e Ribeirão Sebastiana por Cartas de Sesmarias	63
2. A REGIÃO DO RIBEIRÃO SEBASTIANA SOB A JURISDIÇÃO ECLESIÁSTICA E POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA VILA DE SÃO JOÃO BATISTA DE NOVA FRIBURGO (1820-1863)	77
2.1 Rio Preto como povoado consolidado da Vila de São João Batista de Nova Friburgo	79
2.2 O Curato de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana: Rio Preto ou Venda Nova	90
2.3 A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova	99
3. DA LEI DE TERRAS DE 1850 AOS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRAS DA VILA DE SÃO JOÃO BATISTA DE NOVA FRIBURGO E A REGIÃO DO RIBEIRÃO SEBASTIANA 1850-1857	113
3.1 A questão da posse e suas complexidades	125
3.2 O Ribeirão Sebastiana: um espaço social de vocação agrária (1850-1889)	135
3.3 Mobilidade, rede social e dinâmicas familiares: um estudo de caso da família Siqueira no Ribeirão Sebastiana (1810-1889)	161
CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS	189

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática surgiu a partir do momento em que iniciei carreira como docente, em 2007; a essa altura precisei reportar-me à História Regional e Local e me deparei com a falta de produção específica e documentações disponíveis. Ao partir para buscas e informações, percebi que elas, além de não se encaixar estavam carregadas de anacronismos e de lacunas históricas. Diante dessas lacunas surgiu-nos a necessidade de desenvolver essa pesquisa, visto este território ser de grande relevância econômica a nível municipal e estadual, estando inserido, na rota do chamado “Cinturão Verde”,¹ onde atualmente é um dos maiores produtores e fornecedores de hortifrutigranjeiros, principalmente de hortaliças, do Estado do Rio de Janeiro. O reconhecimento e a importância desse espaço agrário, enquanto produtor de alimentos e abastecedor do mercado fluminense, além de contribuir com a historiografia regional, com o resgate da “memória local” do século XIX, me levaram a elaboração desse trabalho.

O nosso objeto de estudos a nível territorial, atualmente faz parte de todo o 3º distrito do município de Teresópolis/RJ, conforme mapa georreferenciado abaixo, procurando mostrar este espaço dentro do referido município, inclusive algumas das comunidades agrícolas do distrito, entre tantas outras. Um dos seus caminhos principais passa pela Rodovia Doutor Rogério de Moura Estevão/Antônio Mário de Azevedo – RJ 130, conhecida também como circuito “Tere-Fri”, que ligam os municípios serranos fluminenses de Teresópolis e Nova Friburgo, voltados à gastronomia, o turismo e principalmente às atividades agrárias. Entre o período de 1820 e 1901, este território pertenceu a Vila de São João Batista de Nova Friburgo, por cerca de oitenta e um anos.

Por meio do georreferenciamento, destacamos o atual 3º distrito do município de Teresópolis-RJ, antiga Freguesia de N.ª Sr.ª da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova da Vila de Nova Friburgo e algumas comunidades agrícolas, onde lançamos o olhar para essa região e espaço social de vocação agrária.

¹ Faz parte do chamado Cinturão Verde, os municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, entre outros, que são autossuficientes em hortifrúti. (Cf. Conexão Safra, 2022. Disponível em: <https://conexaosafra.com/agro-rio-de-janeiro/o-cinturao-verde-que-alimenta-o-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 12 out. 2023).



Fonte: Mapa do Estado do Rio de Janeiro, destacando os municípios serranos fluminense de Teresópolis, bem como, o seu 3º distrito e Nova Friburgo, e algumas comunidades agrícolas como: Sebastiana, Bonsucesso, Vieira e Vargem Grande. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/01/deslizamentos-jamataram-21-pessoas-em-teresopolis-afirma-defesa-civil.html>. (mapa adaptado - 2023).

Ao realizarem uma abordagem sobre o conceito de região, Silva e Linhares (1995) sugerem que os pesquisadores da história agrária busquem a sua própria percepção de região, quando se recorta determinado espaço para estudos, com uma consciência crítica para a construção da região histórica. O pesquisador não deve prender-se a limites fisiogeográficos ou administrativos, uma vez que o objeto de pesquisa, de repente, não se iguala a um determinado espaço, ou não se identifica imediatamente com o atual município, sendo na maioria das vezes, mais amplo. Ao partir das questões levantadas pelos autores, a presente pesquisa procura também focar e analisar através da variação de escalas (Cf. Revel, 1998), a dinâmica regional, quando este território ainda estava conectado ao município de Nova Friburgo.

Importante enfatizar que o termo “região”, aqui designado por “Região do Ribeirão Sebastiana”, será utilizado de forma recorrente ao longo deste trabalho. Por isso, a intenção aqui é entendê-la historicamente, naquilo que Machado (2010) apontou como um conceito construído e permeado por interesses, conflitos e lutas pela afirmação social, uma vez que, o seu significado agrega vários conceitos e interesses complexos, quando se trata do controle e da gestão de um determinado território. Portanto, assumimos o pressuposto teórico em Bourdieu, de que:

Uma divisão regional não é um dado pronto, mas uma construção simbólica, posteriormente reconhecida e legitimada, em que estes recortes regionais, são frutos das representações mentais dos agentes sociais, ou seja, um produto da construção humana, uma vez que, delimitar “regiões”, em função dos diferentes critérios concebíveis, como língua, habitat, amanho da terra, relações de poder, etc., nunca coincidem perfeitamente e apoiam-se em características que nada têm de natural e que é, em grande parte, produto de uma imposição autoritária, de um estado anterior da relação de forças no campo das disputas e interesses pela delimitação legítima (Bourdieu, 2010, p. 114).

Isto posto, a intenção é esclarecer o que representa e significa a Região do Ribeirão Sebastiana em nosso objeto de estudos. A sua construção local será entendida aqui como uma relação no campo das disputas de interesses políticos e econômicos, fomentada, sobretudo, por indivíduos sociais, com práticas agrárias e comerciais, que exploraram essa faixa de espaço socialmente construída de acordo com ações estratégicas e geográficas, e que demandavam interesses dentro do contexto histórico do século XIX.

Esses indivíduos se fortaleceram, em redes de sociabilidades, empreendidos em organizações comunitárias, tendo, por exemplo, a Irmandade de N.^a Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, caracterizados por vínculos culturais, de consanguinidade e de vizinhança, além de outros interesses de identidades de representação social de caráter administrativo. Esse território de fronteira em expansão é compreendido, também, como uma região e espaço social de vocação agrária, de encontros, embates, cultivos, interesses de trocas e negociações comerciais, entre grupos e indivíduos que ali estavam interagindo, numa dinâmica, socioeconômica de produção e abastecimento, do mercado interno fluminense.

A dissertação tem por finalidade e dinâmica tecer uma análise a respeito da aplicação da Lei de Terras de 1850, bem como os seus desdobramentos, a partir do levantamento e análise dos dados dos Registros Paroquiais de Terras. Para fundamentar esta discussão, vamos nos apoiar nas visões de José de Souza Martins (2010), José Murilo de Carvalho (1988) e Márcia Maria Menendes Motta (1998), seus trabalhos lançam luz sobre grupos dominantes, acesso a terra e o sistema econômico da conjuntura histórica do Segundo Império brasileiro (1840-1889).

Seguindo, o viés historiográfico e metodológico, da micro-história pela pluralidade das experiências históricas, onde através da variação de escala (Revel, 2000, p. 7), reduzindo o espaço, permite-nos perceber momentos distintos de um mesmo processo histórico, auxiliando-nos, portanto, na compreensão das especificidades regionais. O presente trabalho, em alguns momentos, apropria-se dessas metodologias da microanálise, na busca de “enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (Revel, 1998, p. 23). Como na realização de análises comparativas com outros espaços, podemos observar que quando ocorreu na região a “regularização fundiária”, através dos registros paroquiais, alguns imigrantes e (e) migrantes, de algum modo, por se encontrarem trabalhando há tempos nessas terras, no patamar de pequenos e médios lavradores, irão operar o Registro Paroquial, nas brechas das interpretações, como uma possibilidade de “regularizar o seu acesso a terra”, principal fonte de renda e sustento desses grupos familiares.

Ao estudar a historiografia agrária regional, de acordo com Márcia Motta (1998, p. 175),

em suas adversidades e particularidades, observa-se que o direito de propriedade da terra, não é ato único, exclusivo e total somente dos senhores de terra. Entendimento que é corroborado por Garcia (2005), Silva (2015, p. 89-104.), Rodrigues (2017), entre outros ao analisarem a dinâmica e as reflexões da Lei de Terras de 1850, bem como as atividades agrárias em sua complexidade. A presente pesquisa visa, portanto, fazer uma análise dos Registros Paroquiais de Terras, principalmente, inspirada nas ilações de Motta. Observando de forma crítica, as informações sobre a concentração fundiária, a maneira de apropriações declaradas, reflexões acerca da complexa questão da posse, entre outras possibilidades. Os entendimentos de como nossos intelectuais apontam para necessidade de questionar a Lei de terras é indispensável para que tenhamos a construção efetiva de outros formatos mais flexíveis e possíveis.

O recorte temporal fulcral está centrado a partir da segunda metade do século XIX, entre o período de 1850 – 1889, no qual temos uma conjuntura de intensa efervescência política e social. Respeitamos, como balizas, o início da Lei de Terras de 1850, em que, optamos por considerar o território declarado aos registros paroquiais de terras, pois o recorte temporal justifica-se também pela possibilidade de se ter uma visão geral do comportamento dos sistemas de propriedades, bem como a sua forma de aquisição, entre outras, além das atividades produtivas que ali foram desenvolvidas, até o término que a historiografia brasileira classifica como Segundo Império.

Este último ano encerra com a deposição de D. Pedro II sendo obrigado a embarcar para a Europa com a sua família, quando se passa a instauração do modelo de governo republicano na história do país. Porém, para compreendermos a “Região do Ribeirão Sebastiana”, teve-se que recorrer o percurso, entre o final do século XVIII, até o início da segunda década do século XIX, para alcançar o contexto da noção de tempo e espaço, o arcabouço, que constituiu sua formação histórico-social e as suas reminiscências.

Ao partirmos para a história regional, cuja importância é fundamental para o entendimento das dinâmicas sociais de uma comunidade, vinculamos ao mundo rural na perspectiva econômica e social. Para dar conta da proposta faz-se necessária como já demonstrada, de uma teoria sobre região e uma delimitação do espaço que se pretende investigar ações de um grupo humano que diz respeito a terra, desde a sua apropriação ao seu uso, tanto nas relações jurídicas e sociais, quanto nas produções e distribuição de bens. Percebemos a ausência de um conjunto de estudos que deem conta de compreender a ocupação da região do Ribeirão Sebastiana até o presente momento.

Ao longo do levantamento realizado para o desenvolvimento desta dissertação, localizaram-se materiais de fontes primárias produzidas pelo município de Nova Friburgo. Com

relação a estes documentos, Franco (2023, p. 14) aponta que, fontes primárias só se tornam documentos históricos se houver a perscrutação, isto é, o exame, a investigação rigorosa ou a indagação de estudiosos, sobretudo historiadores. O trabalho de historiadores e o conhecimento histórico são baseados em fontes. Os documentos destinados às pesquisas históricas transformam-se em fontes pelo olhar do historiador ou do pesquisador.

As fontes e as metodologias utilizadas para a efetivação desta escrita serão, na tentativa de compreender as relações que configuram a propriedade fundiária, a aquisição das posses, o espaço e as redes de sociabilidade aplicadas na região do Ribeirão Sebastiana. A luz dessa documentação essencialmente oficial compreende as ações sociais como resultados de negociação constante entre os envolvidos relacionados à região. Busca-se dados gerais em registros paroquiais, publicações, listas, periódicos, inventários ou formal de partilha, instrumentos valiosos, para a tipificação da região e dos indivíduos em questão, em que diante dessa gama de fontes, procura-se dimensionar a dinâmica econômica da região do Ribeirão Sebastiana, além da constituição do patrimônio adquirido por indivíduos, bem como, suas relações sociais.

São fornecidas, uma série de suportes indiciários aos procedimentos metodológicos à pesquisa. Além, de utilizarmos basicamente de teóricos que tratam do debate conceitual em torno das questões como, região, freguesia, terra de fronteira, história agrária, economia de abastecimento, relações escravistas, mobilidade e família, entre outros, tendo como ancoragem de análise, a perspectiva política, econômica e social do Estado Imperial brasileiro, no Segundo Império (1840-1889).

Quanto ao material bibliográfico regional/local direcionado ao foco de nossos estudos, apenas três autores que em trabalhos atuais mencionam e se reportam tangencialmente a freguesia de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova – Corrêa e Santos (2019), Corrêa (2020) e Frazão (2020a, 2020b, 2021, 2022 e 2023) –, portanto, uma área ainda pouco estudada. Janaína Corrêa e Selmo Santos trabalharam sobre a Reforma agrária na Fazenda Rio Grande, deduzindo que a dita fazenda fazia parte das chamadas “terras frias” pertencendo então, a freguesia do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova. Entretanto, Frazão classifica as “terras Frias” como uma região de áreas abrangentes, definidas por suas características parecidas de clima e de relevo, e que abrangia parte da Vila de Friburgo e outras freguesias como a de Sumidouro e Sebastiana (Frazão, 2021, p. 512). Corrêa, em outros estudos abordou também as posturas policiais em Nova Friburgo no Século XIX (1820 – 1888), que consistiam em um conjunto de medidas elaboradas e aprovadas pelos vereadores a respeito da condução da administração municipal. A autora também analisa de forma panorâmica as

questões administrativas com relação a anexação e desanexação de território, plantações, estradas, pontes, entre outros, da Vila e suas respectivas freguesias.

Com relação, as atividades agrícolas na região do Ribeirão Sebastiana, observamos que de fato, não se plantava café, tal como em outras freguesias da Vila e tantas outras partes do Império, e era constituída por uma dinâmica agrícola com a produção de gêneros alimentícia local e para o mercado interno. Os estudos de Frazão, em maior escala, do que as análises de Corrêa e Santos observam e apontam as terras frias, neste contexto de produção agrícola, com um fluido mercado de abastecimento interno. Segundo o autor, nesta conjuntura se destacam alguns personagens históricos locais, desses grupos dominantes em períodos distintos como, os emblemáticos exemplos: o mineiro Dimas Ferreira Pedrosa (1844 a 1882), o açoriano Antonio José Mendes (1860 a 1914) e alguns cultivadores na região das “terras frias” com a produção de batatas (1850 a 1920).

Minha proposta diferencia-se, portanto, da produção já existente, a partir de novos recortes, quando possibilita, também, novos olhares. Ao me direcionar especificamente para a região do Ribeirão Sebastiana no século XIX, procuro analisar o arcabouço dos processos que levaram a formação territorial e histórico-social desta região, a partir do oitocentos. Além de refletir diretamente sobre as questões referentes à Lei de Terras de 1850, através do olhar de Motta, volto-me ainda aos Registros Paroquiais de Terras como fonte primordial para tal análise. Desta feita, passo a análise das características comuns dessas declarações. Serão analisados também, alguns inventários *post-mortem* de determinados, indivíduos sociais locais, que dominaram funções estratégicas, principalmente econômicas na região do Ribeirão Sebastiana, o que, por sua vez, conferiram-lhes condições de mobilidade e ou ascensão social.

Os nossos objetivos, tangerem entender, como já elucidado, a partir de variado conjunto de fontes, através de documentação camarária, eclesiástica, cartorial, Registros Paroquiais de Terras e periódicos, a dinâmica de ocupação territorial e a regularização fundiária do Ribeirão Sebastiana de Nova Friburgo. Um espaço social que se configura como região de fronteira em expansão da Província do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.

Ademais, busca-se apresentar, a partir do conceito de região, diversos elementos que configuram a “Região do Ribeirão Sebastiana”, identificando, por meio dos Registros Paroquiais de Terras, da Vila de Nova Friburgo, questões fundiárias e famílias luso-brasileiras, entre outras, que já se encontravam estabelecidas na região desde meados do século XIX. Ao investigar o processo de construção do espaço social de vocação agrária do Ribeirão Sebastiana, bem como, a movimentação dos indivíduos sociais, verificam-se as estratégias, tomadas de decisões e conjunto de ações sociais, de grupos que aí estão interagindo neste espaço.

Assim, a importância do desenvolvimento desta pesquisa decorre contribuir com os estudos da História Regional do interior fluminense, por meio de um recorte sobre um território ainda pouco estudado pela historiografia.

Portanto, nossas hipóteses são de que o Ribeirão Sebastiana no século XIX, foi uma região construída através dos encontros, embates, interesses de trocas e negociações comerciais, entre grupos que interagem, como imigrantes lusos do continente e ilhéus, (e) migrantes, entre outros. Tais encontros foram fundamentais para trocas sobre o amanhã da terra e da produção agrícola. As análises dos Registros Paroquiais de Terras indicaram o predomínio no sistema de propriedade, as roças, como fator de reprodução da economia de alimentos, em que, a forma de aquisição dessas terras, se deram por – sesmarias, título de herança, compra e parte delas por posse. Sendo que as atividades agrárias se voltavam ao abastecimento do mercado interno local e da cidade do Rio de Janeiro, inclusive possibilitando, alguns indivíduos na região, o acúmulo de bens e de prestígio social, onde se observa, como exemplo desses casos de mobilidade, a família de sobrenome Siqueira.

Dessa forma, a dissertação encontra-se organizada e apresenta relevância em três pilares, ou seja, três capítulos, onde cada um deles são subdivididos em mais três subcapítulos ou subtópicos, analisando elementos distintos, mas, interligados respectivamente com determinado conjunto de fontes. O primeiro capítulo intitulado “As vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana (1779-1820)”, buscamos abordar, dentro da concepção da colonização portuguesa, os amplos Sertões do Macacu. Para tanto, recorreremos a tese de doutorado de Vinícius Maia Cardoso (2022), que desenvolveu grande pesquisa, sobre a gênese do Sertão do Macacu, em que possibilitou, através da interação entre vários agentes sociais, a formação de redes de relacionamentos, em diferentes escalas de observação. Associadas ao conjunto mais amplo da monarquia pluricontinental lusa, que entre 1763 a 1778, foi tratado como “área proibida” pelo Império português, que procurou neste período “vedar e esvaziar” qualquer possibilidade de sua ocupação, em virtude do contrabando de ouro, que buscava outros caminhos para desviar das barreiras do fisco.

Porém, entre 1779 a 1790, passou de “área proibida” para espaço aberto à sistemática ocupação controlada pelo Estado português. A partir de então, teve a função de “espaço minerador”, com suas rotas de passagens, até “as minas” de São Pedro de Cantagalo, para o trânsito de pessoas, animais e gêneros para abastecimento desse Sertão, principalmente, entre a Cidade do Rio de Janeiro, a Zona da Mata mineira e outras regiões, onde as vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana era também, um dos fios condutores de passagens desses caminhos de conexões. No final do século XVIII, a função a que se servia esse espaço,

encontrava-se totalmente encerrada, mas, a partir do século XIX, com o processo de expansão do território fluminense, essas rotas e caminhos já existentes, passaram a abastecer o mercado interno local e a Corte Imperial.

As vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, em um primeiro momento, pertenceu a Vila de Santo Antonio de Sá e posteriormente, com o desmembramento de parte das terras dessa Vila, no ano de 1814, ocorreu à criação da Vila de São Pedro de Cantagalo, onde as vertentes desses rios ficaram sob a sua jurisdição, por um curto período de seis anos. A partir da segunda década do século XIX (1820), essa região, objeto de estudos, já estava fazendo parte da configuração territorial da Vila de Nova Friburgo. Ao darmos continuidade, para melhor elucidação dos fatos, o referido capítulo é subdividido em três partes: a primeira, utilizando trabalhos desenvolvidos por Pierre Bourdieu (2010), Ilmar Rohloff de Mattos (1987, p. 24-25), Maria Yedda Linhares e Antonio Carlos Teixeira da Silva (1995), Erivaldo Fagundes Neves (2008) e Marina Monteiro Machado (2010). Contextos estes, que traz importantes discussões reflexivas, acerca do termo “região”, bases teóricas e historiográficas essenciais, por este termo ser utilizado de forma recorrente ao longo desta dissertação. Além, da perspectiva do estudo da reconstrução de trajetórias e relações sociais, a micro-história também apresenta como instrumento analítico aplicável as trajetórias, uma abordagem heterogênea, que proporciona múltiplas análises alternando a lente entre as estruturas vigentes com as práticas dos indivíduos. Desse modo, “através das variações de escala de observação, se permite, a inclusão de uma trajetória em uma multiplicidade de espaços e tempos, a partir das relações de indivíduos sociais que a envolvem” (Alves, 2019, p. 47).

Na segunda, trouxemos a dinâmica sobre possibilidades e vias, que foi sendo desenvolvida, através de conexões, caminhos e circulação de mercadorias, principalmente a partir do século XIX. Rio Preto a essa altura, ou mesmo antes, possuía pouso de descanso para esses viajantes com suas mercadorias e animais. Subindo e descendo serras, com destino ao Recôncavo da Guanabara, produtos agrícolas provinham da Zona da Mata mineira e de outras regiões do interior da província fluminense, inclusive a região de nossos estudos; faziam o escoamento para o Rio de Janeiro e vice-versa, retornando com outras mercadorias. Ao tratar das possibilidades, de rotas e vias desses caminhos recorreremos a Gilberto Ferrez (1970), que fez importantes observações sobre parte dessas rotas de circulação, e toda uma interface destes indivíduos com seus interesses nesses caminhos e rotas para escoamento da produção.

Finalizando, a terceira parte, dentro do aparato da colonização portuguesa verifica-se, a concessão de Cartas de Sesmarias, entre o Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, entre 1800-1803, as primeiras referências que indicam a demarcação das terras dessa região, como instrumento

de colonização. Sem a intenção de tratar amiúde desse complexo processo de “doações e direitos,” a intenção aqui é refletir somente sobre a história da ocupação do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, apresentando também, alguns dos primeiros sesmeiros da região objeto de estudos. No entanto, através do olhar de Márcia Motta, precisa-se atentar para o cuidado de não se elevar a Carta de Sesmaria como expressão da “verdade” da ocupação, que acabou por construir, o mito de fundação e marco zero como fundamento de privilégio da primeira ocupação. Pois, o que parece simples encobre o embate de preceitos jurídicos e disputas sobre o direito a terra, além de gerar múltiplas interpretações sobre a história da ocupação do lugar.

O segundo capítulo, com o título, “A Região do Ribeirão Sebastiana Sob a Jurisdição Eclesiástica e Político-Administrativa da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1863)”, estaremos analisando e discutindo, a partir de 1820, a Vila de São João Batista de Nova Friburgo, como centro eclesiástico e político-administrativo de Rio Preto. O recorte historiográfico maior acerca desta região, de fato, se dá, por Nova Friburgo, na quase totalidade do século XIX, em que, as análises onomásticas das fontes, foram produzidas por esta Vila.

Assim, como no primeiro capítulo, o segundo foi subdividido em três partes, a primeira direcionada a discussão, para se entender a consolidação enquanto povoado em Rio Preto. Procuramos apresentar e discorrer, o seu estágio inicial, que gradativamente vai aumentando o número de fogos. A partir do ano de 1831, será construída, no núcleo do povoado de Rio Preto, uma ermida/capelinha, cuja localidade, será uma espécie de “sede distrital”.

A segunda ao verificarmos os elementos dessa formação, observa-se, que por motivos estratégicos, em virtude dos difíceis caminhos e estradas, vinculados aos aspectos econômicos e aos interesses de indivíduos sociais daquela região, este núcleo de povoamento, em Rio Preto, com o passar do tempo, vai ser deslocado para a localidade de Venda Nova. A partir de então, no ano de 1858, uma nova igreja vai ser erigida, e em 1861, essa mesma Igreja, ascenderá à categoria de Curato.

Onde tal “Capela Curada”, dependente eclesiasticamente à Vila de Nova Friburgo, estará também sob a responsabilidade e os cuidados dos membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova.

No terceiro e último subcapítulo, a partir do levantamento de documentação camarária e dos anais da Assembleia Legislativa Imperial do Rio de Janeiro, observa-se, no final de 1862, que a comunidade de Venda Nova, vai adquirir a elevação, numa alçada mais expressiva de freguesia, onde, pela esfera eclesiástica, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, será a sede paroquial, e o Distrito de Paz juntamente com a Subdelegacia, criados em fevereiro de 1863 serão a sede da esfera político-administrativa e estando submetidos à Vila de Nova Friburgo.

O mote do terceiro e último capítulo desta dissertação será, “Da Lei de terras de 1850 aos Registros Paroquiais de Terras da Vila de São João Batista de Nova Friburgo e a Região do Ribeirão Sebastiana (1850-1857),” procuramos realizar um debate historiográfico, em que serão analisadas, os autores José de Souza Martins (2010), José Murilo de Carvalho (1988) e Márcia Maria Menendes Motta (1998), por abordarem a Lei de Terras de 1850, bem como os seus desdobramentos. Embora, seja preciso compreender que esta Lei foi operada por diferentes grupos sociais, e cada qual buscava fazer valer seus próprios interesses; desse modo, ela precisa ser compreendida como um elemento vivo, moldado a partir da ação daqueles que a operam. A partir de então partiremos para as análises dos Registros Paroquiais de Terras da Região do Ribeirão Sebastiana, da Vila de Nova Friburgo, entre 1854 e 1857, onde procuramos compreender questões fundiárias sobre o predomínio no sistema de propriedade. Para tanto, verifica-se, quantos registros e quem são os indivíduos que declaram ter terras de cultura, como se dá a forma de aquisição dessas terras, se é por título de herança/compra, ou posse e se ocorreu algum tipo de conflitos.

Os três subtópicos deste capítulo tiveram cada qual seu objetivo. O primeiro procura refletir sobre a questão da posse e suas complexidades, onde procuramos balizar e seguir o viés historiográfico, esquadrihado por Motta, que ao desvendar o processo de apossamento e os seus desdobramentos, desenvolve uma série de contribuições de forma ímpar para os estudos da História Agrária, campo multifacetado que ocupa diversos problemas e debates ligados às questões fundiárias e agrícolas, os sujeitos e os movimentos socioeconômicos. A autora corrobora com as reflexões e teorizações do sentido do termo *posse*, através da conjuntura histórica (1803-1988) deste universo rural. Ao entrecruzarmos informações das declarações dos Registros Paroquiais de Terras da região do Ribeirão Sebastiana, com outros documentos, foi possível esquadrihar e verificar que eles sugeriam que parte dessas terras foram adquiridas através da posse, inclusive mostrando um quantitativo maior do que aqueles declarados nos Registros Paroquiais de Terras. O que demonstra que a região do Ribeirão Sebastiana, como no resto do país, não esteve isenta de conflitos e das complexidades fundiárias.

O segundo subtópico busca inserir a dinâmica sobre as bases que constituíram este espaço social. Assim, como no aporte teórico, recorreremos a Pierre Bourdieu (1990, p. 149-168; 2013; 1996, p. 18-32) para refletirmos o conceito de região, da mesma forma, através deste sociólogo, estaremos agora, refletindo, o seu conceito produzido sobre o espaço social, inserido nesta região de vocação agrária. Adentrando na composição do espaço social do Ribeirão Sebastiana, pela conjuntura da colonização, observa-se, que o processo de construção, produção e circulação, inicialmente foram fomentados por luso-brasileiros e ilhéus açoriano, onde através

do período 1830-1889, este quantitativo de açorianos são demonstrados por tabelas e gráficos. Com relação à mão de obra, na região, observa-se, que ela se dava por escravos, por grupos familiares que se utilizavam da prática do amanho na terra e de uma agricultura no sistema de roças. Produziam para a subsistência e para o mercado interno em terras que possuíam e também, por causa de indivíduos livres e pobres.

Evidencia-se, que a manipulação da distribuição dos grupos desse espaço, são tomadas por decisões e posições de indivíduos sociais que aí estão interagindo e voltados em uma dinâmica para produção de alimentos, para o mercado de abastecimento interno fluminense. Como complementação estão sendo utilizadas obras dos autores, Márcia Motta (1989), Sampaio (1994), Marreto (2014), entre outros, na intenção de refletirmos toda uma dinâmica voltada para a mão de obra e para a produção agrícola. O último subtópico está destinado a reflexão de uma produção direcionada para o conhecimento social de alguns indivíduos, indicando possíveis mobilidades e dinâmicas familiares ocorridas no Ribeirão Sebastiana. Essas relações de poder juntamente, às estruturas e normas estabelecidas, pelas suas atividades econômicas, suas participações no mercado da terra e interno e suas ações, relações e trocas sociais, nos chamam a atenção, para apreciação da família de sobrenome Siqueira. Este núcleo familiar-patriarcal de cinco irmãos, ora analisados, onde esses membros da “boa família”, de alguma forma, conseguiram acumular riquezas com as suas produções de alimentos, e também chegaram a exercer determinada posição de destaque na sua comunidade, como delegado, subdelegado, juiz de paz, eleitores especiais, entre outras funções. Para tanto, nossas fontes de estudos para este capítulo são: Levi (2000), Bourdieu (1996) e Oliveira (1989, p. 65-85), observaram a importância da família no processo de constituição dos diferentes sujeitos sociais, mesmo em épocas distintas, a instituição familiar, não deixou de ser tratada, como uma importante agência de socialização.

Além das fontes paroquiais, com análise do conteúdo quantitativo/qualitativo, dos registros Paroquiais de batismo, casamento e óbitos presentes na Paróquia de Sant’Anna de Japuíba, 2º Distrito de Cachoeiras de Macacu, Diocese de Nova Friburgo e a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Venda Nova. Também foram utilizados inventários “*Post Mortem*”, ou Formal de Partilha, localizados no Acervo Permanente do Arquivo Central do Poder Judiciário do Rio de Janeiro (TJ-RJ).

Ao lidarmos até aqui com variadas conjunturas entre 1790 e 1889, observamos que as correlações de forças estão em movimentos permanentes, conciliadas com as relações dos múltiplos sujeitos históricos que deixam marcas estruturais numa sociedade, pois, a compreensão desses fenômenos de ordem social, política e econômica, foram sem dúvidas

cruciais para facilitar nossas observações dessas relações entre fatos e estruturas, aspectos fundamentais nessas análises históricas. Ao utilizar esse conceito, Vieira (2015, p. 15-24), pôde perceber que essas análises de conjunturas numa perspectiva histórica conseguem explicitar o processo, a partir de elementos, como duração temporal, fatos e sujeitos, espacialidade envolvida, correlação de forças em que ocorreu o fenômeno, contribuindo assim, para uma percepção mais global da realidade social.

Nesse momento, iniciamos uma leitura que nos conduz para o século XIX, sobre uma viagem profunda dentro da conjuntura histórico-social, que formou a configuração territorial, entre as vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, sob as fases de povoado, curato e freguesia. Sobre questões agrárias e fundiárias, a partir dos Registros paroquiais de terras e de uma economia da produção de alimentos desse espaço social, voltado para o abastecimento do mercado interno, e sobre a vida de indivíduos sociais, que possuíam a terra como um dos principais meios de sobrevivência.

1. AS VERTENTES DO RIO PRETO E DO RIBEIRÃO SEBASTIANA (1779-1820)

Em topografia e em riqueza natural, a Sebastiana surpreende [...] Roladas pelas águas cristalinas do rio Sebastiana, que salta em catadupas surpreendentes [...] É na verdade, uma região belíssima e de um futuro auspicioso. Causa pasmo a uberdade das terras. Além das diferentes culturas adaptáveis ao clima, tais como: variedades [de] leguminosas, feculentas, sacharinas, etc. Apreciei surpreso as europeias [amoras, castanhas, marmelos, peras, pêssegos, uvas...] exploradas com resultados admiráveis.²

De forma um tanto que poética, o então Deputado Alfredo Oscar Fleury de Barros, no contexto do século XIX, ao escrever um artigo para o periódico *O Paíz*, intitulado “A Terra da Promissão”, assim, procurou demonstrar as riquezas e belezas naturais, bem como, a produção de culturas e frutíferas, de um território, localizado no interior da Província do Rio de Janeiro. O olhar aqui se volta para uma pequena região aos fundos da Serra dos Órgãos, onde este espaço, tomado como objeto de nossos estudos, primeiramente, se formou, às margens do Rio Preto, cujo pequeno povoado, ao se organizar, recebeu o mesmo nome. Posteriormente, por estratégias econômicas, geográficas e sociais, passou a centrar-se em outro próximo afluente, o Ribeirão Sebastiana.³

Quando emigrantes, migrantes e imigrantes se estabeleceram nas proximidades, ou tendo como referências estes rios, permitiu-se construir possibilidades de histórias de vida, memórias familiares, grupos sociais e atividades econômicas ligadas a terra, além de refletir e retratar a natureza e a prosperidade das suas comunidades, por meio das atividades agrárias. A sede paroquial e administrativa estabelecida, a partir da segunda década do século XIX, se consolidou como “eixo dinâmico”, na localidade de Venda Nova⁴ e assim, fortaleceu o elo e a

² BARROS, Alfredo Oscar Fleury de. A Terra da Promissão. *O Paíz*, Rio de Janeiro, n. 3837, 4 abr. 1895. No período em que escreveu o referido artigo, era deputado e casado com Julieta Queiroz Fleury de Barros, filha de José Francisco de Siqueira Queiróz, grande fazendeiro no Ribeirão Sebastiana. Fleury possuía residência de veraneio, nesta região, que também lhe servia de reduto eleitoral.

³ Pela documentação camarária e periódicos, a região era denominada simplesmente Sebastiana, Porém, os registros paroquiais procuravam utilizar, a denominação Ribeirão Sebastiana. Prefiro aqui chamar a região, de acordo com os registros paroquiais.

⁴ Por ser rota de passagem, o nome da localidade de Venda Nova, está associada a construção do primeiro armazém, que servia aos viajantes e posteriormente aos habitantes, tornando-se a partir de então, um

noção de afetividade, sentimento e pertencimento, na cosmovisão dos indivíduos sociais que habitavam essa fértil região.

Entre o final do século XVIII e a segunda década do século XIX, as vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana pertenceu às Vilas de Santo Antônio de Sá e São Pedro de Cantagalo. Posteriormente, de 1820 a 1901, passou a integrar o município de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro. Esse espaço social, de vocação agrária, devido às condições climáticas e de altitude, não plantava em grande escala, a riqueza do império brasileiro, uma vez que, os grãos do café, não se desenvolviam com boa qualidade. Mas, em contrapartida, destacou-se pela produção de gêneros alimentícios para o mercado de abastecimento interno fluminense.

Em recente trabalho, sob o título, Pouco conhecido, montuoso e emboscado: poder e economia no Sertão do Macacu – 1786 a 1790, Vinicius Maia Cardoso, bem apontou, que os rios, Macacu, que nomeiam o próprio Sertão, Guapiaçu, Imbé, Preto, Grande, Bengalas, Paraíba do Sul e outros que constituíram extensa rede hidrográfica, foram vias de acessos existentes e pontos de referências importantes na fixação de populações nesse interior. Além de serem canais, ou margens de fluxos econômicos de mercadorias, conciliando com tropas e tropeiros em duplo sentido. Foram linhas de conexões entre os vários nós integrantes das teias de relacionamentos e passagens presentes no Sertão do Macacu. Estes rios, imprescindíveis, constituíram-se como uma capilar rede associada às conexões atlânticas da monarquia pluricontinental lusa, por onde fluíram pessoas e gêneros do comércio, desta forma, a região viveu e “respirou” alimentada pela sua trama fluvial (Cardoso, 2022, p. 136; 203). Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana faziam parte dessas conexões de passagens, enquanto via natural e estavam integrados outrora ao “Sertão do Macacu”.

Com relação ao projeto de colonização e demarcação do Império Ultramarino Português, o olhar aqui se volta, para parte dessa dimensão territorial, no final do século XVIII, que inicialmente, esteve integrada, a segunda freguesia mais antiga do Rio de Janeiro, a Vila de Santo Antonio de Sá ou Vila de Macacu.⁵ Ainda no período colonial, nessa Vila, se estabeleceu

entreponto comercial estratégico e de referência local, no século XIX e transcorrendo os inícios do século XX.

⁵ Em 1647 foi criada a Freguesia de Santo Antônio de Cassarabu. Em 1697 é elevado à categoria de Vila de Santo Antônio de Sá, extinguindo o nome anterior. Foi essa a primeira Freguesia criada no recôncavo da Guanabara, junto à confluência dos rios Macacu e Guapiaçu. Em 1868 passa para a Freguesia de Santíssima

o armazenamento e controle de provisões, a passagem de tropas de muares, o aquartelamento de militares, a irradiação das determinações oriundas da Capitania do Rio de Janeiro e das autoridades locais. Dessa Vila, se estendiam os fios de ligação com as guardas, os pousos, os registros e os paióis distribuídos. Além do controle e linhas de conexões com o Sertão. Estas ligações estabelecidas, como uma teia, faziam entradas e saídas de trilhas e picadas, proporcionando uma rede de amplas conexões e interesses (Cardoso, 2019).

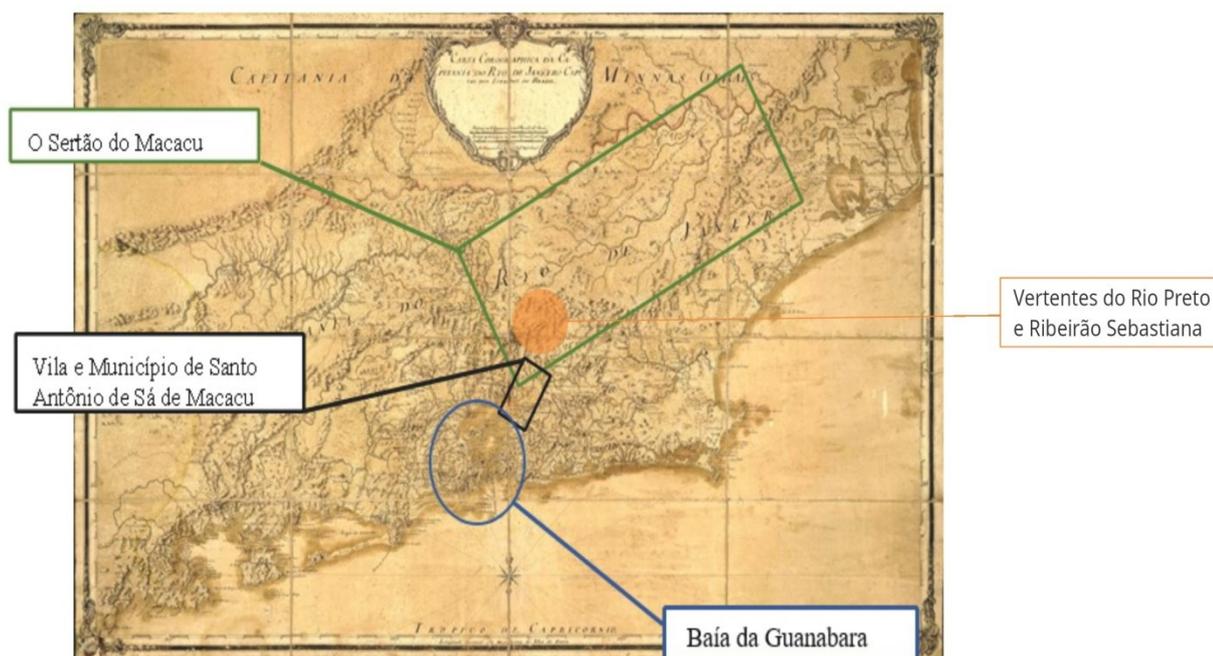
A Vila de Santo Antônio de Sá, de acordo com Costa, possuía uma dimensão territorial tão extensa, que ao ser desmembrada no decorrer do Século XIX, se dividiu nos atuais municípios de Guapimirim, Itaboraí, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito. Cita também, que o processo de fragmentação territorial dessa Vila se inicia em 1772, com a elevação do Aldeamento de São Barnabé em vila, tendo como denominação de Vila Nova de São José Del Rei. Sua criação se insere no contexto das políticas assimilacionistas da coroa portuguesa, que intencionavam a conversão dos indígenas em agentes da colonização e sua integração na sociedade colonial. Da mesma forma, destaca-se que, em 1789, como parte das reformas nas configurações político-territoriais do Recôncavo da Guanabara, Magé, ao ser elevada à categoria de Vila, foi anexada à região de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (Costa, 2018).

No decorrer desta dissertação, o leitor vai se deparar com alguns mapas de época georreferenciados, que estão presentes nos capítulos e subcapítulos em tela, mas, que não devem ser considerados meras ilustrações, e sim reflexões em diferentes faces e interfaces deste conjunto de visualidades de tipologias documentais, ricos em representações, detalhes, informações e símbolos. Que articulam, segundo Molina, questões culturais envolvidas naquele momento, além, da construção de uma visão eurocêntrica, sobre civilização e barbárie que permanecerão arraigadas por muito tempo. Esses mapas, não deixavam de revelar, os valores que a paisagem cartográfica registrava, divulgava e consolidava, graças ao papel central que ocupava no processo de construção das representações sobre o espaço, ou o território e não só do ponto de vista geográfico (Molina, 2005). Mas, também, se inserem nos contextos históricos e nos interesses de poder, sejam eles, políticos, econômicos e sociais, que se “escondiam” por

Trindade de Santana de Macacu (mais tarde Santana de Japuíba). Em 1877 passa a se chamar Santana de Macacu, sendo a sede municipal transferida para Itaboraí. Em 1898 passa designar Santana de Japuíba. Em 1923 a sede se instala em outro lugar, onde está até os dias de hoje. E, em 1929, é designado o nome oficial de Cachoeiras de Macacu.

trás das produções dessas fontes de representações gráficas, que contribuem ainda para o diálogo como veremos.

Mapa 1 - Carta corográfica da Capitania do Rio de Janeiro destacando a Baía de Guanabara, a Vila de Santo Antonio de Sá, o Sertão do Macacu e as vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, 1777



Fonte: ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil. [S. l.]: [s. n.], 1777. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart534317/cart534317.html. Acesso em: maio 2022.

O mapa exposto acima, das últimas décadas do século XVIII, representa a Capitania do Rio de Janeiro e seus limites com a Capitania das Minas Gerais. Procuramos destacar, a Baía de Guanabara, a Vila de Santo Antônio de Sá, o Sertão do Macacu e o georreferenciamento do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, que estavam integrados a esses sertões e pertencentes à Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu. Pontos relevantes de reflexões iniciais e estratégicos nos detalhes da ocupação.

As demarcações da Carta Cartográfica em questão foram realizadas pelo engenheiro militar português, Francisco João Roscio, no ano de 1777, que esteve em nome da Coroa portuguesa, a frente, de vários empreendimentos de marco fundadores, no processo da colonização. Roscio referencia esse Sertão como, pouco conhecido, montanhoso de difícil acesso e perigoso, pois, na sua visão, segue a perspectiva eurocêntrica da época, a do “bom” ou

‘mau’ selvagem, nesse caso, a sua observação era uma advertência, de que esse sertão, estava ocupado por várias nações de “índios selvagens” (assunto este discorrido mais a frente). Este mapa foi também, georreferenciado por Vinícius Maia Cardoso como uma das principais fontes cartográficas em sua tese de doutorado em 2022. Ao georreferenciarmos, O mapa procurou-se demonstrar, a partir da Baía de Guanabara, lócus estratégico-geográfico, responsável pelas interações e os fluxos econômicos estabelecidos entre o Rio de Janeiro, a vila e os sertões. A começar, pelo Recôncavo da Guanabara, ancoradouros ligavam as diversas redes fluviais e caminhos, favorecendo, como um leque, opções para rotas de ligações e passagens. Procuramos também, dar ênfase, para a Vila de Santo Antonio de Sá, visto, a partir dessa vila, ser o ponto de mediação e referência crucial abastecedora, além de servir como porta de entrada para se atingir, o amplo Sertão do Macacu, dentro da Capitania do Rio de Janeiro. Onde, em um primeiro momento, esse sertão foi tratado como “área proibida” e em um segundo momento como objeto de política do Estado português.

Ao se debruçar sobre o conceito de Sertão, é lembrado por Marcia Amantino que este carregava consigo concepções específicas da época e imagens próprias à sociedade do século XVIII. A oposição entre costa e interior, assim como, povoado e despovoado, marca esse distanciamento no tempo. Associada à ideia de ser um território vazio onde reinava a desordem, a barbárie e a selvageria, graças ao fato de ser um lugar habitado por indígenas e por quilombolas. Na realidade, para as autoridades da época, tratava-se de uma região vazia de elementos civilizados e civilizadores, carecendo de ser ordenada e controlada, o que só se conseguiria quando a ocupação efetiva da região fosse possível, por meio de uma população civilizada, quando chegasse à colonização do Estado Português. Portanto, a ideia de sertão seriam regiões ainda habitadas e controladas por grupos que não estavam subjugados pelo poder da Coroa (Amantino, 2001, p. 45).

Para referenciar tal afirmativa, Motta (2012, p. 185) ratifica que o sertão, como um local a ser conquistado, era o palco privilegiado para os exploradores, ciosos de ouro e riqueza das terras ocupadas por aqueles não reconhecidos como legítimos ocupantes. Reforçando a argumentação, para compreender a dinâmica da América portuguesa, ao traçar um panorama acerca da expansão das fronteiras com o avanço sobre os sertões das terras indígenas no norte fluminense, Machado (2010, p. 1-5; 37) observa que, para além das questões de divisão, o conceito abrange, sobretudo, as relações de trocas e encontros de indivíduos, grupos, interesses e expectativas, dos que ali estão interagindo, com esforços máximos na cultura da terra. No entanto, a perspectiva de avanço e conquista que se propõe sobre o sertão, assim como a fronteira, faz deste um espaço de mobilidade. O diálogo que unia a Corte e os sertões continuou,

não apenas no Vale do Paraíba, mas explorando outros sertões, pensando medidas e atuando com práticas a partir de interesses dos grupos que chegavam e palmo a palmo conquistava o direito de outrem (Machado, 2017, p. 163).

Os Sertões do Macacu se constituíram na segunda metade do século XVIII, de acordo com Cardoso (2022, p. 204), como área de exploração aurífera tardia da Capitania do Rio de Janeiro. Consolidando-se como uma via de acesso tanto aos Sertões do Macacu quanto às Minas Gerais, o “Caminho de Macacu” era frequentemente utilizado para o desvio de riquezas minerais, para o trânsito comercial e como rota para tropas militares, estabelecendo uma estreita ligação com a região das Minas Gerais. Esses Sertões, são apresentados pelo autor, como espaço integrante do império atlântico português, e que esse enorme território viveu uma periodização em duas fases – a primeira de 1763 a 1778, quando esse Sertão foi tratado como “área proibida”, em virtude de se transformar em possíveis atalhos de contrabandos, principalmente auríferos, onde as autoridades buscavam “vedar e esvaziar” qualquer possibilidade de sua ocupação⁶. A segunda, de 1779 a 1790, quando o Sertão do Macacu, durante a gestão do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, foi objeto de nova política, com sua alteração de área proibida para espaço aberto à sistemática ocupação controlada pelo Estado português (Cardoso, 2022, p. 204).

O Sertão do Macacu para ser desbravado, deteve a Vila de Santo Antonio de Sá, como ponto de apoio, partida, referência e principalmente pertencimento. Necessitou, segundo Cardoso (2022, p. 139-200), de vários elementos de relações sociais e mercantis, que foram se estabelecendo no decorrer do século XVIII. Mobilizando tanto o Estado português, quanto determinados segmentos sociais, onde através da barganha e negócios, foi possível não só o consumo de gêneros e produtos advindos da capitania do Rio de Janeiro e outras localidades e províncias, mas, também, a utilização de tropas de muares e canoas, que foram expedientes obrigatórios para garantir o abastecimento diário desses agentes envolvidos nessa teia de conexões e interesses. Na ânsia por metais preciosos e auferir lucros, buscou o Estado controlador d’- além-mar, equilibrar seus custos com o uso de suas próprias tropas de muares,

⁶ O Caminho Velho, por Paraty (RJ) e o Caminho Novo, por Petrópolis (RJ), eram os “caminhos oficiais”, por onde escoava a produção aurífera e demais produtos, os caminhos de Macacu de alguma forma inserem no contexto de acessos as Minas Gerais proporcionando possíveis contrabandos e fugindo do controle da Coroa. Embora o Estado português tenha determinado às autoridades vedar o Sertão do Macacu das ações dos contrabandistas é nítida percepção que, os militares encarregados das diligências para tais ações, além de não darem conta, muitas delas foram impraticáveis, por várias questões. Inclusive, por esse Sertão ter proporcionado uma gama de caminhos, trilhas, vias, entre outras possibilidades.

mão de obra indígena ou negra e estabelecer acordos favoráveis visando à agricultura, extrativismo mineral e meio de transporte feitos por tropeiros particulares e proprietários de canoas. Na medida em que iam avançando procurou também o Estado, mecanismos de estabelecer registros de entrada para o Sertão, cobrando taxas de passagem de pessoas e gêneros, além da cobrança do quinto do ouro que fosse sendo encontrado, para contribuir com o custeio desses abastecimentos. Entretanto, como bem elucidada o autor, através dos seus estudos, o desbravamento dos Sertões do Macacu, objetivando a mineração, foi insucesso e com prejuízos, uma vez que, os inúmeros recursos disponibilizados pelo Estado português para a manutenção e sustentação das populações desse Sertão, foram superiores aos lucros obtidos com essa exploração aurífera tardia.

Nesse processo de ocupação e colonização do Sertão do Macacu, também é crucial mencionar a presença dos povos originários. Esses grupos que foram forçados a conviver com as ações de indivíduos recém-chegados que gradualmente se estabeleciam nas terras, buscando riquezas, bem como com as ações de governantes preocupados em satisfazer os interesses da Coroa portuguesa, dos grupos dominantes ou seus próprios interesses. Para melhor compreender o destino dos indígenas nessa região seria necessário buscar novas informações e perseguir, um conjunto de “pistas”, como proposta de reconstrução histórica, uma vez que, durante o processo de invasão desses territórios, são os próprios colonizadores, ou viajantes que trazem as poucas menções que existem sobre estes nativos. Apesar de efêmeros, os relatos e narrativas desses indivíduos estão carregados de preconceitos. No entanto, eles nos legaram dados importantes sobre características peculiares e sobre como conviviam de acordo com suas etnias, além de fornecerem insights sobre suas próprias maneiras de viver e se relacionar. Com relação à presença e à movimentação de grupos indígenas nos Sertões do Macacu, Cardoso (2022, p. 116-124) observa que o recôncavo da Baía da Guanabara, já na segunda metade do século XVIII, estava plenamente ocupado por colonizadores, uma vez que, havia freguesias, vilas, engenhos e igrejas. De acordo com o autor, houve uma dinâmica dessas populações indígenas movimentando-se de forma “pendular” entre as regiões e o Sertão do Macacu e de forma difusa, por meio de movimentos no interior desse mesmo Sertão.

As narrativas e as cartografias produzidas pelos colonizadores, colonos e viajantes, entre os séculos XVIII-XIX dos povos indígenas, na concepção de Gomes (2004), obedeciam aos mesmos princípios relacionados às análises destes cronistas sobre outros setores da sociedade brasileira, ou seja, tratava-se do olhar do outro que em quase todas as situações manifestadas numa visão eurocêntrica da realidade descrita. Por sua vez este sentido etnocêntrico presente nas análises e descrições desses europeus assume uma particular intensidade, no momento em

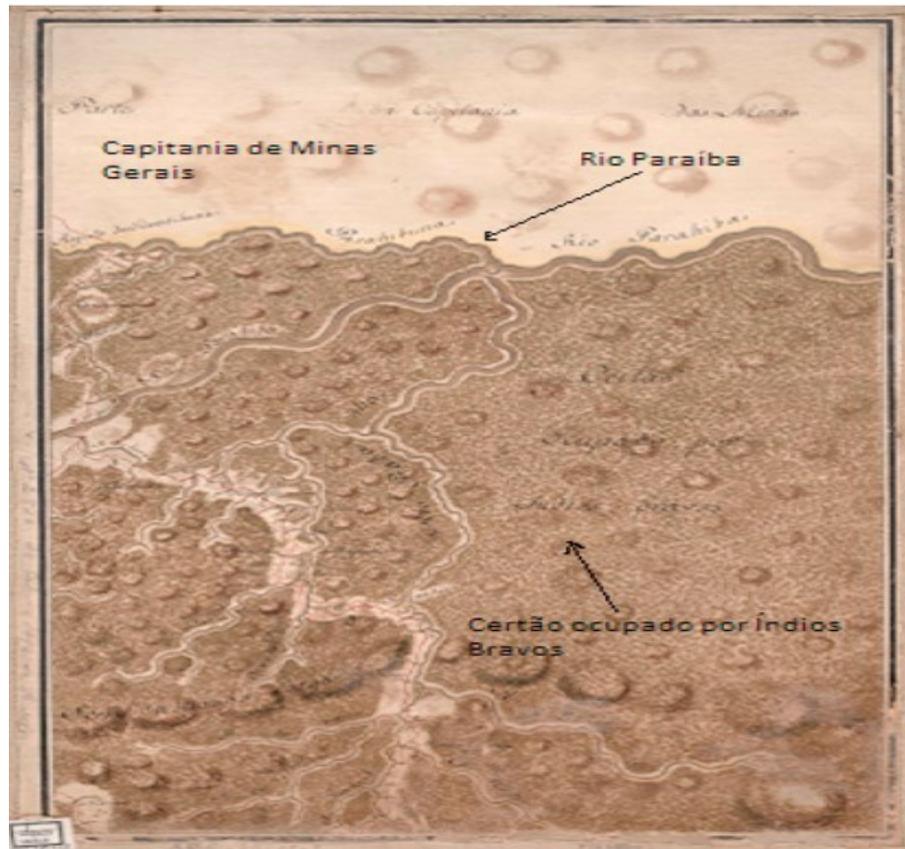
que são relatados alguns aspectos da realidade cultural ameríndia relacionados à produção material. Mesmo assim, é possível analisar tais materiais de forma crítica e consciente lançando novos olhares dessas fontes de informações. Ao juntarmos Cartografia e História, Junia Furtado (2007) bem aponta que elas estão indissociavelmente ligadas, pois só a segunda nos permite decodificar os signos que a primeira se utilizou. Portanto, os mapas são, pois, como um texto e têm cada um, uma linguagem própria e diferentes papéis que desempenharam e ainda desempenham ao longo do tempo. Ao corroborar, Kantor, Bueno e Ferlini (2009) reverberam que os mapas vertebram o conhecimento sobre o espaço, dando corporeidade ao território. Pois, decantam, selecionam, recortam, nomeiam uma natureza descontínua e ilimitada, apropriando-se dela e dando-lhe tangibilidade. O colonizador, ao cartografar os mapas, estrategicamente eficazes, orientou a interiorização e a consolidação das fronteiras de territórios coloniais em construção.

Podemos nos atentar para estes fatos expostos, por exemplo quando foi mapeado o Leste dos Sertões do Macacu, nas proximidades do Rio Paraíba, o qual faz, a divisão dos limites territoriais, entre a Capitania de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro. Como se pode ver, no recorte cartográfico abaixo, executado no ano de 1767 por Manoel Vieira Leão, nos chama a atenção, quando o então engenheiro militar, cartógrafo e topógrafo português, destacou e advertiu: “Sertão ocupado por índios bravos”.⁷ Leão identificou a presença de redutos indígenas não aldeados, mas devidamente reconhecidos pelas autoridades colonizadoras, cuja cartografia acompanhada de descrições imprescindíveis, nesse processo de expansão da colonização, contribuía a decifrar o sertão, pelas localidades, rios referenciados, entre outros símbolos e elementos estratégicos de localização e sinalização. No seu trabalho, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Maria Celestino de Almeida (2003) demonstrou a evidência e a utilização de dispositivos e mecanismos como a constante negociação com os indígenas, contemplando diferentes conjunturas, interesses e agentes, foi uma das marcas da construção e manutenção da sociedade colonial e pós-colonial. Apesar de esses indígenas terem enfrentado situações extremamente difíceis e uma série de restrições jurídicas e sociais, eles ajudaram sem dúvidas, a delinear também os limites e possibilidades

⁷ Qualificação pejorativa conferida aos povos indígenas da região, que em geral vivia fora dos limites das aldeias coloniais e da jurisdição catequética regular de missionários católicos, falavam línguas autóctones e mantinham uma territorialidade considerada nômade pela sociedade colonial. Ver Malheiros e Almeida (2024, p. 93).

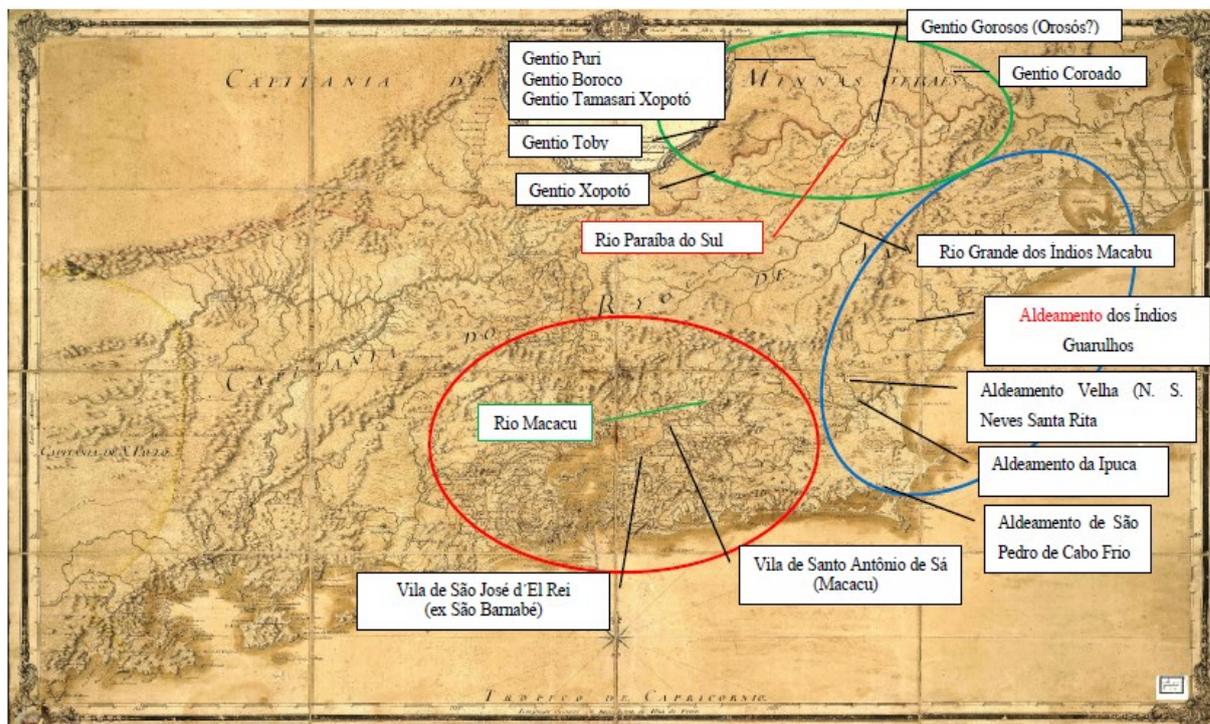
daquelas sociedades.

Mapa 2 - Recorte cartográfico indicando “Índios Bravos” nos Sertões do Leste do Macacu – Futura Vila de São Pedro de Cantagalo, 1767



Fonte: Manoel Vieira Leão, 1767, Sertões do Leste do Macacu. Disponível em: <https://institutopoimenica.files.wordpress.com/2020/08/recorte-cartografico-manoel-vieira-leao-1767-1.jpg>. Acesso em: 8 jun. 2022.

Mapa 3 - Carta corográfica destacando os indígenas pelos Sertões do Macacu, 1777/2022



Fonte: ROSCIO, Francisco João. *Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil*. [S. l.]: [s. n.], 1777. Georreferenciado por Vinícius Maia Cardoso (2022).

Ao lançarmos o olhar e tendo como base, a *Carta Corográfica da Capitania do Rio de Janeiro*, elaborada por Francisco João Roscio, em 1777, podemos obter algumas informações. Cardoso (2022, p. 118-124) a utiliza novamente em sua tese, para georreferenciar a questão acerca dos indígenas e suas relações com o Sertão do Macacu, o qual divide em três regiões para análises, conforme discriminadas e apontadas no mapa acima:

1) A área em vermelho procura demarcar o recôncavo da Baía da Guanabara, e as respectivas Vilas de Santo Antônio de Sá e São José d'El Rei, antigo aldeamento jesuíta de São Barnabé. Já na segunda metade do século XVIII, plenamente ocupado por freguesias, vilas, engenhos e igrejas. Aqui, Roscio não “assinalou a presença” de aldeias indígenas, embora, um conjunto de pistas sustenta a teoria acerca dessas presenças no Sertão do Macacu. Neste sentido, as populações indígenas existentes já estariam assimiladas pelos processos de colonização. A não presença de demarcações de aldeias indígenas no interior do Sertão do Macacu no mapa de Roscio, para Cardoso, pode indicar um processo de retirada de anteriores grupos indígenas ali estabelecidos, evadidos do mesmo sertão durante o seu processo de conquista e ocupação, dirigindo-se para além do rio Paraíba do Sul e para a região próxima ao litoral, junto aos rios

Macaé, São João e Macabu. A partir do ano de 1787, não mais aparecem informações sobre esses indígenas nas fontes da “Correspondência...”⁸ Contudo, essa situação não excluiu que houvesse relações com indígenas, mas agora oriundos, por exemplo, da localidade de São José d’El Rei, com índios já de longa data assimilados, em que, uma das formas de relação com esses indígenas deu-se face às próprias necessidades de ocupação dos sertões.

2) Na área em verde, destaque para a região interiorana para além do Sertão do Macacu, na fronteira com Minas Gerais, tendo como limite o rio Paraíba do Sul, onde a maior parte das aldeias assinaladas se encontrava em território mineiro, a saber, as aldeias “do gentio” Puri, Boroco, Tamasari, Toby, Xopotó, Coroado, com a única exceção a aldeia do “Gentio Gorosos” (Orosós?), assinalada na margem do rio Paraíba já dentro do Sertão do Macacu (Cardoso, 2022, p. 116-123).

3) Na área em azul, com destaques, as regiões próximas ao litoral, com demarcação de aldeamentos como: de Ipuca, próxima ao rio São João e assinalada à presença de indígenas junto à Lagoa de Juturnaíba; dos Índios Guarulhos, no rio Macaé; de N.^a Sr.^a das Neves e Santa Rita e a de São Pedro, em Cabo Frio (Cardoso, 2022, p. 124).

Ao corroborar, Malheiros e Almeida (2024, p. 87-140) apontam o que se verifica nessa história dos garimpeiros ilegais nas Serras e Sertões do Macacu são, índios aldeados, índios *selvagens*, garimpeiros ilegais, negros escravizados, militares, soldados e padres que interagem intensamente, entre conflitos e acordos. Esses indígenas iam e vinham entre aldeias, sertões e cidades, estabeleciam intensas relações com os mais diversos agentes que, por ali circulavam, exerciam papel essencial na integração desses sertões. A partir das noções de territorialidade e mobilidade espacial circular e circulante – de idas e vindas, trânsito, fixação, saída e retorno – que possuíam, conheciam locais específicos e variados interconectados. Como bem elucidado pelas autoras, o desafio de encontrar os indígenas da região e de incluí-los nos processos históricos na condição de sujeitos, depende dos pesquisadores reescrever essa história.

Com relação aos indígenas, no futuro território de Nova Friburgo, chama atenção, quando o juiz Sinimbú informava que determinou removê-los para um aldeamento, a fim de

⁸ Em documentos constantes nas “Correspondências” não mais enquanto cópias de documentos de anos anteriores, mas produzidos já nos anos de 1786 a 1790, ou seja, no segundo período de conquista e ocupação do Sertão do Macacu, no governo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, apresentam-se informações dadas pelo tenente-coronel Manoel Soares Coimbra, incumbido das operações militares no Sertão. Ele menciona ter tido contatos com grupos de indígenas no interior do Sertão do Macacu, informações essas de suma importância. (CARDOSO, 2022, p. 118-122).

não incomodarem os imigrantes suíços que eram esperados na colônia.⁹ Além de fazer referências posteriores, que os nativos foram empregues para abrir picadas nas glebas doadas aos colonos suíços. O colono Joseph Hecht não deixou de registrar que viu muitos indígenas “totalmente selvagens” e logo empreendiam a fuga. Alguns ficavam parados e outros armados de arcos espreitavam por trás das árvores, com olhos atentos. Também, o mineralogista inglês, John Mawe, relatou o contato com alguns indígenas na região dos arredores de Cantagalo, descrevendo, inclusive, que os presenteou com garrafas de aguardente. Mas, observou que eles ficavam briguetos, por isso, era perigoso fornecer-lhes bebidas (Correa, 2014). A partir do intenso desbravamento desses Sertões, os indígenas foram afastados, aldeados e dizimados, sofrendo diretamente os impactos da política de colonização – “não mais existindo os ‘sertões dos índios brabos’ de outrora” (Macedo, 2014, p. 16).

Ao adentrarmos no século XIX, o Governo da Província, pelo Ministro do Supremo, solicitou a Câmara de Friburgo, desvinculada da Vila de Cantagalo desde 1820, informações acerca das aldeias, das terras, dos números de indígenas, das propriedades pertencentes aos mesmos e seus respectivos valores. A Câmara manda oficiar, não haver nenhum estabelecimento nem propriedade de índios no município.¹⁰ Chama atenção, que passados apenas trinta e cinco anos após o desbravamento daquela região, a memória dos indígenas encontra-se praticamente apagada. No entanto, é importante ressaltar, que, embora os dados da documentação camarária, seja “oficial”, não se pode garantir tal constatação. Estes tipos de informações, em quase sua maioria, procuravam construir, o apagamento da presença indígena nas fontes, muitas vezes imprimindo uma realidade distinta da prática, com o intuito de construir “novas verdades de ocupação”. No aparato da colonização, como alerta Machado (2010, p. 163), “o resultado é apenas um verdadeiro silêncio no que se refere a estas questões, por tratar-se de uma realidade na qual, os grupos indígenas permanecem perdidos e deslocados no mundo que o português criou”.

Ao analisar os “índios aldeados” na província de São Paulo, Vladimir Berpatel (2017, p. 262-288) sobreleva que os argumentos comumente empregados pelos colonos e autoridades

⁹ Ver as *Notícias das Colônias Agrícolas suíça e alemã fundadas na Freguesia de São João Baptista de Nova Friburgo*, João Luis Vieira Cansanção Sinibú (1852). Sobre os “Aldeamentos indígenas”, ver Almeida (2013), Monteiro (2022) e Machado (2021).

¹⁰ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo (1820-1901)*. Nova Friburgo, RJ, Fundação D. João VI, 2021, p. 961. Sessão Ordinária, 12 out. 1855.

locais para enfatizar a inexistência de indígenas nos aldeamentos figuravam entre a fuga para o interior das matas e a miscigenação de tal população nativa. Neste último caso, não há dúvida que a miscigenação com efeito, considerava-se que os chamados “índios aldeados”, juntamente com seus descendentes, eram frutos dos casamentos com os luso-brasileiros que viviam nas adjacências dos aldeamentos, não poderiam ser mais vistos como indígenas, mas sim indivíduos integrados à sociedade local. Deste modo, tal população estaria desamparada do conjunto de leis que garantia o mínimo de proteção. Conseqüentemente, isto veio a ser usado como justificativa para o aforamento das terras onde foram estabelecidos os aldeamentos nas últimas décadas do século XIX, razão estas para o esvaziamento de tais estabelecimentos.

Ao refletirmos sobre o Sertão do Leste do Macacu durante o período de extração de ouro, tido como ilegal pela coroa portuguesa no final do século XVIII, bem como a importância de Cantagalo com a produção cafeeira no século XIX, Célio Erthal (2008) sugeriu que alguns dos municípios serranos fluminenses atuais nasceram à sua sombra. Situada na parte setentrional do Vale do rio Paraíba do Sul, compreendia em finais do século XVIII uma área muito maior em extensão que a do atual município de Cantagalo. Seu território incluía toda a vertente interior das serras de Boa Vista, dos Órgãos, Macabu e Macaé, com uma área de quase seis mil quilômetros quadrados, cujo desmembramento deu origem aos municípios de Cantagalo, Cordeiro, São Sebastião do Alto, Itaocara, Carmo, Sumidouro, Nova Friburgo, Duas Barras, Bom Jardim, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e Teresópolis.¹¹ Mauro Gomes (2004, p. 16), ao analisar parte da história da ocupação da região dos Sertões do Macacu pelo enfoque da história ambiental, ratificou as palavras de Erthal, que a região das Minas do Cantagalo ou sertões do Macacu, de fato era toda essa área apontada e coberta por florestas primárias, pelo menos, até a metade do oitocentos.

Ao demonstrar o que foi esse extenso espaço de Sertão, analisado como um todo e não apenas a parte Leste, Cardoso (2022) apresentou o Sertão do Macacu como área de exploração aurífera tardia, estimada em 7.634 km². Limitava a Sul pelo rio Macacu; a Norte pelo rio Paraíba do Sul, fronteira com Minas Gerais; a Oeste com Magé; a Leste com Campos dos Goytacazes e Macaé. Hoje, abrange àqueles municípios sugeridos anteriormente por Erthal e ratificados por Gomes. A soma das áreas destes municípios, segundo Cardoso (2022, p. 1) que ainda

¹¹ Ao referir Teresópolis como parte do Sertão do Macacu, aqui incluía o que hoje é todo o segundo e terceiro distrito do município.

acrescentou os municípios de Cachoeiras de Macacu e Sapucaia, visto não estar citados anteriormente, corresponderia a aproximadamente 8,2 vezes a área urbana da cidade do Rio de Janeiro (925,31 km²). Encerrada a sua função de espaço minerador no final do século XVIII, a partir do século XIX a região do então extinto Sertão do Macacu não impediu o estabelecimento do arraial de Cantagalo, ponto extremo da linha de transmissão iniciada na Vila de Macacu para o trânsito de pessoas, animais e gêneros para abastecimento (Cardoso, 2022, p. 201-206). Isto principalmente entre a Cidade do Rio de Janeiro, a Zona da Mata Mineira e outras regiões, onde as vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, de algum modo era também, um dos fios de passagens dessas teias de conexões. Cantagalo se tornará novo e interiorano centro dinâmico, se despontando como região produtora de café, enquanto, no outro extremo, a Vila de Santo Antonio de Sá, ou Vila de Macacu, já se encontrava em declínio perdendo o seu status de sede municipal, na segunda metade do século XIX e sendo anexado ao município de Itaboraí.

O mapa georreferenciado a seguir procura apresentar, as ideias no que pelo menos, representou a “dimensão” dos Sertões do Macacu, onde a partir do século XIX, esse sertão, já se encontrava extinto, enquanto foi espaço minerador de exploração. Essa mega região então, foi sendo reestruturada e desmembrada como centro dinâmico, através da ocupação e repovoamento, a cada configuração territorial, com o surgimento de Vilas e Freguesias. Boa parte destes municípios, citados na sua quase totalidade constitui, o que é hoje, a região serrana fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

atuações se davam com o contato de vários personagens livres, libertos e escravos, destacando-se os grupos indígenas, haja vista picadas, peabirus (caminhos utilizados pelos indígenas) por onde circulavam em meio à mata fechada. Também pela presença de ranchos e roças, que se espalharam pelos sertões de Macacu, e do transporte, feito por diferentes indivíduos de variadas mercadorias. Mesclavam interesses particulares e públicos por muitos que participaram da montagem e de explorações econômicas, fossem agrárias ou minerais. Ainda segundo os autores, as autoridades da Capitania do Rio de Janeiro, demoraram anos para chegar ao local de extração clandestina do ouro, só se fazendo a partir de 1786. O caminho do Rio para as minas tinha que passar pela Vila de Santo Antonio de Sá e ultrapassar [as Serras do Socavão, dos Órgãos, Subaio e Boa Vista]. Esse longo tempo demonstra a dificuldade das autoridades coloniais em controlar certas áreas, principalmente aquelas ligadas à atividade mineradora. Complicava ainda o fato de ser uma região de difícil acesso pela vertente da serra dos Órgãos, mas não por Minas Gerais (Faria; Gonçalves, 2024, p. 200-201).

O vasto Sertão de Macacu, na parte Leste, também passou a ser denominado de Novas Minas dos sertões de Macacu ou de Cantagalo. Criando assim, todo um aparato administrativo para que em 1814, tornasse uma freguesia das Novas Minas erigida em vila.¹² Logo após o surto do ouro, o território de Cantagalo se desenvolveu com pequenas plantações, criação de porcos, cabeças de gado, animais de carga, como mulas e bestas e principalmente, com a riqueza do Segundo Império brasileiro, o café, se tornando importante unidade de produção (Faria, 2018, p. 7).

Nas primeiras décadas do século XIX, Franco (2023, p. 38) observa que essa área “foi extremamente frequentada por comerciantes mineiros”, indicando, entre as regiões das Minas Gerais e das Novas Minas de Cantagalo, um plano de desenvolvimento de comércio e produção para as duas regiões. Inicialmente a Vila de São Pedro de Cantagalo passou a “controlar” uma significativa extensão territorial, com uma área de quase seis mil quilômetros quadrados. Apenas seis anos após a elevação do povoado à condição de vila, teve início o processo de desmembramento da região para criar outras freguesias, ou a desanexação de territórios para passar a integrar outras jurisdições (Franco, 2023, p. 66-68).

Importante enfatizar que a região objeto de nossos estudos, entre o Rio Preto e o

¹² Elevado à categoria de vila com a denominação de São Pedro de Cantagalo, por Alvará do Príncipe Regente D. João, de 9 de março de 1814, desmembrando dos termos da antiga Vila de Santo Antonio de Sá.

Ribeirão Sebastiana, ficou sob os “domínios” de Cantagalo, por um período de seis anos, entre 1814 e 1820. Analisando a documentação produzida pela Câmara municipal de Cantagalo, entre o período 1814 e 1820,¹³ não localizamos qualquer menção referente à Cachoeiras do Rio Negro e/ ou Rio Preto, que ficava ao extremo da Vila cantagalense. Corrêa (2020, p. 16) corrobora para o fato, que a Fazenda do Morro Queimado (futura Nova Friburgo), tendo pertencido a Vila de São Pedro de Cantagalo, e estando a ela vinculada por cerca de seis anos, a referência dos habitantes das bacias dos Rios Grande de Cima, (Bengalas) e Paquequer (Sumidouro), era de resolver suas questões junto à Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá e não da Vila de São Pedro de Cantagalo. Essa mesma ideia se aplica perfeitamente para a pequena e quase esquecida vertente do Rio Preto, estando ela geograficamente muito mais distante, o que impossibilitava que a população daquele pequeno povoado, ainda em formação, interagisse com a Vila de Cantagalo. Portanto, os moradores da mesma forma continuavam a resolver suas questões econômicas, administrativas e inclusive paroquiais, na Vila de Santo Antônio de Sá, ou na Freguesia de São José da Boa Morte, pertencente a esta mesma Vila e mais próxima da sua região.¹⁴

Apresentamos a seguir, uma Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, que segundo informações contidas na própria Planta foi copiada no Real Arquivo Militar de Lisboa, em 1823, sem referências a autor. O território de Nova Friburgo, conjuntamente com a região objeto de nossos estudos, se encontrava desmembrado da Vila de São Pedro de Cantagalo apenas três anos, mas, fazendo parte dessa Comarca.

Mapa 5 – Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, 1823

¹³ FUNDO- Câmara Municipal de Cantagalo. Livro de Registro-Patentes, Cartas e Provimientos (1815-1827); Livro de Registro, Ofícios e Portarias (1815/1836); Livro de Registro – Correções e Ofícios (1816-1833).

¹⁴ Mencionado no assentamento de casamento de João Luiz de Siqueira Queiroz, que o mesmo foi batizado na Vila de Santo Antônio de Sá (1814) e a sua esposa Maria Francisca de Castro, na mesma Vila (1825, Livro 1, fls. 200). Paróquia da Vila de Nova Friburgo. Mencionado no óbito de Manoel José de Siqueira, que o mesmo foi batizado na Freguesia de São José da Boa Morte (Paróquia de Venda Nova, 1818, Livro 1B, fls. 146). Essas famílias, no período, residiam e possuíam terras, nas vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana.



Fonte: CARTA Corographica da Província do Rio de Janeiro – 1823. Pertencente a base do Arquivo Nacional. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/16399?locale-attribute=pt_PT. Acesso em: maio 2022. Adaptação nossa, 2024.

O mapa acima demonstra a dimensão territorial das “Minas do Canta Gallo” e ao mesmo tempo observa-se um significativo vazio topográfico sobre a região de Cantagalo, ainda habitada naquele momento por gentios, conforme mencionado pelo cartógrafo. Somente alguns rios e a localização das Vilas de Cantagalo e Nova Friburgo, são destacadas. Para efeitos de localização, procuramos georreferenciar as proximidades do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana. É importante considerar a extensão territorial de Cantagalo, que confrontava com o Rio Paraíba do Sul ao norte, fazendo limite com Minas Gerais, e com os municípios fluminenses de Macacu, Magé, Macaé e Campos dos Goytacazes (Faria, 2018, p. 6).¹⁵

¹⁵ Os limites da região ora analisada fazia de fato, em uma boa extensão, fronteiras com a Vila de Magé e também, com a Vila de Macacu.

1.1 Conceitos de região e os seus desdobramentos

Para dar conta dessa região, objeto de estudos, há de se compreender primeiramente este termo, que será utilizado de forma recorrente ao longo deste trabalho. A intenção é entendê-la historicamente, como um conceito construído e permeado por interesses, conflitos e lutas pela afirmação social, uma vez que o significado de região agrega várias concepções e interesses complexos, quando se trata do controle e da gestão de um determinado território.

Por meio da análise do pensamento do linguista francês Emile Beneviste, o sociólogo, Pierre Bourdieu (2010, p. 112), traz uma crítica epistemológica alicerçada na história social da sua gênese e da sua utilização encontrada no conceito de região. Procurou justificar que: região (região) e fins (fronteiras) foram impostas no decorrer do tempo, pelo princípio de divisão e definição legítima do mundo social, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território. Esta ação de direito consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um ato de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia, como digna de existir.

Segundo Bourdieu (2010, p. 114), uma divisão regional não é um dado pronto. Trata-se de uma construção simbólica contínua, posteriormente reconhecida e legitimada, em que estes recortes regionais são frutos das representações mentais dos agentes sociais. Regiões são um produto da construção humana e delimitar “regiões”, em função dos diferentes critérios concebíveis, como língua, habitat, amanho da terra, relações de poder, etc. é limitador. Nunca coincidem perfeitamente e apoiam-se em características que nada têm de natural. Tais características são, em grandes partes, produtos de uma imposição autoritária, de um estado anterior da relação de forças no campo das disputas e interesses pela delimitação legítima.¹⁶

Sendo assim, dentro do conceito das representações, a região é lugar de conveniência, de produção, de práticas de mercado, entre outros interesses. Critérios múltiplos concebidos, seja pelo Estado, ou para aquelas entidades que explorarão aquela faixa de espaço. Refletir a região, portanto, é mais que territorialidade, é uma ideia abrangedora, ampla e multifacetada atravessada por questões de interesses, econômicos, geográficos e sociais. Um conceito permanente, que não é tão simples e que precisa ser explicado como um processo a ser

¹⁶ Cabe lembrar que essa é uma primeira abordagem em relação a perspectiva de Pierre Bourdieu (2010).

construído e produzido em uma dominação simbólica e econômica, que vigora em determinado momento histórico.

Ao refletir a constituição de uma região no espaço colonial, Mattos (1987, p. 24-25) apontou que, ela não deve ser reduzida a determinados limites administrativos, ou seja, a delimitação espaço-temporal de uma região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes e as relações sociais, que só são percebidas, quando articulam tanto os elementos que lhes são internos quanto aqueles externos. Portanto, a região, enquanto uma construção se efetua a partir da vida social dos homens, dos processos adaptativos e associativos que vivem, além das formas de consciência social que lhes correspondem. Ainda, de acordo com o autor, a região expressando a dominação exercida pelo colonizador sobre um território e demais agentes participantes desse empreendimento, reafirma a cada instante unido ao caráter militar e fiscal de uma ação colonizadora e de um desdobramento que se apresenta, de imediato, visando essencialmente à organização empreendedora de como produz e quanto comercializa, em cada região surgida, num determinado momento.

Ao abordarem o conceito de região, Linhares e Silva (1995, p. 21-25) sugerem que os pesquisadores da história agrária busquem a sua própria percepção de região.¹⁷ Aos pesquisadores cabe a consciência crítica de reconstruir a região histórica, sem se prender estritamente aos limites fisiogeográficos ou administrativos. Isso se deve ao fato de que o objeto de pesquisa nem sempre se identifica imediatamente com o município atual. Na maioria das vezes, é mais amplo, quase como um supermunicípio, matriz de inúmeros municípios atuais. Além do fato de algumas freguesias constituírem no avanço da fronteira agrícola determinados perfis socioeconômicos, tomando como um dos objetivos da pesquisa, estabelecer os devidos recortes da dimensão regional reafirmando pretensões iniciais e desvendando conexões até então não pensadas. Embora seja difícil estabelecer com precisão o significado da palavra região, é certo que, seja qual for a sua definição, ela está intimamente ligada às formas de produção que vigoram em determinado momento, ou contexto histórico (Santos, 2004, p. 246).

¹⁷ Cabe pontuar que quando os debates sobre a micro-história surgem no âmbito de uma história nacional, os pesquisadores que tomavam como objeto o regional, não se colocavam no mesmo eixo de análise. Na década de 1990, Maria Yedda da Silva Linhares, Ciro Flamarion Cardoso, Chico Carlos, Hebe Maria de Mattos, Sheila de Castro Faria, entendiam tais questões como história regional, a partir de um dado recorte geográfico do espaço, desfazendo qualquer aparente semelhança entre uma e outra.

Ao explicar o tema história e região, Neves (2008, p. 25-36) direciona o seu olhar trazendo a ideia de região, como uma noção do espaço socialmente construído. Os recortes espaciais locais e regionais na pesquisa histórica podem ser comparados aos postulados da micro-história. De modo mais amplo, que numa localidade, a ideia de região fundamenta-se também no espaço e no tempo, com uma perspectiva social e se associa à noção de sistema nas relações entre grupos humanos articulados interna e externamente. Região constitui uma unidade de análise territorial (teórica) e da organização social no espaço físico (empírica). Uma região define-se do mesmo modo que uma localidade, em relação aos seus componentes de tempo, espaço, etnia, cultura, atividade econômica e, por isto, os elementos históricos da sua caracterização não correspondem aos de outro recorte regional (Neves, 2018, p. 27-28).

Erivaldo Neves (2008) pontua que o conceito de região, por ser socialmente construído, revela uma diversidade de características específicas dos viveres e saberes ali praticados, mas, por ser resultado da ação humana, traz também facetas comuns a espaços de outras comunidades e deve ser avaliado. Nestas circunstâncias, a delimitação de um espaço, regional ou local, pressupõe “a identidade dos poderes” nele exercidos, dos “sinais que exprimem o seu âmbito” e dos registros ou memórias que expressam as reações do grupo social a ele submetidos (Mattoso, 1997, p. 169-194). Portanto, de modo esquemático, pode-se dizer que a metodologia da história regional e local restringe o espaço e dilata o tempo da investigação, a da micro-história, reduz a escala da observação em múltiplos planos procurando tornar mais fecundo, o ponto de vista analítico.¹⁸

Com relação à matriz metodológica da micro-história, sob o ponto de vista de Neves, definida pela redução da escala de observação, ela desenvolveu-se com os estudos da cultura, especificamente na interação entre o popular e o erudito nas ações sociais cotidianas, reveladoras da dinâmica do saber, capaz de transpor a estratificação social. Estes estudos obtiveram grande desenvoltura, a partir das diversas análises e concepções, através dos renomados historiadores, Carlo Ginzburg (2007), Giovanni Levi (1992), Jacques Revel (1998) e Henrique Espada Lima (2006). Haja vista, nessas variações de escalas se intensificar o detalhamento da análise possibilitando uma melhor compreensão do espaço, uma vez que, as histórias de vida dos agentes, aparentemente comuns, ajudam a entender as dinâmicas que

¹⁸ Cabe ressaltar, o que está se chamando micro-história é uma metodologia de análise da redução de escala. O foco no decorrer da dissertação, se mantém na discussão da história agrária.

constroem os diversos laços sociais, econômicos e simbólicos, auxiliando na análise de determinada realidade (Levi, 2000, p. 7). Além, da microanálise permitir uma melhor construção do social, tornando suas variáveis, mais numerosas, mais complexas e também mais móveis, dependendo da escala de observação que escolhemos nos situar nas fontes (Revel, 1998, p. 20-23).

O objeto de estudo da micro-história, ainda de acordo com Neves (2008), essa diversidade pode ser uma prática social específica, a trajetória de um agente histórico, uma ocorrência qualquer, algo que possa revelar fenômenos sociais ou culturais. Ela promoveu o indivíduo a objeto da história social e, desse modo, não estuda a comunidade, mas o que através dela pode-se alcançar. Focaliza uma micro-realidade para tentar compreender aspectos de um macro-universo. Importa mais o que observa a escala e a intensidade da observação, que a unidade observada. Procura, pois, alcançar algo de validade para toda a sociedade, num fragmento do social, num recorte temático transversal. A história regional e local e a micro-história, então constituem recursos metodológicos distintos, com instrumentos de análise e procedimentos próprios no empreendimento da investigação histórica. Suas diferenças sobressaem-se mais que as eventuais semelhanças, como o estudo de pequenos recortes espaciais por um lado e a redução da escala de observação por outro, ambos com o objetivo de alcançar fenômenos inatingíveis pelos estudos de grupos sociais em grandes recortes espaciais ou pelas macro-análises. A história regional e local procura descobrir com a análise do cotidiano de uma comunidade, as suas relações com a totalidade histórica; a micro-história, na investigação intensiva de fragmentos do cotidiano comunitário ou de um indivíduo, tenta identificar macro-fenômenos sociais. As duas metodologias partem, portanto, da análise de uma particularidade tomada como paradigmática para a perspectiva de totalidade para uma, ou visão do geral, para a outra (Neves, 2008, p. 31-33).

Ao corroborar, Barros (2009) observa que a micro-história procura enxergar aquilo que escapa à macro-história tradicional, empreendendo para tal, uma ‘redução da escala de observação’ que não poupa os detalhes e investe no exame intensivo de uma documentação. O que importa para a micro-história não é tanto a unidade de observação, mas a escala de observação utilizada pelo historiador, a redução da escala permite uma pequena janela de análise que elucida detalhes não perceptíveis na escala do macro. O modo intensivo como observa, e o que observa. Enfim, para a história regional e local importa a unidade observada, o espaço socializado, o cotidiano compartilhado. Já, para a micro-história, a escala da observação numa análise intensiva dos indícios, dos detalhes, das ocorrências aparentemente secundárias.

Dentro do campo da história, ao trazer a sua contribuição, Langaro (2009, p. 23-48) constata que compreender o espaço, a região e as outras escalas, como a produção humana, possui um grande potencial no sentido de permitir que sujeitos e grupos subalternos possam controlar esses processos. O espaço pode tornar-se um instrumento de luta política e social, pois, pensar “espaço” e “região”, são conceitos construídos de significados culturalmente, dentro de um processo histórico, que possui desdobramentos políticos e sociais. De acordo com o autor, eleger um determinado espaço como região, não se configura em um simples ato neutro e científico, mas resulta de lutas entre forças sociais distintas. Ter o controle sobre o espaço, e o direito de nomeá-lo, é também um exercício e uma forma de conquistar poder. Por isso, é preciso desconfiar das noções que pensam essas ações com algo tranquilo, desvinculado das relações de classe, entendendo que a “região”, longe de se configurar como algo “natural” ou “objetivo” é, na prática, um espaço de um lugar do vivido e, dessa forma, lugar do fazer histórico.

Região é, portanto, um espaço construído por decisão, seja política, seja econômica, seja da ordem das representações, entre as quais diferentes ciências efetuam estudos. E como nem sempre esses critérios coincidem, é possível falar de região histórica, região cultural, região econômica, região geográfica e, assim por diante, deixando de parecer um espaço isolado entre fronteiras, para se tornar um complexo de relações inserido numa rede sem fronteiras.

Ao analisar sobre a dinâmica de ocupação e expansão das fronteiras, Machado (2010) recorta a região de Valença/RJ, na passagem do século XVIII para o XIX. A autora aponta que estudar fronteiras é refletir, a respeito dos diversos movimentos de ocupação da terra, antes não exploradas pelos colonizadores, além dos objetivos traçados por aqueles que buscavam o desenvolvimento e o crescimento econômico, em um movimento que se iniciou com a interiorização nos territórios americanos, ainda em tempos de colônia, e se refletem em políticas de Estado até mesmo no século XX. Para a autora, o avanço sobre as terras de fronteiras foi ambicionado, por múltiplos grupos, motivado pelas oportunidades de mobilidade, que não se encontravam nos nascentes centros urbanos da América. O avanço buscava explorar novas possibilidades oferecidas pelo Novo Mundo àqueles que pretendiam ascender socialmente ou ao menos buscar, condições básicas de sobrevivência no interior de um sistema não favorável aos economicamente menos favorecidos.

Por conseguinte, “terras de fronteira”, por sua amplitude, são tomadas como: um espaço de negociação entre partes que convivem e coexistem motivados pelos respectivos interesses, onde cada grupo colabora à sua maneira, com essa relação mútua de dependência. Locais de troca, de encontros, negociações, assim como dos decorrentes embates e conflitos de conquistas

de terras, posses e culturas, interações, inserção de novos valores trazidos, além de seus respectivos interesses, em que, na maior parte das vezes, não se sabe apontar os limites entre os grupos que aí estão interagindo (Machado, 2010, p. 13-21).

Diante das análises teórico-metodológicas, buscamos então compreender, a Região do Ribeirão Sebastiana e explicitar, que a sua construção local impactou nas relações e nos campos das disputas de interesses políticos e econômicos, fomentada, sobretudo, por agentes sociais, com práticas agrárias e comerciais, que exploraram essa faixa de espaço socialmente construído de acordo com ações estratégicas e geográficas, que demandavam interesses, dentro do contexto histórico do século XIX. Esses agentes se fortaleceram, em redes de sociabilidades, empreendidos em organizações comunitárias, através da Irmandade de N.^a Sr.^a da Conceição, caracterizados por vínculos culturais, de consanguinidade e de vizinhança, além de outros interesses de identidades de representação social de caráter administrativo. Esse território de fronteira em expansão é compreendido também, como uma região e espaço social de vocação agrária, de encontros, embates, cultivos, interesses de trocas e negociações comerciais, entre grupos e indivíduos que aí estão interagindo, numa dinâmica, socioeconômica de abastecimento, do mercado interno fluminense.

Caracterizando um determinado tempo histórico de descrições, de localização cronológica, em que tais confrontações e delimitações, enquanto limites, são meramente secundários. Mas, todavia, são importantes e necessários, a construção espaço-temporal, enquanto se efetua, a partir da vida e das relações sociais dos indivíduos, dos processos adaptativos e associativos (Cf. Mattos, 1987, p. 24), que vivem além das formas da consciência social que lhes correspondem, determinado espaço, constituído pela interação humana, na relação com a terra, desde a sua apropriação ao seu uso (Neves, 2023, p. 302). Georreferenciamos, então, a construção espaço-temporal da região do Ribeirão Sebastiana, a partir de *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro*, produzida no ano de 1840, em que as vertentes do Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, faziam-se entre a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Magé, com a Freguesia de São José da Boa Morte, da Vila de Santo Antônio de Sá e inserida na Vila de São João Batista de Nova Friburgo (Féo, 2012, p. 485).¹⁹

¹⁹ RIO de Janeiro. Decreto Provincial n.º 1.270. Coleção de Leis da Província e do Estado do Rio de Janeiro: 1835-1987.

Mapa 6 - Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro dando destaque para a localização do Ribeirão Sebastiana, 1840



Fonte: CARTA Corográfica da Província do Rio de Janeiro - 1840. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1536985/cart1536985.html. Mapa adaptado e complementado, destacando área das vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, 2023.

Mapa 7 - Georreferenciamento da região objeto de estudos – Ribeirão Sebastiana, 2023



Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE. Com base na Carta da Província do Rio de Janeiro – 1840 (Figura 1). Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1536985/cart1536985.html. Referente a divisão político-administrativa da época em questão, com apenas 24 municípios. Mapa adaptado e georreferenciado, 2023.

Como pode observar no primeiro mapa, o registro cartográfico da Província do Rio de Janeiro que foi produzido no ano 1840, retrato de seu próprio tempo, mapeia e destaca elementos fundamentais para compreender a ocupação e a exploração desses vastos territórios. Buscou-se, aqui dar enfoque como locus estratégico para o Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, cujas margens serviam de apoio referencial para seguimentos de tropas e ou rotas de passagens. Enquanto, que o segundo mapa apresentado, foi elaborado, exatamente de acordo com os dados, informações e referências, desta primeira carta cartográfica de 1840, realizada pela Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE. A extinta Fundação, na iminência de vislumbrar por meio da cartografia, a possibilidade de adentrar as redes que compõem os dispositivos, atuando no movimento dinâmico de desemaranhar as conexões que suas linhas estabelecem, propôs outros trajetos investigativos capazes de romper com as subjetividades produzidas e criou outros modos e meios de operação de pensamentos e comunicação (Sousa; Oliveira, 2022). Destacando e procurando dar melhor visibilidade aos aspectos políticos e territoriais da Província do Rio de Janeiro, quando ainda no referido ano de 1840 possuía a divisão político-administrativa de apenas 24 Vilas (municípios). Esquadrinhamos, por meio do

georreferenciamento, o espaço-temporal da região objeto de nossos estudos, o Ribeirão Sebastiana, uma vez que, ao pensarmos essa região, enquanto produtora de gêneros alimentícios para o mercado interno, a mesma, encontrava-se, relativamente próxima a dois importantes Portos da Capital fluminense, no Recôncavo da Baía de Guanabara, o Porto das Caixas e o de Piedade em Magé, onde a seguir iremos procurar compreender como se dava essa circulação de mercadorias e indivíduos.

1.2 Redes de caminhos, possibilidades e vias para escoamento de mercadorias

Os caminhos que garantiam o abastecimento da capital do Rio de Janeiro no início do século XIX, evidenciado por Lenharo (1992, p. 58-59), eram os mesmos que abasteceram as Minas no século XVIII. Segundo o autor, foram criados sobre picadas deixadas pelos índios, reaproveitados, pelos pioneiros, quase sempre sob estímulo, assim como o estrito controle das autoridades. Outras vezes, no entanto, eram abertos contrariando a lei constituindo trilhas marginais, fossem para encurtar caminhos, abreviar distâncias, fossem para fugir à ação opressora dos Registros e Passagens que cobravam pesados impostos sobre as mercadorias e metais preciosos que por aí veiculavam. É digno de registro que muitas estradas, oficializadas posteriormente, tiveram origem em caminhos que no contexto colonial recaíam sobre pesada punição das autoridades.

Das variadas conexões integrantes, de possibilidades de passagens, de entradas e saídas e vias de relacionamentos, que estiveram presentes pelo Sertão do Macacu, enquanto ele existiu, até o final do século XVIII, um desses pontos de passagens, se davam entre o Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana. Ali surgiram os primeiros ranchos, que serviram de abastecimento e descanso para tropas e tropeiros em viagem. O que permitiu os primeiros passos para circulação e trânsito de pessoas e gêneros e posteriormente, o desenvolvimento econômico da região. Com relação, a essas redes de caminhos, vias e trilhas legados, observa-se, que ao adentrar o século XIX, quando de fato passou a ser ocupada e desenvolvida, os acessos principais, que se fazia para chegar a região, objeto de nossos estudos, essas rotas, a partir da Cidade do Rio de Janeiro rumo aos Portos do Recôncavo da Guanabara, se fazia sob duas formas mais usuais, conforme narrativas a seguir.

1^a) A partir do Porto das Caixas, a Vila de Santo Antônio de Sá seguia pela Serra do

Subaio até o Ribeirão Sebastiana e Rio Preto (Cf. Mapa 8).²⁰

O Arraial de Nossa Senhora da Imaculada Conceição do Porto das Caixas, de acordo com Cristo (2018, p. 203), assumiu a função de entreposto comercial da produção agrícola que chegavam dos sertões transportados pelos muares, que do porto eram encaminhados por meio de embarcações até a Corte. Apesar da insalubridade local e das febres do Macacu, que se iniciaram nos fins do ano de 1828 e assolaram a região. Porto das Caixas atingiu uma grande importância comercial, principalmente após o surto cafeeiro do Vale do Paraíba, sendo considerado o terceiro porto fluvial em importância para a província do Rio de Janeiro. Pelo menos até o ano de 1868, quando, a partir desse momento, perde aos poucos a sua função intermediária, iniciando um período de declínio, devido a chegada das linhas férreas.

2^a) A partir do Porto de Piedade, da Vila de Magé, seguia pela Serra do Socavão,²¹ em que essas vias e trajetos faziam confluências e entroncamentos, até o Ribeirão Sebastiana e Rio Preto (Cf. Mapa 8).

Pela proximidade com a Corte e pela posição geográfica, Magé era uma Vila de muitos portos. Entretanto, era o Porto da Piedade, “o melhor do fundo da baía, especialmente pela facilidade de embarque, sendo preferido pelos tropeiros que vêm das Gerais” (Peres, 2022, p. 90). Um dos ancoradouros, na dinamização econômica, “calcada no papel de abastecimento de alimentos, além de ser local de passagem ampliada [a partir] do século XVIII, propiciava um alto grau da mercantilização” (Bispo Neto, 2021). O movimento deste porto se dava pela chegada de mercadorias, que provinham de Minas e de outras regiões dos sertões da Província do Rio de Janeiro, aonde através dele também, chegava milho, feijão, batata, marmelo, linguiça, manta de toucinho, entre outros produtos, advindos, a partir do século XIX, da região ora analisada. Tanto que, quando uma das passagens da região, que se fazia pela ponte do rio Bengalas, em Vargem Grande, ficou inviabilizada, a Câmara da Vila de Friburgo se pronunciou, “que tem a urgentíssima necessidade da obra, visto, os moradores daquela parte, estarem interceptados nas suas comunicações e paralisados com os transportes de gêneros para o Porto

²⁰ A referida Serra, ainda no ano de 1881, possuía ligação e utilidade com a região do Ribeirão Sebastiana: “fica autorizado a desprender até a quantia de 10\$000 para os reparos da estrada que partindo do Subaio freguezia de São José da Boa Morte se dirige a freguezia da Sebastiana em Nova Friburgo” (BN-RJ. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 259, 15 set. 1881).

²¹ Com o tempo, o caminho criado pela Serra dos Órgãos, terá maior circulação, e a Serra do Socavão irá perdendo a sua importância.

de Magé, de que se servem”.²²

Há de se evidenciar a importância da Serra do Socavão, cuja definição por extensão, significava lugar retirado, longe e isolado, uma vez que, a mesma, por determinado momento, passou a ser um dos principais elos e serventia geral da região.²³ Tanto que, Ferrez destacou a importância e a relevância de se fazer obras e reparos, na referida serra, para que ela continuasse a prestar serviços. Mencionou que entre 1839 e 1840, o relatório do então Presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza – Visconde do Uruguai²⁴ esclarecia que:

Atenta a utilidade que o melhoramento da Serra do Socavão, terá de trazer não somente à vila de Magé, *como também aos habitantes dos férteis terrenos que demoram, desde a confluência dos rios Preto e Sebastiana, até as suas cabeceiras*, e do Sumidouro e rio Preto,²⁵ até as vizinhanças de Cantagalo, encarreguei o chefe da 2ª secção de levantar a sua planta, e de organizar o orçamento da despesa para melhora-la, afim de que sendo-vos presente, possais resolver a respeito, o que parecer conveniente.²⁶ (Ferrez, 1970, p. 23. Grifos nossos).

Com relação às vertentes do Ribeirão Sebastiana e Rio Preto, enquanto rotas de passagem, pelo menos até 1845, Ferrez (1970, p. 54) evidenciou que este trajeto de fato fazia parte do primeiro caminho que interligava Magé ao Paraíba. Esse caminho, mais tarde será remodelado por trás da Serra dos Órgãos, tornando-se a Estrada Magé-Sapucaia, onde continuava seguindo com conexões para o Paraíba, Cantagalo, o interior da Zona da Mata Mineira, entre outras regiões, sendo uma das principais rotas de abastecimento socioeconômica, entre Minas, a Praça mercantil do Rio de Janeiro e a Corte imperial e vice-versa. Entretanto, ao se traçar este novo trajeto, Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana perdeu essa referência e intensidade de circulação e fluxo de passagem.

²² FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara de Nova Friburgo*. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2021, p. 1067. Sessão da Câmara, 9 fev. 1858.

²³ *Ibidem*, p. 220-221.

²⁴ Sem dúvidas era também interesse do saquarema Visconde do Uruguai tais reparos, visto o mesmo possuir no período grande propriedade na Vila de Cantagalo. Ver Marreto (2014, p. 5).

²⁵ O Rio que em seu curso d'água continua seguindo para São José do Vale do Rio Preto.

²⁶ A estrada foi reparada porque nas despesas com obras públicas apensa do relatório de 01/03/1841 de Manoel José de Souza França, aparece: Serra do Socavão, importância do último pagamento na forma do contrato 5:000\$000.

Sobre a antiga Estrada Magé-Sapucaia, de acordo com Peres (2009), primeiramente se trafegava pela Serra do Socavão e mais tarde pelo Caminho do Couto, que passou a ser denominada Serra dos Órgãos, onde foi fixado um posto de cobrança, no lugar que ficou conhecido na Serra por Barreira, isso, a partir de 1845. Formava parte da passagem, dessa via, que foi muito importante durante anos, para o transporte de mercadorias da província do interior das Minas Gerais e do Vale do Paraíba, até o Porto da Piedade em Magé. Tal trajeto, segundo Sedlacek (2012, p. 25; 28; 41), consolidou-se por meio da concessão à Companhia Magé-Sapucaia, cujo fluxo de tropas de cargas era intenso e suficiente para o investimento dessa companhia, com posto de cobrança, entre a produção de Minas Gerais e Rio de Janeiro. De acordo com o autor, para garantir e defender os interesses das diversas frações dessa classe dominante fluminense, proprietária de terras, e detentora do controle do comércio e da agricultura na região, sucessivos governos da província, independente de quem fosse, se viam obrigados a conservar esses caminhos, como instrumento de defesa dos interesses privados (*Ibidem*, p. 25). A partir da segunda década do século XIX, a região do Ribeirão Sebastiana passa a pertencer a jurisdição da Vila de São João Batista de Nova Friburgo. A essa altura, a Câmara de Friburgo ratifica a importância desses caminhos, dessas vias e das serras para escoamento da produção, principalmente para a Corte:

O terreno de Nova Friburgo, situado nas abas da Serra dos Órgãos com a extensão de 8 léguas de norte a sul e 15 de este a oeste, tendo a seu cargo três estradas gerais que atravessam a referida serra com a denominação de Serra da Boa Vista, *Subaio* e *Socavão*, tão necessárias como indispensáveis à comunicação e transporte dos produtos da agricultura dos termos de Cantagalo, Paraíba e mesmo de Minas com a Corte, pelas principais partes denominadas *Caixas*, *Subaio* e *Magé*, além de inúmeros caminhos atravessadores da comunicação e transporte das lavouras dos distritos, entrelaçadas de diferentes rios caudalosos como sejam o rio Grande, Santo Antonio, *Bengalas*, *rio Preto*, *Sebastiana*, Valério, Registro e outros de menor tamanho e dependentes de grandes pontes; estas estradas pela serra referida que sempre se acham no mais deplorável estado e só por falta de outras são transitadas.²⁷

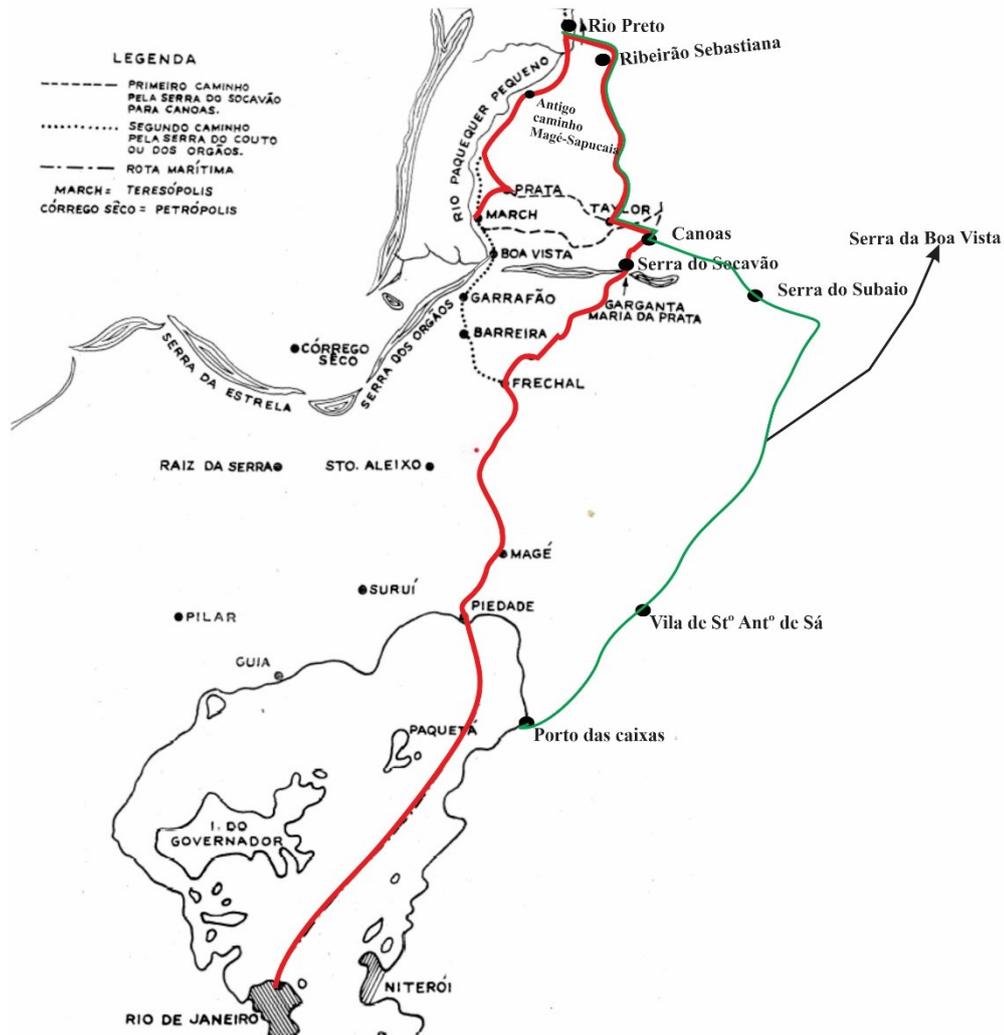
Observa-se que, embora os péssimos caminhos e estradas fossem uma constância, a região não era a única que possuía sérios problemas de fluidez de suas vias. A tradição das estradas e caminhos que conectavam o litoral ao interior do Brasil, desde o período colonial,

²⁷ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara de Nova Friburgo*. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2021, p. 320. Sessão de 9 set. 1833. Grifos nossos.

em péssimo estado de conservação, eram ainda extremamente estreitas, sinuosas e precárias. A região do Ribeirão Sebastiana, de certa forma, era privilegiada, pois se beneficiava de rotas para escoamento da produção de suas mercadorias – pela Serra do Subaio utilizava o Porto das Caixas de Santo Antônio de Sá, e pelas Serras do Socavão e posteriormente, dos Órgãos, também utilizava o Porto da Piedade em Magé. Esses remetiam os produtos até o Rio de Janeiro, pela Baía da Guanabara. Trata-se, portanto, de um lócus estratégico privilegiado, por onde foi possível circular a partir do século XIX, uma gama variada de bens de mercadorias. Como assinalou Lamego (1964, p. 193), o caminhar pelos bordos da Baía de Guanabara era difícil, devido a tantos brejos e era o sistema de rios que se irradiava como um leque para as zonas montanhosas, decisivamente influíram na penetração dos “sertões”. Desbravadores subiram ao longo das margens e estabeleceram engenhos e fazendas, sendo, por meio deles e de suas margens, que a produção agrícola do recôncavo era transportada para o Rio de Janeiro.

Apresenta-se a seguir planta realizada pelo cartógrafo Eduardo Canabrava, utilizada por Gilberto Ferrez na sua obra *Colonização de Teresópolis, à sombra do Dedo de Deus*, no ano de 1970. O mapa foi georreferenciado e complementado para o objeto de estudo, observando-se as duas rotas de caminhos descritas anteriormente.

Mapa 8 - Destaque para as rotas de passagem entre o Ribeirão Sebastiana e Rio Preto bem como Serras e Portos para o escoamento de mercadorias, 1970/2024.



Fonte: CANABRAVA, Eduardo Canabrava (1908-1981). *Apud* Ferrez (1970, p. 23, estampa 4).

Nota: Também utilizada por José Carlos Barreiro no artigo "O botânico George Gardner e suas impressões sobre a cultura escrava no Brasil: Rio de Janeiro, 1810-1850" (2017). As modificações realizadas na planta original foram pontuar a Serra do Socavão que se apresentava somente na legenda; posicionar melhor a localidade de Canoas, que não se encontrava referenciada geograficamente de forma adequada; apontar o antigo caminho Magé-Sapuçaia; destacar o trajeto de viagem do inglês e seus amigos, elucidando também outras possíveis vertentes e vias de possibilidades; adaptar, criar, complementar e referenciar outra importante rota, que a partir, do Porto das Caixas era utilizada até chegar ao Rio Preto, 2024.

Como é demonstrado por meio do mapa, um dos caminhos que passava pela Serra do Socavão, antes mesmo de “existir” o trajeto da Serra dos Órgãos, reporta-se a um relato que o inglês Edward Wennie Fry²⁸ detalhou em diário e, décadas mais tarde, foi cartografado por Eduardo Canabrava, este trajeto realizado por Fry e amigos. Referenciamos no mapa acima, o trajeto dessa rota em vermelho, no qual, o inglês descreveu o seu percurso de viagem. Procuramos acompanhar o trajeto, a partir do Rio de Janeiro, até o destino final, na então Fazenda March.²⁹ Levando, em consideração, os percursos e as pernoites, totalizando quatro dias de viagem, conforme exposto:

Em 12 de maio de 1826, [...] embarquei na Praia dos Mineiros,³⁰ em companhia de Mr. Hayne e Mr. Price, em três faluas ou barcas da Praia Grande [Niterói], duas levando nossos animais. Passamos, avistando a Ilha de Paquetá e chegamos a Piedade. Arreamos as mulas e partimos para Magé e lá, nos instalamos numa casa, que March possuía na Vila (Ferrez, 1970, p. 47-48).

O viajante vai descrevendo detalhes dessa viagem, como, por exemplo, com quem apanhou a chave da casa, como alimentou as mulas e como se alimentaram e pernoitaram até o dia seguinte, quando:

Ao alvorecer do dia 13/05, [...] prosseguimos viagem, até chegarmos em uma venda à beira da estrada chamada Freixal (Frechal), onde paramos para um café, tendo viajado por estrada passável e atravessado um rio, o Bananal, com água pelos joelhos dos animais. [...] Chegamos às 12h00min h ao pé da Serra do Socavão ou Serra de Bras Sardenha e as 14h00min h chegamos ao cume da montanha, onde uma descida suave levou-nos à casa de Manoel Pereira. [...] Fomos recebidos hospitaleiramente pelo feitor (Ferrez, 1970, p. 48).

Não diferente das menções anteriores, Fry descreve circunstâncias, até a hora do jantar, como foram tratados e como ele e os amigos passaram a noite, além de reclamar do frio pela manhã de domingo, até que:

²⁸ O inglês chegou ao Rio em 24/04/1810 e começou a trabalhar na firma Counting House of Cunningham Dun & C^o. Mais tarde se tornou sócio da firma que passou a se chamar Bourdon & Fry. Foi comerciante de proa e deixou um diário manuscrito, entre 1810-1831, que pertenceu ao Embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho. Ver Ferrez (1970, p. 45) e Gollarte (1966, p. 42).

²⁹ Primitiva Fazenda de Santana do Paquequer, em que, o inglês George March, criado em Portugal, arrendou primeiramente, no ano de 1818 e rabatizou pelo nome, Fazenda March, depois a comprando. Em 1855, esta região tornou-se Freguesia da Vila de Magé e, em 6 de julho de 1891, torna-se o município de Teresópolis.

³⁰ Essa praia estava localizada, onde hoje é parte da Rua Visconde de Itaboraí e o Arsenal da Marinha, no qual ancoravam, principalmente, embarcações do interior da Baía de Guanabara.

No dia 14/05, depois do café partimos, às 08h30minh, atravessamos o “Rio Preto”³¹ passamos por péssima estrada cheia de buracos, onde as mulas atolaram, [...] mas, apesar das dificuldades, chegamos às 10h00minh, numa casa do Comodoro Taylor. Lá encontramos um preto, que indicou a residência deste oficial, para onde nos dirigimos a pé [...] Almoçamos e montamos nos animais, rumo à Fazenda do Sr. Capitão Custódio de Souza Guimarães, por volta das 15:45h. *Após, atravessamos os rios Bengalas e Sebastiana.*³² *Sendo que, pelo rio Bengalas, seguimos por meio de uma grande canoa, e pelo Rio Sebastiana, seguimos por uma ponte boa. Viajamos por estrada passável, porém, não tão boa que permitisse galopar todo tempo, fomos recepcionados muito bem, pelo filho do Sr. Custódio, [...] uma vez que possuía uma carta de apresentação (Ferrez, 1970, p. 50-51. Grifos nossos).*

Ainda se reportando, a fazenda do Capitão Custódio de Souza Guimarães, situada entre as vertentes do Ribeirão Sebastiana e o Rio Preto, o viajante inglês, relatou que ele e os seus amigos passaram a tarde visitando-a, e percebiam que a mesma, era ampla, bem equipada e em perfeita ordem. Mencionou também, que a noite foi oferecido um bom jantar e durante a refeição foram entretidos pela música de uma clarineta, tocada pelo barbeiro preto da fazenda, onde pernoveram em boas camas e lençóis, além do quarto que era forrado, assoalhado e muito confortável sobre todos os aspectos. No dia seguinte, já quase se encontrando, em terras da Fazenda March, final do destino, descreveu:

Em 15/05, partimos às 09: h10min. atravessamos o Rio Preto em canoa, os cavalos seguiram a nado com um guia, por boa estrada, e foram até o Rio Paquequer³³, onde indicaram o caminho para as residências de dois suíços, André e Nicoláo, e disseram que não podíamos errar, mas após uma hora de viagem, passando ao pé de um Sítio, uns pretos informaram-nos que tínhamos enganado. O dono da casa, um ancião, deu-nos um guia para nos levar até Engano (encruzilhada da estrada que segue para Rio Preto e Friburgo). Ali atravessamos uma montanha alta e chegamos à casa de Claudino, Sítio dentro das terras de Mr. March e ali paramos, demos de comida para os animais e devoramos o frango presenteado pelo Sr. João, filho do Capitão Custódio. [...] Às 16: h00min. partimos novamente e alcançamos a casa de Mr. March às 19:h00hmin.oras (Ferrez, 1970, p. 51-52).

As narrativas deixadas pelo viajante inglês Edward Wennie Fry, contribuem de forma

³¹ Pelo relato e trajeto da viagem, o correto aqui seria o rio Canoas. O rio Preto está bem mais a frente do percurso.

³² Ambos afluentes do Rio Preto (Ferrez, 1970, p. 51, nota 52).

³³ O Rio Paquequer é o principal afluente, que corta a cidade de Teresópolis. A menção no texto refere-se, a passagem deste rio, pelas atuais localidades de Providência e Ponte Nova, 2º distrito do município.

ímpar para o fato de descrever aspectos de determinado período, da região objeto de estudos, onde constatou-se, a mesma estar inserida, em um circuito de rotas de passagens. Essas redes de caminhos, possibilidades e vias de pessoas e escoamento de gêneros e produtos, nesse tráfego de ir e vir demandavam a utilização de tropas de burros e mulas constantemente. De fato, da colônia ao império, o tropeirismo promoveu a interligação dos polos econômicos pelas distintas regiões do Brasil, com importante papel na atividade econômica, além, da interiorização da ocupação, numa dinâmica, dos mais variados lugares e recantos, em que tropas e tropeiros foram de vital importância para o escoamento de gêneros básicos e para o crescimento da economia de exportação, que era acompanhado pelo setor de produção de alimentos.

Nas palavras de Lenharo (1992, p. 96; 108), o tropear era tido como uma atividade rústica e desgastante, mas, a presença estratégica que ocupava na vida comercial, exigia do tropeiro um aperfeiçoar constante que garantisse o bom desempenho de suas funções. De certo modo, o tropeiro, não deixava de ser o elo que facilitava a aproximação dos dois mundos, o rural e o urbano, numa época de extrema carência de informações, a palavra recente do tropeiro significava a veiculação mais atualizada das novidades que procediam do mundo da Corte. Ademais, para além da necessidade da arte de organizar e transportar, tornavam-se os responsáveis pelo escoamento da produção e a dinamização do comércio. “A atividade tropeirística ajudou a fixar populações, que mais tarde, no século XIX, viriam se ocupar da nova atividade econômica: a produção cafeeira” (Schettine; Cardoso, 2023, p. 78).

Com relação ao transporte de cargas, a mula reunia condições para trafegar pelos tortuosos caminhos, incluindo os diversos recortes da Serra do Mar, escoando a produção e integrando diferentes pontos e locais de destino, fazendo conexões nos mais variados circuitos do Império do Brasil. Mesmo diante da chegada das ferrovias, a partir da segunda metade do século XIX, as rotas de muares se mantiveram como importante canal de comunicação. Lembramos que as malhas ferroviárias tiveram entre os mais beneficiados, os centros produtores de café, o que não era o caso da região objeto dos nossos estudos. As Terras Frias, em que o Ribeirão Sebastiana estava inserido, era reconhecida por ter um número considerável de animais cavалares e muares e indivíduos que se empregavam neste ramo de criação e comercialização.³⁴ Tanto, que este tipo de negócio será utilizado, nas relações de suas redes

³⁴ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas Transcritas da Câmara de Nova Friburgo*. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2021, p. 423. Sessão Ordinária, 17 dez. 1835.

econômicas e sociais, nessa região, até as primeiras décadas do século XX.³⁵

A atividade cafeeira no transcorrer do século XIX vai se expandindo, trazendo consigo, as linhas férreas. Tomamos como exemplo, o trecho ferroviário, que ligou Cachoeiras de Macacu a Vila de Nova Friburgo, conforme sinalizaram Correa e Santos (2009) foi inaugurado em 18 de dezembro de 1873. A partir de então, as tropas vindas de Cantagalo desembarcarão as mercadorias na estação dessa vila, “não mais passando pelas Terras Frias para descer a serra”,³⁶ que conseqüentemente, perde-se um significativo trânsito de tropas. Nesse quadro de expansão, a ferrovia vai se estender gradativamente ao centro-norte fluminense e se consolida como um novo meio de transporte para o escoamento desse café (*Idem, ibidem*). Partes dos agricultores das Terras Frias e da Freguesia do Ribeirão Sebastiana vão aproveitar o ensejo, da linha férrea que passava pela Vila de Nova Friburgo e começam a transportar suas mercadorias até a referida Vila para serem despachadas de trem.

A seguir, apresentamos mapa da Província do Rio de Janeiro, confeccionado a pedido do Presidente da província, Antônio da Rocha Fernandes Leão, no ano de 1887. O referido mapa indica legendas e quadros com dados informativos sobre a província do Rio de Janeiro, bem como, respectivas estações e malhas ferroviárias em tráfego e em projetos de construções, entre outros. Editado pela Lombaerts & Comp. Editores, que realizava trabalhos de cartografia, litografia, tipografia e encadernação, de edições por encomendas em: português, italiano e espanhol. O mapa em tela encontra-se editado nas versões, espanhola, italiana e portuguesa. Procuramos aqui utilizar, a versão italiana, cujo responsável pela confecção e execução foi o engenheiro José Carlos de Carvalho, conforme informações da base do Arquivo Nacional.³⁷

Mapa 9 - Mapa da Província do Rio de Janeiro e suas respectivas malhas ferroviárias –
Destaque para a Estrada de Ferro Cantagalo que passava pela Vila de São João Batista de
Nova Friburgo, 1887

³⁵ Relação dos que possuíam tropas no 3º distrito do município de Teresópolis entre 1902-1912: Antonio Gallo, João Granito, João Antunes Nogueira, João Faria, Carmine Gallo, Clemente Ferreira da Silva, Zeca (Stª Rosa), Washington Pimentel, Alfredo Santo Antonio, Manoel Pedro, Juquinha Fonseca, José de Freitas, Francisco Pontes Leal. (Coleção de fichários do pesquisador Antonio Sumavielle. Arquivo particular do jornalista Wanderlei Peres), 1930-1940, sobre histórias de Teresópolis.

³⁶ Cabe aqui destacar que esse trajeto de Cantagalo mencionado pelos autores se fazia de uma forma mais contundente e eficaz pelo antigo Caminho Magé-Sapucaia.

³⁷ *Mapa de la provincia di Rio de Janeiro 1887*. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_de_la_provincia_di_Rio_de_Janeiro_1887.jpg?uselang=pt-br. Acesso em: 9 jun. 2024.



Fonte: *Mapa de la provincia di Rio de Janeiro 1887*. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_de_la_provincia_di_Rio_de_Janeiro_1887.jpg?uselang=pt-br. Acesso em: 9 jun. 2024. Adaptação nossa, 2023.

De acordo com o mapa apresentado, destacamos, que a região do Ribeirão Sebastiana, embora, não fosse contemplada por ferrovias, os agricultores se preocupavam com o escoamento e com as vendas de seus produtos da lavoura. Tanto que, em determinado momento, se organizaram e, por intermédio de um abaixo-assinado, reivindicaram junto a Câmara de Friburgo, melhorias em um trecho do caminho.³⁸ A Câmara prontamente deferiu e remeteu cópia da representação para a Assembleia Provincial, para solicitação de verbas. Moradores dessa Freguesia, solicitavam a abertura de um atalho que atravessasse a mata, removendo a diminuição, em duas léguas, do caminho que precisavam atravessar, na estrada que utilizavam, para seguir para a Vila de Friburgo. Pois a freguesia fazia a sua exportação e importação também pela estação ferroviária³⁹ e “transportavam os produtos de suas lavouras, através das tropas de muares, até à estação de Nova Friburgo, da estrada de Ferro de Cantagalo”.⁴⁰ Portanto,

³⁸ FUNDAÇÃO D. João VI. Arquivo do Fundo da Administração de Nova Friburgo. *Abaixo-assinado de moradores da Freguesia do Ribeirão Sebastiana*, 17 out. 1882.

³⁹ BN-RJ. *Annaes da Assembléa Legislativa da Província do Rio de Janeiro*. Sessão de 14 set. 1881.

⁴⁰ *Annaes da Assembléa Legislativa da Província do Rio de Janeiro*. Sessão de 20 out. 1882. Representação de

além de outras vias e possibilidades de caminhos, o Ribeirão Sebastiana dispunha e utilizava de mais esta rota de passagem direta com a sua Vila, para escoamento de mercadorias.

1.3 Rio Preto e Ribeirão Sebastiana por Cartas de Sesmarias

Ao levantarmos as fazendas que tinham o escoamento de alimentos para a Capital da Província do Rio de Janeiro, identifica-se que algumas delas faziam parte da região objeto deste estudo.⁴¹ São fazendas que possuíam as suas origens ainda dentro do sistema de sesmarias, nos anos coloniais. Ferrez (1970, p. 21) referenciou que antes de 1788 já existia uma vereda como “escoadouro” dos produtos dessas fazendas em que um desses caminhos marginava o curso do Rio Preto, Ribeirão Sebastiana, passando por Venda Nova e Canoas. Alcançava-se o Rio e Serra do Socavão e daí, pela garganta da Maria da Prata, descia pelas cabeceiras do Guapi sobre Frechal, Magé e Porto de Piedade.⁴²

Recuperando o sistema sesmarial (1530-1822) como estratégia de concessão de terras, ocupação e povoação do Brasil, sem esgotar esse debate, e tampouco tratando amiúde desse complexo processo de “doações e direitos” voltam-se os olhos para aquelas que seriam as mais antigas fazendas produtoras do Rio Preto e Ribeirão Sebastiana. Recortando os anos da colonização do Império Português, vê-se as Cartas de Concessão Régia de Sesmarias, como “referências e pontos de partida”, para análises e reflexões importantes de um determinado território. Alicerces da política de Além-mar, o documento de sesmarias, foi

diversos moradores da Sebastiana, pedindo melhoramento do caminho que desta Vila vai ter àquela freguesia, o qual deve ser aproveitado até a ponte do Rio Grande, em terras da fazenda da Conquista e daí seguir por onde se julgar mais conveniente. - Deferido. Oficie-se nesse sentido ao Governo Provincial, remetendo cópia da representação, p. 2027; BN-RJ. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 258, 19 set. 1881 (Projeto n.º 2.989 autorizando a despesa de 6:000\$); n. 260, 23 ago. 1882 (passando o valor de 6:000\$, para 20:000\$); n. 263, 21 set. 1882 (é colocado em pauta a primeira discussão do Projeto n.º 2.989).

⁴¹ Ver a seção de “Anúncios” da *Gazeta do Rio de Janeiro*: “vende-se uma fazenda com cem mil braças de testada com duas léguas de fundos no lugar denominado Ribeirão ou Rio Preto. [...] com parte de uma engenhoca pronta a moer, e água tirada e madeiramentos para engenho de trabalhar com água. [...] bem como, casa de vivenda, monjolo, paiol, senzalas e olaria”; “Quem quiser comprar uma fazenda e engenho com todos os seus pertences, sortida de tudo, escravos, bois, porcos, [...]. Sita de serra acima no Rio Preto” e “Quem quiser comprar huma Fazenda com meia légoa em quadra, cita em Serra acima, nas Caxoeiras do Rio Preto, junto ao Paquequer, com casas de vivendas, e monjollo” (BN-RJ. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 29 out. 1917; 22 mar. 1823).

⁴² Essa descrição também faz parte da antiga Estrada Magé-Paraíba.

consagrado, como a forma “inaugural, ou oficial” e muitas vezes entendida como o marco zero, da ocupação colonial de terras, consolidando e ao mesmo tempo gerando uma série de conflitos e desdobramentos, entre os vários agentes sociais externos e internos de seu tempo (Motta, 2012, p. 264-267). As cartas de sesmarias, de acordo com Pinto (2011, p. 33-34), são documentos de grande importância para a compreensão da história agrária no Brasil. Porém, o autor nos alerta que tal fonte, para estudos mais aprofundados, se utilizadas isoladamente, não são suficientes, para esclarecer o processo de ocupação da terra e dar conta dos conflitos que dele porventura surgiram. Necessitam, então, ser tratadas, em conjunto com outros tipos de fontes historiográficas, criteriosamente selecionadas pelo pesquisador.

As primeiras referências indicam a demarcação das terras dessa região como instrumento de colonização. Foi à confirmação de algumas cartas de sesmarias do período mariano (1777-1816)⁴³ da Capitania do Rio de Janeiro do início do século XIX. Foram então localizadas quatro Cartas de Confirmação de Sesmarias, nos arquivos digitalizados da Torre do Tombo, em Portugal, para levantamento, buscou-se pela localidade, cujo nome primitivo foi Cachoeiras do Rio Negro, posteriormente, nominado Rio Preto.⁴⁴ Foram identificados os sesmeiros: Joaquim José da Roza, José Vicente Roza, Manoel Migueis Pereira e Antonio José Gonçalves Vianna.⁴⁵

Observamos que esses documentos de Sesmarias, concedidos na região objeto de nossos estudos, entre 1800-1804, são acionados pouco antes de uma conjuntura política extremamente delicada e tensa para Portugal, visto o Reino, a partir de 1807 ser ocupado

⁴³ Ainda que a rainha tenha de fato assumido a direção até 1792, quando prisioneira de sua própria loucura, foi substituída por seu filho (Motta, 2012, p. 83).

⁴⁴ É possível que existam outras Cartas de Sesmarias, porém, até o momento em que esta pesquisa foi finalizada, somente localizamos quatro. As Cartas de Sesmarias confirmadas estão disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo Chancelaria Régia. (Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=3882924>. Acesso em: 15 jun. 2022), entre 1801 e 1804 (cód. 166, fls. 487-490).

⁴⁵ Joaquim José da Roza - Indicação de ser negociante, com carga de vários gêneros (BN-RJ. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 290, 23 dez. 1839); José Vicente Roza - Indicação de ser negociante, além de constar na relação de entrega de donativos (BN-RJ. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 71, 4 set. 1813; n. 42, 24 maio 1817); Manoel Migueis Pereira - Não foi localizado em periódicos qualquer menção; Antonio José Gonçalves Vianna - Além da indicação de ser negociante, o seu nome aparece na relação de donativos em dinheiro e gênero alimentício (farinha) a ser enviado para Portugal em consequência da invasão francesa pelas tropas napoleônicas, em que o Reino vivia um momento de profunda crise (*Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 5, 14 out. 1809). Muito provável, a localidade de Vianna, que existe até os dias de hoje, ser em consequência do sobrenome desse sesmeiro.

pelas forças francesas bonapartista e a Família Real de Bragança estar submetida à decisão de transferência para o Brasil. Portugal vivenciava a degradação do regime senhorial, por questionamentos e críticas de várias direções. Nesse ínterim, a questão da propriedade da terra passaria a ser mais um dos inúmeros embates políticos e sociais daqueles trágicos anos, em que a Lei de Sesmarias, embora não fosse mais aplicada ao território português, continuava referência obrigatória nas discussões sobre o direito e o limite imposto à propriedade territorial. Em contrapartida, esse sistema de doação de terras era ponto fulcral da realidade da América portuguesa chamada Brasil (Motta, 2012, p. 203; 209).

Ao buscar “controlar a concessão de terras” e perscrutar a ocupação em várias partes do território brasileiro, um dos requisitos estipulados, pela Coroa a partir de meados do século XVIII, foi a forma mais usual da doação por data de meia légua em quadra, entre outras restrições como: a reserva de meia légua em uma das margens dos rios navegáveis para uso público e o respeito pelos sítios. Dentre as exigências e responsabilidades descritas, proibiam que se impedisse a repartição de descobrimentos de terras minerais que, porventura existissem nos sítios doados, e que não houvesse restrição à abertura de caminhos, pontes e serventias públicas para maior comodidade do bem comum. Restringiam, ainda, as transferências das terras recebidas em sesmaria para ordens religiosas e, caso isso acontecesse, que elas pagassem os dízimos como quaisquer seculares (Pinto, 2011, p. 30-33.). Certamente, a maior parte dos sesmeiros não seguiam ao pé da letra todos esses requisitos. Mas, para a realidade da região, objeto de estudos, o que mais interessou os sesmeiros, sem dúvidas, foram questões relacionadas a abrir, fazer e manter caminhos e vias, para que facilitasse e ocorresse, o escoamento da produção dos gêneros da lavoura, pelo menos até pontos estratégicos de distribuição. Tanto que Mattos (1987, p. 51-52) destacou que a abertura de estradas se fazia acompanhar de uma política de doação de sesmarias concedidas a burocratas e comerciantes, cuja finalidade era incentivar o povoamento e a colonização que cortavam áreas, ainda raramente povoada na passagem do século XVIII para o XIX, que gravitavam ao redor da Corte em direção ao Sul de Minas. Ao se analisar o conjunto dessas quatro confirmações de cartas de sesmarias, que se encontram registradas em sequências e com estruturas praticamente parecidas destacam-se pontos em comum das mesmas:

Os sesmeiros, [Joaquim José da Roza], [José Vicente Roza], [Manoel Migueis Pereira] e [Antonio José Gonçalves Vianna]. [...] Tinha(m) notícia(s) certa(s), que nas Cachoeiras do Rio Negro [Rio Preto], districto da Villa de Santo Antonio de Sá, Capitania do Rio de Janeiro. [...] Havia terras devolutas e incultas e não saber onde findam. [...] Acima do sesmeiro

Raimundo Vidal e como não possuía terras em que pudesse trabalhar em terras próprias e tendo escravos e possibilidade de cultivá-las, me pedia que lhe fizesse mercê conceder de sesmaria, meia légua de terras em quadra. [...] A qual lhes conferiu Dom Fernando José de Portugal, vice-Rei e capitão geral de mar e terra do estado do Brasil e que por esta, confirma, nas sobreditas paragens e se comprometam a cultivar onde necessário for, em que tais informações que se deram na Câmara da Vila de Santo Antonio de Sá passando o reconhecimento dessas terras na forma declarada.⁴⁶

Ainda com relação, a este sistema sesmarial, outra menção foi encontrada, na documentação camarária de Nova Friburgo. Em 1822, foi informado, sobre as sesmarias solicitadas pelos senhores: Elias Ribeiro, Francisco Rodrigues Ferreira, João José Correia, Pascoal da Silva de Faria, Manoel José da Motta e Manoel José Teixeira.⁴⁷ Todos pretendentes nas vertentes do Rio Grande e do Ribeirão Sebastiana. A Câmara informou sobre este requerimento pedindo a Alteza Real, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o pagamento dos subsídios vencidos como adidos à Colônia.⁴⁸ A Câmara de Nova Friburgo, ainda lidou com cartas de ordem de sesmarias até o ano de 1825, mesmo estando “extinguido” este sistema em 1822 (Corrêa, 2020, p. 1). De acordo com Márcia Motta (2012, p. 243; 260; 262), embora a resolução de 17 de julho de 1822 tenha revogado a concessão de sesmarias e a provisão de 22 de outubro de 1823 ter reafirmado a proibição de novas concessões, esse complexo sistema ainda era acionado havendo diversas discussões. Porém, a Constituição de 25 de março de 1824 fazia cair por terra esse sistema de sesmarias e o princípio que norteava a criação daquela lei – a obrigatoriedade do cultivo.

Na busca por ascensão social propiciada pela concessão de sesmarias, existiram casos, segundo Motta (2012, p. 173), de pretendentes sesmeiros que não intentavam obter apenas um título, mas, também, inserir-se na categoria social de sesmeiro, em contraponto ao universo de lavradores sem títulos de propriedade. A solicitação de sesmarias para alguns, poderia referenciar a ascensão desejada, inserindo o lavrador nos quadros da categoria social

⁴⁶ ANTT. Carta de Confirmação de Sesmarias. Joaquim José da Roza, José Vicente Roza, Manoel Migueis Pereira, Antonio José Gonçalves Vianna. Códice 166. Fls. 487-490.

⁴⁷ O nome de Manoel José da Mota aparece como confrontante em duas declarações no Registro Paroquial de Terras da Vila de São João Batista de Nova Friburgo. Ao que tudo indica, suas terras se situavam onde hoje está localizado o bairro de Mottas, 3º distrito do município de Teresópolis/RJ (APERJ. Registros Paroquiais de Terras - século XIX. Nova Friburgo, São João Batista, Livro 57, 1854-1857).

⁴⁸ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas Transcritas da Câmara de Nova Friburgo*. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2021, p. 40. Sessão Ordinária de, 17 out. 1822.

de sesmeiro, que ao rogar por uma sesmaria, eles podiam se diferenciar de seus pares, arrendatários e lavradores submetidos ou não aos grandes fazendeiros da região.

O instituto das sesmarias, para Carmen Alveal (2022, p. 37-38; 316), deve ser observado em seu duplo aspecto pois primeiro procurou ser um regime utilizado como meio principal para a distribuição de terras e, conseqüentemente, para fomentar o povoamento visando ao benefício do império português. Segundo por estar inserido às estruturas sociais e de poder específicas, em um quadro de multinormatividades e de ampla hierarquização social. De acordo com a autora, para tentar garantir à terra, utilizavam-se, de estratégias e formas diversas; fosse pela posse, fosse por um documento, fosse pela violência. O significativo era tornar aquela terra uma propriedade, que desde os tempos coloniais, justificava, o cultivo como legitimação da posse. Isso ocorria desde Portugal, tanto pelo direito comum, quanto pelas Ordenações Filipinas. Confirmando que a posse da terra sempre foi uma tradição forte na América portuguesa. Este tipo de argumentação, enquanto, “instrumento de validade”, era de difícil controle, pela administração portuguesa.

As Cartas de sesmarias ao serem acionadas como um instrumento legitimador de individualização da propriedade no final do século XVIII, Motta (2012) chama à atenção ao elucidar, que essas Cartas têm sido utilizadas para construir um ponto zero na história, como a inscrição de uma “verdade”, trazendo para os nossos dias a mesma expressão de poder que simbolizava a época que foi instituída e consolidada o sistema jurídico das sesmarias da ocupação territorial na área da disputa. Ao lançar mão de um documento tão antigo, uma das partes, ou as duas chama à história como testemunha e consagra ao menos aos olhos da lei, a legalidade de sua ocupação. O que parece simples encobre o embate de preceitos jurídicos e disputas sobre o direito a terra.

Em estudo sobre essa legislação e normatização, a autora compreende a utilização da carta de Sesmarias, revela a dimensão simbólica do poder dos terratenentes, a despeito das múltiplas interpretações sobre a história da ocupação do lugar. A vitória de uma das partes eleva a carta como expressão da “verdade” da ocupação, seu mito fundante. De qualquer forma, o simples fato de possuir em mãos um documento de sesmarias trazia vantagens incomensuráveis ao litigante, autor de um processo envolvendo pequenos posseiros. A carta, ao revelar a dimensão simbólica de seu poder, tornava-se a expressão da verdade que se queria imprimir. Não à toa, quando se acompanhou os processos que envolveram disputas de terras nos oitocentos, encontraram-se reiteradamente a noção de que a concessão de sesmaria configura o “marco zero” da ocupação do local do litígio, em contraste com as alegações de que aquelas terras haviam sido ocupadas por sistema de posse, reconhecido a partir da lei da

Boa Razão de 1769. As disputas analisadas em diversos processos, não são apenas importantes para entendermos os embates pela posse da terra nos oitocentos. Elas também são importantes por nos revelar a construção do mito da carta de sesmaria, que se criou como fundamento da primazia da primeira ocupação reatualizando em cada litígio a legitimidade dessa concessão régia (Motta, 2004).

Ao reportamos o sistema de Sesmarias, resultado de uma conjuntura extremamente complexa (Cf. Motta, 2012, p. 17), e que gera, até os dias de hoje variados recortes temporais de análises e estudos de renomados historiadores, juristas, entre outros,⁴⁹ a intenção aqui foi tão somente, descortinar a história da ocupação do Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, e perceber através do olhar de Motta, pelo processo histórico, que a ocupação dessa região, não foi palco de grandes disputas pela terra, mas, também não foi isento de conflitos.

As Cartas por Sesmarias, mencionadas anteriormente e concedidas entre os anos 1801 e 1803, vão ser adquiridas com o tempo pelo Sr^o Joaquim Moreira Dias e sua esposa Joanna Alves Moreira. Um processo do ano de 1841 esclarece que o Sr^o. Joaquim e a sua esposa Joanna, são autores de uma ação de Carta Precatória/Demarcção de Terras,⁵⁰ em que são réus: Bernardo José de Sampaio e sua esposa Vicência Francisca Ramos, Antonio Pereira e sua esposa Generosa Rosa do Espírito Santo, Manoel Rodrigues e sua esposa Maria Francisca, Luiz Antonio Barbosa Correa e sua esposa, Ana Francisca Rosa, Vicente Correa e sua esposa Maria Rosa, Francisco Muniz de Albuquerque e sua esposa Bernarda Maria da Silva e Manoel Luiz da Costa.⁵¹ A alegação nos autos é que os réus adentraram em parte de suas terras e o autor pretende reavê-las, fazendo medir e demarcar e tombar, e esta, fazer pela escrituração do Desembargo. Os autores apresentaram nos autos, exatamente as Cartas de Sesmarias adquiridas, alegando que, os réus haviam ocupado parte daquelas terras por

⁴⁹ Para análises mais aprofundadas sobre o sistema Sesmarial conferir, o estudo inaugural do jurista Ruy Cirne Lima, *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas* (2002). Ver, também, Laura Beck Varela. *Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro*, (2005), Márcia Maria Menendes Motta. *Direito a terra no Brasil: a gestação do conflito 1795-1824* (2012) e Carmen Alveal. *Senhorios coloniais: Direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa* (2022).

⁵⁰ TJ-RJ. Acervo Permanente: Ação de Carta Precatória/Demarcção de Terras - Joaquim Moreira Dias e sua mulher, 1841.

⁵¹ Os Registros Paroquiais de Terras da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1854-1857), que serão objeto de estudos e discussões do capítulo III vão dar conta, que alguns desses réus de fato, são posseiros há anos nessas terras.

sistema de posse. Confirmando, as ilações da renomada autora Márcia Motta (2004, p. 10-14), as Cartas de Sesmarias, sinônimo de documento antigo, de dimensão simbólica, se tornou, em muitos casos, o mito de fundação e marco zero como fundamento de privilégio da primeira ocupação, reatualizando os casos de litígios, a legitimidade da concessão régia. O proprietário apresentou exatamente, o documento de concessão de sesmaria, “provas irrefutáveis” na Ação. Observa-se, que no processo, estão inseridas, tais Cartas em segmento uma da outra, essas mesmas, localizadas nos arquivos da Torre do Tombo, Portugal,⁵² que inclusive estão em melhor estado de leitura. Portanto, no arrolamento do processo foram essas mesmas Cartas, à expressão máxima de uma “verdade absoluta” e “mito inaugural de ocupação” daquele lugar, o suficiente para a conclusão da Ação. “É sabido como a desigualdade real das partes reflete-se na decisão final do processo. Mas em nenhum tipo de processo essa influência é tão flagrante quanto nas ações possessórias” (Motta, 2004, p. 13).

A despeito das múltiplas interpretações sobre a história da ocupação do lugar, percebe-se que os interesses por estas terras surgiram desde os tempos coloniais, empreendendo esforços máximos na cultura da terra, onde se constatou que no período imperial ocorreu o aumento da produção de alimentos (Frazão, 2023, p. 183-203). Indivíduos que ali se instalaram criaram toda uma interface destes com seus interesses no amanhã e mercado da terra. Trouxeram para a região propensões específicas, enquanto parte constitutiva do sistema de roças, técnicas, produção e abastecimento. Com as instalações de ranchos, sítios e fazendas, foram demarcadas vias terrestres e fluviais, para além das rotas comerciais, seja para a Cidade do Rio de Janeiro, seja para as Minas Gerais, sejam para outras regiões. Possuía terras férteis, essenciais à produção de alimentos e movimentação da economia, através de tropas e tropeiros.

Sobre o processo da configuração territorial do Rio Preto e Ribeirão Sebastiana, foi a partir da segunda década do século XIX, que essas terras de fronteira em expansão (Cf. Machado, 2010, p. 13-21), vão estar sob a égide da jurisdição eclesiástica e político-administrativa da Vila de São João Batista de Nova Friburgo. No processo de formação de espaços sociais, normalmente acompanhados por estágios gradativos de crescimento e

⁵² Das quatro Cartas de Sesmarias contidas no processo, está faltando a do sesmeiro José Vicente Roza, embora conste nos autos que o Sr. Joaquim possuiu as quatro concessões. Também no referido processo há o Auto de Posse do sesmeiro Alferes Joaquim José da Rosa, de 1802.

desenvolvimento, era a Igreja e Estado que determinava e dava legalidade e posição para procedimentos de fundações, sejam elas nas fases de povoados, curatos, freguesias e vilas. O Estado Imperial, através das Assembleias Legislativas Provinciais, em consonância com as Igrejas, através das Dioceses determinava a criação de jurisdições, em que, o grau de disposição e agilidade desses processos dependia dos interesses políticos, econômicos e sociais, que envolviam indivíduos e posições como veremos.

2. A REGIÃO DO RIBEIRÃO SEBASTIANA SOB A JURISDIÇÃO ECLESIAÍSTICA E POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA VILA DE SÃO JOÃO BATISTA DE NOVA FRIBURGO (1820-1863)

Tem este termo de Nova Friburgo, a única Freguesia de São João Batista, na vila, com as capelas de São José do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição do Rio Preto, com seus respectivos distritos e juizados de paz.⁵³

Ao enunciarmos a configuração da jurisdição eclesiástica e político-administrativa no período imperial brasileiro do território de Nova Friburgo, a egrégia Câmara municipal, em sessão no ano de 1835, informava que as capelas do 2º distrito, em São José do Ribeirão, e do 3º distrito, em Rio Preto, ainda não possuíam capelão e que a religião católica predominava docemente e convivia sem nenhuma “estranhura” com a igreja protestante luterana na Vila, uma vez que a tolerância era guardada perfeitamente, sem dar a fazer nenhum proselitismo. Quanto à População, possuía todo o território friburguense, que antes pertencia a Cantagalo, compreendido entre Rio Preto e Paraíba e vertentes, se contava em 1815, pouco mais de 2.000 almas, e que hoje (1835), se acha composto de 20.000.⁵⁴

Evoca-se que, ao longo da colonização portuguesa no Brasil, o território se expandiu partindo do litoral e conquistando paulatinamente o sertão. Com a transmigração da Corte no início do século XIX, a metrópole “interiorizou-se” (Cf. Dias, 2005) e o dinamismo econômico e a política oficial de povoamento, facilitados pelos caminhos e pela dificuldade de resistência da população indígena, geraram desproporções nas áreas administrativas. Sua integração decorreu de objetivos particulares e da transformação deste “aglomerado heterogêneo de populações mal assimiladas entre si que então constituíam o país, numa base segura para o trono português e para sede de uma monarquia europeia” (Fridman; Chrysostomo, 2006).

O território fluminense entre os séculos XVI e XVII, de acordo com Martins (1974),

⁵³ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas Transcritas da Câmara de Nova Friburgo*. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2021, p. 372-373. Sessão Ordinária, 19 jan. 1835.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 372-373. Sessão, 19 jan. 1835. Observa-se, que a Câmara, se mostrou incongruente com relação o total de 20.000 habitantes. Ao verificarmos o recenseamento do Império do Brasil no ano de 1872, considerando na tabela, o total igual ao número de almas, a população da respectiva vila de Nova Friburgo e freguesias de São José do Ribeirão, N. Sr.ª da Conceição de Sumidouro e Sebastiana, o total chega a 21.156 habitantes. Isso 37 anos após o referido pronunciamento da Câmara municipal.

apresenta um povoamento lento e uma ocupação territorial limitada a pontos do litoral, recôncavo da Guanabara, e a planície de Campos dos Goytacazes. No século XVIII, sofrerá um impulso dinâmico considerável da atividade mineira, e ao longo dos caminhos das minas, surgem povoados e fazendas dedicadas à lavoura de subsistência para o abastecimento das regiões auríferas e a partir do século XIX, vincular-se-á, de forma direta e dominante, à economia exportadora do país, por meio da lavoura do café, cuja expansão irá provocar a ocupação efetiva do território fluminense. No Vale do Paraíba e na região da Serra, as matas serão rapidamente substituídas por cafezais. Confirmando esta ocupação territorial e o povoamento de dinâmica acelerada, das cento e doze freguesias existentes na Província do Rio de Janeiro, criadas desde o século XVI, setenta e duas datam do século XIX, o que representa 64% daquele total, assinalando ainda, uma concentração maior nas décadas de 1830-1850.

Ao se reportar à história do território fluminense, Fridman (2011) destaca que é preciso acompanhar a gênese das unidades mais modestas até as vastas extensões que acabam por delimitar as fronteiras. Torna-se preponderante o papel desempenhado pelos povoados que se tornam centros do exercício de atribuições e os nós na rede de comunicações, que são detentores de funções específicas para a regulação e o controle sobre uma determinada região e definidores da relação com o Estado. No caso fluminense, ocorreu uma profunda alteração da paisagem social, a partir do dinamismo econômico e da expansão da fronteira agrícola que, por meio da incorporação de novas terras, demandou a abertura de veredas e a criação de lugares. A história fluminense foi observada pelo apoderamento da terra com a organização e extinção de um conjunto de lugares - aldeamentos, freguesias, vilas e cidades. Muralhas humanas, “formadores de unidades”, produtores de riqueza e centros de poder dependentes de atos de vontade dos poderosos, os núcleos urbanos subjugarão e delimitarão regiões pelo domínio do território, esclarece:

A gênese do território do Rio de Janeiro dependeu da usurpação das terras (dos nativos, dos religiosos e das propriedades públicas), da escravidão (de índios e de negros africanos), da exploração de trabalhadores livres e de uma política de colonização implementada pela metrópole portuguesa e assimilada posteriormente pelas elites nacionais nos oitocentos. O povoamento da "serra acima" levado a cabo por ex-mineradores, agricultores, pecuaristas, cafeicultores, desembargadores, almoxarifes, sargentos, capitães, majores, “homens bons”, cavaleiros da Ordem de Cristo, padres, médicos e colonos juntamente com os escravos e índios aldeados, começou com a abertura de caminhos e a instalação de postos de fiscalização. Esta marcha se fez acompanhar pela concessão de sesmarias e pelo estabelecimento de freguesias e vilas. Tal onda colonizadora iniciou-se no século XVIII como um projeto urbanístico português e continuou no século XIX, período de invenção da

nação brasileira e de definição de estratégias dos novos agentes que surgiram na cena econômica, política e espacial (Fridman, 2008, s./p.).

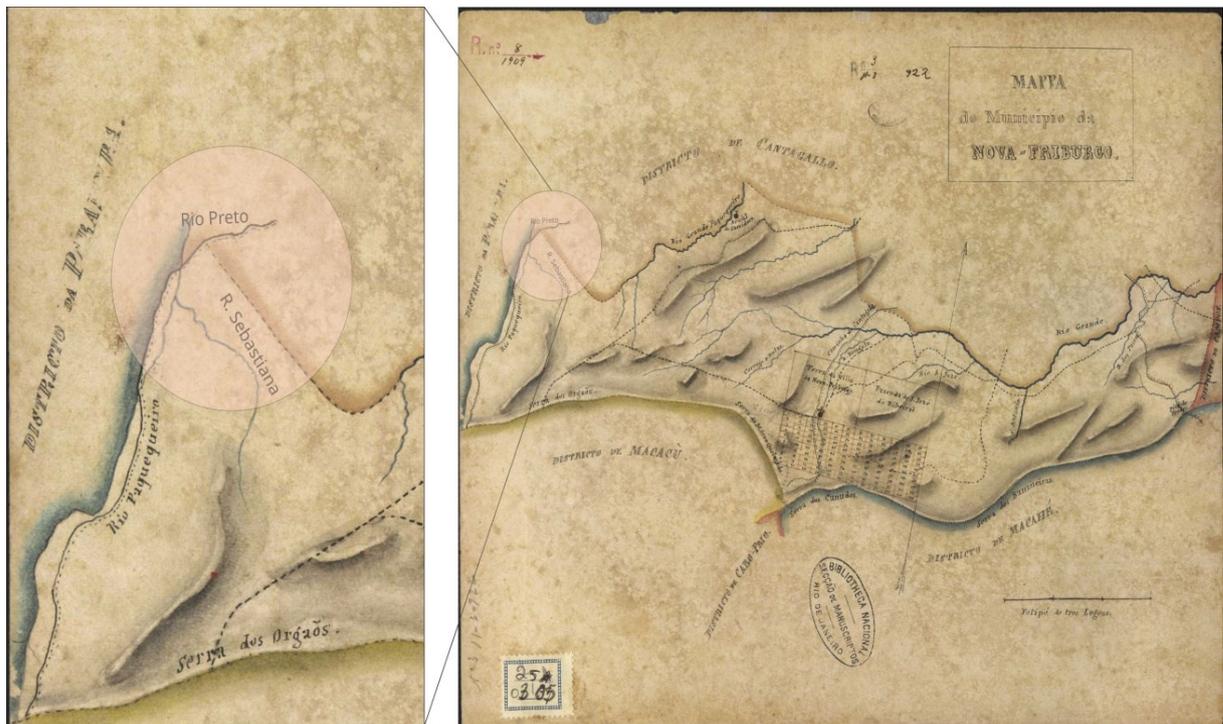
Quanto as práticas que consolidaram a integração do território da província fluminense, Macedo (2014, p. 1-15) ratifica que a política territorial imperial visava o fortalecimento de uma unidade nacional com o objetivo de extrapolar a ordem econômica assentada na produção agrícola, apontando para o papel preponderante desempenhado pelas cidades, que, em redes, serviriam de instrumentos de regulação e de controle sobre regiões. Os pressupostos do ideário nacional promovido pelo Império, sobre a organização territorial da província do Rio de Janeiro, já era algo pensado, uma vez que não se tratou apenas do surgimento de um conjunto de núcleos articulados e com funções distintas, mas de uma intenção no âmbito de um projeto maior. Tanto as políticas de abertura de caminhos já estabelecidos quanto os que seriam abertos pelas ferrovias pretendiam integrar ou mesmo constituir territórios. Segundo o autor, no plano da repartição territorial, foram mantidas as divisões em freguesias atendendo às estruturas eclesiásticas de poder, em comarcas como unidades de controle jurídico e em distritos para fins eleitorais e posteriormente para o trato das obras. A realidade fluminense mostra que a essência do controle territorial alvejado pelo poder centralizado, mesmo que este não fosse ainda completamente infraestruturado, estava incluído nas contas da Província a partir da sua incorporação à jurisdição ou termo das vilas e cidades, que variavam de tamanho, importância e abrangência no conjunto das políticas de controle do território.

Com relação à região serrana fluminense de Nova Friburgo, no ano de 1818, D. João VI autorizou a criação de uma Colônia para imigrantes suíços, na Fazenda de Morro Queimado, pertencente à Vila de São Pedro de Cantagalo, o Rei baixou um Alvará, em 1820 desmembrando significativa parte deste território. Surgindo, então, a Vila de São João Batista de Nova Friburgo, nome dado em homenagem aos primeiros suíços que chegaram à dita fazenda, procedentes do Cantão de Fribourg.⁵⁵ Meses após esta feita, ocorria a Revolução Liberal do Porto, cujo desfecho ocasionou o retorno da Família Real de Bragança para Portugal. De acordo com Lamego (1963, p. 231), o município de Nova Friburgo passou a dirigir toda a parte ocidental da Comarca de Cantagalo, cabendo uma grande área enflorestada confinante com Petrópolis e Magé, na qual, já pelos meados do século XIX, se

⁵⁵ BRASIL. Alvará de 3 de janeiro de 1820, criando o termo de Nova Friburgo. Estabeleceu-se, uma administração colonial independente em 17 de abril de 1820, com a instalação da Câmara Municipal.

fazia uma ativa penetração. A região, ora analisada, foi então desanexada de Cantagalo e passou a pertencer à jurisdição dessa Vila, em quase todo o século XIX, conforme mapas apresentados.

Mapa 10 - Mapa do município de Nova Friburgo, 1816-1825



Fonte: BN-RJ. Mappa do município da Nova Friburgo, entre 1816 e 1825. Aquarela e nanquim, 21 x 26 cm. Sem referência a autor. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/270052>. Acesso em: mar. 2022.

Esta planta cartográfica do município de Nova Friburgo, entre 1816 – 1825, em alguns momentos foi utilizada para se reportar aos lotes de terras doados aos colonos suíços, na então Fazenda do Morro Queimado.⁵⁶ A partir dessa fazenda, no ano de 1820, originou-se a Vila de São João Batista de Nova Friburgo, desvencilhando do território de Cantagalo. Embora, no mesmo encontra-se cartografado o Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, mas não descritos. Procuramos então georreferenciar os mesmos, que faziam parte do território friburguense.

Mapa 11 - Mapa do município de Nova Friburgo, 1833



Fonte: Mapa do município de Nova Friburgo de 1833. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/737183032727191753/>. Acesso em: mar. 2022.

Pertencente a seção de mapas do Arquivo Nacional, a planta cartográfica do ano de 1833, apresenta de forma panorâmica a dimensão territorial do município de Nova Friburgo, seguindo referenciados os mesmos lotes de terras do mapa anterior. Procuramos

⁵⁶ Ratificando o site em busca do passado perdido, utiliza-se deste mesmo mapa escalonando os lotes ocupados pelos colonos suíços, a partir do ano de 1819. Disponível em: https://embuscadopassadoperdido.blogspot.com/2011/06/colonia-suica-de-nova-friburgo-em-1819_12.html. Acesso em: 19 out. 2024.

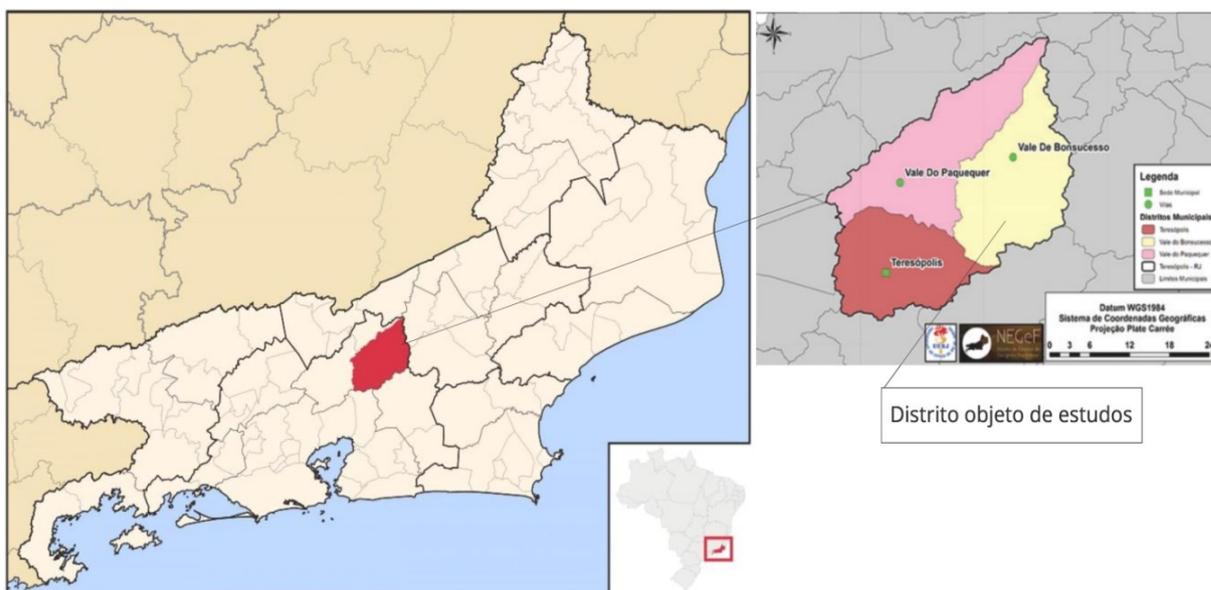
georreferenciar novamente o Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, cuja sede distrital neste período se encontrava localizada em Rio Preto, nos limites entre as Vilas de Magé e Nova Friburgo, onde o mapa também indica o caminho Magé-Paraíba, importante rota de mercadorias. Os rios Paquequer, Preto e Bengalas, em alguns trechos se encarregavam de fazer a divisão político-administrativa entre estas duas Vilas municipais da Província do Rio de Janeiro.

Antes de prosseguirmos, é importante esclarecer que no início do século XX (1901), este território é desmembrado novamente e a região do Ribeirão Sebastiana passa a pertencer, como terceiro distrito, ao município de Teresópolis.⁵⁷ Fundado em 6 de julho de 1891,⁵⁸ Teresópolis despontaria como grande produtor de gêneros agrícolas, entre eles o marmelo. Porém, de imediato, este foco não perpassa, e não se identifica no momento, com o atual objeto destes estudos, podendo em um futuro ser retomado. Entretanto, para uma melhor visualização de localização, procuramos demonstrar, através de mapa, o atual território de pesquisas e análises.

⁵⁷ RIO DE JANEIRO. *Lei Estadual n° 517 de 17 de dezembro de 1901*. Transfere a Vila de Sebastiana de Nova Friburgo para Teresópolis. Coleção de Leis da Província e do Estado do Rio de Janeiro: 1835-1987.

⁵⁸ RIO DE JANEIRO. *Decreto n° 280 de 06 de julho de 1891*. Cria o Município de Therezopolis. Coleção de Leis da Província e do Estado do Rio de Janeiro: 1835-1987.

Mapa 12 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro destacando o município de Teresópolis e os seus três distritos, 2024



Fontes: Mapa do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para o município de Teresópolis e os seus distritos. Disponível em: <https://pt.map-of-rio-de-janeiro.com/munic%C3%ADpios-mapas/teres%C3%B3polis-mapa>; https://www.teresopolis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Geo_atlas_Teresopolis.pdf. Acesso em: mar. 2022.

Quanto à dinâmica espacial do território fluminense, reportamos novamente a Fridman (2011), que refletiu sobre sistemas locais que, ao se desdobrarem sobre sua hinterlândia ou zona de influência, criaram um mercado regional por meio da divisão de trabalho e das economias de escala. Esse dinamismo foi, no passado imperial, um elemento determinante para a "reinvenção" da base geográfico-política do Rio de Janeiro, incluindo as sedes municipais, onde está claro que tal divisão espacial e técnica decorreu de interesses dos agentes e da autonomia regional. Após a independência, a província fluminense desempenhou o papel de organismo político-administrativo central ao articular a unificação do novo país. Face à relação simbiótica, entre o Estado português e a Igreja Católica, a autora esclarece que os colonizadores foram favorecidos nas fundações dos arraiais e povoados pela instalação de freguesias (paróquias). Contando com o mínimo de dez casas ou famílias, estas unidades eram as menores da administração pública; áreas submetidas à jurisdição espiritual de um padre, que também exercia o governo civil.

Quanto às dispersas comunidades que se institucionalizavam, pela elevação de suas capelas à condição de curato e algumas posteriormente à categoria de freguesia, o governo

começava a exercer o sistema de Padroado Régio sobre essas igrejas e sustentá-las com parte das rendas provenientes dos dízimos da Ordem de Cristo ali arrecadados, através de um Alvará que determinava seus limites. Na realidade, a paróquia foi delimitada em boa hora, por razões práticas. Pode-se se dizer que a existência do dízimo obrigou o traçado das suas fronteiras (Fridman, 2011, p. 8-9). Dentro dessa perspectiva, observa-se que no decorrer do século XIX as formações de unidades político-administrativas e eclesiásticas, pelo menos em sua maioria, passavam por alguns tipos de etapas, estágios ou fases, até chegar a um crescimento maior, em que Estado e Igreja davam legalidade e posição, através das seguintes estruturas:

- *Arraial/Povoado* – A princípio, normalmente se formava um pequeno arraial ou povoado construindo no local, uma ermida/capela. Símbolo maior, de uma unidade social comunitária com pequeno núcleo de habitantes. As capelas foram instrumentos da política portuguesa para se efetivar a dominação colonial nos mais longínquos espaços da América portuguesa. Transformava determinado lugar mítico e selvagem em território colonial, a partir da qual se pode perceber a dispersão destas capelas pelo ambiente geográfico, o que possibilitou aprofundar a compreensão de como espaço e sociedade foram mutuamente forjados nos processos migratórios que definiram a fronteira agrícola (Andrade, 2018, p. 285).
- *Curato* – Quando os serviços religiosos chegavam essas pequenas povoações poderiam conquistar à condição de Curato. A “Capela curada”, com padre residente, ou visitante, iria passar a ser filial de alguma Igreja Matriz, de uma freguesia, ou vila, até ter condições necessárias para se tornar um grau de elevação maior, ou não;
- *Freguesia* – Circunscrição eclesiástica, sede de uma igreja paroquial, quando comunidades atingiam um crescimento populacional e econômico mais expressivo, eram elevadas pelas autoridades à categoria de Freguesia, “termo para limitação de todos os atos administrativos e religiosos” (Santos; Berger, 1965, p. 7). Esta paróquia passava ter certa representatividade, diante da Vila, a qual pertencia;
- *Vila* – Unidade político-administrativa autônoma equivalente a um município, trazida de Portugal para o Brasil no início da colonização e tendo perdurado até fins do século XIX; toda vila deveria possuir câmara e cadeia, além de um pelourinho, símbolo de autonomia. Alguns espaços, pela visibilidade política, econômica e social que possuíam, já eram elevadas diretamente a categoria de Vilas, ou podendo ser elevadas com o decorrer do tempo, por ser tornar mais populosa, comercial,

urbanizada. Dependia das circunstâncias e interesses envolvidos.

Com relação à gênese dos núcleos, dos assentamentos e das aglomerações, nas diversas regiões do país, são apontados que esses núcleos surgiam ao longo do tempo e foram galgando diferentes estágios hierárquicos. Com uma concentração de morada, uma capela, depois capela curada ou visitada por um padre. E se esse povoado chegasse a um determinado porte, aspiraria constituir uma freguesia (Marx, 1991, p. 11-13). Analisar-se-á, então, a forma gradativa desses estágios, que abrangeu a região do Ribeirão Sebastiana.

2.1 Rio Preto como povoado consolidado da Vila de São João Batista de Nova Friburgo

A historiografia já elucidou os elementos que indicam que as vertentes de Rio Preto faziam parte da Vila de Santo Antônio de Sá e, posteriormente, pertenceu rapidamente à Vila de São Pedro de Cantagalo. Será, no entanto, a partir do ano de 1820, que a região passará para a jurisdição da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, recorte temporal ao qual serão disponibilizadas, de fato, por meio de documentação camarária, referências mais abrangentes e detalhadas.

Após a criação da Vila de Nova Friburgo, ocorrida dois anos antes da Independência, do Brasil, observamos através das Atas da Câmara da Vila, que entre os anos de 1822, 1824 e 1826, são mencionados esparsos anúncios de nomeações, são aos cargos de Juiz Almotacé e Capitão do mato. Além de denunciar os péssimos estados das estradas públicas, pontes e estivas, de Rio Preto, em especial pelo estado de abandono que se encontravam.⁵⁹ Como é bem exemplificado pela documentação camarária, o pequeno povoado na localidade de Rio Preto, composto por casas dispersas, passava a fazer as honras, de uma espécie de “sede distrital”, e configuração territorial da Vila de São João Batista de Nova Friburgo recortava-se da seguinte maneira:

*O 3º distrito é o do Rio Preto*⁶⁰ situado a Oeste da Vila, ao norte deste confina

⁵⁹ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara de Nova Friburgo*. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2021, p. 33. Sessão, 23 mar. 1822; p. 70. Sessão, 31 jun. 1824; p. 85-86. Sessão, 17 out. 1826.

⁶⁰ Importante aqui se atentar para o fato de que o Curato de São José do Rio Preto, atual município de São José do Vale do Rio Preto, pertenceu a Vila de Friburgo até 1833. A documentação camarária é clara quando se reportava a São José do Rio Preto e ao Rio Preto. Regiões estas relativamente próximas e em comum,

com a nova divisão de Cantagalo por todos os pontos do Ribeirão de Lajes, a serra do Capim, ao Oeste do Paquequer e ao Sul a Serra dos Órgãos, a Leste com o Distrito da Vila até o Córrego da Laje, Fazenda de Jacinto Francisco de Oliveira Tatagiba, em direção a Serra ficando para este Distrito todo o território compreendido nos limites declarados e os números de fogos⁶¹ que o compõe, 104.⁶²

Por meio da Lei de 1º de outubro de 1828,⁶³ a Vila de São João Batista de Nova Friburgo, pela primeira vez, foi oficialmente demarcada e dividida em três distritos (Vila 1º, São José do Ribeirão 2º e Rio Preto 3º). As Atas do Legislativo apontam, enquanto a região do Ribeirão Sebastiana pertenceu à Nova Friburgo, entre 1820 e 1901, sua jurisdição territorial foi reestruturada em pelo menos cinco períodos: 3º distrito (1820-1839); 2º distrito (1839-1872);⁶⁴ 3º distrito (1872-1884);⁶⁵ 4º distrito “(1884-1892)”;⁶⁶ e, finalmente, 3º distrito “(1892-1901)”;⁶⁷

banhadas, pelo mesmo rio.

⁶¹ A noção de “fogo(s)” coincide com o conceito de domicílio, alojamento, casa, empregado na demografia corrente (Marcílio, 1972, p. 132).

⁶² FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 151-153. Sessão, 10 fev. 1831. Grifos nossos. Importante enfatizar, que a partir da Fazenda São Lourenço, se seguia, por uma picada na mata e com difícil acesso, se chegava até Rio Preto e Ribeirão Sebastiana, por via Salinas, Vale dos Frades, e ou por via Vieira, Vale de Bonsucesso, até Venda Nova.

⁶³ Esta Lei dava nova forma às Câmaras Municipais, marcava suas atribuições, além do processo para a eleição de Juizes de Paz.

⁶⁴ “Lida Portaria do Governo provincial, de seis de dezembro de 1839, deliberando que a divisão entre o 1º e 2º Distritos deste município seja feita pelo alto da serra de Felício Pinto de Oliveira, seguindo sempre pela mesma. Ficando as águas vertentes do Rio Grande pertencente ao 1º Distrito e as águas vertentes do rio Sebastiana e Paquequer, pertencentes ao 2º. A Câmara resolveu que se publicasse por editais e que se enviasse cópia da mesma aos Juizes de paz”. FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo*. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. Sessão de 27 dez. 1839, p. 581.

⁶⁵ “Que seja dado cumprimento ao art. 6º, § 4º, do Decreto 4824, de 11 de novembro de 1871, determinando que o terreno da jurisdição do Juiz municipal seja subdividido em três distritos especiais para os fins no mesmo determinado. Que o município seja subdividido, nos três seguintes distritos: 1º, Freguesia da Vila São José do Ribeirão; 2º: Freguesia de N. S. da Conceição do Paquequer e 3º: Freguesia de N. S. da Conceição de Sebastiana”. FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 1653. Sessão, 7 fev. 1872.

⁶⁶ 4º) proponho que se peça à Assembleia Provincial a divisão do Município em 4 distritos fiscais, ficando eles constituídos da maneira seguinte: O 1º distrito compreendido à área da Vila sujeita ao pagamento do imposto de décima urbana – O 2º distrito compreendendo todo o território da freguesia de São João Batista, excluída a parte que ficará formando o 1º distrito. O 3º distrito compreendendo todo o território da freguesia de São José do Ribeirão. O 4º distrito compreendendo todo o território da freguesia de N. Sr.ª da Conceição da Sebastiana. Para cada distrito será nomeado um Fiscal. FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 2127-2128. Sessão, 25 ago. 1884.

⁶⁷ “Vereador distrital: 3º distrito – Raymundo José de Siqueira Queiroz; Juizes de Paz: 3º distrito – 1º José

assim conhecido, na maior parte do tempo.⁶⁸ Corrêa (2020, p. 19) vem lembrar, que em decorrência da alteração frequente de limites territoriais, essas mudanças poderiam ser associadas aos movimentos de peças, em um tabuleiro de jogo de xadrez. Em que esses conflitos, normalmente, na ânsia de anexar e desanexar territórios, eram articulados pela elite política. Esses limites territoriais eram fluidos e essas jurisdições variavam, de acordo com os interesses políticos, econômicos e sociais. Um desses exemplos pode ser observado no fato de que, após 1839, a nova reestruturação entre o distrito da Vila de Friburgo e o do Rio Preto se fazia pelo alto da serra de Felício Pinto de Oliveira. As águas vertentes do Rio Grande pertenceriam ao 1º Distrito. E das águas vertentes do rio Sebastiana e Paquequer, pertenceriam ao 2º distrito. Nota-se que os fazendeiros Felício Pinto de Oliveira e Jacinto Francisco de Oliveira Tatagiba, que residiam nos limites entre esses dois distritos, fizeram requerimentos para a Câmara, solicitando ficar pertencendo ao 1º e não ao 2º distrito. A Câmara atende os seus pedidos, que eles, suas famílias e agregados fiquem pertencendo então ao 1º distrito.⁶⁹

Por mais distantes que estivessem os centros de poder, o Professor Murilo Marx (1991, p. 17-23) refletiu as formas de institucionalização da vida de tantas e tão dispersas comunidades, ou lugarejos. Suas primeiras casas, seus quintais, suas passagens comuns e de um eventual terreiro, só teriam reconhecimento de fato, pelo Estado, por meio da Igreja, com a construção de uma ermida, ou seja, uma pequena capela. Entretanto, não bastava erguer a ermida, ou construir uma capelinha. Era necessário oficializar sacralizando-a. Aí sim, uma aspiração de arraial, ou povoado passava a contar com a valorização pelo espaço livre em volta definindo a ocupação de algum ponto topograficamente privilegiado e um espaço aberto de relativa expressão social.

Ao analisar, as relações entre espaço e poder em suas múltiplas escalas e dimensões, revelando novas facetas da história política, socioeconômica e religiosa das Minas Gerais, Cláudia Fonseca (2011) apontou, que de modo geral, o momento da consagração, ou seja, da oficialização, das pequenas capelas construídas pelos habitantes ao lado de suas lavras, ou de

Dias Pinto Carneiro, 2º Francisco Fernandes Ribeiro, 3º Manoel Ferreira da Silva”. FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 2418. Sessão, 7 jul. 1892.

⁶⁸ As periodizações distritais a partir de 1872 estão aproximadas de acordo com as informações da documentação camarária de Nova Friburgo.

⁶⁹ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 585. Sessão, 23 jan. 1840.

suas roças coincidia com o início da formação de uma aglomeração humana mais estável. Em seguida, a promoção destas ermidas à condição de capelas filiais e, mais tarde, de igrejas matrizes era, frequentemente, uma das consequências do crescimento e da prosperidade dos arraiais/povoados em que se situavam, mas também, dos espaços rurais circundantes. Desta forma, podem-se considerar as datas de reconhecimento oficial destes edifícios religiosos como índices indiretos da formação e do desenvolvimento dos núcleos de povoamento.

Com relação a conjuntura 1820-1840, foi marcada na concepção de Neves (2019, p. 330-331; 370), por permanentes tensões entre os defensores da unidade territorial e de autonomias políticas provinciais. Neste contexto, partes das oligarquias agrárias regionais vinculadas a interesses locais e comprometidas com a política imperial foram fundamentadas nas negociações de interesses e da permanência da exclusão social escravista, definindo assim, as bases na formação do Estado Nacional e da sociedade brasileira. Cujas centralização neutralizou as demandas provinciais e locais e a elite forjada evidenciou a sua unidade ideológica e o seu treinamento político-administrativo na tradição colonial, que a diferenciava dos segmentos que permaneceram em suas regiões dedicadas aos poderes locais, sem uma perspectiva nacional. O Império do Brasil formou-se em fundamentos conservadores e do senhoreado agrário e de escravos habituados à prática de vilanias e pouco afeito ao respeito de normas jurídicas e sociais. Deste segmento socioeconômico, forjou-se a base sociopolítica das lideranças imperiais, em grande parte mais preocupada com as vantagens sociais, que a condição social pudesse proporcionar, que os interesses coletivos e os objetivos nacionais.

De acordo com a documentação camarária de Nova Friburgo, em fevereiro de 1831, quase dois meses antes da abdicação de D. Pedro I e início do conturbado período regencial brasileiro (1831-1840), sob o ponto de vista regional temos o movimento da efetiva construção da capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Preto⁷⁰, cujas indicações apontam neste período, o povoado se encontrar de certa forma mais organizado e a Vila de Nova Friburgo, gradativamente vai estruturando as bases administrativas deste seu 3º distrito.

Observa-se, que em Sessão de 10 de fevereiro de 1831, é solicitada, pelos habitantes de Rio Preto, junto a Câmara Municipal, a nomeação de um Juiz de Paz por o distrito, já compreender certo número de fogos. No entanto, a vereança alegou, que a princípio, não

⁷⁰ A capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, são influências de uma das fazendas mais antigas da região de mesmo nome.

cabe haver lugar para tal nomeação, enquanto na Capela indicada não se celebrasse os Sacramentos, que por ora se faziam em oratórios particulares⁷¹ e também, não deviam considerar, por enquanto, o previsto no Decreto-Lei de 11 de setembro de 1830, que dispunha sobre, organizar as eleições de Juizes de Paz em todas as capelas, filiais, curadas, além de providenciar os limites dos distritos das Vilas. ⁷² Então, com a pretensão da “oficial sacralização” deste espaço, a Sessão seguinte de 11 de fevereiro, o Padre e Vereador Jacob Joye concede licença ao Reverendo Padre Manoel Gonçalves de Castro, para que o mesmo pudesse passar a ministrar, os Sacramentos do estilo ao povo daquele distrito.⁷³ Confirmava, então, como era regra frequente, a organização religiosa precedia a civil e não o contrário (Costa, 2018, p. 3 *apud* Lacombe, 1993, p. 52).

Ao atentarmos para os interesses de Rio Preto consolidar uma capela local, observamos nessa conjuntura, que foi pela constituição primitiva de suas redes de caminhos e vias, que o lugar iniciou com rancho de pousada para tropas e tropeiros. De alguma forma, esses caminhos e vias de passagem, principalmente a partir do século XIX, era o diferencial, onde através da já consolidada produção de gêneros, constituíam redes de relações sociais, entre fazendas, regiões, serras e Portos do Recôncavo da Guanabara.

É importante enfatizar que na concepção do ideário português e da Igreja Católica, que forjaram ditames desde o processo da colonização, uma capela pública “constituía um meio privilegiado e diálogo com Deus e os Santos da devoção do potentado, de negociação futura de sua alma”, além de ser lugar de parada para pedir “proteção e bom êxito”, até os seus locais de destinos (Cerqueira, 2016, p. 145). Ademais, quanto à fundação de uma capela em um arraial/povoado, Fonseca (2011) ainda expõe que suas construções podiam ser bastante úteis aos fazendeiros, na medida em que criava um pequeno mercado consumidor para seus produtos e ajudava a aumentar o valor de suas propriedades. Portanto, uma das motivações principais para a fundação de capelas e a formação de povoados no seu entorno podia ser de natureza econômica ou mesmo política. Fora as redes sociais que envolviam os

⁷¹ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. Cit.*, p. 152. Sessão de 10 fev. 1831.

⁷² BRASIL. Decreto de 11 de setembro de 1830. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1830*.

⁷³ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 153. Sessão de 11 fev. 1831.

habitantes desses lugares.

Com relação à jurisdição da Vila de São João Batista, para o ano de 1832, a Câmara ratifica que – contendo todo o município de Nova Friburgo, oito léguas de extensão de Norte a Sul e 15 léguas de Leste a Oeste e sendo já dividido em três distritos que vem a ser: a Vila de São João Batista de Friburgo, o de São José do Ribeirão, distante três léguas e o Rio Preto (quinze léguas de distância), e não havendo em nenhum destes citados Juiz de Paz, por falta de quesito de Capelas Curadas. Tornou indispensável para cada um deles a criação de um Juiz de Paz, o que a Câmara deverá exigir para melhor comodidade da administração da Justiça e por conter em cada um deles acima de cem fogos.⁷⁴

Na primeira metade do século XIX, um Juiz de Paz atuava como uma espécie de órgão institucional regulamentador e político-administrativo. Em sua maioria eram cidadãos que possuíam certo poder aquisitivo e com representatividade e prestígio na sua comunidade, se utilizavam daquele espaço para a construção de redes de relacionamentos, clientelismos e subserviências ao poder, principalmente na esfera da administração local. Embora o objetivo deste estudo não seja perscrutar sobre esta instituição do Juizado de Paz no Brasil Império, se faz necessário entender a função, a eficiência e a importância deste cargo dentro da estrutura político-administrativa e jurídica imperial. Necessariamente, para ser Juiz de Paz, não precisava ter formação em direito, e na medida em que se ia adquirindo grande representatividade e influências, o modo de agir de alguns indivíduos pôde consistir em atos de arbitrariedades e abuso de poder.

Sobre esta questão, apontou muito bem, o dramaturgo e diplomata Luiz Carlos Martins Pena, também introdutor da comédia de costumes no Brasil, que ao escrever a peça teatral, *O Juiz de Paz da Roça*, no ano de 1833, em pleno período regencial, o enredo simples com personagens comuns da roça em situações do dia a dia envolvendo intrigas familiares domésticas, juiz de Paz e escrivão, tratava-se de uma sátira e uma crítica social, à aplicação da justiça nas regiões interioranas e remotas do Império. A comédia procurava denunciar a corrupção e o abuso de poder das autoridades, principalmente por parte dos Juizes de Paz.⁷⁵

⁷⁴ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo...* *Op. cit.*, p. 246. Sessão de 4 dez. 1832.

⁷⁵ PENA, Luiz Carlos Martins. *O Juiz de Paz da Roça: comédia em um ato*. Rio de Janeiro: Livraria de Cruz Coutinho Editor, 1871. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4054>. Acesso em: 17 maio 2024.

Tanto que, a primeira encenação teatral em 1848 foi de grande sucesso, onde se fazia também, menção à Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul, iniciada em 1835, as mazelas sociais do país afora e o contraste entre o interior do Brasil e a Capital no Rio de Janeiro. O juiz de paz construído por Martins Pena, para os juristas André Trindade, Luís Rosenfield e Júlia Calgaro (2015) é um juiz iletrado, que não sabe despachar os requerimentos que chegam até seu gabinete, e sequer se envergonha disso. Ele é o reflexo da carência de profissionais qualificados para estruturar o aparato burocrático da nação. Ademais, na concepção desses autores, a literatura de Martins Pena, oferece uma oportunidade privilegiada de analisar a personagem do juiz de paz e, desse modo, compreender o funcionamento e a ideologia vigente no sistema legal imperial, observando o caráter paradoxal entre absolutismo e liberalismo que marca o Brasil imperial, cuja situação de tensão, perdurou durante todo século XIX e originou profundas sequelas estruturais na sociedade brasileira.

No que diz respeito aos componentes que vão dando corpo e campo legal para a instituição do Juizado de Paz no país, de acordo com Kátia Motta (2014, p. 1-18), é a partir da Constituição de 1824, que se estabelece uma das principais funções de um Juiz de Paz – a conciliação e sua característica “eletiva”, ou seja, um mecanismo, onde se vislumbrava um “magistrado” de poderes limitados, mas vinculado a “escolha democrática”, com autonomia e poder sobre determinada localidade.

A Lei de 15 de outubro de 1827, que regulou as principais tarefas desse magistrado local. Com a função inicial de zelar pela ordem das freguesias e vilarejos, o juizado de paz atuava no julgamento de pequenas causas, nas reuniões de conciliações e outras diversas atividades de vigilância local como presidir a Assembleia Paroquial, organizando os pleitos municipais, manter a ordem nos ajuntamentos (reuniões públicas), vigiar a conservação das matas públicas e obstar nas particulares ao corte de madeiras reservadas por lei, dividir o distrito em quarteirões, que não contivessem mais de vinte e cinco fogos vizinhos, entre outros. Ainda, de acordo com a autora, com a Lei de 1º de outubro de 1828, foi estabelecido seu processo eleitoral pelo método direto. Essa forma de votação se diferenciava da escolha dos membros da Assembleia Legislativa, por permitir ao votante escolher dentre os “cidadãos” da sua vizinhança aquele que ocuparia o cargo do magistrado da paz. A partir de 1831, a escolha desse juizado passou a residir em quatro candidatos, além de nomear em seus distritos os delegados de quarteirão e competência para presidir as juntas paroquiais de alistamento da Guarda Nacional. Ademais, durante o período regencial, o cargo de juiz de paz representou o pensamento liberal predominante no início da década de 1830, em que, esse cargo, sobretudo político, foi utilizado como peça estratégica para as relações de poder na política local (Santos, 2014). A partir do

Segundo Império, as competências dos Juizes de Paz foram sendo reduzidas, e os delegados passaram a assumir, então, grande parte de funções e responsabilidades.

A Câmara friburguense discutia sobre a questão de nomear ou não Juizes de Paz para os distritos de São José do Ribeirão e Rio Preto. Visto que esses distritos já possuíam suas devidas limitações e confrontações estipuladas desde 1828, precisava-se regularizar, dando “legalidade administrativa” a esses distritos.⁷⁶ Nomeiam então, interinamente para presidir o distrito de Rio Preto, o vereador Medeiros, e o distrito de São José do Ribeirão, o vereador Ribeiro, determinando o prazo de 15 dias para as eleições dos respectivos distritos.⁷⁷ De acordo com a Sessão da Câmara Municipal, de 06 de março de 1833, a leitura do ofício da mesa eleitoral do Rio Preto e ata original das eleições constava que – quatro juizes de paz serviriam o referido distrito do ano de 1833 a 1836, saindo eleitos: em 1º lugar o cidadão João Manoel Roiz, 2º guarda-mor Luiz de Souza Brandão, 3º Felicíssimo José Soares e 4º José da Graça Braga. A Câmara inteirada, mandou que fosse arquivada a referida Ata e o maço das cédulas. O secretário lhes enviaria os diplomas com ofícios para virem tomar posse no dia 14 de março de 1833. O secretário fez ver que os cidadãos Luiz de Souza Brandão e Felicíssimo José Soares se achavam na vila e que para abreviar maior incômodo convinha a Câmara lhes officiar para tomarem posse nesta mesma data.⁷⁸

A partir de então, o distrito de Rio Preto passa a ter, de fato, a sua “estruturação administrativa”. Ao assumir o cargo, o 1º Juiz de Paz João Manoel Roiz envia ofício à Câmara, solicitando nomear para escrivão, Manoel Cardoso de Aguiar,⁷⁹ além de requisitar livros para a escrituração do juízo,⁸⁰ oficiais de justiça, Antonio da Silva e Reginaldo Pereira da Costa,

⁷⁶ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 270. Sessão de 7 fev. 1833.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 277. Sessão de 19 fev. 1833.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 285. Sessão da Câmara de 6 mar. 1833.

⁷⁹ Meses depois, Manoel Cardoso de Aguiar envia um requerimento à Câmara, pedindo demissão, por não se achar com aptidão para exercer o respectivo cargo. FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 307. Sessão de 2 jul. 1833. Em janeiro do ano de 1834, o juiz de Paz, Felicíssimo José Soares, informa ainda não haver escrivão de paz. *Ibidem*, p. 336. Sessão de 22 jan. 1834.

⁸⁰ A tradição oral expõe, que quando ocorreu a transferência do Cartório, entre localidades (Rio Preto, para o Ribeirão Sebastiana – Venda Nova), houve desacordo por parte de alguns indivíduos. Então, em uma noite, o imóvel, que ficava toda essa escrituração, pegou fogo criminalmente, queimando toda a documentação existente. Tal Cartório existiu, pois, Felipe da Graça Braga, ao fazer sua declaração, no Registro Paroquial de Terras, pela Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, em 6 de agosto 1854, mencionou sobre

capitão do mato, Antonio Francisco Galvão e inspetores de quarteirão, Antonio Joaquim Gonçalves, João Luiz de Siqueira e João Roiz Coelho. A Câmara, em sessão, sugere que os requisitados comecem a servir interinamente, aguardando assim a última aprovação ou rejeição. A vereança só esclarece que as nomeações dos oficiais de justiça não dependiam de aprovação da Câmara, por serem privativas jurídicas e que nesta inteligência se oficiasse ao mesmo juiz. E quanto aos inspetores de quarteirão, que o referido juiz de Paz procedesse primeiramente, a divisão do distrito em quarteirões, quantos fossem necessários para o bom desempenho dos seus deveres, não excedendo a mais de 100 fogos ou casas habitadas e nem menos de 25 e dos cidadãos neles compreendidos, nomeando aqueles que julgasse aptos para o bom desempenho.⁸¹

Rio Preto, por já possuir, desde 1832, um Capitão da 4ª Companhia de Cavalarias e Sessões compondo o 4º Batalhão de Guardas Nacionais, na localidade do Córrego Sujo,⁸² vai pleitear junto a Câmara o distrito ter um correio, devendo este ser expedido três vezes por mês, com direção ao Quartel do Capitão e Delegado, com ordenado de 9\$000 réis, para a distância de nove léguas.⁸³ Conforme crescimento e demanda, Rio Preto solicitava outros postos e funções como: de Professor por Rio Preto já possuir 140 fogos,⁸⁴ porteiro, secretário,⁸⁵ postilhão,⁸⁶ de correio,⁸⁷ entre outros, que ainda fazia falta, para o bom desempenho e funcionamento do distrito, mas cabia a câmara com suas limitações orçamentárias, morosidades

uma, “transação realizada no Cartório de Rio Preto” (APERJ. Registros Paroquiais de Terras - século XIX. Nova Friburgo, São João Baptista, Livro 57, 1854-1857, posição 8).

⁸¹ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo...* *Op. cit.*, p. 290. Sessão de 15 mar. 1833.

⁸² *Ibidem*, p. 204. Sessão de 12 jan. 1832.

⁸³ *Ibidem*, p. 204. Sessão de 12 jan. 1832.

⁸⁴ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo...* *Op. cit.* 292. Sessão de 11 abr. 1833.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 347. Sessão de 30 jul. 1834. O fiscal informa não haver secretário e porteiro, a sua disposição, para melhor efetivar o seu trabalho.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 445. Sessão de 22 jun. 1836. Postilhão, homem que transportava a cavalo notícias e correspondências.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 512. Sessão de 4 dez. 1837. Nomeação de José Francisco de Seixas, para administrador interino do Correio.

e interesses deferir tais pedidos ou não.

Ainda, com relação ao abuso de poder por parte de alguns Juizes de Paz, tomamos como exemplo, a própria documentação camarária de Nova Friburgo, no ano de 1835, na qual em ofício, o fiscal do 3º distrito de Rio Preto, alegava que a população estava insatisfeita e reclamava sobre uma solicitação feita ao Juiz de Paz do distrito e até aquele presente momento não havia este Juiz tomado providência alguma sobre o fato. A Câmara então encaminha à comissão com urgência para dar parecer sobre o assunto.⁸⁸ Importante ressaltar, que embora, não seja especificada na documentação, quem era o Juiz de Paz e que tipo de solicitação se tratava, deduzimos, que era algo importante para “os povos de Rio Preto”, do contrário, o fiscal não iria enviar tal ofício para a Câmara reclamando providências sobre o assunto. Não obstante, o Juiz de Paz praticamente ignorou tal demanda, mas os habitantes não se calaram diante da situação. Uma pena, as atas da Câmara não terem dado prosseguimento e atenção ao referido episódio, que nos fez remeter novamente a célebre literatura, de Martins Pena, reiterando, esses abusos de poder arraigados pelo interior do país.

A documentação camarária friburguense, de certa forma, registrou importantes e esparsas menções, sobre o povoado de Rio Preto como: decisões e questões administrativas, jurisdições, eleições de Juizes de Paz, relatórios de fiscais, nomeações, exonerações, regularização de taxas e impostos, entre outros. Entretanto, os apelos mais evidenciados apontavam reclamações, quase que constantes, para as construções, reparos, ou melhoramento de caminhos e pontes.

“A estrada que desta Vila parte para o Rio Preto, sempre conservada no seu estado primitivo, torna-se, por isso, o maior incômodo aos viajantes quando da maior utilidade”.⁸⁹ [...] “As pontes mais necessárias e indispensáveis e que a bem do público reclamam a construção delas, são [...] a do Bom Sucesso, na Sebastiana; a do Rio Preto no Córrego Sujo [...] porque nas enchentes ocasionadas pelas chuvas, os moradores ficam privados de comunicar-se com a Vila e, sobre elas, ouve-se um clamor constante”.⁹⁰

Destacam-se as frequentes reclamações, uma vez que a região buscava promover o

⁸⁸ *Ibidem*, p. 424, Sessão de 19 dez. 1835.

⁸⁹ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 993. Sessão de 7 out. 1856.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 1295-1296. Sessão de 2 maio 1865.

desenvolvimento agrícola, incluindo o plantio de cereais de todas as espécies, ervas, raízes bulbosas, uvas e frutas de clima frio, bem como a prosperidade da criação.⁹¹ Esses caminhos, muitos dos quais eram apenas picadas na mata, representavam uma verdadeira saga para transportar a produção de alimentos até os locais de destino. Quando inviabilizados, alguns indivíduos interviram, como o caso dos fazendeiros Custódio de Souza Guimarães e Antonio José de Sequeira, que em tempos distintos financiaram reparos de pontes,⁹² o vereador Dimas Ferreira Pedrosa, que possuía fazendas nessas rotas de passagem, e procurou, em alguns momentos, resolver essas demandas (Frazão, 2020, p. 91), ou os próprios moradores, para não ficarem em prejuízos maiores, buscavam amenizar os problemas, como é exemplificado, pelo parecer da Câmara e acordo entre o poder público e os íncolas, inspecionado, pelo fiscal do distrito.⁹³

Lembra, finalmente, a necessidade de construir as seguintes pontes: [...] do rio Bengalas e rio da Formiga, na estrada das terras frias [...] Acerca das pontes no rio Bengalas, na Vargem Grande, rio das Formigas em Santa Rosa [...] visto já existir em poder da respectiva comissão os orçamentos, a Câmara não trepide em deliberar que sejam postas em hasta pública, a fim de serem arrematas as suas feituas mediante condições, que não deixem brechas para se puderem iludir estas necessidades, e se convide o fiscal para marcar prazos razoáveis [...] Ao proprietário da casa de negócios na Venda Nova, a José de Almeida, além da mesma venda nova, [...] A cavar e aplinar, de maneira que se torne transitável, umas 4 ou 6 braças de extensão de seu caminho que fica além da Venda Nova, pois o seu estado atual arma iminentes perigos, a João [Luís] de Siqueira Queiroz, na Sebastiana. [...] Pra que faça repor, no devido estado, um caminho que se comunica com a Sebastiana e Rio Preto, percorrendo pela fazenda do Silvério que, arbitrariamente, deixaram se inutilizar pelo mato [pois] o trânsito é de grande necessidade, à grande parte dos moradores daqueles lados. [...] Que o presente parecer, logo que for aprovado, seja remetido ao fiscal, acompanhado do ofício do Presidente. [...] E quanto às obras, das pontes, aguardar os orçamentos.⁹⁴

⁹¹ *Ibidem*, p. 423. Sessão de 17 dez. 1835.

⁹² “A Câmara agradece o capitão Custódio de Souza Guimarães, a sua liberal oferta para proceder ao orçamento da despesa com indicação do reparo da ponte do rio Sebastiana. Sessão de 27/02/1833, p. 282. [...] O Rio Sebastiana, não possuía ponte, por causa das enchentes e o cidadão Antonio José de Siqueira, se propôs construí-la”. *Ibidem*. Sessão de 11 set. 1834.

⁹³ Os fiscais eram responsáveis pela aplicação de multas aos infratores das Posturas e, no exercício de suas funções, faziam-se acompanhar pelo escrivão de paz, ou pelo subdelegado ou por um oficial de justiça. (Lacerda, 2011, p. 153).

⁹⁴ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 1087-1088. Sessão de 11 jun. 1858.

Dada a extensão do município, a parte da arrecadação e a receita que cabia à Vila, não eram suficientes para fazer às despesas com a infraestrutura e manutenções necessárias, ou depender dos recursos votados pela Assembleia Provincial era um processo moroso, que algumas das vezes, nem eram aprovados (Corrêa, 2020, p. 23). Sabemos, portanto, que os interesses econômicos, muito mais que o discurso político, tinha a ver com poder de decisão. Neste caso, observam-se alguns indivíduos sociais, em suas trajetórias, realizarem movimentações de acordo com as necessidades das suas demandas de caráter econômico e social. A própria Câmara de Nova Friburgo, que atuava junto aos lavradores, fazendeiros e negociantes, na defesa de seus interesses, principalmente os ligados à propriedade e escravos. Era o elo e a instância oficial do poder político imperial no âmbito do município, além de manter atualizada, a interlocução em relação às leis provinciais (Marreto, 2020, p. 53).

Na Comissão de Parecer do ano de 1835, a Casa Legislativa apontou que a urgência de primeira ordem do município ficava a cargo das construções e reparos de estradas e pontes. Vereadores discutiram pauta de tal relevância ressaltando que, “a primeira necessidade de um povo agrícola são as estradas. Portanto, de que serve o agricultor plantar e colher, se o fruto de suas fadigas apodrece nos seus paióis ou despense em seu transporte o valor que dá na Praça”.⁹⁵ Ademais, essas estradas e a realização de constantes reparos eram de vital importância, para o escoamento da produção agrícola e para economia da região e da própria Vila.

2.2 O Curato de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana: Rio Preto ou Venda Nova

Dentro do aparato administrativo-religioso português, de acordo com Santos (1995, p. 30), a criação a designação de curatos, anexas, filiais ou sufragâneas era matéria do foro diocesano. Inclusive, o normativo sobre critérios de formação e regras de funcionamento constituíam preceitos acolhidos nas constituições sinodais dos bispos. Essa unidade de tipo paroquial, não detentoras da autonomia própria, de uma freguesia independente, estava condicionada a uma igreja habitualmente conhecida por matriz.

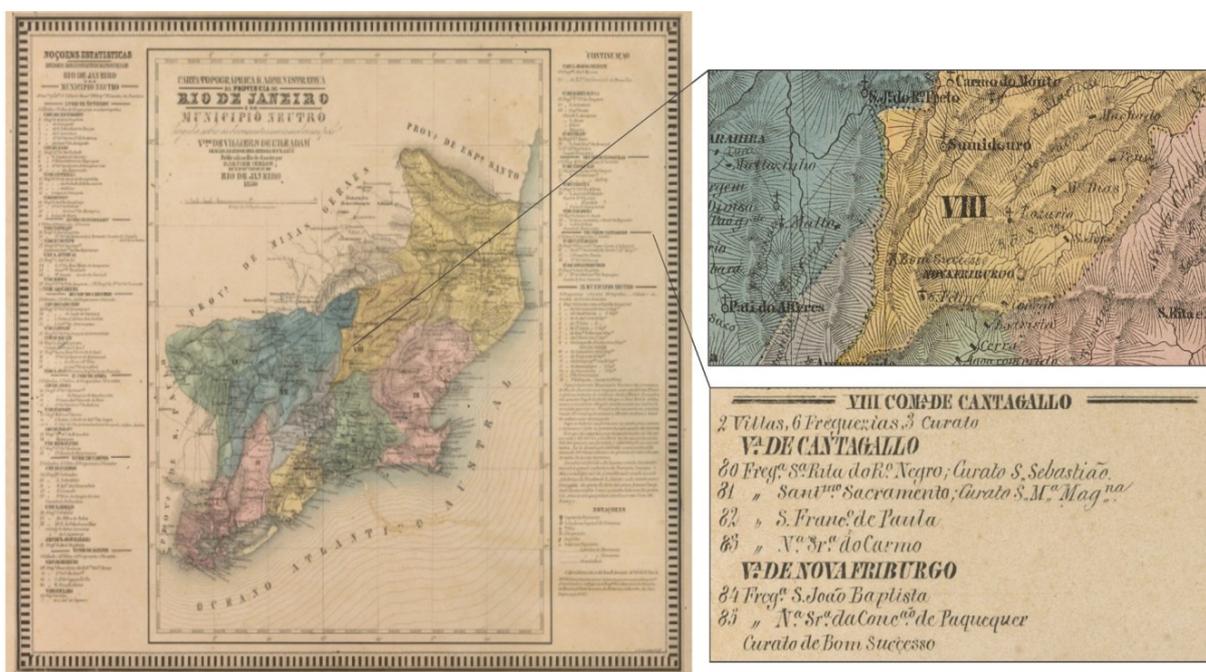
Quando um povoado era estabelecido à categoria de Curato, essa elevação era tida como

⁹⁵ *Ibidem*, p. 373. Sessão de 19 jan. 1835.

uma fase preparatória, para que se criassem condições, para mais tarde ser tornar uma Freguesia-Paróquia. A partir de então, uma pequena igreja ou capela provida de um batistério, numa povoação, passava a ser pastoreada por um Cura, ou seja, um padre residente, ou não, para cuidar regularmente das atividades religiosas (Costa Filho, 2021). Este curato se tornava dependente, ou filial de uma Paróquia. O Cura era um Capelão e, muitas vezes não morava no Curato, visitando-o esporadicamente, para celebrar missas e realizar casamentos e batizados na “Capela Curada”. O Curato não tinha pároco, nem livros próprios para seus assentamentos. Não era independente eclesiasticamente (Almeida, 2011, p. 5).

Com relação a “Capela Curada” de Nossa Senhora da Conceição do Rio Preto, apresentamos a seguir, uma Carta Topográfica e Administrativa da Província do Rio de Janeiro e do município neutro do ano de 1850, em que chama atenção, a região de nº VIII – Comarca de Cantagalo.

Mapa 13 - Carta Topográfica do Rio de Janeiro, 1850



Fonte: BN-RJ. Carta Topographica e Administrativa da Província do Rio de Janeiro e do Município Neutro: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Villiers de L'Ile-Adam e J. de, Visconde. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/44575>. Acesso em: mar. 2022.

O mapa acima apresenta as Vilas, bem como as Freguesias e respectivos Curatos que a Comarca de Cantagalo possuía, entre outras pela Província do Rio de Janeiro. Com relação à Vila de Nova Friburgo, para o ano de 1850, de acordo com o mapa, existiam duas freguesias,

São João Batista (sede) e N. Sr.^a da Conceição do Paquequer de Sumidouro e mais o “Curato de Bom Sucesso”. Constata-se, que o correto era estar georreferenciado – “Curato de Rio Preto” e não de Bom Sucesso! A localidade de Bom Sucesso, em 1850, nem capela possuía, somente oratórios particulares.⁹⁶ Para justificar tal equívoco, foi localizada uma Sessão ocorrida na Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, no ano de 1861.⁹⁷ Discutia-se, sobre o projeto de nº 81M/1849, criando uma capela curada no lugar do “Bom Sucesso”, do Município de Nova Friburgo, em terras da fazenda de Manoel Dias da Rosa. O que se percebe, que mesmo tendo parecer favorável das comissões de Estatística e negócios Eclesiásticos, através do ofício de nº 62/1849, este projeto não saiu do papel e inclusive foi argumentado nessa discussão, que tal projeto desapareceu dos arquivos. A nossa hipótese, portanto, é que a incongruência georreferenciada, foi influenciada de alguma maneira pelos trâmites desse projeto que circulou na Assembleia Legislativa Provincial pouco antes da elaboração desta Carta Topográfica.

A Capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Preto,⁹⁸ de acordo com Roberto Féo (2010, p. 105), era a mais antiga da região e foi construída em estilo rústico. No seu interior existia uma imagem de N. Sr.^a da Conceição entalhada em Madeira do século XVIII. Segundo o pesquisador, em 10 de janeiro do ano de 1861, o então Bispo da Província do Rio de Janeiro, “Dom Manoel Dumont Rodrigues de Araújo criou o *CURATO* de Nossa Senhora da Conceição do Córrego do Ribeirão de Sebastiana, na localidade de Rio Preto, filial da matriz de São João Batista de Nova Friburgo” (Féo, 2010, p. 171).

Para melhor abordar o período do curato, exposto por Féo (2010), com início em 1861 e final em 1862, pouco antes da criação de uma freguesia restam apenas as documentações, que

⁹⁶ Paróquia de São João Batista de Nova Friburgo. Livro I de casamento, em 08 jan. 1840; Paróquia N. Sr.^a da Conceição de Venda Nova; Livro I de casamento, em 4 out. 1864. Casamentos realizados no oratório particular do Sr. Manoel Dias da Rosa: José Francisco Furtado e Donária Roza do Espírito Santo; Francisco José Furtado e Olegária Maria da Conceição (1840) e Antonio José Furtado e Maria Antônia do Espírito Santo (1864). A localidade de Bonsucesso, atualmente sede do 3º distrito do município de Teresópolis-RJ, fazia parte da região objeto de estudos. Conforme processo eclesiástico, pertencente ao arquivo particular do jornalista Wanderley Peres, a primeira capela de “Bom Sucesso” surgiu no ano de 1879.

⁹⁷ BN-RJ. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, 2º ano da 13ª Legislatura. Tomo III, 1861, p. 13; 149-152. Sessão de 23 nov. 1861, p. 13 e 149-152.

⁹⁸ A capela original foi erguida, entre 1830/1831. Quando foi criada a Freguesia de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova em 1862, a Capela de Rio Preto, passou a pertencer, a Freguesia de Santo Antonio de Teresópolis, da Vila de Magé. O livro tombo da Paróquia de N. S. da Conceição de Venda Nova, menciona, que no ano de 1901 foi reerguida dos escombros da primeira, outra capela. Atualmente encontra-se uma pequena capela abandonada, que é posterior a essa de 1901. Ao lado, fica o Cemitério do antigo povoado de **Rio Preto**, quase que abandonado.

são os Registros Paroquiais produzidos pela Paróquia de São João Batista da Vila de Nova Friburgo. Com relação a estes Registros Paroquiais, Marcílio (2004, p. 13-20) nos lembra da riqueza de informações de primeira ordem, desses documentos, para a reconstrução da história social e cultural das populações católicas, e a potencialidade de explorações que eles permitem desvendar demograficamente, o passado em suas várias direções. Além da importância e sua relação com os estudos de caráter serial e cronológico. As informações contidas neste período, referentes à Paróquia de Friburgo, são exíguas para análises, devido aos poucos assentamentos localizados, para a capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Preto. Foi preciso recorrer, então, aos Registros Paroquiais, da Freguesia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis, criada por Decreto Imperial de n.º 829, de 25 de outubro de 1855, tornando-se o 4º distrito da Vila de N. Sr.ª da Piedade de Magé (Paranhos, 2011, p. 78-79). Essa freguesia fazia limites, entre as vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, mais próxima, do que a Vila de Nova Friburgo. Inclusive, através de um trecho da Estrada Magé-Sapucaia, se chegava com mais facilidade, a localidade de Rio Preto.

Os Registros Paroquiais da Freguesia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis, entre os anos de 1855 e 1863, apontaram para uma quantidade significativa de Registros realizados, principalmente, assentamentos de batismos, ocorridos na Capela Filial de Nossa Senhora da Conceição da Ponte do Rio Preto, da Vila de Nova Friburgo. Evidenciou-se, que por falta de um padre na região, o Pároco Jacob Joye, da Vila de Friburgo, autorizava o então Vigário da Vara, Padre José Tintori,⁹⁹ da freguesia de Santo Antônio de Teresópolis, a realizar os principais sacramentos, na capela de Rio Preto, em virtude da distância deste distrito, com a sua Vila. Dos assentamentos de batismos e casamentos analisados, notou-se, um pequeno detalhe de jurisdição eclesiástica. O Padre José Tintori, ora colocava nos registros, “com licença do respectivo pároco [Jacob Joye]”,¹⁰⁰ ora por um lapso acabava esquecendo de especificar este detalhe, visto a capela de Rio Preto não pertencer a freguesia de Santo Antônio de Teresópolis. Entretanto, os poucos Registros matrimoniais, localizados pela Paróquia de São João Batista de

⁹⁹ O pároco José Tintori esteve à frente da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis, entre 1855-1877 (Féo, 2010, p. 151).

¹⁰⁰ Paróquia de Santo Antonio do Paquequer do Alto de Teresópolis/RJ, Assentamento de Batismo dos inocentes Veríssimo e Laudelina, em 25 mar. 1861. PARÓQUIA de São João Batista da Vila de Nova Friburgo/RJ. Livro II, fls. 45. Registra-se também: Capela Filial de Nossa Senhora da Conceição da Ponte do Rio Preto.

Nova Friburgo, ratificam e sustentam tais autorizações para o período, uma vez que o Padre Jacob Joye, ao também realizar alguns dos assentamentos de casamentos, da Capela filial do Rio Preto, registra: “com licença minha passada ao reverendíssimo Vigário da vara José Tintori”.¹⁰¹ Ao entrecruzarmos as informações, da Paróquia da Vila de Friburgo, com a Freguesia de Santo Antônio de Teresópolis, da então Vila de Magé, percebemos a interação entre os dois párocos, para as realizações das práticas e tradições religiosas. De alguma forma, a região não deixava de ser assistida pela igreja, uma vez que, seja na capela de Rio Preto, ou em oratórios particulares, a esfera religiosa solidificava seu predomínio e representatividade social diante das comunidades.

Em seus estudos, Féo evidenciou que a elevação à categoria de Curato ocorreu na Capela de Rio Preto. No entanto, é preciso esclarecer alguns pontos conceituais e relevantes acerca de documentos aos quais o estudioso, provavelmente, não teve acesso. Pesquisas mais recentes inferem a elevação de Curato, em outra capela e local. Os vereadores “friburguenses”, quando iniciaram as discussões, a partir de maio do ano de 1858, para elevação da região do Ribeirão Sebastiana, à categoria de Freguesia, justificaram para isso, “o território ser grande e muito longe da Vila”.¹⁰² No mês seguinte ao retomar a pauta do assunto é apontado que, por “achar-se quase edificada uma Igreja naquele lugar, [da Venda Nova], convinha à criação dessa nova Freguesia, [ser] com a invocação de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão de Sebastiana”.¹⁰³ Ao ratificar tais informações, em julho de 1858, um assentamento, da Paróquia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis, indicou batismo efetuado, na capela de Venda Nova, ainda em construção, pelo Reverendíssimo Padre da Vila, Jacob Joye”.¹⁰⁴ Provavelmente, numa visitação, para verificar o andamento das obras.

¹⁰¹ Paróquia de São João Batista da Vila de Nova Friburgo, Assentamentos de casamentos, de Jesuíno Correia da Silva e Felicidade Henriqueta da Costa, em 27/10/1861; Antonio Silveira de Souza e Rufina Thereza de Jesus, em 27/04/1862, realizados na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Ponte do Rio Preto.

¹⁰² *Ata de 4 de maio de 1858*, p. 1080.

¹⁰³ *Ata de 15 de junho de 1858*, p.1093.

¹⁰⁴ RIO de Janeiro. Paróquia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis, Assentamento de Batismo da inocente Joaquina. Livro I, fl. 95, em 02 jul. 1858. Em anos posteriores, ministrados pelo Padre José Tintori, é mencionado que na Capela filial de Venda Nova, foram realizados sacramentos, com “licença do respectivo pároco Jacob Joye”. (Até a Capela ser elevada a categoria de freguesia e chegar um novo pároco). Paróquia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis, Livro II de batismo 1859-1863, em 27 jun. 1861.

A primeira Ata de reunião da Igreja de Venda Nova,¹⁰⁵ registra a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão da Sebastiana. Instaurava-se um corpo administrativo, em que são membros os homens e suas respectivas esposas, mais representativos da região, constituindo a Irmandade da seguinte forma:

Quadro 1 – Funções e respectivos membros da Irmandade de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, 1861

Função	Membros da Irmandade
Provedor	Domingos José Firme(o) de Siqueira
Vice-Provedor	Antonio José de Siqueira
Secretário	Antonio José Ribeiro Guimarães
Tesoureiro	João Luis de Siqueira Queirós
Procurador	Thomás da Rosa Teixeira
Diretores da Capela	José Joaquim Carneiro Domingos Gomes de Siqueira Manoel Francisco do Canto Jacinto Garcia de Queirós João Francisco de Paula Manoel Pinto de Carvalho Manoel Soares de Carvalho
Provedora	Maria Francisca de Castro [Queirós]
Vice-Provedora	Leonarda Apolonia do Amaral Ribeiro
Zeladoras	Thereza Maria de Jesus [Siqueira] Anna Francisca de Siqueira [Bragança] Francisca Maria dos Reis [Teixeira] Carolina Leopoldina Dias [do Canto] Vicência Lopes Ribeiro Marianna Izabel da Glória

Fonte: Acta da Irmandade da Paróquia de N. Sr.^a da Conceição de Venda Nova, 1861. Elaboração nossa, 2024.

Entre outras funções, esse corpo administrativo estava, ainda, designado a terminar a obra e a zelar pela manutenção da capela, em fase de conclusão. Para isso, acordaram, entre os membros da Irmandade, que as doações se dariam também, por meio de joias – do irmão provedor, vice-provedor, secretário, procurador, tesoureiro fossem de cinquenta mil réis, os

¹⁰⁵ Paróquia de N^a Sr^a da Conceição de Venda Nova. Livro de Ata de Reunião da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Venda Nova 1861-1865, 10 mar. 1861, p. 1-3.

defensores e os depositores trinta mil réis, diretor da capela, vinte mil réis e as zeladoras dez mil réis, bem como, tanto estas joias, como a entrada dos irmãos e mais a quantia anual de dois mil réis. Aos demais paroquianos, as doações seriam de acordo com as suas possibilidades.¹⁰⁶

Com relação às Irmandades no Brasil, a intenção aqui é tão somente compreender, essas associações, a sua importância e as suas relações interpessoais. Desde a colonização, até o final do Império, estas redes e laços de solidariedades, de auxílios mútuos e de relações vinculadas às paróquias, tinha um papel de sociabilidade importante. Nas festas e procissões religiosas, na prestação e assistência comunitária, na contribuição para o enriquecimento daquele espaço, nas construções e manutenções de capelas e igrejas. Além de contribuírem e servirem de alternativa para a resolução e discussão de problemas e questões que não eram diretamente controladas pelas instituições políticas oficiais. As irmandades, segundo Magalhães (2015), eram organizadas de acordo com os diferentes grupos sociais e assim reproduziam a estratificação da sociedade colonial e posteriormente imperial. O culto se dava em torno da devoção de um santo patrono, onde essas irmandades eram hierarquicamente estruturadas e separadas em “homens brancos”, “homens pretos” (negros/cafre), e no processo de miscigenação, as dos “homens pardos” (mulatos). Desde que mantivessem a distinção de cor, os escravos podiam criar suas próprias irmandades. Portanto, ser membro de uma irmandade respondia a uma necessidade social inscrita na sociedade. Alguém que não participasse da vida religiosa, seja nas igrejas paroquiais, seja nas irmandades, seria de certa forma visto com desconfiança (Ishaq, s./d.). Dessa forma, observa-se que a união entre os irmãos, que atuavam na irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana, resguardava-se social e politicamente dentro de uma hierarquia social local de representatividade. Assim, estreitando, reforçando e solidificando relações de sociabilidade e laços existentes, entre esses membros de “boa família”.¹⁰⁷ Reforçando estas relações de sociabilidade, entre esses membros, observa-se, em um dos assentamentos da Paróquia da Vila de Nova Friburgo, que na capela filial de Nossa Senhora da Conceição da Venda Nova ocorreu o casamento dos filhos dos membros da

¹⁰⁶ Paróquia de N.^a Sr.^a da Conceição de Venda Nova – Ata de instauração da irmandade de N.S. da Conceição da Sebastiana, p. 8-10.

¹⁰⁷ O termo “boa família” foi utilizado pela Condessa de Barral, quando foi hospedada na casa de um desses membros da “nobreza agrária” – João Luís de Siqueira Queiróz, no ano de 1875 (Cf. Frazão, 2023, p. 147-148).

irmandade e fazendeiros, Manoel Francisco do Canto e Thomás da Rosa Teixeira.¹⁰⁸ Como expõe Del Priore (2016, p. 387), “matrimônios eram, sobretudo, atos sociais de grande importância, uma vez que, as uniões legítimas comumente aconteciam entre pessoas do mesmo grupo social, que se casavam mais entre si”. A partir do matrimônio, se estabeleciam relações sociais e intensificavam estratégias familiares revelando formas de manutenção de bens, interesses e prestígio familiar entre os grupos mais abastados do lugar.

Percebemos que a Região do Ribeirão Sebastiana, de fato, estava se organizando, preparando e aguardando, a ascensão oficial, a categoria de Freguesia. Tanto que, após a elevação do Curato, em janeiro de 1861, no mês de março, corrente, as “boas famílias”, criaram a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Tal contexto, leva a reflexão de alguns questionamentos, por exemplo, por que a construção de uma nova Igreja, se já existia a capela de Rio Preto? Por que outro local, se Rio Preto, já “funcionava” como uma sede distrital há décadas? Existiram outros interesses, para esses membros da irmandade? Sugerimos então, algumas hipóteses, a respeito desses questionamentos.

Os registros do Almanak Laemmert indicam os cultivadores de batatas e fazendeiros, pela região do Ribeirão Sebastiana entre 1857-1877.¹⁰⁹ São quase todos aqueles indivíduos sociais descritos como fazendo parte dos membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Alguns, inclusive, são apresentados como negociantes.¹¹⁰ Observa-se, ainda, que devido à movimentação da agricultura e dos negócios desses membros da Irmandade, o “centro dinâmico”, da Região do Ribeirão Sebastiana, de forma gradativa, foi se concentrando na nominada localidade de Venda Nova, antes mesmo de 1857, visto as fazendas e comércios

¹⁰⁸ Paróquia de São João Batista de Nova Friburgo, Assentamento de casamento de Manoel Francisco do Canto Júnior e Cândida Maria dos Reis. Livro I, em 13/09/1862.

¹⁰⁹ *ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro [...]*. Ano 14. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1857. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/313394x/10298>. Acesso em: maio 2022. Esses cultivadores de batatas e fazendeiros, são listados pela vila de Nova Friburgo. As listagens, pela Freguesia de Sebastiana só serão a partir de 1864 (Frazão, 2023, p. 195-196).

¹¹⁰ *ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro [...]*. Ano 32. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1875. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/313394x/37683>. Acesso em: maio 2022. O inventário de Manoel Francisco do Canto faz menção à sua casa de negócio, bem como, a existência de balanças, pesos e medidas. (TJ-RJ. Ação de Inventário de Manoel Francisco do Canto, 1876. Loc. 00.604.875-4).

desses proprietários se encontrarem mais próximos deste lugar.¹¹¹ Rio Preto, por sua vez, ficava algumas léguas mais distante, com caminhos menos ainda conservados. Se localizando, em um trecho confuso, entre os limites de jurisdições da Vila de Nova Friburgo e Magé.¹¹² Ademais, em um primeiro momento foi importante rota de passagem, mas, com a abertura de outro caminho, denominado Magé-Sapucaia, essa rota foi deixando de ser relevante, principalmente, a partir da década de 1840.

Outro ponto refere-se ao primeiro livro de batismo, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, que descreve, “a Capela do Rio Preto, já pertencendo, a Freguesia de Santo Antônio de Teresópolis”.¹¹³ Embora os anos dos assentamentos se mostrem incongruentes, o fato é que, com a criação da Freguesia do Ribeirão Sebastiana, no final de 1862, a Capela do Rio Preto passou a pertencer definitivamente a Freguesia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis. Tanto que os frequentes registros continuavam sendo assentados nos livros da Igreja de Teresópolis, enquanto que pela Igreja de Venda Nova esses assentamentos são praticamente inexistentes. Ao corroborar, um dos periódicos do Almanak Laemmert, apresenta a relação das Igrejas da Freguesia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis, mostrando na listagem que a Capela da Conceição do Rio Preto já fazia parte dessa Freguesia.¹¹⁴

Diante das evidências expostas, nos levam a inferir, que a elevação do Curato ocorreu, de fato, na recente Capela edificada de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana, na localidade de Venda Nova, e não na Capela da localidade de Rio Preto. Praticamente, já voltada e pertencendo a outra freguesia. Logo após esta feita de elevação, evidencia-se, que por razões, políticas, econômicas, sociais e estratégicas-local, ocorreu a coesão, influências e os

¹¹¹ A documentação camarária de Nova Friburgo, apontava em 1832, por exemplo, que o correio de Rio Preto, passou a funcionar na residência do cidadão Francisco de Medeiros Teixeira, na localidade de Venda Nova. FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 228. Sessão de 13 jul. 1832.

¹¹² Cabe o termo confuso, uma vez que, após a elevação da Freguesia do Ribeirão Sebastiana em 1862, a Assembleia Legislativa Provincial, levará todo o ano de 1863, definindo estes limites de jurisdições entre a Vila de Magé e Nova Friburgo (Féo, 2012, p. 485).

¹¹³ Paróquia de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova. Assentamento de batismo dos inocentes: Anna e Manoel. Livro I (1863-1873), fls.1.

¹¹⁴ *ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro [...]*. Ano 42. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1885, p. 970-971. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/313394x/60606>. Acesso em: 8 nov. 2023.

interesses das boas famílias da irmandade de N. Sr.^a da Conceição, pela localidade de Venda Nova. Desse modo, faltava apenas oficializar aquilo que já se demonstrava extraoficial. Cujo, “símbolo e a efetiva sede da nova categoria [de Curato], reconhece e enaltece a comunidade em ascensão” (Marx, 1991, p. 28).

2.3 A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova

Ao abordar as origens de uma freguesia, no contexto da vida local de Portugal, Santos (1995, p. 1-5) sintetizou que esta instituição paroquial coube desempenhar uma influência civilizadora, exercendo uma ação catalítica e coesiva em vários planos, e sobretudo nos de cariz confessional, comunitário, instrutivo, assistencial, censitário e de registro civil. Enquanto comunidade vicinal, a freguesia soube simbolizar e exprimir fatidicamente um caráter unitário e dar mostras de personificação de existências construídas sobre princípios solidários. Conferindo um caráter singular no plano gregário e sociológico, cuja etimologia da palavra teve um sentido socioinstitucional, que descende das expressões latinas *filius ecclesiae* (filho da Igreja) e *filius gregis* (filho do rebanho). No castelhano e no português *feligrés/freguês* e *feligresía/freguesia*, respectivamente. De acordo com o autor, as freguesias em geral eram associadas ao orago, ou seja, o nome do santo dedicado. Excederam em importância social as próprias instituições municipais, afirmando-se como grandes dinamizadoras do universo comunitário local, a partir da estruturação em curso no que tange às instituições municipais, em que os vínculos religiosos, culturais, educativos e assistenciais das populações substituíram em grande parte a ação do Estado (Santos, 1995, p. 29).

Na América portuguesa, as freguesias se tornaram um desdobramento das do Reino de Portugal. Eram tidas como uma divisão administrativa religiosa, que indicava a presença de um núcleo de povoamento organizado, uma consolidação de áreas de ocupação, com certa representatividade econômica ou expressão política (Wagner, 2004, p. 152). A área de influência de uma paróquia, por extensão, ao conjunto de paroquianos, possuía estreita ligação entre o poder político e o da igreja católica. Essas paróquias eram os órgãos responsáveis de uma circunscrição eclesiástica, em que os habitantes eram denominados “fregueses”, a qual, os indivíduos pertenciam a uma freguesia. No Brasil Império, a organização do espaço das províncias também estaria assentada na unidade elementar de uma freguesia. Base inclusive das novas municipalidades instituídas a partir de 1828. “Na concepção dos políticos imperiais, a ação ordenadora da Igreja, sobre as consciências dos súditos, era fundamental para a consolidação e legitimação do Estado, em meados do século XIX” (Santirocchi, 2013, p. 13).

Observa-se que, a partir da criação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, em 1820, durante boa parte do século XIX, freguesias foram gradativamente sendo concebidas como fazendo parte de distritos dessa Vila, sendo elas:

Quadro 2 – Freguesias criadas e desanexadas da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1843-1901)

Freguesias	Criação e desanexação
Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer ¹¹⁵	(1843-1881)
Freguesia de São José do Ribeirão ¹¹⁶	(1857-1892)
Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova ¹¹⁷	(1862-1901)

Fonte: IBGE, 2021. Elaboração nossa, 2024.

Por questões geográficas, configuração de jurisdição e diversos outros interesses políticos e econômicos, territórios eram anexados e desanexados. Por exemplo, ocorreu a perda do curato de São José do Rio Preto para o município de Paraíba do Sul, no ano de 1833, e a perda da Freguesia de Aparecida¹¹⁸ para o município de Magé em 1847 (Corrêa, 2020, p. 19-20). Da mesma forma, as referidas Freguesias, também serão desanexadas do território friburguense, no decorrer do final do século XIX.

Como já exposto, por documentação camarária, os debates para a criação de uma nova freguesia, que iria pertencer ao termo da Vila de Nova Friburgo, se iniciam na Sessão Ordinária, do dia quatro do mês de maio do ano de 1858,¹¹⁹ quando se faz a leitura de uma reapresentação organizada pelos povos das terras frias, pedindo para que a Câmara solicitasse do poder

¹¹⁵ Atual município de Sumidouro. Antes de 1843, a dimensão territorial do 3º distrito da Vila era extensa. Pela documentação camarária o 3º distrito era: Nossa Senhora da Conceição do Paquequer de Sumidouro e Nossa Senhora da Conceição do Rio Preto. Mas, com documentações distintas.

¹¹⁶ Atual 2º distrito do município de Bom Jardim RJ.

¹¹⁷ Atual 3º distrito do município de Teresópolis RJ.

¹¹⁸ Atual 3º distrito do município de Sapucaia RJ.

¹¹⁹ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 1080. Sessão de 15 jun. 1858.

competente, para que fosse elevada no lugar da Venda Nova, uma freguesia. Em discussão foi resolvido remeter-se ao vigário da paróquia para informar parecer com urgência.

Em resposta, o vigário Jacob Joye, em junho do corrente, informava a egrégia câmara, sobre a pretensão, da criação de uma nova freguesia, a ser desmembrada da Vila de São João Batista. Advertindo estar à distância de 10 léguas, com péssimos e montanhosos caminhos. Além do crescimento da população e achar-se quase edificada uma Igreja naquele lugar. Convinha, sim, a criação dessa nova Freguesia, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana. Dando-lhe por limites a Norte, Sul e Oeste, as mencionadas na representação dos povos das Terras Frias, e a Leste, a quadra, a Oeste da Fazenda de Felício Pinto. Por uma linha reta do alto da serra e os limites de Sumidouro. Ficando a pertencer à freguesia de S. João Batista, as fazendas do dito Felício, Dimas Ferreira Pedroza e as que estiverem aquém da mesma linha. Foi posto em discussão a votação, e a Câmara unanimemente aprovou, e logo nomeou, o senhor vereador Alvarenga Barboza, para confirmar o ofício de representação, que deveria ser dirigido, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Província do Rio de Janeiro.¹²⁰ Importante aqui é atentar para o fato de que o parecer dado pela Câmara e pelo Vigário é influenciado e baseia-se nas informações enviadas pelos povos das Terras Frias, que em sua maioria são membros respeitáveis da irmandade do Curato de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana, principais fomentadores que possuíam interesses políticos, econômicos e estratégicos locais no processo de estabelecimento da futura Freguesia do Ribeirão Sebastiana, na localidade de Venda Nova.

Cabe explicar brevemente a utilização do termo “Terras Frias”, em que podemos observar através da documentação camarária de Nova Friburgo, que este termo foi uma expressão local, utilizada de forma habitual, pela Câmara friburguense, no transcorrer da segunda metade do século XIX. Aparece todas as vezes que a Câmara municipal precisava se reportar as estradas, ou se referir, aos moradores, bem como as suas reivindicações de um significativo espaço sob sua jurisdição. Essa configuração, denominada “Terras Frias”, ia além da Freguesia do Ribeirão Sebastiana, da Vila de São João Batista de Nova Friburgo. Em artigo sob o título, “Terras Frias: Um ensaio sobre a Reforma Agrária na Fazenda Rio Grande”, Corrêa e Santos (2019) demonstraram nos seus estudos, a limitação do território das

¹²⁰ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 1093. Sessão de 15 jun. 1858.

Terras Frias ser sinônimo da Freguesia de Sebastiana. Ainda que a Freguesia do Ribeirão Sebastiana, por documentação camarária fosse chamada de Terras Frias, Frazão (2020, p. 80), através de suas análises, pôde inferir, que metodologicamente, o termo, enquanto uma região abrangia não somente a Freguesia de Sebastiana, mas, outras áreas ou porções de características parecidas e não tão apropriadas ao cultivo do café, na segunda metade do século XIX. Por semelhanças de altitude e clima, como a sede da Vila de Friburgo, uma parte da Freguesia do Paquequer (atual Sumidouro), a Freguesia do Ribeirão Sebastiana e ainda acrescentada neste contexto, a Freguesia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis, que pertencia a Vila de Magé, possuíam profundas ligações entre si. Diante do contexto, entende-se então, as “Terras Frias”, no decorrer da segunda metade do século XIX como uma área de fronteira agrícola evidenciada por sua vocação agrária de gêneros produzidos de primeira necessidade com algumas criações de aves, muares e suínos. Destaca-se ainda, a constituição de redes de sociabilidades entre os seus agentes, visando o atendimento aos mercados vizinhos, principalmente o da Capital do Império.

Ao refletirmos sobre as paróquias das freguesias até o ano de 1889, respectivamente eram elas os únicos órgãos praticamente responsáveis que registravam os assentamentos de nascimentos (batismo), casamentos e óbitos, dos habitantes, ou fregueses, de uma circunscrição eclesiástica. Por isso, ao se reportar a história local, é impossível não buscar informações nessas esferas religiosas, uma vez que as Igrejas, com suas documentações, atuam como uma espécie de “guardião do tempo”. Esses registros constituem um patrimônio documental, retratando histórias individuais, familiares e sociais, que, enquanto memória e patrimônio do povo, são umas das estruturas basilares, para a vida em sociedade. Nas palavras de Marcílio (2004), a vida estava marcada com uma “ata individual”, com dados pessoais, nos seus momentos vitais: do nascimento, do casamento e da morte. Os Registros Paroquiais têm seu valor ainda por terem sido efetuados no momento mesmo do evento, guardando um caráter serial e cronológico inestimável.

O livro de tombo da Paróquia de Venda Nova¹²¹ menciona que as terras, onde se encontra a atual igreja, faziam parte da antiga Fazenda Nossa Senhora da Conceição do Salto

¹²¹ O livro Tombo da Paróquia N. Sr^a da Conceição de Venda Nova começou a ser escrito no ano de 1965 pelo padre de origem holandesa Leonardus Johannes Maria Switzar. Sobre pertencer a Fazenda N^a Sr^a da Conceição. Ver, fls. 40.

de Sebastiana.¹²² Ademais, com relação à memória documental dessa propriedade, foram localizados pequenos fragmentos no periódico *Diário do Rio de Janeiro*, informando que entre as décadas de 1820, 1830 e 1840, essas terras pertenceram ao Capitão Custódio de Souza Guimarães.¹²³ Além de anúncios relacionados à fuga de escravos da própria fazenda,¹²⁴ que eram compostos por diversas datas de terras onde o Ribeirão Sebastiana passava por dentro da herdade. Suas confrontações se faziam com “o Rio Preto, os senhores, Antonio José de Siqueira, Joaquim Moreira Dias, entre outros”.¹²⁵ O viajante Edward Winnie Fry, ao passar por esta propriedade, no ano de 1826, relatou que a fazenda do Capitão Custódio produzia tudo que um estabelecimento ou fazenda necessitava para seu consumo. Até cerâmica de barro de toda espécie era ali feita, de modo que nada precisava da cidade, a não ser sal e farinha de trigo (Ferrez, 1970, p. 54). A fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Salto de Sebastiana possuía, casas de vivenda, casa de hospedagem com vinte portas para estalagem e pouso de viajantes, ferraria, dispensa, enfermaria, cozinha, casa de camareiro, senzala, paiol, casas de engenhos de: moer cana, ralar mandioca, serrar tabuado e de pilão, moinho, açude de pedra para os engenhos, fôrnalha com tachos e alambique de cobre, fornos para torrar farinha, depósito de ferro, entre outras benfeitorias.¹²⁶

Percebe-se, que a doação de parte dessas terras para a construção da igreja local de Venda Nova, só ocorreu décadas mais tarde.¹²⁷ Porém, Fridman (2009) nos lembra de que a

¹²² A palavra Salto está associada ao primeiro “salto d’água” do Ribeirão Sebastiana. As terras dessa fazenda englobavam o que hoje são as comunidades de Venda Nova, Imbiú e Sebastiana.

¹²³ Custódio de Souza Guimarães (1770-1848) foi Piloto e Capitão de navio, que faziam percurso entre Brasil-Angola-Benguela-Canárias. Foi comendador, condecorado com a Ordem de Cristo, desde 1808. Comerciante/negociante pela Praça do Rio de Janeiro, entre outros. (Ferrez, 1970, p. 50-51, nota 51; Féo, 2010, p. 67; *Almanach do Rio de Janeiro*, 1816).

¹²⁴ BN-RJ. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1826; 08 fev. 1830 e 14 nov. 1844. Ver também. Livro I da Paróquia de São João Batista de Nova Friburgo. Assentamentos de Casamentos de escravos de Custódio de Souza Guimarães, ocorrido no Oratório particular da Fazenda de N. Sr.^a da Conceição da Sebastiana entre 11/09/1830 e 22/05/1831.

¹²⁵ TJ-RJ. Ação de Reintegração e Manutenção de Posse. Autores: José Manoel da Silva/Mariana Ignácia de Sousa Guimarães da Silva; Réus: João Luiz de Sequeira Queiroz e sua mulher. Em 21/07/1875.

¹²⁶ TJ-RJ. Ação de Reintegração e Manutenção de Posse. Autores: José Manoel da Silva & Mariana Ignácia de Sousa Guimarães da Silva. Réus: João Luiz de Siqueira Queiróz & Maria Francisca de Castro Queiróz, 1875, Loc. 01.651.009-4. Nessa Ação existe o traslado do testamento do Sr. Custódio de Souza Guimarães.

¹²⁷ As terras onde estão situadas a Paróquia de N^a Sr^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova e o Cemitério, de acordo com FÉO (2010, p. 300) foram doadas pelos descendentes da

“nobreza da terra” doava terrenos para a edificação e o patrimônio das paróquias. E que esses doadores, de certa forma, ocupavam cargos públicos, ou inclusive militares, reforçando assim, com seu prestígio, as relações pessoais de dependência, de fidelidade e de sociabilidade nas aglomerações. A construção identitária-religiosa da Freguesia do Ribeirão Sebastiana, cuja sede paroquial é marco deste espaço social, se dá com as suas atas de fundação, no ano de 1861 e os seus acervos de batismos, casamentos e óbitos (incluindo de escravos), a partir do ano de 1863, logo após a criação da freguesia em dezembro de 1862.

Essa Capela, ao ser erguida como principal prédio público em 1858,¹²⁸ teve sua estrutura física suportando-se até o final do século XIX. Observam-se, pelos periódicos dos *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio* e outras publicações, entre as décadas de 1870 e 1880, solicitações de verbas para obras, reparos e manutenções da Igreja matriz da Freguesia de Sebastiana. Porém, dá-se a impressão que este recurso, embora autorizados pela Assembleia Provincial, não chegava ao seu destino, uma vez que as reclamações eram constantes. Uma publicação, no ano de 1885, diz que: “A freguesia de Sebastiana não tem recebido, até esta data, nenhum favor da Província, em que já foi pedida a conservação de sua igreja, que está em péssimo estado e o respectivo projeto ainda está nas comissões”.¹²⁹ A câmara de Friburgo, em 1889, também se manifesta e denuncia o estado da igreja. Ao ler o ofício do fiscal do 4º distrito, confirmando a comunicação que o vigário da freguesia de Sebastiana, José Maria Dias Pereira¹³⁰, oficiou, sobre o mau estado da matriz daquela freguesia e que mandou-se prestar a informação pública.¹³¹ O fato é que, após décadas sem receber um retorno dos Órgãos Públicos, um grupo da localidade e entorno, por não

família Siqueira.

¹²⁸ RIO de Janeiro. Paróquia de N^a Sr^a da Conceição de Venda Nova. Ao que tudo indica essa capela as vésperas da criação da freguesia em dezembro de 1862, encontrava-se concluída, pois a Ata da Irmandade, informa que o tesoureiro, o Sr. João Luiz de Siqueira Queirós, em novembro de 1862, havia construído e ofertado a sacristia da capela, para que o sacerdote tivesse onde se paramentar. (Ata lavrada em 23/11/1862.

¹²⁹ BN-RJ. *Annaes da Assembléa Legislativa da Província do Rio de Janeiro*. Sessão de 20 out. 1885.

¹³⁰ BN-RJ. *Annaes do Parlamento Brasileiro (RJ) 1826 – 1888*. Sessões de 17 e 26 de jun. 1867. Tomo II, pp. 281 e 298. Português naturalizado, com carta de cidadão brasileiro. Foi o primeiro Vigário da Freguesia de N^a Sr^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, entre 1863, até a sua morte em 02/05/1892.

¹³¹ BN-RJ. *Annaes da Assembléa Legislativa da Província do Rio de Janeiro*. Sessão de 13 dez. 1889, p. 2308.

aguentar mais esperar, se articularam e se mobilizaram, para a realização das obras de construção de uma nova igreja de pedra e tijolos, a partir do ano de 1896, (erguendo dos escombros, ou do lado da anterior).¹³² Conforme pontua Quagliano e Araújo (2013, p. 370), “a igreja [de Venda Nova] que existe de pé até os dias de hoje tomada como matriz da paróquia criada em 1862, foi substituída por esta no final do século XIX”. Reverbera parte da história dos indivíduos sociais daquele lugar.

Reportando-se, agora, a burocracia da instância político-administrativa do Estado Imperial, a solicitação, para a criação da uma freguesia na região do Ribeirão Sebastiana, foi um processo que perdurou por cerca de quatro anos e meio. Encaminhado pela Câmara Municipal de Nova Friburgo a partir do ano de 1858 para a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, o processo só foi concluído em dezembro de 1862. Durante a tramitação, o Projeto de n.º 33 passou por idas e vindas, com pareceres progressivos do poder civil e religioso até a execução final.

Desde meados de 1858, quando a Câmara de Friburgo enviou um ofício à Assembleia Legislativa Provincial solicitando a criação da Freguesia do Ribeirão Sebastiana, foram encontradas referências sobre essa solicitação a partir de julho de 1860, quando o expediente da Secretaria de Governo da Província se pronunciou sobre o assunto.¹³³ Constata-se um longo debate, na sessão da Assembleia Legislativa, de 23 de novembro de 1861, em que as comissões responsáveis analisavam e discutiam parecer, por, nos autos do processo, conter, uma representação de alguns habitantes das Terras Frias, sugerindo também, que a sede da freguesia fosse instalada no lugar do Bom-Sucesso, visto a localidade se encontrar mais centralizada e com terreno doado, para a construção da Capela. Em contrapartida, o relator da comissão, o deputado Esperidião, argumentou que as autoridades civis, administrativas e eclesiásticas já haviam se posicionado e dado parecer, que fosse colocada à sede da freguesia no lugar denominado Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, porque ali existia uma igreja pronta recentemente, convenientemente alfaiada e com um núcleo de população, enquanto a de Bom-Sucesso, ainda estava por fazer. Visando a contenção de gastos e considerando as circunstâncias

¹³² RIO de Janeiro. *Ata de Reunião para edificação em pedra e tijolos, da nova Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sebastiana*. Venda Nova-Nova Friburgo, RJ, 22 mar. 1896, p. 1-8.

¹³³ BN-RJ. *Jornal Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 196, 14 jul. 1860. A impressão é que tal solicitação ficou “engavetada”, sendo colocada em pauta para discussões, a partir do ano de 1860.

financeiras delicadas da Província, advertiu-se que a construção de uma capela dependia das contingências do futuro.

Além disso, ao criar uma nova freguesia em um local sem igreja, paramentos e alfaias, poderia acontecer que, mais tarde, seria necessário pedir dinheiro para a construção da igreja. Aconselhou, portanto, que fossem econômicos e que mantivessem a sede da freguesia no lugar já predestinado. Ao final, o Deputado Esperidião, que conduzia a comissão, se indispõe na Assembleia, solicitando que seja substituído, o que é acatado pelo Presidente daquela Sessão.¹³⁴

Regressando a pauta, em sessão de 10 de dezembro de 1861, deputados, como Vieira Souto e Teixeira de Carvalho, pontuavam as várias informações e opiniões desconstruídas no Projeto, quanto à localização da freguesia. Sendo preciso, então, estudar a conveniência do lugar¹³⁵. Nessas idas e vindas de burocracias e discussões, em 31 de outubro de 1862, a Secretaria de Expediente de Governo da Província do Rio de Janeiro se posiciona, enviando, ao Sr. Bispo Diocesano, cópia do projeto de nº 33, criando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão de Sebastiana no lugar denominado “Venda Nova”, sendo para esse fim desmembrada da parte do território da Vila de São João Batista de Nova Friburgo. Isso foi aprovado pela Assembleia Provincial em 22 de outubro de 1862, pelo Projeto n.º 1.862 N. 33 e artigos 1, 2 e 3. Havendo 12 votos opinando que a Freguesia deveria ser em Sebastiana, e outros seis que deveria ser em Bonsucesso (Féo, 2010, p. 132-133).

Interessante refletir acerca de algumas situações, que ocorreram nos trâmites deste Projeto, e acabaram se concretizando futuramente. No transcorrer é comentado, em algum momento, se no futuro a freguesia não poderá ter a probabilidade de vir a pertencer ao termo de Magé.¹³⁶ Isso de fato ocorreu, mas apenas no início do século XX, a partir de 17 de dezembro de 1901, quando Teresópolis já estava emancipada politicamente de Magé, desde 06 de julho de 1891. Inclusive, um artigo no *Jornal do Commercio* de 1887 já anunciava que a Freguesia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis, ao se emancipar de Magé, certamente, “a freguesia da Sebastiana, iria passar pertencer “Teresópolis”, visto estar localizada a maior

¹³⁴ BN-RJ. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*. 2º ano da 13ª Legislatura. Tomo III, 1861, Sessão de 23 nov. 1861, p. 13; 149-152.

¹³⁵ BN-RJ. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 339B (1), 10 dez. 1861.

¹³⁶ Ver “Discussões sobre a sede da Freguesia”. BN-RJ. *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, 1862, p. 116-117.

distância da Vila de Friburgo”.¹³⁷ Outra situação observada é a localidade de Bonsucesso¹³⁸ aparecer nos autos, como também candidata à freguesia. Provavelmente isso ocorreu devido às influências do fazendeiro Manoel Francisco do Canto, ser proprietário da “Fazenda Bom-Sucesso”, produtora da cultura da batata, outros gêneros e marmelo, além de possuir sua casa de negócio.¹³⁹ A região do Ribeirão Sebastiana, no período, possuía grandes fazendas com representatividade, que se encontravam mais próximas, ou ao entorno da localidade de Venda Nova, por exemplo, a Fazenda de Nossa Senhora de Conceição da família Souza Guimarães,¹⁴⁰ a fazenda do Córrego das Pedras de Thomás da Rosa Teixeira,¹⁴¹ as Fazendas da família Siqueira,¹⁴² entre outras.

Lugar de produção agrícola e estratégico de passagem de tropas de muares, intercâmbio de mercadorias e comércio, a localidade de Venda Nova, embora distante da sua Vila, estava melhor posicionada geograficamente, do que a antiga localidade de Rio Preto. Tornou-se oficialmente sede da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, arrebanhando com ela as localidades agrícolas de Vargem Grande,¹⁴³ Córrego das Pedras, Córrego Sujo,¹⁴⁴ Retiro, Vista Alegre, Frades, Bonsucesso, Santa Rosa, Mottas, Vieira,

¹³⁷ BN-RJ. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 250, 7 set. 1887, p. 3.

¹³⁸ Bonsucesso, décadas depois, passará a sediar o centro do 3º distrito de Teresópolis (RJ), instalado na localidade até os dias de hoje.

¹³⁹ TJ-RJ. Ação de Inventário de Manoel Francisco do Canto, 1876. Loc. 00.604.875-4.

¹⁴⁰ TJ-RJ. Ação de Reintegração e Manutenção de Posse. Autores: José Manoel da Silva/Mariana Ignácia de Sousa Guimarães da Silva; Réus: João Luiz de Sequeira Queiroz e sua mulher. Em 21/07/1875. Nos autos, têm o traslado do formal de partilha de Custódio de Souza Guimarães.

¹⁴¹ TJ-RJ. Ação de inventário de: Francisca Maria dos Reis, esposa de Thomás da Rosa Teixeira, 1866. Loc. 01.651.000-8.

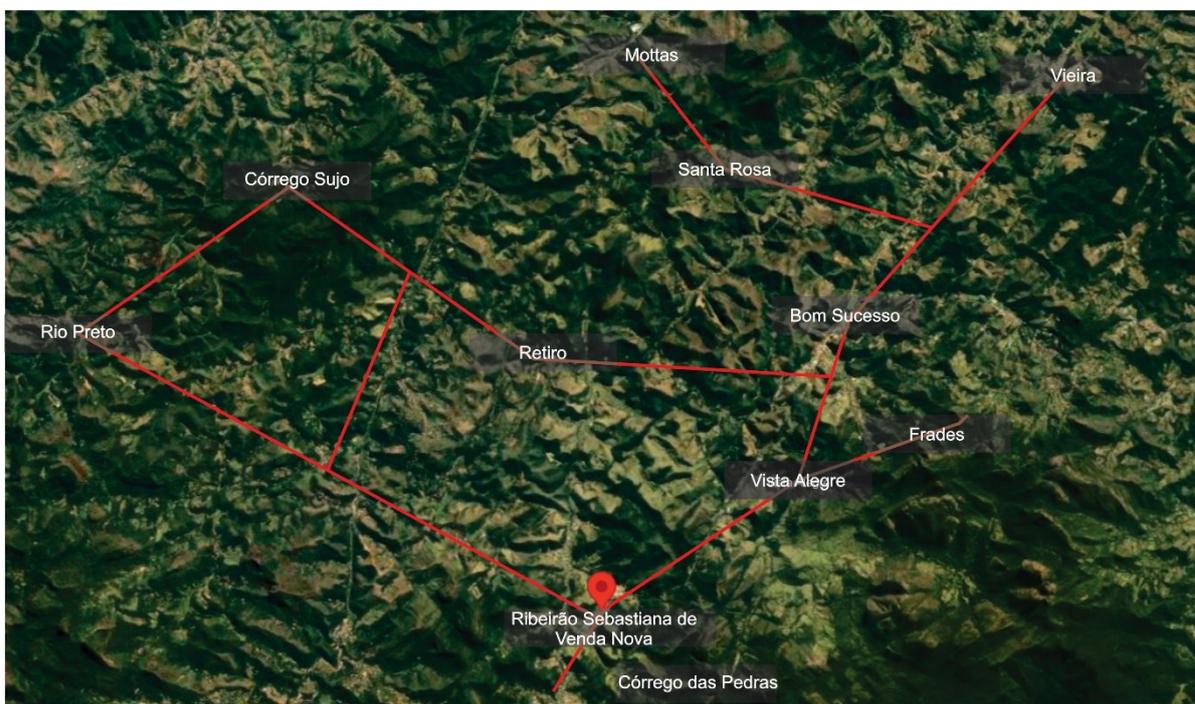
¹⁴² TJ-RJ. Ações de Inventários de: José Firme de Siqueira (1860). Loc. 01.411.127-5; Manoel José de Siqueira (1876). Loc. 01.411.133-0; Formal de Partilha de Antonio José de Sequeira (1877). Loc. 01.411.130-5; Formal de Partilha de João Luiz de Siqueira Queiroz (1877). Loc. 01.411.130-5; Formal de Partilha de: Domingos Gomes de Siqueira (1876). Loc. 01.411.129-9. “Passando pela Fazenda dos Siqueira, onde atravessa o rio Sebastiana, sobre o qual é indispensável uma ponte” (FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 876. Sessão de 24 maio 1853).

¹⁴³ Pela Lei n.º 1.805/1997 (Teresópolis, RJ), que trata da Divisão de área urbana e área rural, a localidade de Vargem Grande passou a pertencer ao 1º distrito do município e não mais ao 3º distrito.

¹⁴⁴ Pela Lei Municipal de nº 2.843 (Teresópolis, RJ), de 3 de maio de 2006, a localidade passou a ser denominada Vale Alpino, 3º distrito de Teresópolis, cuja sede se situa no Vale de Bonsucesso. Publicada no *Diário de Teresópolis*, de 5 de maio 2006.

entre outras. A seguir direcionamos o nosso olhar para a área geográfica, onde através do Google Maps foi possível georreferenciar e traçar, pelo menos, algumas das principais comunidades, que faziam parte da Freguesia do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova da Vila de São João Batista de Nova Friburgo. Ressaltando, que as localidades de Rio Preto e Viana, quando é criada a freguesia em 1862, as ditas localidades são transferidas para a Freguesia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis da Vila de Magé. No século XIX eram estas as comunidades com maior número de habitantes, juntamente com a sede da Freguesia.

Mapa 14 - Georreferenciamento das principais comunidades pertencentes a Freguesia do Ribeirão Sebastiana de Venda, 1862/2024.



Fonte: Elaboração do autor, 2024. Georreferenciamento das principais localidades pertencentes a Freguesia do Ribeirão Sebastiana. Realizado através do Google Maps. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?hl=ptBR&mid=li05S6ofMLAPydC_kDcqHghWKOIPRpeE&II=22.31924090494428%2C-42.837491038831374&z=13. Acesso em 14 ago. 2024.

Criada e reconhecida pelo Decreto Provincial n.º 1.270, de 26 de dezembro 1862, e assinado pelo então Desembargador Luiz Alves Leite de Oliveira Belo – Fidalgo e Cavalheiro da Casa Imperial e Presidente da Província do Rio de Janeiro, entre 21/09/1861 e 14/02/1863, diz o Decreto:

Art. 1º Fica creada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão de Sebastiana no lugar denominado Venda-Nova, Município de Nova-Friburgo.
 Art. 2º O território desta freguesia constará da area comprehendida desde o rio Bengalas até a serra de Felício Pinto ao norte, por uma linha recta ao lado della e os limites do Sumidouro; ficando a pertencer à freguesia de Nova-Friburgo as fazendas de Felício Pinto¹⁴⁵, Dimas Ferreira Pedrosa¹⁴⁶, e as que estiverem

¹⁴⁵ A Fazenda, a Serra e o Córrego do Palmital, de propriedade de Felício Pinto de Oliveira, que demarcava um dos limites desse território.

¹⁴⁶ A Fazenda São Bento, de propriedade do Fazendeiro e Vereador Dimas Ferreira Pedrosa, que demarcava um dos limites desse território (Frazão, 2020, p. 79; 85).

além da linha divisória. A leste e oeste serão seus limites os que confinão com a serra do Lubara [sic, Subaio] e Sumidouro: revogadas quaesquer leis e disposições em contrário”. [...] Dada no palácio do governo da província, em 26 de dezembro de 1862. 41º da independência e do Império – Luiz Alves Leite de Oliveira Bello.¹⁴⁷

Com relação a esses limites de jurisdições, a Vila de Magé ficará no ano de 1863, discutindo com a Vila de Nova Friburgo, conflitos dessas divisas fronteiriças, entre a Freguesia de Santo Antônio do Paquequer e a Freguesia de Sebastiana, exigindo, inclusive, a intervenção da administração provincial, que ao final das análises e discussões estipulou.¹⁴⁸

Pelo Decreto nº 1278, o Dr. Policarpo Lopes Leão, Presidente da Província do Rio de Janeiro: faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte: artigo único: os limites entre os municípios de Magé e Nova Friburgo ficarão sendo, o Rio Bengalas desde a sua nascente do alto da Serra do Subaio, divisa da Freguesia de São José da Boa Morte, até a confluência com o Rio Preto. Por este rio abaixo, até a ponte de Joaquim Moreira Dias, na Estrada de Aparecida para Magé, e seguindo da dita ponte pela estrada que se dirige a Porto Novo do Cunha compreendendo a fazenda do falecido Luis de Souza Brandão, denominada de Monjolo, com as terras que lhe pertenceram na data da promulgação da lei nº 670 de 29 de outubro de 1853, até onde acabem as terras da fazenda da Pedra do Pião, do falecido Antonio dos Santos, pertencendo todo o lado direito do município de Nova Friburgo e o esquerdo do município de Magé, revogadas as disposições em contrário – 03/12/1863.¹⁴⁹

Organizada a jurisdição eclesiástica, e posteriormente visando a estruturação e o andamento político-administrativo da recém-criada Freguesia, o Presidente da Província, em 4 de fevereiro de 1863, deliberou sobre a criação de um distrito de paz, para que também ocorresse a realização da documentação escriturária.¹⁵⁰ Em 09 de fevereiro, foi a vez de ser

¹⁴⁷ RIO de Janeiro. Decreto Provincial n.º 1.270 de 26 de dezembro de 1862. Cria a Freguesia de N. Sr.ª da Conceição do Ribeirão de Sebastiana. Coleção de Leis da Província e do Estado do Rio de Janeiro: 1835-1987.

¹⁴⁸ BN-RJ. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*. Sessões de 6 nov. 1863; Sessão de 3 dez. 1863.

¹⁴⁹ BN-RJ. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos Deputados á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ) - 1836 a 1888*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1863. Discussão sobre os limites entre os Municípios de Magé e Nova Friburgo. Ver, também, transcrição da Lei por Féo (2012, p. 485).

¹⁵⁰ Observa-se, quando foi deliberado o distrito de paz, somente com o decorrer do tempo, foi criado um Cartório, que teve atribuição primeiramente de Tabelionato de Notas, para mais tarde (1889), ter também de Registro Civil. Atualmente, este Cartório, se localiza no Vale de Bonsucesso – Teresópolis/RJ. Com relação as suas documentações, o mesmo, informou, que o seu primeiro livro de notas é o de número IV, iniciado em

instalada uma subdelegacia de polícia.¹⁵¹ A partir de então, serão os periódicos do *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, mais conhecido por Almanak Laemmert (1844 e 1889), darão melhor visibilidade, para que, por meio dessas listagens, possa se compreender qual era a estrutura, além do “eixo dinâmico”, da Freguesia do Ribeirão Sebastiana. Este *Almanak*, nas palavras de Machado (2011, p. 159-161), tinha por objetivo listar as principais personalidades de cada município do Rio de Janeiro, sobre todo o Império brasileiro. Chegando ao ano de 1875, com um volume de quase duas mil páginas. Um tipo de fonte, de acordo com a autora, que ajuda a reconstruir fragmentos da sociedade brasileira, de setores mais abastados. Detentores de posses que lhes consagravam poder e prestígio no período. Tinham por intuito explicitar essa realidade através do nome publicado anualmente. De fato, o referido periódico, para a freguesia do Ribeirão Sebastiana, entre 1864-1885,¹⁵² apresenta significativas listagens de funcionamento estrutural, censo, localização, eleitores especiais,¹⁵³ fiscalização, justiça, polícia, correio, instrução pública, matriz, médicos, professores, farmacêuticos, fazendeiros, proprietários, negociantes, lavradores, entre outros, nomes dos principais responsáveis, em suas respectivas posições e profissões, voltados, em sua maioria, para o mercado da terra.

Ao abordarmos a conjuntura 1860, nos deparamos a nível nacional com um país contrastado, segundo Neves (2019, p. 536), vivendo a expansão cafeeira, que oportunizava a emergência de grupos sociais marginalizados e a exposição do arcaísmo das bases de legitimação do Império brasileiro, representadas pelas instituições monárquicas, o trabalho

20 de abril do ano de 1880. Entretanto, o livro de número III, se encontra digitalizado pela Fundação D. João VI e os de números I e II, provavelmente, se perderam com o tempo, uma vez que, eram enviados, pelo Escrivão do Juiz de Paz, para ser arquivados na Câmara Municipal friburguense, não sendo localizados. Infelizmente, não foi autorizado, ou concedido realizar pesquisas, por parte deste Cartório. O que sem dúvidas, iria enriquecer muito mais os nossos estudos, com relação, as análises fundiárias dessas terras. VER. Termo de abertura e encerramento do livro III, de registros de escrituras de vendas de terrenos de Sebastiana – notas da Câmara Municipal de Nova Friburgo 1878-1880. Fundação D. João VI.

¹⁵¹ *Leis Provinciais (Deliberações)* – Volume 7 (1863 e 1864). Fundação D. João VI, p. 10 e 12.

¹⁵² Antes da criação da Freguesia ao final de 1862, algumas listagens, pela Vila de Friburgo, também, nos auxiliam nessas análises.

¹⁵³ Com a reforma eleitoral, no ano de 1875, o número de eleitores especiais da freguesia do Ribeirão Sebastiana, que era sete diminuiu para cinco, conforme confirma uma publicação do Jornal do Rio de Janeiro – “Na freguesia de Sebastiana, a população nacional no referido ano era de 2.192 habitantes, com uma proporção de um eleitor para 400 habitantes, cinco”. Ver: BRASIL. Decreto nº 2675, de 20 de outubro de 1875; 2022; *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 309, 10 nov. 1875.

escravo e o regime de padroado régio, que definia o catolicismo romano como religião oficial do Estado. Além, do marcante período 1864 e 1870, que levou o Brasil estar envolvido, em tensas questões diplomáticas e de interesses políticos, territoriais e econômicos em torno da bacia platina. A guerra movida contra o ditatorial e expansionista governo de Solano López no Paraguai, com a união de forças de uma Tríplice Aliança, formada por um império de viscondes e barões honorários e duas repúblicas de caudilhos, modificou, sacudiu e marcou por um período de quase seis anos, a ordem política-econômica dos países beligerantes. Com a derrota, o Paraguai ficou esfacelado e o Brasil que mais se empenhou nessa guerra, embora tenha saído vitorioso juntamente com a Argentina e o Uruguai, a partir das conjunturas 1870/1880, viu o Império gradativamente ser dissolvido por mobilizações de interesses políticos, econômicos e sociais contrários à monarquia.

Ao trazermos o olhar através da ação de variações de escalas (Levi, 2000, p. 7), podemos obter uma compreensão do espaço objeto de nossos estudos. Através da microanálise, é possível uma melhor construção na escala de observação das fontes (Revel, 1998, p. 20-23), em que, diante do exposto, não restam dúvidas que a conjuntura 1860 foi de grande importância para o Ribeirão Sebastiana, visto finalmente ter alçado a elevada categoria de freguesia e de certa forma estar economicamente mais estruturada em suas atividades agrárias e voltada principalmente para o mercado de abastecimento interno fluminense. Através da perspectiva do estudo da reconstrução de trajetórias e relações sociais, onde se permite a inclusão em uma multiplicidade de espaços e tempos, a partir das relações de indivíduos sociais que a envolvem (Alves, 2019, p. 47) observamos ainda, nessa conjuntura 1860, para além dos aspectos agrários e econômicos, que o Ribeirão Sebastiana, não se mostrava deslocado com a realidade do país, devido ao fato de um episódio envolvendo questões nacionais com a Guerra da Tríplice Aliança. Em 1864, chama atenção que os irmãos, Manoel José de Siqueira, Francisco Firme de Siqueira e José Firme de Siqueira, filhos do fazendeiro Domingos José Firme de Siqueira, cujas terras estão inseridas entre duas Freguesias – Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis e N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana, partiram como voluntários para a Guerra do Paraguai participando das batalhas de Itararé, Lomas Valentina, Campo Grande e Cerro Corá. Um dos irmãos, o Manoel vai ser ferido mortalmente na batalha de Lomas Valentinas em 1868, enquanto, o José se tornou oficial de carreira no pós-guerra (Féo, 2010, p. 178). Inclusive consta, por Decreto no ano de 1867, pelo Ministério do Império, que foi nomeado, em atenção a relevantes serviços prestados em relação à Guerra do Paraguai, a condecoração da insígnia,

Cavaleiros da Ordem de Cristo, ao Sr. Domingos José Firme de Siqueira.¹⁵⁴

Ao lidarmos até aqui com variadas conjunturas do final do século XVIII e meados do XIX e o próximo capítulo, a conjuntura 1850-1889, cerne de nossa pesquisa, observamos que as correlações de forças estão em movimentos permanentes, conciliadas com as relações dos múltiplos sujeitos históricos que deixam marcas estruturais numa sociedade. Pois, a compreensão desses fenômenos de ordem social, política e econômica, foram sem dúvidas cruciais para facilitar nossas observações dessas relações entre fatos e estruturas, aspectos fundamentais nessas análises históricas. Como apontou Vieira (2015, p. 15-24), as análises de conjunturas numa perspectiva histórica conseguem explicitar o processo, a partir de elementos como: duração temporal, fatos e sujeitos, espacialidade envolvida, correlação de forças em que ocorreu o fenômeno, contribuem assim, para uma percepção mais global da realidade social.

O olhar para o próximo capítulo se volta, para os estudos envolvendo questões fundiárias, através da Lei de Terras de 1850, que teve como consequência, os Registros Paroquiais de Terras, entre outros desdobramentos, nesse espaço social de vocação agrária. Ainda estaremos lidando com alguns indivíduos sociais, aqueles igualmente observados como membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Em que, boa parte desse grupo e descendentes, entre 1850 e 1889, à frente, antes mesmo da criação da Freguesia do Ribeirão Sebastiana, estão tomando importantes decisões, administrativas, econômicas, políticas e sociais. Dentre os variados indivíduos chama atenção, a família Siqueira, atuando também na freguesia como: “cultivadores” da cultura da batata, fazendeiros, proprietários, negociantes, eleitores especiais, Juizes de Paz e subdelegados. Pertencentes a uma rede de sociabilidade, poder, economia de abastecimento do mercado interno e proprietários de escravos.

3. DA LEI DE TERRAS DE 1850 AOS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRAS DA VILA DE SÃO JOÃO BATISTA DE NOVA FRIBURGO E A REGIÃO DO RIBEIRÃO SEBASTIANA 1850-1857

Para dar continuidade ao estudo apresentado, nos debruçaremos agora com mais vagar sobre a política de terras do Segundo Império brasileiro (1840-1889). Partiremos de um estudo

¹⁵⁴ BN-RJ. *Diário do povo: Político, Literário, Noticioso e Comercial*, n. 94, 20 dez. 1867. Decreto agraciando o grau de Cavaleiro a Domingos José Firme de Siqueira, 18 dez. 1867. AN-RJ.AN.RIO.69.CAI.OCR.7872800.

mais recente sobre a Lei de Terras, para então retomar esse assunto por meio do debate historiográfico das principais reflexões sobre o tema. Assim, tomemos por ponto de partida a afirmação do historiador Márcio Antônio Both da Silva.

A Lei de Terras de 1850 “pegou”, mas o fez de acordo com a lógica, o contexto, a realidade social e histórica que caracterizou a época e a nação em que foi formulada e aplicada. [...] Mesmo não tendo sido respeitada em sua totalidade, de diferentes maneiras, ela não deixou de produzir efeitos na perspectiva de que seu conteúdo regulador, ainda que no longo prazo, encontrasse efetividade prática (Silva, 2015, p. 104).

Essa perspectiva, que é recuperada pelo autor é justamente o que faz com que ao longo de décadas talvez esteja entre as ponderações mais repetidas na historiografia que, direta ou indiretamente, discutiu a Lei de n.º 601, de 18 de setembro de 1850, ou seja, a “Lei de Terras de 1850”. É preciso entender que esta Lei foi operada por diferentes grupos sociais, e cada qual buscava fazer valer seus próprios interesses. Desse modo é necessário compreendê-la como um elemento vivo, moldado a partir da ação daqueles que a operam.

Contudo, como já anunciado, é preciso compreender a referida lei como parte de um debate já bem consolidado no campo teórico. Objeto de diferentes interpretações que originaram e ainda possibilitam importantes produções e debates do universo rural, tem como locus de análise as complexidades da História Agrária e fundiária brasileira. Os intelectuais aqui tratados foram de importância ímpar para trazer entendimentos a partir da questão da Lei de Terras de 1850. As obras *O Cativo da Terra*, de José de Souza Martins (2010), *Teatro das Sombras: a política imperial*, de José Murilo de Carvalho (1988), e *Nas fronteiras do Poder: Conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX*, de Márcia Maria Menendes Motta (1998), apresentam-se como textos fundamentais para o desenvolvimento de análises utilizados como principais reflexões e debates sobre o assunto.

Destarte, compreende que as obras citadas devem ser analisadas em seu próprio contexto de produção, podemos entender, portanto, que suas leituras, são fruto das demandas de sua época, como bem aponta Virgínia Fontes (1998), ao assinalar que o historiador não é neutro e nem está acima da sociedade, seu conhecimento é fruto de um processo cognitivo de um certo período ou problema histórico. Assim, quando o intelectual escolhe um tema, período, etc., ele intervém na vida social do mundo que lhe é contemporâneo. Dessa maneira, entendemos estas obras como produto de um entendimento que possui as influências temporais, políticas, sociais, ideológicas e teóricas do período em que estão sendo produzidas. Considera-se também, sua inegável contribuição para as ciências humanas e que mesmo sendo obras datadas, os questionamentos levantados por estes autores possuem seus ecos até os dias atuais.

O sociólogo, José de Souza Martins, na sua obra, *O Cativo da Terra*, publicado em 1979, apresenta a partir de uma perspectiva das dialéticas matrizes que regem o Brasil, principalmente, na relação propriedade e trabalho. Porém, cabe deixar claro que a referida obra tem sua importância, em uma determinada conjuntura. Em suas análises e reflexões realizadas sobre a Lei de Terras de 1850, esse instrumento legal que nascia e assegurava um monopólio da classe senhorial sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas economicamente. Tendo o peso do Estado do lado dos interesses econômicos do grande fazendeiro, dificultando o acesso à terra aos trabalhadores sem recursos.

Seu entendimento é calcado na ação dos grandes senhores de terra, que a partir da Lei Eusébio de Queiroz (4 de setembro de 1850), que previa o fim do tráfico negreiro. Como resposta aos passos dados em direção ao fim da escravidão, na mesma semana, foi aprovada a Lei de Terras (18 de setembro de 1850), estabelecendo que o meio normal de adquirir a propriedade da terra era a compra e não a posse. Dessa forma, são criadas interdições para o acesso à terra, tendo em vista a vinda de imigrantes europeus livres que se tivessem modos de ocupar a terra iriam preferir tornar-se proprietário a serem mão de obra para um grande senhor de terra.

Portanto, na visão de Martins, essa lei seria também, o resultado da necessidade de impedir o apossamento de terras por parte daqueles que viriam a substituir o cativo, na transição do trabalho escravo para o livre. Assim, o autor ressalta:

A nova legislação fundiária de 1850 nasceu estreitamente relacionada com a crise do trabalho escravo plantada na suspensão do tráfico negreiro e com a ameaça que essa crise poderia estender à grande lavoura, fundada no latifúndio porque fundada na escravidão. [...] A imigração como solução para a crise do trabalho escravo entraria em conflito com a liberdade de acesso à terra, ao menos formalmente assegurada, se o país passasse a ser progressiva e maciçamente povoado por homens livres, ainda que pobres, sobre os quais não recaísse nenhuma interdição racial, social e jurídica para impedir que se tornassem facilmente proprietários de terras. A criação de uma nova forma de interdição nasceu junto com a cessação do tráfico e a instauração do novo regime de propriedade. [...] Seria engano supor que a finalidade da Lei de Terras fosse a de democratizar o acesso à propriedade fundiária (Martins, 2010).

Diante disso, Martins constrói seus argumentos percebendo, que a Lei de Terras, ao impedir o acesso à terra por outros meios que não sua compra, abriu a possibilidade de transformar a terra em renda territorial capitalizada, permitindo ao fazendeiro transfigurar seu capital, anteriormente investido em escravos, na aquisição de terras. Estabelecendo então, segundo a sua visão, condições para manter o padrão de acumulação, sem prejuízo dos

interesses dos fazendeiros de café.

Algum tempo depois, José Murilo de Carvalho, refletiu o Império brasileiro, suas mazelas e desatinos, através da obra, *A construção da Ordem*, originalmente lançada em 1980 e o *Teatro de Sombras: A política imperial*, em 1988. Reeditadas em 2003 (volume único), a obra permite uma análise do perfil das elites políticas brasileiras no século XIX, de sua composição e da relação que elas mantiveram com os partidos políticos imperiais. São esses elementos que apontam para a compreensão dos protagonistas do enredo político do Império analisando vários cenários em que a ação se desenrola – as províncias e a Corte, os espaços da política formal e aquele das representações simbólicas, o universo das instituições e o das questões morais relativas ao trabalho escravo e a política de terras, bem como as complexas relações entre Estado e Sociedade no Brasil, muitas vezes conflitantes.

Ao abordar o tema, “*A política de terras: o veto dos barões*”, Carvalho traça um viés historiográfico explicando todo um contexto político e econômico que antecede e que leva a Lei de Terras de 1850, até a execução e os seus desdobramentos passando pelas questões das sesmarias, da escravidão, da imigração, entre outras. O exame da política de terras permitiu aprofundar a análise das relações entre governo e proprietários rurais. Essa política de terras, de fato, teve o seu ponto alto com a Lei de 1850, aprovada pela fina flor do grupo saquarema, entre outros conservadores, e sancionada apenas 14 dias após a lei de abolição de o tráfico negreiro atingir de maneira profunda os interesses dos proprietários, ou pelo menos de parcela deles.

Carvalho identificou que a Lei de Terras se apresentou insuficiente na sua totalidade, sem eficácia e que embora elaborada pelos burocratas foi vetada por quem “manda”, ou seja, os barões.

A Lei de Terras, na realidade, mostrou a incapacidade do governo central em aprovar ou implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários na ausência de pressões extraordinárias, como sejam a ameaça externa ou a pressão do Poder Moderador. Mas mostrou também a falta de unidade da classe proprietária. Fora de situações excepcionais, como as que se verificam nas rebeliões de escravos ou de camponeses livres, quando se colocava em questão de maneira radical a propriedade tanto do escravo como da terra, os interesses de uns setores da classe não coincidiam com os de outros. [...] A terra por muito tempo ainda e em muitas partes do país permaneceu em boa parte presa ao latifúndio. Como consequência, atrasou-se também a constituição da sociedade de mercado e permaneceram frágeis as bases do Estado liberal (Carvalho, 1988, p. p. 350-351).

Para José Murilo de Carvalho (1988), as discussões sobre a Lei de Terras foi, até o final do Império, a história dessa resistência e da incapacidade do governo em vencê-la. O marco

dessa trajetória foi moroso. O projeto da Lei de Terras ficou entre a Câmara dos Deputados e o Senado de 1843 a 1850, com acaloradas discussões devido aos interesses particulares dos grupos dominantes de cada região do país. Publicada a Lei, o Conselho de Estado foi novamente convocado para elaborar o regulamento, que foi feito em 1851, mas só publicado em 1854.

Os párocos foram encarregados de fazer o registro de terras e remeter os livros respectivos ao governo central. Os relatórios dos ministros imperiais da Agricultura, Comércio e Obras Públicas denunciavam as dificuldades das repartições em executar a lei frente aos obstáculos de várias naturezas que se lhes antepunham. Percebem-se, portanto, os entraves políticos na execução dessa lei, no que dizia respeito à legitimação e revalidação, desde o seu nascedouro apresentou problemas, ineficácia, boicote e burlamento, não surtindo efeito desejado.

O papel que esses barões tiveram na execução da Lei de Terras de 1850, por exemplo, são entendidos, pelas perspectivas desses grupos dominantes favorecidos com a lei e seus respectivos interesses. Entretanto, há de se levar em consideração, que o país, não se explica somente pelas elites, uma vez que, não se pode ignorar as possibilidades de pensar a atuação dos grupos subalternos e ainda, na política de distribuição de terras.

Autora de inúmeros trabalhos sobre a história rural no Brasil, Márcia Maria Menendes Motta, em sua célebre obra, *Nas fronteiras do Poder: Conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX*, publicada em 1998, analisa as dimensões do conflito e do direito a terra no Brasil dos oitocentos. Com base em cruzamento de fontes e constante diálogo com a produção acadêmica sobre a apropriação territorial, a autora recupera as diversas leituras sobre a primeira lei agrária do Império.

Os embates que deram origem à lei são investigados, bem como as tentativas anteriores de fazer emergir um dispositivo legal que pudesse pôr fim aos conflitos agrários. Contrariando as visões anteriores, consagradas por Martins e Carvalho, ao compreender a lei, enquanto espaço de luta, Motta apresenta como a lei foi instrumentalizada pelos fazendeiros e relida pelos grupos menos favorecidos. A partir de então, analisa as razões mais profundas que levaram à sublevação dos “agregados”. A partir da interpretação inovadora e instigada pelos pressupostos thompsonianos, Motta demonstra, inclusive, como a Lei de Terras pôde adquirir outro sentido para aqueles sublevados, ao contrário do que os demais autores pressupunham. Ao destrinchar o emaranhado das leis e as diversas histórias da ocupação do lugar, não só revisitou um tema pouco explorado pela história social, como revalorizou a história agrária do Brasil dando foco aos arrendatários, que conheciam a realidade local, estes procuraram usar a inteligência, a favor dos interesses da terra.

Chama atenção à autora, se a Lei de Terras fosse somente para os grandes fazendeiros tão somente para salvaguardar os seus interesses, seria de se esperar que seus artigos e os próprios registros de terras dela oriundos aparecessem nos processos de embargos abertos após 1857, ano do término do prazo de entrega das declarações nos registros paroquiais.

No entanto, a realidade mais uma vez se apresenta ainda mais dinâmica e não é redutível a uma única explicação. Tanto a Lei, quanto os Registros de Terras não foram citados pelos fazendeiros e lavradores nos processos de embargos por eles abertos, nem mesmo quando eram os próprios réus. Os argumentos jurídicos utilizados continuaram sendo pautados pelas Ordenações Filipinas e no importante papel das testemunhas. Motta demonstra que a Lei de Terras, até um tempo atrás realmente era entendida, tão somente, como resultado dos interesses dos grandes latifundiários e que inclusive era essa a leitura jurídica sobre a Lei de Terras, mas acontece que ao partir para a história local, os documentos analisados deram outras respostas.

Desse modo, observa-se que para Martins (2010, p. 153-154), a partir da Lei de Terras de 1850, só era possível ser proprietário de terra quem comprou. Na sua visão, ao impedir o acesso a terra por outros meios que não sua compra abriu-se a possibilidade de transformar a terra em renda territorial capitalizada, permitindo ao fazendeiro transfigurar seu capital, anteriormente investido em escravos, na aquisição de terras. Estabelecendo, então, as condições para manter o padrão de acumulação, sem prejuízo dos interesses dos fazendeiros de café.

Carvalho (1988, p. 350) aponta que esta Lei se apresentou insuficiente na sua totalidade, sem eficácia, e que embora elaborada pelos burocratas, fosse vetada pelos barões. O governo central mostrou-se incapaz em aprovar ou implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários. Motta (1998, p. 166-168), por sua vez, ao refletir sobre a Lei de Terras de 1850, traz pontos inovadores, diferentes dos autores anteriormente citados. Demonstra, por exemplo, não ser possível considerar tal lei totalmente sem efeito, uma vez que, ela foi interpretada e usada de formas diversas por diferentes agentes sociais. Para tanto, analisou os distintos conflitos de cada localidade, apontando que diferentes sujeitos têm direitos a terra e que para entender o *status* social de cada período é complexo e complicado discernir o justo e o injusto, o legal e o ilegal de uma história social ligadas à dinâmica de cada localidade. Observa-se que foi proporcionado um olhar diferenciado para alguns grupos sociais, sobre a forma de se ter acesso a terra. Desta feita, pequenos e médios lavradores, livres ou libertos, puderam ser, de certa forma, e em alguns casos específicos, beneficiados pelas brechas da interpretação da referida Lei.

Diante do exposto, o trabalho de Motta (1998) supera e vai além fazendo um claro avanço nas análises, sobretudo, na aplicabilidade prática da Lei de Terras de 1850. As ilações

de Motta, bem como os resultados de sua inovadora reflexão, desdobram-se em trabalhos acadêmicos¹⁵⁵ ratificando o viés historiográfico e metodológico inaugurados pela autora, sobre as aplicabilidades, possibilidades e complexidades da Lei de Terras, que vão além e residem, nas particulares e numa teia de relações pessoais e interpessoais de cada região deste país. Portanto, a obra *Nas fronteiras do poder*, traz ainda reflexões e questionamentos latentes, sendo a chave para entender a conjuntura fundiária do século XIX.

Longe do objeto de estudos ter por objetivo resolver as questões e controvérsias ainda não resolvidas sobre a Lei de Terras de 1850, o propósito aqui, dentro da perspectiva do viés historiográfico e metodológico, da micro-história pela pluralidade das experiências históricas, onde através da variação de escala (Cf. Revel, 1998, p. 20; 262), reduz-se o espaço e foco de estudos. Permite-nos perceber momentos distintos de um mesmo processo histórico, auxiliando-nos, tanto na compreensão das especificidades regionais, quanto na realização de análises comparativas com outros espaços. Podemos observar que quando ocorre na região do Ribeirão Sebastiana, a “regularização fundiária”, através dos registros paroquiais de terras, alguns imigrantes e emigrantes, de alguma forma por se encontrarem trabalhando há tempos nessas terras, no patamar de pequenos e médios lavradores, irão operar o Registro Paroquial, nas brechas das interpretações da Lei de Terras de 1850.

Assim como já identificado por Motta (1998, p. 175) em seu estudo, trata-se como uma possibilidade de “regularizar o seu acesso à terra”, principal fonte de renda e sustento desses grupos familiares. Portanto, esse capítulo apresenta como um dos objetivos observar como se portaram esses fazendeiros e os posseiros diante desses Registros Paroquiais de Terras, além das declarações de terras informarem particularidades e peculiaridades da região objeto de estudos.

Diante dessas particularidades e peculiaridades de relações pessoais e interpessoais de cada região do Brasil, como foi destacado por Motta, Cristiano Christillino (2023, p. 287-288)

¹⁵⁵ São exemplos: *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)* (2004), de Cristiano Luís Christillino; “Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não condenar “uma quinta parte da atual população agrícola” (2015) e *Por uma lógica camponesa: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense (1850-1900)* (2004), Márcio Antônio da Silva Both Silva; *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na campanha Rio-Grandense oitocentista* (2005), de Bonassa Garcia; *Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia* (2011), de Francivaldo Alves Nunes; *As frações da classe senhorial e a lei hipotecária de 1864* (2014) e “A Lei de Terras de 1850 e os Relatórios do Ministério da Agricultura entre 1873-1889”, de Pedro Parga Rodrigues (2017).

corroborar que a ocupação territorial, nas diferentes regiões do Império do Brasil, ocorreu de forma bastante variada, ao longo dos três séculos de colonização portuguesa, o que acarreta em diversidades econômicas regionais. A produção do açúcar no litoral, a pecuária nos “sertões”, os produtos extrativos na Região Amazônica e nas províncias sulinas, as lavouras de mandioca, de feijão, de milho, entre outras para o abastecimento interno, levaram a dinâmica de trabalhos variados, tamanhos de unidades produtivas diferentes, conforme a disponibilidade de terras e das estratégias de produção. Essas especificidades geraram contextos de exploração da terra desiguais e que não poderiam ser englobados, em sua totalidade, de modo que não haveria uma possibilidade de lei que viesse a regular o acesso às terras do Império do Brasil.

Os Registros Paroquiais de Terras, são um desdobramento da Lei de 1850. O decreto regulamentador de nº 1.318 de 30/01/1854, como uma “espécie de manual”, orientava como os párocos de cada paróquia “deveriam conduzir” tais registros, e findo os prazos estipulados, esses livros teriam que ser enviados, para o diretor de terras públicas de cada província. Seriam os vigários de cada freguesia, os encarregados de registrar os chamados Registros Paroquiais de Terra, em que deveria conter: o nome do possuidor, designação da Freguesia em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão, se for conhecida e seus limites. Se o Registro não era capaz de reorganizar a estrutura fundiária, nem de discriminar as terras públicas das privadas em todo o território nacional, em alguns momentos serviu como instrumento de poder, na decisão acerca do domínio sobre as terras em cada localidade. A dúvida sobre registrar ou não a terra ocupada não era privilégio dos grandes fazendeiros. Para os lavradores, a decisão também implicava o reconhecimento dos confrontantes para a legitimação de sua terra. Esta era uma decisão complexa, que perpassava por uma teia de relações pessoais e interpessoais (Motta, 1998, p. 161; 176).

Como forma de utilização para fontes de pesquisa histórica, Linhares e Silva (1980, p. 71-105), alertavam, para o cuidado técnico, em razão da multiplicidade de informações e de inúmeras imprecisões, que os Registros Paroquiais de Terras possuíam, mas sugeriam que é possível trabalhar com esses Registros realizando uma espécie de esboço de cadastro, identificando, por exemplo, a forma de apropriação da terra e na relação jurídica, se essas terras eram comuns, antiga sesmaria, herança, posse direta, entre outros. De acordo com Motta (1998, p. 167), os Registros Paroquiais não podem ser vistos como um retrato da estrutura fundiária de cada região, nem tão pouco seus dados são meros reflexos de uma realidade estática. É preciso considerá-los no contexto de sua produção, como resultado de um processo complexo.

Muitos historiadores optaram por quantificar os dados de uma determinada região, daqueles que declararam, o que os levou a conclusões, generalizadas, senão inválidas, muito

pouco expressivas da dinâmica do acesso a terra. Também é sugerido por Christilino (2004) que os Registros Paroquiais de Terras, devem ser cruzados com outras fontes de documentos, pelos seus dados qualitativos.

Sob o ponto de vista de Graciela Garcia (2011, p. 65-69), embora os Registros Paroquiais possam apresentar omissão e imprecisão em suas informações, estas características não são consideradas, como obstáculo ao seu uso para a investigação da estrutura fundiária de cada região. As imprecisões e ambiguidades dos Registros Paroquiais de Terras devem ser considerados e analisados de forma questionadora e crítica. Isso se dá, pois, se por um lado, o uso da fonte para estabelecimento da estrutura fundiária não é apropriado, por outro, os Registros Paroquiais de Terras mostram-se extremamente ricos quando revisitados pelos pesquisadores. Portanto, é necessário entender a declaração aos Registros Paroquiais como uma opção colocada às pessoas, aos indivíduos de cada Paróquia do Império, e, tentar perceber, em que medida, e de que forma a população de um município compareceu ao Registro em si.

Todavia, os Registros Paroquiais de Terras foram e ainda são utilizados como fonte nos estudos do universo agrário do século XIX, em variadas regiões do país, até os dias de hoje. Com o intuito de realizar uma análise sob os Registros Paroquiais de Terras, estando atento as informações com relação, aos indivíduos sociais, a concentração fundiária, a maneira de apropriação declaradas, entre outras possibilidades buscou-se escrutinar, o livro de Registro Paroquial de Terras, da Vila de São João Baptista de Nova Friburgo,¹⁵⁶ cujo período remonta de 30 de julho de 1854 a 20 de fevereiro de 1857. Este livro possui um total de quatrocentos e oitenta e quatro registros de terras, na qual identificamos quarenta e duas dessas declarações, ou seja, cerca de 9% desses assentos, se referindo a então Região do Ribeirão Sebastiana, conforme listagem:

Quadro 3 – Declaração de Registros Paroquiais de Terras da Região do Ribeirão Sebastiana (1854-1857)

Nº Ord.	Nome do Declarante	Localização das terras	Data do Registro
06	Felippe da Graça Braga	Rio Preto/ Sebastiana	06/08/1854
18	Miguel Gomes Freire (Freitas)	Buracada – Córrego Sujo	22/09/1854

¹⁵⁶ APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857).

39	Joaquim Antonio da Silva	Bananal – Córrego sujo	07/11/1854
40	Maria Theresa do Sacramento	Córrego Sujo	07/11/1854
41	Florianno Antonio da Silva	Córrego Sujo	10/11/1854
42	Amador Jose de Figueiredo	Boa Esperança – Córrego sujo	10/11/1854
207	Manoel José de Sá	Cabeceiras do Sebastiana	12/03/1855
225	Antonio Joaquim de Oliveira	Rio Preto	13/03/1855
242	Felício Pinto de Oliveira	Córrego do Palmital (Alto de Vieira)	30/03/1855
272	Manoel Ferreira da Silva	Córrego Sujo	12/12/1855
290	João Francisco de Seixas	Rio Preto	13/07/1855
293	Jerônimo Antonio Pereira	Córrego Sujo – Oleiro	05/08/1855
294	Antonio José Soares	Córrego Sujo	05/08/1855
295	Antonio José Soares	Córrego Sujo	06/08/1855
296	João José Christiano	Boa Esperança – Córrego Sujo	06/08/1855
317	Manoel José de Siqueira	Sebastiana	12/12/1855
386	José Dias da Rosa & Clara M. ^a de Jesus	Bom Sucesso	29/01/1856
387	Antonio José Pereira Tatagiba Júnior	Salinas*	29/01/1856
388	Manoel Francisco do Canto	Bom Sucesso	29/01/1856
391	Antonio José Pereira	Córrego Sujo	21/02/1856
392	Manoel José de Sousa Pereira	Sebastiana	21/02/1856
400	Jerônimo de Sousa Vieira & Outros	Retiro (Bonsucesso)	26/02/1856
401	João Luis de Siqueira Queirós	Sebastiana	26/02/1856
402	Maria Francisca de Castro	Sebastiana/Rio Preto	26/02/1856
412	Antonio José de Siqueira	Boa Esperança – Córrego Sujo	27/02/1856
413	José Firme de Siqueira	Ribeirão da Prata e Sebastiana	29/02/1856
418	José Correa do Prado	Sebastiana	01/03/1856
436	Leonardo Pinto Passos	Córrego Sujo	29/03/1856
459	Felizardo Rodrigues da Silva	Córrego Sujo	31/05/1856
461	Mario Domingos de Oliveira Costa	Sebastiana	31/05/1856
462	Domingos Gomes de Siqueira	Sebastiana	31/05/1856
463	Maria Antonia Pereira de Souza	Sebastiana	31/05/1856
464	Luis Francisco Pimentel	Bom Sucesso (Faz. dos Mottas)	31/05/1856
465	José Antônio Barbosa Correa	Córrego Sujo e Serra do Capim	31/05/1856
466	José Antonio Barbosa Correa & outros	Córrego Sujo	31/05/1856
467	(Hegma?) Rosa do Espírito Santo	Bom Sucesso	31/05/1856
471	Manoel da Costa Soares	Gameleira – Córrego Sujo	31/05/1856
473	Antonio José dos Santos	Córrego Sujo	31/05/1856
474	Jacinto Garcia de Queirós	Faz São Clemente*	31/05/1856
475	Luiz Antonio Barbosa Correa	(Faz. Boa Esperança-Campestre) Córrego Sujo	31/05/1856

480	Pedro Goncalles (Gonzalles)	Córrego Sujo	03/02/1857
481	Bernardo José de Sampaio	Serra do Capim	03/02/1857

Fonte: APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo 1854-1857). Elaboração nossa, 2022.

* Embora, as declarações mencionam a Fazenda São Clemente e Salinas, que não se enquadram na região objeto de estudo, um dos motivos para citação é que os declarantes constituíram e consolidaram as suas famílias e os seus negócios em Vieira, localidade esta, que estava inserida no Ribeirão Sebastiana e não tão distante dessas localidades.

Naqueles que se propuseram a fazer suas declarações, observa-se que na maioria das vezes as menções de suas divisas e rumos eram feitas por cafezais, matas virgens, capoeiras, rios ou córregos. A maioria desses registros apresentavam também, as suas delimitações de cada porção de terra a partir de suas confrontações. O que não difere daquelas características apontadas por Motta (1998, p. 174-175) ao analisar as declarações da região de Paraíba do Sul. Das declarações mencionadas, observamos as seguintes formas e condições fundiárias:

Quadro 4 – Características e formas de aquisição das terras da região do Ribeirão Sebastiana de acordo com os Registros Paroquiais de Terras (1854-1857)

Terra de cultura/cultivo.	31
Não informam sobre o que a terra se destinava	10
Fazenda de criar.	01
Indicando Posse.	“04”
Adquirida por Título de herança/compra e venda.	14
Adquirida por compras de sesmarias e por medição e demarcação judicial.	07
Somente confrontantes. Não informam tipo de aquisição/marcação e medição.	13

Fonte: APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo 1854-1857. Elaboração nossa, 2022.

A partir do quadro apresentado, pode-se perceber que grande parte desses declarantes informaram ser possuidores de terras de cultura/cultivo,¹⁵⁷ seguindo a tradição secular de

¹⁵⁷ De acordo com a Metodologia do Levantamento de Valor de Terra Nua no Estado de São Paulo (CIAGRI) e o Instituto de Economia Agrícola (IEA), terra de cultura, potencialmente significa apta para culturas anuais, perenes e outros usos, que suporta manejo intensivo de práticas culturais, preparo de solo, etc. É

justificar a legitimidade da ocupação por meio do cultivo, o que nos permitiu ter uma visão geral do comportamento do sistema de propriedade no Ribeirão Sebastiana, tendo a terra como fator de reprodução da economia de alimentos. Observa-se, acima, que a referência indicando posse ficou com o seu quantitativo “entre aspas” devido ao entrecruzarmos informações das declarações dos Registros Paroquiais de Terras com outros documentos, verificou-se que este quantitativo aumentou, sendo exposto no decorrer da pesquisa.

Essas terras também podem ser vistas como, reserva de valor, podendo ser vendidas ou hipotecadas em caso de dificuldades. Importante se atentar para as outras informações do quadro como – as declarações que não informaram o que as terras se destinavam, as adquiridas por título de herança/compra e venda, as adquiridas por compras de sesmarias e por medição e demarcação judicial e mesmo àquelas que não informam o tipo de aquisição/marcação e medição. Estas informações serão mais bem analisadas e mencionadas ao longo do capítulo. Cabe esclarecer, que não é possível traçar um parâmetro da extensão dessas propriedades, visto suas medições além de imprecisas, são as mais variadas possíveis. Entretanto, o foco principal das análises e reflexões, recai aqui sobre a questão da posse da terra e suas justificativas na região do Ribeirão Sebastiana.

Com relação a uma aplicação rigorosa da Lei de 1850, na visão de Christillino, provocaria o questionamento de um grande percentual das terras ocupadas e aquelas “pretendidas” pelos fazendeiros e outros indivíduos interessados na posse da terra. Essa legislação, segundo o autor, também gerou mecanismos para a afirmação de propriedade dos posseiros mais humildes, uma vez que a proteção das terras “em uso comum” e outras “servidões”.

Como exemplo, temos a demarcação das terras indígenas das colônias militares nas províncias de fronteira e a criação de mecanismos que colocariam em cheque os interesses dos terratenentes estabelecidos nos mais diferentes rincões do Império do Brasil. Politicamente, a aplicação de uma lei que interferiria tão drasticamente o “mandonismo local” provocaria prejuízos ao governo imperial, algo insustentável para um Estado imperial recém-estabilizado. Christillino (2023, p. 288) destaca que em 1874 o próprio ministro da agricultura, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, orientava que com relação aos interesses de ordem pública, não era

terra de produtividade média e alta, mecanizável, plana ou ligeiramente declivosa e o solo é profundo e bem drenado. Disponível em: <http://www.ciagri.iaea.gov.br>. Acesso em 13 ago. 2024.

aconselhável a “aplicação rigorosa da lei aos posseiros, sesmeiros e concessionários que ainda não fizeram legitimar ou revalidar suas terras”. Refletiremos a seguir questões relacionadas à posse da terra, objetivos centrais das nossas reflexões.

3.1 A questão da posse e suas complexidades

O processo de ocupação territorial nas grandes extensões de terras da colônia do Brasil foi marcado e praticado paralelamente por fazendeiros e por uma ampla camada de posseiros. A incapacidade de a Coroa controlar de forma efetiva o cumprimento das exigências das Cartas de Sesmarias, acabou por estimular o crescimento da figura do posseiro, aquele que se apossava de terras, pretensa ou realmente devolutas. “A aceitação do posseiro na legislação sobre as sesmarias nas terras brasileiras, esteve relacionada aos esforços da Coroa em limitar o poder dos sesmeiros” (Motta, 1998, p. 122).

Com relação à questão da posse e suas complexidades, procuramos balizar e seguir o viés historiográfico, esquadrihado por Motta (2007, p. 147-148), que ao desvendar o processo de apossamento, bem como os seus desdobramentos, desenvolveu uma série de contribuições para os estudos da História Agrária. A expressão “posseiro”, na concepção da autora, a partir do século XIX surgirá, em contraposição ao termo sesmeiro, sendo então posseiro, o lavrador sem título, independente da extensão de suas terras. O termo então adquire uma singularidade em terras brasileiras ao trazer para a luz do dia a junção entre propriedade, posse e cultivo de terras e/ou sua ocupação efetiva. A eficácia simbólica da palavra posseiro é como todas as outras, uma construção histórica, neste caso, o período entre, 1836 e 1850.

Ao analisar o processo de consolidação do Império Brasileiro, Motta (2007, p. 161-162) destacou a força dos fazendeiros na determinação de quem poderia ser parte integrante do conjunto de lavradores de cada município. Nessas querelas, o mito do invasor era direcionado para um único endereço: o do pequeno posseiro. Ocupar terras devolutas, sem nenhuma gerência dos órgãos de fiscalização do governo, era algo apenas permitido pelos fazendeiros, protegidos por uma rede de poder que ia muito além das porteiras de suas fazendas. A junção entre posseiro e invasor refletiria, em suma, a eficácia do poder dos fazendeiros na conjunção de duas ações não naturalmente unidas: invadir e cultivar. O termo posseiro passaria a ser empregue efetivamente para referir-se ao pequeno lavrador. A maior parte dos posseiros era, de fato, composta por grandes fazendeiros, muitos deles com prestígio e poder na sua localidade. Mas também é verdade que havia um sem-número de pequenos posseiros que poderiam se beneficiar com a nova Lei de Terras de 1850 (1998, p. 142).

A existência dos conflitos agrários é uma marca da história fundiária brasileira. Mesmo diante de propostas, reformas e leis a posse e outras práticas agrárias permaneciam no direito cotidiano brasileiro. A posse continuou a existir como um costume agrário mesmo após a promulgação da Lei de Terras de 1850. O resultado final dessa lei, não deixou de refletir as dificuldades em se determinar o lugar do posseiro na nova legislação sobre terras. Como bem aponta Motta (1998, p. 144), a referida Lei passou longe de definir um parâmetro geral para regularizar o acesso à terra e não deixou de corresponder a dinâmica e a ambiguidade de toda uma história de ocupação territorial.

Na perspectiva da história dos conceitos, sob o ponto de vista de Ironita Machado (2020), toda concepção não é apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico, mas também se torna indicativo de algo que se situa para além da língua. A expressão semântica da palavra “intruso”, no processo de apropriação e territorialização de terras brasileiras, por exemplo, se deu de forma dinâmica, contraditória e expropriativa através do esbulho de indígenas e nacionais como estratégia de Estado e iniciativas particulares para ocupação, colonização e produção agrária, privilegiando imigrantes e migrantes, latifundiários da agropecuária e empresários da terra. Por sua vez, promoveram disputas que configuraram e configuram o paradoxo da ocupação do espaço e da constituição da propriedade privada da terra no Brasil.

Evidentemente, esse processo conflituoso e espoliativo teve gênese com a chegada dos europeus e do recrudescimento de exploradores, nos primórdios do século XVIII. Intensificaram-se no século XIX e início do XX, principalmente pelo processo colonizatório dirigido e espontâneo que avançava sobre as terras já ocupadas pelas populações indígenas e nacionais, que ainda viviam nas matas e nos campos. É importante destacar que a população denominada nacional (caboclos, sertanejos, camponeses pobres), quando expulsa de determinadas áreas de terras, também adentrava as terras indígenas. Portanto, a ação de intrusão, além de ser prevista legalmente e juridicamente como ato violento contra a propriedade, era e é provocada pelo Estado, quando, “historicamente, a posse da terra resulta da sobreposição de grupos socioculturais diversos sobre o mesmo espaço, gerando, assim, conflitos irresolúveis” (Machado, 2020, p. 8). Desse modo, a estrutura fundiária brasileira adentrou o século XXI sem alterações significativas, promovendo exacerbada luta pela terra.

Ainda de acordo com Machado (2020), agentes e capitais exerceram a força hegemônica de determinar o delineamento de um território (propriedade da terra e sua renda) segundo seus interesses, apoiados em políticas, legislações nacionais, estaduais e na processualidade jurídica, desconsiderando os grupos socioculturais ali existentes. Assim, o direito às terras, na letra da lei, não garantiu o território aos nacionais e aos indígenas, ao menos sem conflitos violentos,

os quais perduram até hoje. Tanto é que, a constatação de que um dos principais pilares históricos dos problemas sociais e econômicos no Brasil, apontados ainda por Motta (1998, p. 139-140), está na alta concentração fundiária e que essa realidade, embora precise e deve ser alterada, não perdeu sua validade, radicalidade e importância, pelo contrário, é profundamente coetânea.

Conectados a História Agrária, campo multifacetado que ocupa diversos problemas e debates ligados às questões fundiárias e agrícolas, os sujeitos e os movimentos socioeconômicos, o *Dicionário da Terra* (2023), na sua segunda edição veio corroborar, ao trazer auxílio nas reflexões e teorizações dos sentidos das palavras deste universo rural. Para isso, nos reportamos novamente a Motta (2023, p. 559-562), que ao perscrutar, através da conjuntura histórica (1803-1988) o termo “posse”, entre os embates jurídicos do século XIX, em que permeia o nosso foco. A Lei de Terras de 1850 havia estabelecido que a compra tornaria-se a única forma de ocupação de terra, ainda que permitisse que o antigo posseiro regularizasse sua ocupação nos chamados registros paroquiais de terra. Ainda que muitos dos posseiros fossem, de fato, grandes fazendeiros, o inscrito em lei permitiu também que pequenos posseiros reivindicassem o seu direito à terra, atendendo aos princípios da primeira ocupação, um dos elementos constitutivos do direito à posse inscrito nas Ordenações Filipinas.

No entanto, a ausência de um regulamento mais claro acabava por prejudicar os posseiros sem recursos, já que, em processos abertos para expulsá-lo, eles eram configurados como possuidores de má-fé, cuja ocupação era considerada ilegal. Os fazendeiros, ao contrário, contavam com recursos e uma rede de poder que lhes permitiam assegurar que eram posseiros de boa-fé, corajosos desbravadores do país. O mito do invasor era diferenciado para um único endereço: o do pequeno posseiro. A partir daí, ocupar terras devolutas, sem nenhuma gerência dos órgãos de fiscalização do governo, era algo apenas permitido pelos fazendeiros, protegidos por uma rede de poder que ia muito além das porteiras de suas fazendas (Motta, 2023, p. 559-562).

Ao analisarmos a documentação, chama atenção uma Declaração de Terras registrada pela Freguesia de N. Sr.^a D’Ajuda de Guapimirim da Vila de Magé, em 12 de dezembro do ano de 1855, quando a região onde estava inserida a propriedade do Coronel Polycarpo José Álvares [de Azevedo], fazia parte da recém-fundada Freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis, em 25 de outubro de 1855, também pertencente a Vila de Magé. Quando declarou suas terras, nas divisas fronteiriças entre a Freguesia de Santo Antonio do Paquequer com a Vila de São João Batista de Nova Friburgo, o Coronel Polycarpo mencionou, que os fundos do seu terreno, depois de cerca de mais de mil braças fazia rumo de fundos, com terras do

“posseiro” Domingos [José] Firme [de Siqueira],¹⁵⁸ que parte para o terreno de Nova Friburgo e continuando a descrição de sua significativa extensão de terras é acrescentado novamente: fazendo fundos com terras de outros “posseiros” do termo de Nova Friburgo.¹⁵⁹ De alguma forma, tal declaração ratificou o fato da existência de indivíduos, que esse proprietário, identificou como posseiros pela região do Ribeirão Sebastiana da Vila de Nova Friburgo.

Ao lançarmos o olhar para os Registros Paroquiais de Terras declarados pela Vila de São João Batista de Nova Friburgo, na região do Ribeirão Sebastiana, a intenção foi direcionar os estudos para a questão da posse e suas complexidades, uma vez que, os mesmos sugeriam, que parte dessas terras foram adquiridas através da posse. Ao depararmos com as análises iniciais desses Registros Paroquiais de Terras, eles, a princípio indicaram apenas quatro declarações na condição de posseiros informando que, o Sr. Miguel Gomes Freire (Freitas) era possuidor de huma situação de terras de cultura há vinte e dois anos,¹⁶⁰ a Sr.^a Maria Theresa do Sacramento era possuidora de uma situação de terras de culturas e casebres de vivendas há vinte e cinco anos,¹⁶¹ o Sr. Floriano Antonio da Silva, era possuidor de terras de cultura e casebre de vivenda há dezoito anos¹⁶² e o Sr. Amador José de Figueiredo era possuidor de uma situação

¹⁵⁸ A partir da Fazenda Boa Fé era o rio Bengalas que fazia a divisa entre as Vilas de Magé e Nova Friburgo. Pela dita fazenda em direção a região do Ribeirão Sebastiana, o lado esquerdo pertencia a Magé e o lado direito pertencia a Nova Friburgo. As terras do Sr. Domingos José Firme(o) de Siqueira, cuja declaração de terras nos Registros Paroquiais não foi localizada e/ou/ não realizada, ficava entre as margens do rio. O lado que pertencia a Vila de Magé, situa-se, até os dias de hoje, a localidade da Serrinha e o outro lado, que pertencia a Vila de Nova Friburgo, situa-se, também até os dias de hoje, a localidade de Vargem Grande. O *Almanack Laemmert* (n. 16, 1859, p. 29; 86; 87) indica que Domingos José Firme de Siqueira constituiu a sua vida pela freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis, em que atuava como eleitor especial e Juiz de Paz, além de ser fazendeiro de mantimentos (TJ-RJ. Arquivo Permanente. Inventário de Domingos José Firme(e) de Siqueira, 1868. Loc. 01.683.149-4). Ao contrário da maior parte dos seus familiares, que pertenciam à futura freguesia de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova da Vila de Nova Friburgo. Documentos paroquiais informam que o Domingos também participava da vida social e religiosa pelo Ribeirão Sebastiana.

¹⁵⁹ APERJ. Registros Paroquiais de Terras da Freguesia Nossa Senhora D’Ajuda de Guapimirim da Vila de Magé (1855-1866). Livro 46, reg. 45, f. 9. Não foi localizada nenhuma declaração de terras da região do Ribeirão Sebastiana pela Freguesia de Guapimirim.

¹⁶⁰ APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857). Declaração de Miguel Gomes Freire (Freitas), n. 18, p. 16.

¹⁶¹ APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857). Declaração de Maria Theresa do Sacramento, n. 40, p. 28.

¹⁶² APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857). Declaração de Floriano Antonio da Silva, n. 41, p. 29.

de terras de cultura há vinte anos.¹⁶³

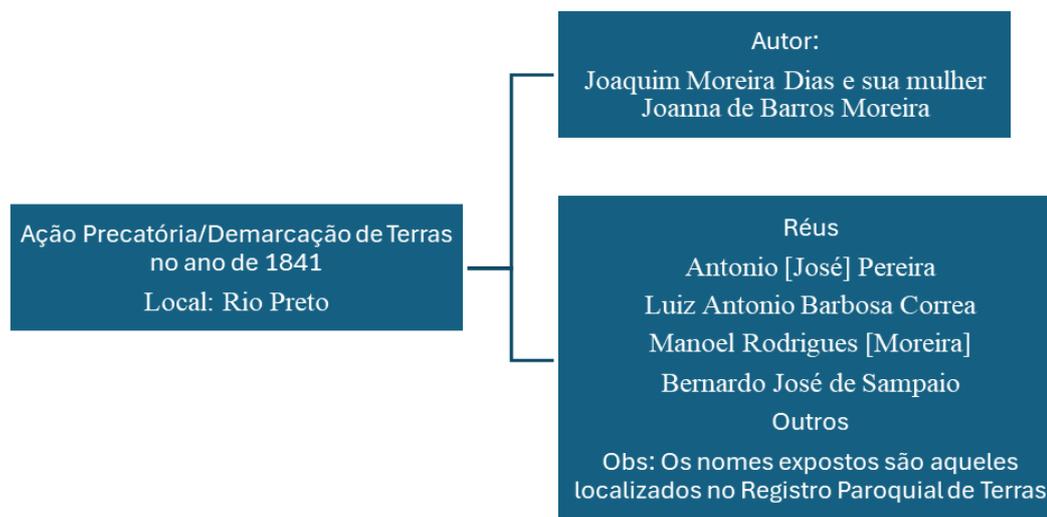
Diante do exposto, será que realmente houve somente esses quatro posseiros pela região do Ribeirão Sebastiana oitocentista? Ao conciliarmos as informações dos Registros Paroquiais de Terras, juntamente com algumas Ações Possessórias localizadas no Arquivo Permanente do Judiciário do Rio de Janeiro, foi possível esquadrihar e entrecruzar informações e inferir, que a quantidade do número de posseiros, se revelaram em um quantitativo maior, do que aqueles demonstrados em um primeiro momento nos Registros Paroquiais de Terras.

Ao compreendermos, as possibilidades de conciliação e análises com dados de outras fontes, Christillino (2011, p. 137-140) confirma o fato de que as ações possessórias, entre outros documentos, são importantes nas pesquisas em torno da resistência do campesinato no Brasil, especialmente a luta dos pequenos posseiros frente às espoliações dos grandes fazendeiros. O autor lembra que esses casos podem contribuir significativamente com a historiografia de inspiração thompiana, que procura resgatar uma série de conflitos e resistências localizadas. Conflitos estes, que não chegaram a constituir um movimento mais amplo, mas que conseguiram retardar ou menos frear, inicialmente, as mudanças estruturais provocadas pela expansão do capitalismo no campo, principalmente pelo alargamento do latifúndio, pela ação de grileiros e, mais recentemente pelo impacto do agronegócio.

Dos processos por ora analisados, três deles chamaram atenção em alguns detalhes, no qual, para cada caso iremos organizar para melhor visualização, organogramas para a partir de então discorrermos sobre o assunto.

¹⁶³ APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857). Declaração de Amador José de Figueiredo, n. 42, p. 29.

Organograma 1 – Ação Precatória por “invasão de terras”, 1841



Fonte: TJ-RJ. Elaboração nossa, 2024.

1º) Como já elucidado anteriormente, dos sete réus envolvidos em Ação Precatória/Demarcação de Terras no ano de 1841,¹⁶⁴ tidos como “invasores”, quatro dos réus, conforme organograma acima constam como declarantes nos Registros Paroquiais de Terras da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, a saber: Antonio [José] Pereira, que declarou o seu terreno, entre três confrontantes, alegando possuir, uns duzentos alqueires para mais ou menos; Luiz Antonio Barbosa Correa e Manoel Rodrigues [Moreira], que declararam suas terras em família, entre quatro confrontantes, cujo terreno possui seiscentas braças e meia légua de fundos. Constatase ainda, que o Sr. Luiz Antonio Barbosa Correa, aparece em duas declarações de terras, uma em conjunto com José Antonio Barbosa Correa, João Antonio Barbosa da Silva Correa e Manoel Rodrigues Moreira e outra, por cabeça de sua mulher Ignácia Maria da Conceição, por herança do finado sogro José Correia da Silva.¹⁶⁵ Igualmente, essas declarações

¹⁶⁴ TJ-RJ. Acervo Permanente: Ação de Carta Precatória/Demarcação de Terras – Autores: Joaquim Moreira Dias e sua mulher, Réus: Bernardo José de Sampaio e sua esposa Vicência Francisca Ramos, Antonio [José] Pereira e sua esposa Generosa Rosa do Espírito Santo, Manoel Rodrigues [Moreira] e sua esposa Maria Francisca, Luiz Antonio Barbosa Correa e sua esposa, Ana Francisca Rosa, Vicente Correa e sua esposa Maria Rosa, Francisco Muniz de Albuquerque e sua esposa Bernarda Maria da Silva e Manoel Luiz da Costa, 1841.

¹⁶⁵ Embora não cita explicitamente a forma de aquisição das terras, pelo que tudo indica é herança. Tanto que

foram realizadas no ano de 1856, cujas datas de terras, se encontravam na região do Ribeirão Sebastiana, localizadas na comunidade de Córrego Sujo, hoje denominado Vale Alpino.

Por fim, o Sr. Bernardo José de Sampaio, foi um dos últimos a realizar a sua declaração de terras alegando diferentes datas reunidas. Embora sua declaração no ano de 1857, encontra-se parte danificada pelo tempo, constatamos importantes informações, onde declarou suas terras demarcadas e medidas judicialmente, decerto, em virtude da Ação Precatória arrolada no ano de 1841. Outra informação na declaração de terras do Bernardo que chama atenção, é que o mesmo informa que uma parte de suas terras foi comprada do Sr. Joaquim Moreira Dias e sua esposa, justamente o autor da referida Ação Precatória contra ele mesmo e outros que estavam invadindo suas terras.¹⁶⁶

Também foi observado, que embora apareça em algumas declarações de terras como confrontante. O Sr. Joaquim Moreira Dias, não realizou a sua declaração pela Vila de Nova Friburgo e nem em Freguesias vizinhas. O que é lembrado por Motta, que registrar ou não a sua terra era em suma, uma questão difícil e estava relacionada à existência ou não de uma teia de relações pessoais, sobre a legitimação desses limites territoriais declarados.¹⁶⁷ Observando a trajetória dos réus nos autos, há evidências, que os mesmos de alguma forma obtiveram as suas terras por meio da posse, inclusive aqueles outros indivíduos que estavam envolvidos na ação e que não declararam suas terras como, Vicente Correa, Francisco Munis de Albuquerque, Manoel Luis da Costa e suas respectivas esposas. Seguiremos então para análises do segundo caso:

em uma declaração somente do Jose Antonio Barbosa Correa, o mesmo alega, os bens deixados pelo falecimento da sua mãe Anna Francisca Rosa da Silva. APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857). Reg. 465 (Jose Antonio Barbosa Correa); Outros Registros, 391 (Antonio José Pereira); 466 (Luiz Antonio Barbosa Correa & outros) e 475 (Luiz Antonio Barbosa Correa, por cabeça de sua mulher Ignácia Maria da Conceição). O Manoel Rodrigues Moreira, provavelmente é casado com uma das irmãs dos declarantes.

¹⁶⁶ APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857). Reg. 481 (Bernardo José de Sampaio).

¹⁶⁷ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do Poder: Conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura – arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p.177-178.

Organograma 2 - Ação de Reintegração e Manutenção de Posse por “invasão de terras”, 1854



Fonte: TJ-RJ. Elaboração nossa, 2024.

2º) O organograma mostra os principais envolvidos, numa Ação de Reintegração e Manutenção de Posse ocorrida em 19 de julho do ano de 1854, em que Laurindo Pinto Corrêa, denunciou Miguel Gomes Freitas,¹⁶⁸ seus filhos e genros, alegando que os mesmos, ultrapassaram as divisas dos respectivos limites e passaram a roçar em terrenos do autor¹⁶⁹. Miguel, ao declarar suas Terras, em setembro de 1854, alegou que possuía terra de cultura há vinte e dois anos, no lugar denominado Buracada, no Córrego Sujo e não colocou o Sr. Laurindo como um dos seus confrontantes.¹⁷⁰ Essas confrontações estipuladas tanto na declaração, quanto nos autos do processo, são praticamente as mesmas – pela parte oeste herdeiros do finado Luiz Antonio Barbosa Corrêa, e pelo Norte com Sr.ª Maria Theresa do Sacramento.¹⁷¹

Nos autos do processo, só são acrescentados a mais como confrontantes, o nome do Sr.

¹⁶⁸ O sobrenome do Sr. Miguel, ora aparece Freire, ora Freitas em alguns documentos.

¹⁶⁹ TJ-RJ. Ação de Reintegração e Manutenção de Posse. Autor: Laurindo Pinto Corrêa. Réus: Miguel Gomes Freitas e Outros, 1854. Loc. 00.602.822-6.

¹⁷⁰ APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857). Reg. 18 (Miguel Gomes Freire).

¹⁷¹ APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857). Reg. 40 (Maria Theresa do Sacramento).

Miguel e a localidade de Vianna. Este processo se encerra com o Sr. Laurindo desistindo de prosseguir com a dita Ação, atentando para o fato de que a declaração de terras do dito Laurindo também não foi realizada. Neste caso analisado, as indicações sugerem que o autor da ação e os confrontantes, também foram posseiros. O réu e uma das confrontantes em suas declarações de terras, já haviam informado explicitamente que possuíam suas terras por posse há mais de vinte anos. Por último, apresentamos o 3º caso, com a seguinte análise:

Organograma 3 - Ação de Reintegração e Manutenção de posse por litígio, 1875



Fonte: TJ-RJ. Elaboração nossa, 2024.

3º) O organograma apresenta, os principais envolvidos em uma Reintegração e Manutenção de Posse no ano de 1875, em que são autores, José Manoel da Silva e sua esposa Mariana Ignácia de Sousa Guimarães da Silva e Réus, João Luiz de Siqueira Queiróz e sua esposa Maria Francisca de Castro Queiróz. Dentro deste processo existe um extenso traslado de Formal de Partilha do avô da autora, Custódio de Souza Guimarães, a favor do seu pai João de Souza Guimarães do ano de 1848. Ao descrever a Fazenda de N. Sr.^a da Conceição do Salto de Sebastiana, são informados importantes dados, bem como suas confrontações e vizinhanças.

O inventariante João de Souza Guimarães, indicou ter adquirido alguns complementos dessa herdade, por posse e outras por compras. Em meio a essas posses e compras está um de seus confrontantes, o vizinho, Antonio José de Siqueira, pai do réu João Luiz de Siqueira Queiróz, onde, pelo que tudo indica, também aumentou sua propriedade da mesma forma e

estratégia.¹⁷² Inclusive, o litígio dessa reintegração de posse, envolve “acordos verbais” realizados entre o Custódio (avô da autora da ação) e o Antonio José (pai do réu da ação), nas confrontações, próximo ao afluyente Formiga. Observamos que, nem o Sr. João de Souza Guimarães e nem os seus herdeiros realizaram a declaração de suas terras, nos Registros Paroquiais da Vila de Nova Friburgo, embora apareçam como confrontantes em algumas declarações. Ao contrário, os cinco filhos, herdeiros de Antonio José de Siqueira, já tidos com uma significativa posição social e possível reserva acumulada, realizaram as declarações de suas terras, alegando, que as mesmas foram adquiridas por herança e por compra.¹⁷³

Ao refletir sobre as estratégias familiares na expansão da agricultura paulista, entre os séculos XVIII e XIX, Bacellar (2023, p. 119) corrobora para o fato, que muitos dos possuidores de algum quinhão de terra não eram, em geral, os primeiros possuidores. Esses pioneiros eram aqueles que declaravam lavrar algum espaço devoluto, por vezes também declarado como posse. A partir dessa ocupação inicial, a área poderia ser transmitida adiante por venda ou sucessão, ganhando dessa forma, a condição de comprada ou herdada. Portanto, ao ser transferida para outro proprietário, este passava a apresentar este compromisso de compra ou herança como se fosse uma titulação reconhecida, tivesse sido registrada em cartório ou não.

Observa-se ainda, que a região do Ribeirão Sebastiana, como no resto do país, não esteve isenta de conflitos e das complexidades fundiárias. Tanto que se localizaram outras ações possessórias e disputas de terras, entre os anos de 1844, 1877 e 1883.¹⁷⁴ No entanto, por não constar os nomes dos respectivos autores e réus dessas ações nas declarações de terras, optamos por não os incluir, neste momento, como objeto de estudos.

Assim, diante dos indícios e das observações apresentadas, denota-se, os percalços que envolviam a questão da posse e as suas complexidades. Por isso, quando possível era preferível

¹⁷² TJ-RJ. Ação de Reintegração e Manutenção de Posse. Autores: José Manoel da Silva & Mariana Ignácia de Sousa Guimarães da Silva. Réus: João Luiz de Siqueira Queiróz & Maria Francisca de Castro Queiróz, 1875. Loc. 01.651.009-4.

¹⁷³ APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857). Reg. 317 (Manoel José de Siqueira); 401 (João Luis de Siqueira Queiróz); 412 (Antonio José de Siqueira); 413 (José Firme de Siqueira); 462 (Domingos Gomes de Siqueira).

¹⁷⁴ Respectivamente: TJ-RJ. Ação de Embargo e Disputas de Terras, 1844, Antonio José de Siqueira e sua mulher & José Emídio Duque Estrada e sua mulher. Vargem Grande; TJ-RJ. Ação de Manutenção de posse, 1877 Manoel Joaquim da Silva Gomes e sua Mulher & Luiz de Oliveira Branco e sua mulher, Córrego Sujo; TJ-RJ. Ação Possessória, 1883, José Bernardes da Silva e sua mulher Maria da Conceição & Manoel José Bittencourt, Córrego Sujo.

indicar na declaração, a terra adquirida por herança e compra. Podemos levantar a hipótese, portanto, de que boa parte das declarações de terras da região do Ribeirão Sebastiana, de alguma forma, foram adquiridas por titulação de posse, por esses indivíduos sociais envolvidos, tal como demonstrado nos casos apresentados.

Contudo, a maioria deles optou por declarar, o seu acesso à terra, de alguma forma, sabendo melhor aproveitar as brechas de oportunidade através de meios e estratégias que lhes eram cabíveis. Como bem pontuaram Motta e Parga (2020, p. 7), a relação entre os homens e os bens conquistados não é uma constante no tempo, mas, ao contrário, se transforma com as culturas, os conflitos sociais de cada localidade, bem como com as relações socioeconômicas e políticas que os homens tecem ao longo do tempo.

3.2 O Ribeirão Sebastiana: um espaço social de vocação agrária (1850-1889)

Ao considerarmos o Ribeirão Sebastiana também como uma construção relevante do espaço social, temos a intenção de escrutinar, o seu processo de ocupação através das trajetórias de agentes sociais locais, bem como, suas experiências. Enquanto aporte teórico, o conceito de espaço social sob a concepção do sociólogo Pierre Bourdieu (2013 [1991]) é construído através de uma representação, como uma das formas privilegiadas do exercício da dominação, além da manipulação da distribuição de grupos inseridos neste espaço social.

Para o autor, o exercício da dominação colocada a serviço da manipulação de grupos, nos usos do espaço pelas diferentes formas de colonização, se associa a práticas específicas, que são a condição e o produto do próprio funcionamento do campo e das tomadas de posição e decisão dos agentes sociais ali presentes (Bourdieu, 2-13). Através da pesquisa quantitativa e qualitativa, das trajetórias de agentes sociais, busca-se iniciar análises particulares, verificando a distribuição dos poderes, dos privilégios, formas de sociabilidade e também dos estilos de vida e de especificidades desse espaço e desses agentes sociais (Bourdieu, 1996, p. 18-32).

O fator variante de percepções em Bourdieu (1990, p. 149-168) é esse espaço social, que pode ser construído de diversas maneiras, dependendo de diferentes princípios de visão e divisão, e apresenta-se na forma de agentes dotados de propriedades diferentes e sistematicamente ligadas entre si. O mundo social apresenta-se como um sistema simbólico e o espaço social funciona como um espaço simbólico e de grupos de estatuto caracterizados por diferentes estilos de vida e tomadas de decisão, feitas por intermédio de *habitus*, que determina um conjunto de ações e comportamentos adquiridos por agentes, através das experiências

sociais, segundo suas posições. Para ocupar cada posição nesses espaços segundo o autor é preciso que os “agentes sociais acumulem e conquistem certos capitais gerais ou específicos, sejam eles, econômicos e culturais, cujo êxito pode ser favorecido, mas não determinado, pela pertinência à mesma classe sociológica” (Bourdieu, 1996, p. 29).

Ao refletir sobre as interações necessárias entre a História, Espaço e Tempo, Barros (2006) alude para o fato de que a territorialização do espaço ocorre não apenas com as práticas que se estabelecem na realidade vivida, mas, também com as ações que são empreendidas pelo sujeito de conhecimento, em que, os agentes com suas ações e com gestos passam a delinear uma nova representação do espaço, onde demarcar o território é demarcar um espaço de poder. No âmbito da Macro-Política, não é senão isto o que fazem os Estados-Nações ao constituir e estabelecer um rigoroso controle sobre suas fronteiras.

Ainda sob o ponto de vista de Barros, em sua realidade vivida, os seres humanos, em suas complexidades, estão constantemente se apropriando do espaço sobre o qual vivem e estabelecem suas diversificadas atividades e relações sociais. Um mesmo homem, no seu agir cotidiano e na sua correlação com outros homens, vai produzindo territórios que apresentam maior ou menor durabilidade. Ao se apropriar de determinado espaço e transformá-lo em sua propriedade, seja através de um gesto de posse ou de um ato de compra em um sistema onde as propriedades já estão constituídas, esses agentes sociais definem ou redefinem um território. Pois, estabelecendo um determinado sistema de plantio sobre uma superfície natural, ocorre aí uma nova territorialização do espaço, claramente caracterizada por uma nova “paisagem” produzida culturalmente e por uma produção que implicará em controle e conferirá poder. O território que se produz e se converte em propriedade fundiária, ou em unidade política estável para considerar um nível mais amplo, pode existir em uma duração bastante longa antes de ser tragado por um novo processo de reterritorialização.

De acordo com o autor, os caminhos mais recentes da Geografia Humana também convergiram para considerar o espaço como “campo de forças”. Neste sentido, cultivar a terra é também “dominá-la” e impor novas acepções, é apartá-la do espaço indeterminado inclusive frente a outros homens, é exercer um poder e obrigar-se a um controle. Fabricar e controlar a produção de mercadorias, nada mais é que, invadir um espaço e adentrar nesse complexo campo de forças formado pela produção, circulação e consumo, e tudo isto passa também por exercer um controle sobre o espaço vital dos trabalhadores, sobre o seu tempo. Produzir ideias é se assenhorear de espaços imaginários e, de algum modo, exercer através destes espaços diversificadas formas de poder, uma vez que, a produção estabelece territórios, redefine espaços, e de todos estes tipos de espaços deve se apropriar o historiador no exercício de seu

ofício (Barros, 2006, p. 473-475).

Com relação à compreensão da produção do espaço social, bem como os seus processos de ocupação, Mateus de Andrade (2018, p. 38-41), ao tratar de questões envolvendo, compadrio, posse da terra, a produção do espaço e às hierarquias sociais no Vale do Rio Piranga – MG, entre 1804 e 1856, em parte destes estudos problematizou o lugar como uma construção social relevante para a compreensão de diferentes fenômenos culturais da experiência humana. Cujas importâncias da reaproximação entre a história e alguns conceitos básicos da geografia, como espaço, lugar, território e fronteira, que se dão num contexto em que várias áreas das ciências humanas têm se voltado a uma orientação espacial na formulação de seus objetos e problemas de pesquisa.

O autor compreende que qualquer processo de reprodução social tem de se mover no sentido da análise sobre como se deu a produção social do espaço por aquele indivíduo, grupo ou comunidade, uma vez que o espaço, a habitação, a prática de um lugar, a defesa e a implantação vem sendo uma característica da experiência humana aberto a um vasto horizonte de possibilidades (Andrade, 2018, p. 38-41).

Diante das discussões apresentadas, entendemos que o nosso objeto de estudo, ao refletir e analisar a construção do espaço social pela região do Ribeirão Sebastiana, perpassa, pelo exercício da dominação, interesse, decisão e posição de grupos, na utilização daquela região, funcionando como um espaço simbólico de indivíduos caracterizados por diferentes estilos de vida ali presentes. Em um território que se motiva e se converte em propriedade fundiária com acentuada atividade agrária, por isso, sua característica de vocação agrária, produzindo alimentos para o mercado interno da Corte. Este espaço, enquanto uma construção social relevante para a compreensão de diferentes fenômenos da experiência humana se adentra em uma espécie de campo de forças formado por comunidades exerce, de algum modo, controle através de interesses econômicos sobre a produção daquele espaço social.

Georreferenciamos a seguir, essa região de vales férteis, enquanto espaço social de vocação agrária, com um mapa da Província do Rio de Janeiro do ano de 1866, com destaque para o afluente, Ribeirão Sebastiana, cuja freguesia criada no final de 1862, a sede levou o mesmo nome deste afluente. Sua configuração territorial pertencia à época, a Vila de São João Batista de Nova Friburgo.

Mapa 15 - Mapa da Província do Rio de Janeiro destacando o Ribeirão Sebastiana sede da Freguesia de mesmo nome do afluente, 1866.



Fonte: Mapa da Província do Rio de Janeiro, 1866, georreferenciando o Ribeirão Sebastiana, sede da freguesia de mesmo nome. Adaptação nossa, 2024. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart527116/cart527116.html. Acesso em: 18 jan. 2024.

Ao refletirmos sobre a composição do espaço social do Ribeirão Sebastiana, pela conjuntura da colonização, o processo de construção, produção e circulação, a priori foram fomentados por luso-brasileiros e ilhéus açorianos. Entretanto, sabemos que também foi sendo constituído por escravos, e outros emigrantes, e imigrantes como em várias regiões do Brasil afora. Ao reforçar a importância das imigrações, de reinóis e ilhéus portugueses para a colônia na América, Lima (2000, p. 90-120) expressou, que basicamente, deve-se ter em vista um acesso relativamente aberto a fatores produtivos.

Nessa circunstância, aportes de população significavam a possibilidade de formação de estabelecimentos autônomos, instituindo unidades fundamentadas em apropriação extensiva dos recursos naturais com alta produtividade de trabalho neles exercido. Outra fonte de movimentação radicava na organização do comércio, que recorria quase necessariamente à formação de redes e laços pessoais entre parceiros no jogo mercantil. Em seus estudos Lima ainda identificou, que a imigração a partir das ilhas atlânticas, centrou-se na vinda subvencionada de imigrantes, no âmbito de projetos do Estado português voltada ao fomento agrário e a defesa.

Chamando também atenção para processos migratórios descentralizados e não direcionados pelo Estado luso, eles ocorreram um pouco por toda a parte, se tratando de América portuguesa. Em relação ao Rio de Janeiro pode-se dimensionar sua importância relativa através do fato de se terem estabelecido locais nos arredores da cidade que efetivamente se identificavam pela presença de açorianos.

O Arquipélago dos Açores, geograficamente localizado no nordeste do Oceano Atlântico é composto por nove Ilhas: São Miguel, Santa Maria, Terceira, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, se destacou a partir da sua inserção no chamado “mundo atlântico”. O arquipélago açoriano, de acordo com Judite Evangelho (2012, p. 66-67), era um ambiente essencialmente rural e no decorrer dos séculos, criou-se uma consistente história marcada pelo processo da emigração. Na visão da autora, as Ilhas, quase nunca ofereciam a fartura esperada e a emigração era uma constante entre os agricultores, levando os jovens de nove a vinte anos a caminho das “novas terras” ou do continente. Em meio aos períodos de crises, o desemprego crescia com a dispensa da mão de obra utilizada na lavoura, a emigração surgia como uma grande saída para um destino de fome e miséria.

Susana Silva (2012) observa que a partir de meados da década de 30 do século XIX, se intensificou o fluxo de emigração açoriana para o Brasil, e que houve a percepção, por parte de autoridades e de alguma opinião pública, de um fenômeno a que os ilhéus chamaram “escravatura branca”, indissociável da avultada e incontrolável emigração clandestina, transversal a todo o Portugal. Aquela designação, paradoxal num tempo em que se procurava reprimir e extinguir a prática do tráfico negreiro decorria das degradantes condições de viagem e da exploração laboral a que muitos dos emigrantes eram sujeitos no território de acolhimento, bem como das lesivas condições de trabalho e de pagamento das passagens, entre outras formas de exploração, especialmente quando se deixavam enredar pelas promessas dos chamados engajadores.

A emigração ilegal a partir dos Açores atingiu índices consideráveis e nada mais era do que o resultado de uma complexa equação: à excessiva pobreza dos expatriados que os levava a sujeitarem-se a toda a sorte de tribulações, acrescia a inoperância das autoridades, às quais faltavam os meios para extinguir o que era um negócio rentável para os intermediários, falhos de escrúpulos e que usavam o infortúnio alheio para enriquecer. Esta realidade, segundo a autora não passou despercebida à imprensa local, nem tão pouco às autoridades insulares e nacionais e, por isso, amiudadas vezes, foi tema de debates parlamentares, originando, por fim, a promulgação de legislação de caráter repressivo e controlador. Entretanto, para as autoridades, o problema não era de fácil resolução, pois por um lado, a emigração era um direito consagrado

constitucionalmente; por outro, os meandros da emigração clandestina eram muito difíceis de enfrentar e combater (Silva, 2012).

A emigração açoriana, de acordo com André Nicolau (2022, pp. 97-123), surgiu como uma resposta aos mais desfavorecidos face à situação socioeconômica em território insular, quer do estímulo ocasional, mas decisivo, das instituições da coroa, havendo períodos em que ambos coincidiram e se auxiliaram mutuamente. Importa destacar, que o Brasil durante vários séculos, assumiu como destino preferencial da emigração açoriana e portuguesa em geral, sob o real patrocínio da Coroa, de uma emigração coletiva. Famílias inteiras rumaram ao Brasil, a fim de cumprir o desígnio da Coroa de ocupação de regiões despovoadas, ou com reduzida expressão populacional. Eram os colonos de “Portugal e suas Ilhas” aqueles que melhor correspondiam ao perfil traçado pela elite agrária brasileira, para responder à inflação do custo de venda dos escravos. Os portugueses em geral e os açorianos em particular eram aqueles que se ocupavam no trabalho do campo – “os colonos naturais, e os mais apreciáveis”, visto que falam a nossa língua, têm os nossos costumes e hábitos de frugalidade e temperança.

As ilhas açorianas, segundo André Nicolau (2022, pp. 97-123), foram sobremaneira afetadas pela presença de engajadores e de embarcações destinadas ao recrutamento e transporte de braçais, rumo ao Brasil. Os capitães dos navios, os “banqueiros do mar”, eram figuras centrais no negócio do engajamento, visto que foram os responsáveis por abrir crédito aos colonos que, na impossibilidade de pagarem em terra o valor da passagem, viam os seus serviços serem “leiloados” à chegada ao destino, ainda a bordo, ou em praças que em tudo se assemelhavam aos mercados de tráfico de escravos.

Num claro sinal de desobediência para com os princípios emanados na legislação portuguesa, os capitães dos navios faziam aquilo que, em 1843, o Açoriano Oriental denunciava como “o escândalo de reterem os passageiros a bordo quando chegavam a qualquer porto daquele Império, até contratarem os seus serviços para serem assim indenizados da passagem, que devia ser pago no porto da saída” (2022, p. 97-123). André Nicolau (2022) ratifica as ideias de Susana Silva, ao abordar a questão da “escravatura branca,” quando na realidade social brasileira, se deparavam com as duras condições a que eram submetidos os colonos, desde logo as péssimas condições a bordo, a que se juntavam os enganos e o enviesamento dos contratos de locação de serviços, que mais não faziam do que empurrar os incautos para uma condição de servidão temporária e que, em muitos casos, tinha por fim a morte.

O engajamento de homens e mulheres desvalidos não aconteceu apenas nos Açores, mas foi no Arquipélago que atingiu maiores proporções, pelo menos durante o segundo quartel do século XIX, como evidencia a consulta dos Debates Parlamentares portugueses e da imprensa

da época. Esta premissa é corroborada pelos dados partilhados no *Diário do Governo*, de 6 de maio de 1846, relativos à saída de emigrantes para o Rio de Janeiro no ano de 1845. Dos Açores saíram 1284 indivíduos, apenas ultrapassados pelos 1976 indivíduos que partiram da cidade do Porto. Chegados ao destino, com um mero contrato verbal ou uma obrigação de dívida, os açorianos ainda tinham de negociar os contratos de locação com os possíveis “compradores”, assistindo-se a um autêntico “leilão de homens” a bordo, aonde se dirigiam os engajadores brasileiros, “munidos das licenças das alfândegas para o desembarque”, pagando a viagem dos contratados e, em seguida, conduziam-nos aos proprietários, “que haviam encomendado a mão de obra e a quem os engajadores cobravam uma soma igual ao duplo ou triplo do preço da passagem”, soma esta que tinha de ser paga em serviço pelos engajados (Nicolau, 2022, p. 97-123).

Diante do contexto e da conjuntura histórico-social, vislumbramos analisar como foi então constituída essa região, objeto de nossos estudos. De imediato, vieram os seguintes questionamentos a respeito dos primeiros indivíduos, que neste espaço social decidiram se estabelecer, ou “fincar suas raízes” – Quem são estes homens? De onde eles vieram? Como sobreviveram economicamente?

Reportando-se para o povoamento do território de Cantagalo e Nova Friburgo, Lamego (1963, p. 221) apontou a tenacidade dos seus primeiros lavradores destacou-se o elemento português açoriano, entre nós conhecidos como os melhores colonos que nos chegam de além-mar. Ao analisar o negociante português Antônio José Mendes e as suas estratégias de aquisição fundiárias nas “Terras Frias” entre 1860-1914, Frazão percebeu que embora ocorra a tradição do Município de Nova Friburgo falar da colonização suíça, desde os finais dos anos 1990, há uma historiografia dedicada aos estudos da cidade e da região procurando abordar outros elementos necessários ao entendimento da ocupação e do desenvolvimento de Nova Friburgo, para além de uma narrativa consagrada na memória coletiva.¹⁷⁵ As atas da Câmara municipal, por exemplo, apontam para a presença de um grande número de famílias com sobrenomes de origem portuguesa, em um território que estava entre a sede da Vila de Nova Friburgo e a Freguesia de Sebastiana, cuja Vila, Ribeirão Sebastiana e outras regiões estavam inseridos no circuito das chamadas “Terras Frias”. Comunidades rurais dedicadas à produção agrícola e que já estavam presentes naquele território desde a segunda metade do século XIX.

¹⁷⁵ Sobre estes estudos ver: Pedro (1999); Ferreira (2000); Araújo (2003); Mayer (2003); Marreto (2014).

Constatou-se que se casaram entre si e circularam por outras localidades daquele distrito, sem de forma geral perder a sua ligação com a produção agrícola. Salienta-se que esses grupos não tinham suas histórias ligadas ao plantio do café, mas sim ao cultivo de gêneros destinados ao próprio consumo, ao abastecimento de estabelecimentos locais e aos mercados no Rio de Janeiro, aonde iam se constituindo e sobrevivendo da prática de uma agricultura de subsistência no sistema de roças garantidos pelos recursos naturais de onde viviam (Frazão, 2020, p. 63-66). Configurava-se, portanto, uma diversificação maior da produção e da dinâmica de ocupação desse espaço, que se diferenciava das realidades observadas nas áreas de expansão da cafeicultura.

O Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, realizado através das Paróquias, traz a público um conjunto de dados fundamentais para a compreensão daquela conjuntura, um feito importante sobre o estado da população brasileira à época do Segundo Reinado. Com relação a Vila de São João Batista de Nova Friburgo, foi recenseada a Vila e mais três unidades eclesiásticas que ficavam sob a sua jurisdição territorial. Denota-se, que o total do número de almas entre a Vila e as três freguesias, a do Ribeirão Sebastiana era o menor número, mas em contrapartida, o total de portugueses dessa era maior que a Vila (54,6%) e as freguesias do Paquequer de Sumidouro (37,2%) e de São José do Ribeirão (16,0%). Para o Ribeirão Sebastiana, estão contidos cerca de 60,4% desses portugueses, o que leva a crer, que estes encontraram, nesse território, não um espaço vazio, mas uma região onde conseguiram acessar, de alguma forma, a propriedade da terra, seja como sesmeiros ou a sua maioria como posseiros, conforme elucidado (Frazão, 2020, p. 70).

Quanto a esses indivíduos, de procedência portuguesa, o Inspetor de Instrução pública do Ribeirão Sebastiana, Alfredo Augusto de Freitas Pereira, ao informar em ofício a Câmara Municipal de Nova Friburgo em 1883, sobre a agricultura da Freguesia do Ribeirão Sebastiana, em uma de suas colocações diz que, “a apicultura existe em pequena escala, a qual, *os pequenos lavradores são principalmente originários na sua quase totalidade das ilhas portuguesas dos Açores*”¹⁷⁶ (grifo nosso). Desse modo, Frazão (2023) ratifica que, muitos lusos por serem provenientes do Arquipélago dos Açores e por estarem acostumados com a cultura da batata,

¹⁷⁶ FUNDAÇÃO D. João VI. Fundo da Administração de Nova Friburgo. Ofício de Alfredo Augusto de Freitas Pereira, em fevereiro de 1883 informando sobre a agricultura, indústria pastoril, etc. Doc. 4989. O *Almanak Laemmert* (1883) informa que Alfredo Augusto Pereira, era proprietário e inspetor da Instrução Pública de Sebastiana.

encontraram nestas paragens de terras secas e clima frio apropriado, boa produção, destinada ao mercado interno e a subsistência.

Ao analisarmos quem são estes homens, no recorte temporal, entre 1830-1889, que estão compondo pelo menos parte da população desse espaço social de vocação agrária é possível destacar algumas questões. Observa-se, através dos levantamentos das documentações paroquiais de matrimônios, da Vila de São João Batista de Nova Friburgo,¹⁷⁷ da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis da Vila de Magé¹⁷⁸ e da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova.¹⁷⁹ As análises para estes quantitativos, se deram sobre a procedência dos nubentes, embora, pela Freguesia de Santo Antonio do Paquequer, observa-se também, um quantitativo sobre a procedência dos pais da criança batizada. Para esta análise priorizamos, no entanto, as evidências sob os matrimônios. Percebe-se, que a partir das primeiras décadas do século XIX, estas análises indicaram e apontaram, um quantitativo significativo de portugueses, destacando os açorianos na região do Ribeirão Sebastiana, conforme segue os levantamentos:

¹⁷⁷ Registros de casamentos, entre os anos de 1819 a 1883 (Livro I). Paróquia de São João Batista de Nova Friburgo. Nova Friburgo – Rio de Janeiro.

¹⁷⁸ Registros de Casamentos, entre os anos de 1855 a 1863 (Livros I e II) Paróquia de Santo Antônio do Alto. Teresópolis-RJ.

¹⁷⁹ Registros de Casamentos entre os anos de 1863- 1890 (Livros I e II). Paróquia de N. Sr.^a da Conceição de Venda Nova. Teresópolis-RJ.

Quadro 5 – Assentamentos de nubentes da Vila de Nova Friburgo 1820-1860.

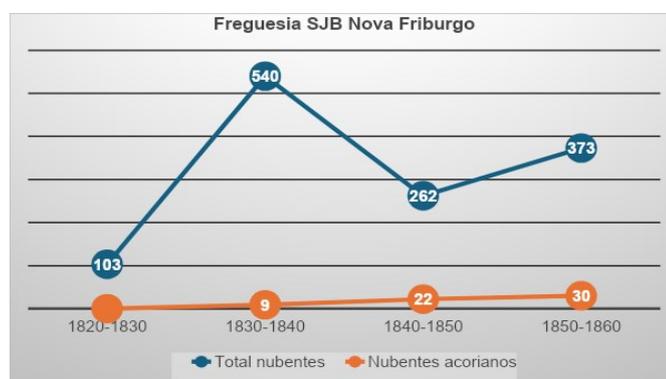
Período	Assentos				
	Total nubentes	Nubentes brasileiros	Nubentes estrangeiros	Nubentes portuguesas	Nubentes açorianas
1820-1830	103	13	90	1	0
1830-1840	540	341	199	36	9
1840-1850	262	198	64	40	22
1850-1860	373	278	95	69	30

Livros de Matrimônio Freguesia Sao Joao Batista de Nova Friburgo

Período	Assentos de nubentes açorianas - %			Assentos de nubentes estrangeiros - %
	Total	Estrangeiros	Portuguesas	Total
1820-1830	0%	0%	0%	87%
1830-1840	2%	5%	25%	37%
1840-1850	8%	34%	55%	24%
1850-1860	8%	32%	43%	25%

Fonte: Livro I de Matrimônios da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1860). Elaboração nossa, 2024.

Gráfico 1 – Assentamentos de nubentes da Vila de Nova Friburgo 1820-1860



Fonte: Livro I de Matrimônios da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1860). Elaboração nossa, 2024.

Como se pode perceber, o quantitativo do quadro acima juntamente com o gráfico, a curva de nubentes açorianas diferencia-se da curva de nubentes total, na medida em que se apresenta sempre em crescimento, diferente dos números totais que apresentam variações de acréscimo e decréscimo. A população da Vila de Nova Friburgo consistia basicamente de estrangeiros, até porque a sua fundação foi destinada *a priori* receber famílias suíças. Entretanto, a partir da década de 1830, assenta-se uma nova dinâmica de circulação de indivíduos e famílias, em função dos fluxos migratórios entre regiões, com isso o número de

matrimônios de brasileiros supera o número de matrimônios de estrangeiros. Atentamos para o fato que o período entre, 1820-1855 os registros de matrimônio da região eram realizados pela Paróquia da Vila de Nova Friburgo, por o distrito de Rio Preto ser dependente eclesiasticamente dessa Vila. O baixo quantitativo apresentado na escala de nubentes açorianos na Vila, sem dúvidas, mesmo em baixa, parte deles se referem a região do Ribeirão Sebastiana, mas a partir do ano de 1850, conforme demonstrado na curva, este quantitativo estava crescendo.

Quadro 6 – Assentamentos de nubentes da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis da Vila de Magé, 1855-1875

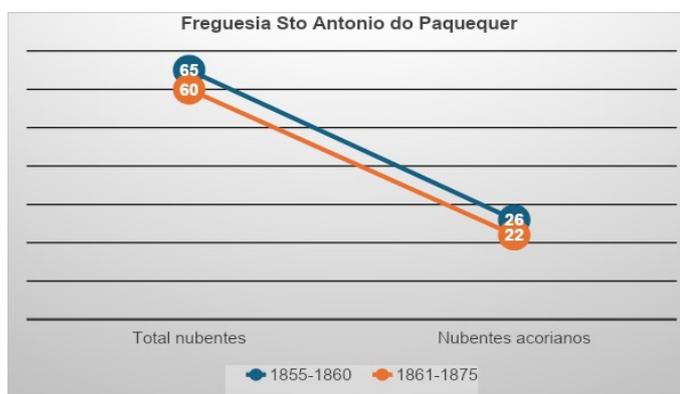
Período	Assentos				
	Total nubentes	Nubentes brasileiros	Nubentes estrangeiros	Nubentes portuguesas	Nubentes acorianas
1855-1860	65	25	40	38	26
1861-1875	60	21	39	35	22

Livros de Matrimonio Freguesia Santo Antonio do Paquequer

Período	Assentos de nubentes acorianas - %			Assentos de nubentes estrangeiros - %
	Total	Estrangeiros	Portuguesas	Total
1855-1860	40%	65%	68%	62%
1861-1875	37%	56%	63%	65%

Fonte: Livro I e II de Matrimônios da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis (1855-1875).
Elaboração nossa, 2024.

Gráfico 2 - Assentamentos de nubentes da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis da Vila de Magé, 1855-1875



Fonte: Livro I e II de Matrimônios da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis (1855-1875).
Elaboração nossa, 2024.

Percebendo o segundo gráfico, entre o período de 1855-1875, o quadro juntamente com a curva de nubentes dos matrimônios de portugueses superava os matrimônios de brasileiros e o índice de imigrantes portugueses ultrapassava o percentual de 60%. Os assentamentos da Freguesia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis se iniciam no ano de 1855, quando foi elevada a ser o 5º distrito da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Magé.¹⁸⁰ Conforme foi elucidado no capítulo anterior, existia um grande quantitativo de assentamentos de batismos e matrimônios da Capela de Rio Preto, realizados nos livros dessa freguesia, em virtude, do distrito de Rio Preto por ser distante da sua Vila. O padre de Nova Friburgo autorizava o padre da então Freguesia do Paquequer de Teresópolis a realizar os principais Sacramentos de batismo e matrimônio. Este, inclusive descrevia a procedência dos nubentes, em que, a sua maioria provinha das Ilhas dos Açores.

¹⁸⁰ RIO DE JANEIRO. *Decreto Provincial n° 829 de 25 de outubro de 1855*. Cria a Freguesia de Santo Antonio do Paquequer, no município de Magé. Coleção de Leis da Província e do Estado do Rio de Janeiro: 1835-1987.

Quadro 7 - Assentamentos de nubentes da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, 1863-1894.

Livros de Matrimonio Freguesia de Nossa Senhora da Conceicao do Ribeirao da Sebastiana					
Periodo	Assentos			Nubentes portuguesas	Nubentes acorianos
	Total nubentes	Nubentes brasileiros	Nubentes estrangeiros		
1863-1868	85	43	42	42	29
1869-1873	73	52	21	18	16
1874-1878	86	67	19	19	14
1879-1883	93	83	10	6	5
1884-1888	120	107	13	8	3
1889-1894	51	49	2	2	0

Livros de Matrimonio Freguesia de Nossa Senhora da Conceicao do Ribeirao da Sebastiana				
Periodo	Assentos de nubentes acorianos - %			Assentos de nubentes estrangeiros - %
	Total	Estrangeiros	Portuguesas	Total
1863-1868	34%	69%	69%	49%
1869-1873	22%	76%	89%	29%
1874-1878	16%	74%	74%	22%
1879-1883	5%	50%	83%	11%
1884-1888	3%	23%	38%	11%
1889-1894	0%	0%	0%	4%

Fonte: Livro I e II de Matrimônios da Freguesia de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova (1863-1894). Elaboração nossa, 2024.

Gráfico 3 - Assentamentos de nubentes da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, 1863-1894



Fonte: Livro I e II de Matrimônios da Freguesia de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova (1863-1894). Elaboração nossa, 2024.

Ao analisarmos o terceiro e último quadro, bem como as curvas do gráfico, percebemos que entre o período 1863-1894, no final do ano de 1863, já havia uma diminuição dos assentos

de matrimônio de Açorianos. Uma vez que, no período de 1855-1860, a estimativa era cerca de 40% e no período de 1861-1875, ocorreu uma queda de 37%, conforme vislumbrado nas curvas do gráfico. Os números mostram que o pico de imigração açoriana para a região do Ribeirão Sebastiana, aconteceu justamente na década de 1860 e caiu de forma contínua e rápida até o fim do século XIX como apresenta as curvas do gráfico. Importante analisar esses dados matrimoniais da Freguesia do Ribeirão Sebastiana criada no final de 1862, em conjunto com da Freguesia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis, por os assentamentos de matrimônios da capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Preto ser significativos nos livros dessa freguesia, até o início da década de 1860. Coincidência ou não, boa parte desses indivíduos luso-brasileiros, se fixou justamente nessa região, com baixa densidade demográfica, em que, pelas experiências no amanho da terra, além da aplicabilidade de suas técnicas e manejos agrícolas, constituíram este espaço social, essencialmente de vocação agrária.

Nessa perspectiva de amanho com a terra, o olhar agora se volta para a mão de obra escravizada africana, bem como os seus desdobramentos na região do Ribeirão Sebastiana, pois tanto no período colonial, quanto no imperial, sabemos que ela foi a sustentação basilar e ponto fulcral dos interesses políticos e econômicos de ambos os períodos. A escravidão como elemento aglutinador, a partir do século XIX esteve na base da expansão do Estado pelo interior do território nacional. Esta expansão para o interior, por sua vez, criou uma relação profundamente hierarquizada entre as Câmaras das Vilas e a Corte, os postos de vereança permitiram aos senhores a ampliação de seus espaços de poder local (Marreto, 2014, p. 4).

Ao adentrarmos neste universo, procuramos vislumbrar pela redução da escala de observação, o detalhamento da análise possibilitando uma melhor compreensão do espaço objeto de estudos, uma vez que, as histórias de vida dos agentes, aparentemente comuns, ajudam a entender as dinâmicas que constroem os diversos laços sociais, econômicos e simbólicos, auxiliando na análise de determinada realidade (Levi, 2000, p. 7). Para tanto, ao refletirmos, as questões escravistas locais, lançamos olhar no trabalho de Rodrigo Marins Marreto (2014), sob o título, *A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX*, em que o autor empiricamente procurou desmistificar e desconstruir o mito da suíça brasileira, na formação da Vila de Nova Friburgo, em valorização a ideia de que Nova Friburgo possuía ares europeus. Visto os elementos fundamentais para compreender a sua formação e de como esta se inseriu no projeto imperial de expansão da “civilização”, calcam-se no poder senhorial, no café e na escravidão (Idem, p. 6-11).

De acordo com Marreto (2014, p. 151-153), a chegada dos suíços em 1820 ligada à formação da Vila era uma visão que suprimia da história de Nova Friburgo a escravidão, ou a

considerava secundária, ou mesmo inexistente. Por isso, o autor apresentou como a formação da Vila de São João Batista estava ligada a vários senhores luso-brasileiros enraizados desde a fundação da Vila de São Pedro de Cantagalo em 1814, todos eles profundamente envolvidos com o domínio senhorial das estruturas de poder, posse de terras e escravos, vereança e cargos na Câmara Municipal. Tanto que, no transcorrer do século XIX, os imigrantes suíços passaram a assimilar os padrões econômicos, políticos e culturais difundidos pelos senhores proprietários ligados ao café, à escravidão, entre outras atividades. Esses colonos por sua vez assimilaram as lógicas do sistema escravista e adequaram-se ao padrão de riqueza e posse do Império do Brasil. Como bem pontuou, Nova Friburgo juntamente com todos os seus distritos, era assim por dizer, uma Vila escravocrata.

As análises de Marreto (2020) são essenciais para examinar as questões escravistas a partir da Vila de Nova Friburgo. A região, objeto de nossos estudos, enquanto freguesia no século XIX pertenceu a esta Vila e mesmo não voltada para a plantação da rubiácea, por questões climáticas, se destacou pela plantação de gêneros de primeiras necessidades. Com relação ao trabalho escravo, seja na Vila, ou nas suas respectivas freguesias/distritos, o autor enfatizou que “O fundamental a se dizer é que, na produção de café ou cana-de-açúcar, ou na produção familiar para a subsistência, a utilização do braço escravo foi elemento fulcral no sucesso das lavouras da região, seja efetivamente na produção ou no acondicionamento das estradas para o transporte dos produtos” (Idem, p. 45).

Quanto à constituição da população escravizada, estrutura de mão de obra, que foi a sustentação da economia nacional e regional, Correa e Santos (2019, p. 105-130), em seus estudos ao traçarem uma comparação sobre o censo de 1872, entre a Vila de Friburgo e suas respectivas freguesias, observaram através dos índices apresentados pelo censo, que a população escravizada nas “Terras Frias” era a menor entre todas as freguesias. Os autores inferiram, que a atividade agrícola era pouco expressiva e a criação de mulas na região, utilizavam menos mão de obra (escravizada).

Segundo esses autores, “o que movimentava a economia das “Terras Frias” parece ter sido a criação e a atividade mercantil de venda de muares do que propriamente a produção agrícola” (Correa; Santos, 2019, p. 113-115). Cabe aqui esclarecer, que o Ribeirão Sebastiana, estava inserido na região das “Terras Frias”. Como já exposto, as “Terras Frias”, não era a Freguesia do Ribeirão Sebastiana. O que movimentava a economia do Ribeirão Sebastiana era a produção agrícola acompanhada pela atividade mercantil de muares. Tanto que, quando analisamos as declarações dos Registros Paroquiais de Terras, entre 1854-1857, da região do Ribeirão Sebastiana, os mesmos apontam, que o predomínio e o comportamento do sistema de

propriedade, são as terras de cultura para cultivo, em que foram declarados praticamente todos os registros, enquanto somente, uma declaração para fazenda de criar.

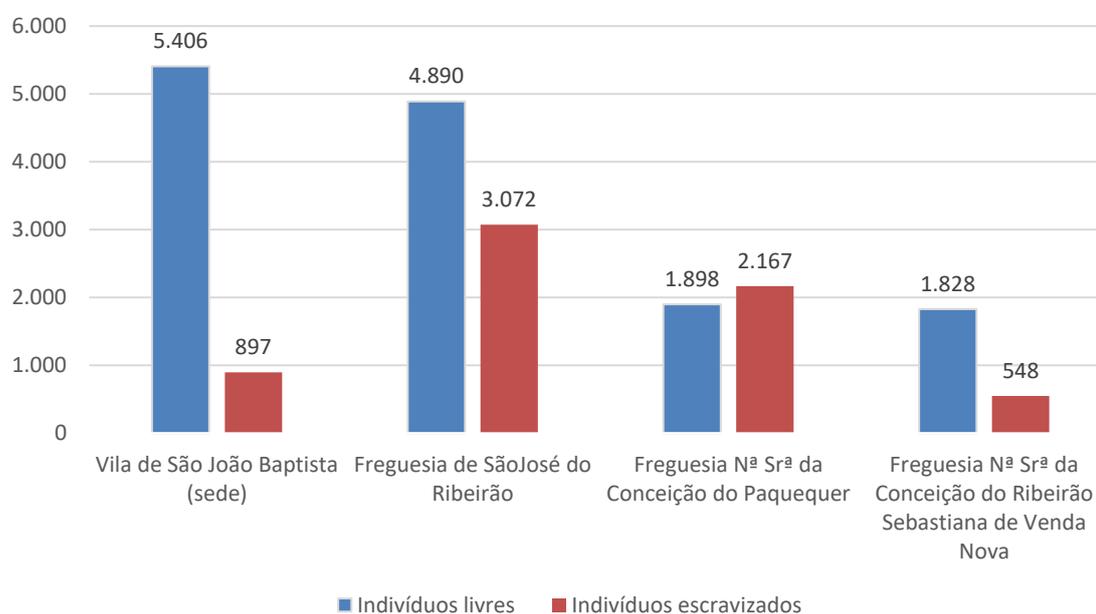
O contexto exposto por Corrêa e Santos (2019), serviu para inferir sobre a Fazenda Rio Grande, objeto de seus estudos, uma vez que, a Freguesia do Ribeirão Sebastiana, possuía na agricultura, o principal cerne das suas atividades econômicas. Ainda com relação ao Censo de 1872, embora, Correa e Santos tenham apontado os índices entre indivíduos livres e escravizados no discorrer das suas discussões, achamos por bem, elaborarmos um quadro comparativo com estes dados (re)verificados para melhor visibilidade e reflexões desse estudo comparativo.

Quadro 8 - Indivíduos livres e escravizados da Vila e respectivas freguesias de Nova Friburgo – Recenseamento de 1872

Freguesias	Indivíduos livres	Indivíduos escravizados
Vila de São João Baptista (sede)	5.406	897
Freguesia de São José do Ribeirão	4.890	3.072
Freguesia N. Sr. ^a da Conceição do Paquequer	1.898	2.167
Freguesia N. Sr. ^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova	1.828	548

Fonte: *Recenseamento do Brasil em 1872*, Parochia de São João Baptista de Nova Friburgo. Elaboração nossa, 2024.

Gráfico 4 - Porcentagem de Indivíduos livres e escravizados da Vila de Nova Friburgo e respectivas freguesias – Recenseamento de 1872



Fonte: *Recenseamento do Brasil em 1872*, Parochia de São João Baptista de Nova Friburgo. Elaboração nossa, 2024.

A observação do gráfico apresenta que as concentrações mais significativas desse contingente de escravizados estavam nas freguesias de N. Sr.ª da Conceição do Paquequer de Sumidouro e na Freguesia de São José do Ribeirão, sendo que na Freguesia do Paquequer de Sumidouro, o quantitativo de escravizados ultrapassa o quantitativo de indivíduos livres. Enquanto na Freguesia de São José do Ribeirão, o quantitativo de indivíduos livres era pouco maior que os indivíduos escravizados. Isso se dá pelo fato das duas freguesias serem grandes produtoras de café, fonte de economia e de hegemonia do Império do Brasil. Já a sede da Vila, enquanto apresenta uma população de indivíduos livres maiores que as demais freguesias. Pela proporção de livres, possuía um quantitativo bem menor de escravizados, inclusive comparando os dados da Vila com a Freguesia do Ribeirão Sebastiana, que possuía uma população de indivíduos livres bem menor, a diferença entre elas de indivíduos escravizados são de apenas 349 cativos. Um dos fatos que talvez possa justificar, a Vila de Friburgo e a Freguesia do Ribeirão Sebastiana possuir menos escravizados está no fato, de terem climas parecidos, se

dedicavam a produção de alimentos de primeiras necessidades e de criações.¹⁸¹ A historiografia nos mostra que o foco de escravizados sempre esteve voltado na produção e cuidados dos cafezais, seja aonde fosse a plantação pelos cantos do Centro-Sul do país.

Outra referência importante para observarmos, recortando a reflexão sobre o quantitativo de cativos no Ribeirão Sebastiana, é o livro de escritura de compra e venda de escravos da subdelegacia e paz da Freguesia do Ribeirão Sebastiana,¹⁸² entre 1864-1871. Ao longo deste período de sete anos, aparecem não mais do que quatorze transações de compra e vendas de escravizados. Tais referências permitem inferir, pelos dados informados, que na Freguesia do Ribeirão Sebastiana, esses escravos se ocupavam, dos serviços na roça, domésticos e tropeiros.¹⁸³ Os compradores por sua vez, são aqueles listados segundo o Almanack Laemmert, para o período, como proprietários, ou fazendeiros na freguesia. O fato é que a freguesia do Ribeirão Sebastiana possuía sérios obstáculos com relação às suas necessidades diretas de mão de obra.

A questão volta a ser tratada na documentação referente à Câmara, no ano de 1874, pela subdelegacia do Ribeirão Sebastiana, “que a lavoura dessa freguesia é decadente, já pela falta de braços, já pelos exorbitantes salários que se pagam aos poucos trabalhadores que nela se empregam”¹⁸⁴ e ainda pelo Inspetor da instrução pública no ano de 1883, que pela “grande falta de braços, pagava-se salários caríssimos aos poucos jornaleiros que se encontravam para o serviço da lavoura”.¹⁸⁵ Atenta-se para o fato que, além do número reduzido de escravizados na freguesia havia a falta de mão de obra, mas, como bem pontuou Frazão (2021, p. 512), este era um problema em todo império brasileiro, que estava inserido no debate nacional sobre as consequências do final da escravidão.

¹⁸¹ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo*. Sessão de 17 dez. 1835, p. 423.

¹⁸² FUNDAÇÃO D. João VI. Fundo Câmara. *Escritura de compra e venda de escravos da subdelegacia e paz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Sebastiana*.

¹⁸³ *Ibidem*, fls. 1-18.

¹⁸⁴ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo*. Sessão de 26 maio 1874, p. 1736. Ofício da subdelegacia de Sebastiana.

¹⁸⁵ FUNDAÇÃO D. João VI. Ofício de Alfredo Augusto de Freitas Pereira, em fevereiro de 1883 informando sobre a agricultura, indústria pastoril, etc. Arquivo do Fundo da Administração de Nova Friburgo. Doc. 4989. Segundo o *Almanak Laemmert* (1883), Alfredo Augusto Pereira era proprietário e inspetor da Instrução Pública de Sebastiana.

Embora os dados apontassem que a Freguesia do Ribeirão Sebastiana possuía um quantitativo de escravizados menores, em comparação as demais freguesias, isso não diminuía o anseio dos proprietários da freguesia, em adquirir mais braços, o quanto fosse possível para as suas lavouras. Os Inventários e os Formais de Partilhas demonstraram que alguns indivíduos sociais estavam de posse de significativos números de escravizados como: Antônio Francisco de Bragança com setenta e nove (79)¹⁸⁶, Domingos Gomes de Siqueira com cinquenta e dois (52)¹⁸⁷ e o João Luiz de Siqueira Queiróz com setenta e dois (72) cativos¹⁸⁸. Estes proprietários estão inseridos numa sociedade cuja mentalidade era escravista e quanto mais escravos adquiridos, maiores status, poder e produção. Percebe-se, ainda como em qualquer região escravista, o Ribeirão Sebastiana não foi isento, nem deixou de ter problemas sociais diante deste sistema opressor. São relatados em periódicos fugas de escravizados em fazendas da região,¹⁸⁹ além do fiscal do 3º distrito de Rio Preto, relatar em ofício aos vereadores, um episódio, no qual os moradores da região estavam assustados pelo estado de insubordinação dos escravizados que, diariamente vagavam pelas estradas e fazendas da vizinhança, armados e proferindo palavras tendentes a uma sublevação.

Para coibir as “transgressões”, a Câmara imediatamente requisitou e oficiou o Comandante do Batalhão da Companhia, para tomar as devidas providências.¹⁹⁰ Fugas, tensões sociais, violências, concepções pejorativas carregadas sobre os cativos, entre outras negatividades, faziam parte constantemente deste complexo sistema escravista. Porém, como

¹⁸⁶ TJ-RJ. Acervo Permanente. Antonio Francisco de Bragança, 1875. Loc. 1576566696/77.G2.S26.1096.

¹⁸⁷ TJ-RJ. Acervo Permanente. Formal de Partilha de Domingos Gomes de Siqueira, 1876. Loc. 01.411.129-9.

¹⁸⁸ TJ-RJ. Acervo Permanente. Formal de Partilha de João Luiz de Siqueira Queiróz, 1877. Loc. 01.411.130-5

¹⁸⁹ “No dia 23 corrente, fugiram da Fazenda Conceição na barra do Sebastianna, serra acima, Districto da Nova Friburgo, os escravos seguintes: Firmianno, Anacleto e Antonio de Nação Benguela” (BN-RJ. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1826). “Em 14 de março de 1829, fugiu da Fazenda Conceição ao pé do Rio Sebastiana, dentro da Serra, um crioulo chamado Máximo” (BN-RJ. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 6, 08 fev. 1830). “Fugiu da Fazenda da Conceição no Rio Preto, termo de Nova Friburgo, um preto de nome Leopoldo, nação Cabinda” (BN-RJ. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 7407, 18 jan. 1847). “Fugiu no dia 19 de fevereiro da Fazenda da Tapera na Freguesia de Sebastiana, município de Nova Friburgo, o escravo Manoel [...] Gratifica-se generosamente a quem o apreender e levá-lo a mesma fazenda, ou entregar a seu senhor José Francisco de Siqueira Queiróz, ou ao sr. Ricardo José Gomes Pereira (em Magé)” (BN-RJ. *Diário do Rio de Janeiro*, n.54, 28 fev. 1874).

¹⁹⁰ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. Op. cit.*, p. 425. Sessão de 20 dez. 1835.

bem pontuou Amantino (2006, p. 72-73):

Estes não deixaram de produzir sua cultura e de vivenciar formas de sobrevivência, dentro ou fora do sistema escravista. [Pois], as diferentes maneiras que os escravos encontraram para lidar com a escravidão podem ser entendidas como sendo readaptação de práticas africanas em uma nova realidade permeada pela escravização e pelos contatos com grupos variados. Ainda que fossem cativos e tivessem suas possibilidades culturais limitadas pelo cativo, encontraram formas de reafirmarem sua humanidade. Estas formas podem ser mais bem entendidas quando se percebe que a escravidão influenciou os homens livres e os não livres e assim, não se pode pensar em uma sociedade dicotômica dividida entre senhores e escravos. A sociedade escravista era muito mais complexa do que isto. Os senhores, em tese, determinavam como as instituições negras e suas práticas culturais e sociais iriam existir. Mas, na prática, eles as aceitavam como parte de uma realidade à qual eles também precisavam se adaptar a fim de manter sua escravaria controlada, ainda que apenas dentro de certos limites.

Ao lançarmos olhar para a Região do Ribeirão Sebastiana, quanto aos aspectos da mão de obra, foi elucidado que grupos de luso-brasileiros destacando os açorianos, outros (e)migrantes, homens livres e pobres, estabeleceu-se nessa região, mesmo diante das adversidades. Se utilizavam da prática do amanho na terra e de uma agricultura no sistema de roças, produziam para a subsistência e para o mercado interno. No esforço de compreender sobre a realidade socioeconômica de indivíduos que viveram em um espaço e um tempo delimitado, Motta vem corroborar para o fato de que a existência de camadas intermediárias entre os grandes fazendeiros e seus escravos pode ser compreendida em toda sua diversidade sob a forma de três aspectos:

1) A utilização, ou não, do elemento cativo, bem como o número médio e produtividade de seu plantel. Avaliar-se-ia conjuntamente, a participação da família no sistema de produção, ou seja, a não utilização do cativo ou a sua utilização mínima demonstraria a presença da família como força de trabalho e fundamental para o estabelecimento de uma unidade produtiva.

2) O acesso ou não à terra. Corretamente, a análise sobre as possibilidades oferecidas na região acerca da existência de uma fronteira aberta ou em acelerado processo de fechamento.

3) O grau de sua inserção no circuito comercial, ou seja, via comercialização do excedente de produção ou tendo a produção diretamente orientada para o mercado. Este último enfoque imporia o conhecimento sobre a distância do mercado, o acesso ou não ao transporte etc. (Motta, 1988, p. 87-99).

Ademais, os luso-brasileiros, ilhéus açorianos, (e)migrantes, livres e pobres, alguns desses indivíduos de alguma forma obtiveram a posse da terra na região, quando ela ainda possuía baixa densidade demográfica. O olhar aqui se volta para aqueles que podem ser

classificados como pequenos proprietários e livres e pobres, onde aqui cabe perfeitamente a definição inicial de Motta (1988), sobre a qual os pequenos proprietários, as suas propriedades são diminutos sítios e não ultrapassavam a extensão de 50 hectares, contrastando com os grandes e médios proprietários. Em caso de morte [ou ainda em vida], os herdeiros continuavam a conviver juntos intensificando a utilização do trabalho familiar e assim evitando que alguns de seus se transformassem arrendatários de outros. Observa-se exatamente essa visão de Motta (1988, p. 91-92), em uma Ação de Reintegração e Manutenção de Posse, do ano de 1854, quando nas terras do posseiro Miguel Gomes Freitas trabalhavam conjuntamente com ele, os seus filhos e os seus genros.

Quanto aos indivíduos livres e pobres, ou seja, os que não detinham a terra, por menor que ela fosse, permaneciam subordinados aos interesses daqueles que a possuem (Motta, 1988). Diante do exposto, podemos inferir que, mesmo com as reclamações da falta de braços para a lavoura, o complemento dessa falta de mão de obra na Freguesia do Ribeirão Sebastiana ficava a cargo, de escravizados daqueles que podiam adquirir, de grupos familiares em terras que possuíam e também em função de indivíduos livres e pobres. Cabe explicitar que esta realidade estava inserida no Ribeirão Sebastiana e não em outras Freguesias da Vila, cujo quantitativo de escravizados era bem alto.

Ao analisar Magé na crise do escravismo entre 1850-1888, Sampaio (1994) observou uma sociedade altamente hierarquizada, uma elite agrária possuiu o virtual monopólio da terra e da riqueza, sendo que a parte principal da produção coube aos escravos. Ao perceber, viu a grande massa existente de pequenos proprietários de terras e cativos, bem como os despossuídos. Considerou que a sociedade não era camponesa, mas, parte importante da mesma foi, já que contou apenas ou principalmente com o próprio trabalho para sobreviver e de alguma maneira alguns, conseguiam acesso a terra através do sistema de arrendamento.

Dentro do contexto da História Agrária, da agricultura voltada para a economia de abastecimento, com a produção de alimentos, relações escravistas, bem como, sua importância e contribuição, foi densamente analisada em nível nacional. Autores como, Linhares (1979), Lenharo (1979), Castro (1997), entre outros, são aportes teóricos fundamentais de uma historiografia própria construída, fruto de diversos trabalhos realizados, para análises comparativas sólidas, comprovaram de forma definitiva o caráter comercial da produção de alimentos. A nível regional, no caso em tela, o território fluminense, reportamo-nos a autores

como: Motta (1989), para Niterói; Sampaio (1994), para Magé; Faria (2018),¹⁹¹ para Cantagalo, entre outros. Também, trouxeram suas contribuições, de forma ímpar ao examinarem regiões da Província do Rio de Janeiro pelo mesmo viés da produção de gêneros alimentícios voltado para o mercado interno, baseada no monopólio da terra, caráter socioeconômico, além da organização social, das relações escravistas, familiares, arrendatários e do acesso ao crédito. No geral, discussões estas, de grande importância e ainda latentes para a compreensão de determinadas dinâmicas e particularidades locais de territórios fluminense, inclusive do nosso objeto e foco de estudos.

Com relação, ao cultivo e produção econômica, pela região do Ribeirão Sebastiana, nos atentaremos agora ao parecer que a Câmara de Nova Friburgo proferiu na Sessão de 17 de dezembro do ano de 1835. Ao responder as exigências solicitadas pelo Brigadeiro Antônio Elisário de Miranda e Brito, responsável por diversas estradas de Nova Friburgo, a Câmara, em um dos quesitos dizia: no 1º distrito (Vila) e 3º distrito (Rio Preto), por serem áreas mais frias e seu terreno em geral ser fértil, eram destinadas à produção de cereais, leguminosas, raízes bulbosas, uvas e frutas de clima frio, além da criação próspera. Enquanto o 2º distrito (São José do Ribeirão), investia na produção de café.¹⁹² Outro relatório produzido no ano de 1852, pelo então juiz da Comarca de Cantagalo, João Luís Vieira Cansação de Sinimbu, sob o título: *Notícias das Colônias Agrícolas Suíça e Alemã Fundadas na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*.

O documento traz variados assuntos, porém, o foco aqui, se estende sobre a agricultura e as atividades econômicas da Vila, ainda no início da segunda metade do século XIX. Sinimbu destacou a importância da economia cafeeira de Cantagalo com a complementariedade da produção de gêneros para o mercado interno, além das essenciais tropas e tropeiros para escoamento das mercadorias. De acordo com o Juiz, por o café não medrear, em virtude do clima frio da Vila, evidenciou a importância da produção dos gêneros alimentícios com as culturas: do milho, da batata, do feijão, além da abundante criação de vacas, de porcos, de patos,

¹⁹¹ Embora, sua dissertação de mestrado e tese de doutorado sobre Campos de Goytacazes sejam marcos importantes na história agrária e do abastecimento, o trabalho aqui utilizado foi o capítulo “Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro últimas décadas do século XVIII e primeiro do XIX”, publicado nos *Anais do Museu Paulista* (v. 26, p. 1-23, 2018).

¹⁹² FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 423. Sessão de 17 dez. 1835.

de galinhas e de perus. Apontou o milho, a batata e o toucinho, com considerável produção, por se achar em circunstâncias favoráveis ao comércio (Sinimbú, 1852, p. 16-18). Ainda nesta conjuntura, 1830-1850, o Inspetor de instrução Pública Alfredo de Freitas Pereira, foi o responsável por executar um relatório a pedido da Câmara municipal, em virtude do Governo Provincial ter solicitado, informações sobre o estado da agricultura, da indústria pastoril e da apicultura existentes na Vila de Nova Friburgo.

Sobre o cenário agrícola da região do Ribeirão Sebastiana, informou em detalhes, que a região plantava essencialmente cereais como: milho, feijão e arroz, sendo também cultivada a mandioca e a uva em menor escala. Se reportando, à produção de batatas, uma das principais culturas desta freguesia, destacou que estava sendo assolada por uma moléstia.¹⁹³ Praticamente ratificando o Inspetor de Instrução Pública, o juiz de paz Augusto Luiz Nogueira Barboza informava a Câmara, no ano de 1885, que a Freguesia do Ribeirão Sebastiana, se ocupava com lavouras de feijão, milho, batata e tentava o fabrico de farinha de mandioca e a vinicultura, em diminuta escala. Que o transporte das colheitas, eram realizados por burros, única via de comunicação para o centro comercial de Magé e Corte, se pagando elevados fretes, impossibilitava melhor fluidez econômica naquela freguesia.¹⁹⁴ As dificuldades aqui expostas e a falta de investimentos, estão sob o foco, que historicamente a agricultura de subsistência era analisada e definida como produto consequente e, portanto, resultante óbvia e inquestionável da agricultura exportadora e seus “produtos principais” (Silva, 2017, p. 118).

Com relação ao conhecimento que se tem do universo rural brasileiro, Silva (2017, p. 124-125) vem nos lembrar, que ainda são poucos os estudiosos que se preocuparam em olhar o passado a partir da ótica da “pequena lavoura”. Quanto a prática do cultivo de gêneros voltados à subsistência, segundo o autor, sem eles, a agricultura de exportação não se sustentaria. Pois, esses gêneros que produziam não eram subsidiários e/ou ancilares. Pelo contrário, eram tão centrais e importantes para a economia e a política do Brasil quanto foram os produtos voltados para a exportação. Observa-se, que os proprietários, posseiros e lavradores do Ribeirão Sebastiana ficaram à margem da economia cafeeira e de certa forma, a região por não plantar

¹⁹³ FUNDAÇÃO D. João VI. Ofício de Alfredo Augusto de Freitas Pereira informando sobre a agricultura, indústria pastoril. Arquivo da Administração de Nova Friburgo, 1883. Doc. 4989.

¹⁹⁴ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 2165. Sessão de 27 jul. 1885.

café para exportação era pouco apreciada economicamente.¹⁹⁵ Porém, não deixava de ser, um ir e vir de produtos e homens, em que atendiam prontamente o mercado interno com o abastecimento de gêneros extremamente importantes para a mesa do brasileiro no século XIX.

A chegada da família Real portuguesa em 1808, como bem pontuou Motta (1988, p. 89), a urbanização e o crescimento demográfico da Cidade do Rio de Janeiro, impulsionaram nas áreas rurais a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno. Para regiões antes, em decadência, significou a possibilidade de redirecionar sua produção para a policultura com vista a atender o mercado interno em expansão, cuja economia passa por transformações, em um quadro geral no decurso do século XIX. Portanto, a Corte era como um centro drenador de gêneros de primeira necessidade e de exportação, o que lhe permitia conservar o papel de principal centro exportador do país, o que, aliás, já vinha desempenhando desde o final do século XVIII, em que a procura por produtos diversos aumentava a cada dia, revelando o caráter dinâmico da economia mercantil de subsistência; dedicando-se à produção e abastecimento de gêneros alimentícios e a diversas atividades comerciais.

Segundo André Azevedo (2002, p. 47), a maior dessas atividades se desenvolvia economicamente através do comércio marítimo interprovincial e internacional e nessa lógica econômica própria da cidade do Rio de Janeiro, o porto aparecia como elemento fundamental na vida da urbe para muito além de um espaço cambial de mercadorias, pois o porto carioca fora do espaço privilegiado de circulação de bens simbólicos era o elo que conectava a cidade, [as províncias, demais regiões] e o restante do mundo. O comércio de abastecimento para a Corte foi base do sistema produtivo, incentivava o povoamento, como definira a concentração da posse da terra em extensas regiões do Centro-Sul foram pré-requisitos necessários para o deslanche da economia cafeeira.

Ademais, nesta sociedade do século XIX, enquanto, os cafeicultores eram a “espinha dorsal” da economia do Império, os lavradores com as pequenas lavouras e roças, eram o esteio de abastecimento da população! Em outras palavras, como apontou Lenharo (1979), a função da integração exercida pelo comércio de abastecimento, no período joanino e no Primeiro

¹⁹⁵ Ao analisar a trajetória histórico-social da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, observa-se quando o Município perde duas de suas Freguesias; a de N. Sr.^a da Conceição do Paquequer em 1881 e a de São José do Ribeirão em 1892, que são grandes produtoras de café ocorrem uma reclamação formal junto aos órgãos competentes, o que não acontece com o Ribeirão Sebastiana quando Friburgo perde boa parte deste território para Teresópolis no início do século XX (1901).

Reinado, estendeu-se no tempo, perdurando e alimentando a expansão cafeeira. Estes abastecedores encontravam-se localizados nas proximidades do mercado carioca e mantinham-se como contrapeso à liderança dos proprietários de café. Os “quitandeiros” eram assim denominados desdenhosamente por não se ocuparem da atividade mais rendosa, o café, preferindo manter-se ligados à produção e comercialização de mantimentos (*Ibidem*, p. 137-138).

A produção do espaço social do Ribeirão Sebastiana, enquanto uma característica da experiência humana por indivíduos e grupos, cujas trajetórias são analisadas através de respectivas documentações como as declarações dos Registros Paroquiais de Terras, as listagens do *Almanack Laemmert*, as Atas da Irmandade de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, entre outras. Denota-se que esses indivíduos, principais integrantes desse grupo social de base regional, entre o período de 1854-1878, antes e após a criação da Freguesia do Ribeirão Sebastiana, interviram tanto nos assuntos de interesses político-administrativos e econômicos quanto religiosos, através de cargos e posições estratégicas que ocuparam, de Juizes de Paz, Delegados, Subdelegados, Inspetores, Eleitores Especiais e Membros de Irmandade religiosa, os quais pela região se destacaram:

Quadro 9 - Alguns dos indivíduos sociais que se destacaram no Ribeirão Sebastiana, 1854-1878

Antonio José de Siqueira [Júnior]
Antonio Francisco de Bragança / Carlos Francisco de Bragança
Domingos Gomes de Siqueira
Jacinto Garcia de Queiróz
João Luis de Siqueira Queiróz / José Francisco de Siqueira Queiróz
João de Souza Guimarães / Antonio José Ribeiro Guimarães
José Firme(o) de Siqueira
Manoel Francisco do Canto / Manoel Francisco do Canto Júnior
Manoel José de Siqueira
Manoel José de Souza Pereira / Manoel José de Souza Pereira Júnior
Viúva D. Maria Francisca de Castro [Queiróz] ¹⁹⁶
Thomás da Rosa Teixeira

Fonte: Registros Paroquiais de Terras; *Almanack Laemmert*; Ata de formação da Irmandade de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova; Livro de transações de compra e venda de escravos, 1854 e 1878. Elaboração nossa, 2024.

Sobre esses indivíduos e seus grupos, antes mesmo da segunda década do século XIX, já estavam estabelecidos nessas terras, através da herança, compra ou posse e por meio do cultivo, de atividades comerciais e da criação de animais. Pouco a pouco, alguns conseguiram acumular renda e prestígio social e foram se destacando diante da comunidade. Conforme já elucidado, será este mesmo grupo que vai articular e fomentar junto a Vila de Friburgo, a fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana, na localidade de Venda Nova, em final de 1862 e não em Rio Preto, em virtude de suas estratégias e interesses econômicos e comerciais.

Em trabalho recente, Gabriel Frazão se propôs a analisar, alguns inventários *post mortem* desses agentes demonstrados e observou que a quantidade de gêneros no patrimônio desses homens comprova que eles eram negociantes, e que, no momento de suas mortes, as

¹⁹⁶ Viuva de João Alexandre de Bragança, desse 1º casamento teve os filhos: Carolina de Bragança Castro, Francisco José de Bragança e Maria de Bragança. Casou-se em segundas núpcias, com o fazendeiro João Luiz de Siqueira Queiroz e teve os filhos: José Francisco de Siqueira Queiróz, Raimundo José de Siqueira Queiróz (faleceu jovem) e Domingos de Siqueira Queiróz (faleceu criança). Consta assentamento do 2º casamento na Paróquia de São João Batista de Nova Friburgo, em 8 dez. 1857. Livro I, fl. 200.

suas principais atividades agrícolas eram a produção/comercialização de milho, feijão e a criação de animais, principalmente, suínos e muares. Estavam de certa forma envolvidos em sistema de concessão de créditos, o que fez com que alguns fossem credores de outros fazendeiros, de negociantes e do próprio governo imperial. O autor percebeu também que se as suas riquezas não possibilitaram que recebessem título nobiliárquicos, tornou viável possuir bens e relações sociais que, de alguma maneira, o enobreceram. Para Frazão (2023, p. 128-153) é mister uma melhor apreciação sobre a família Siqueira Queiróz, visto que, por

meio dela seria possível compreender mais detalhadamente as bases sociais desses proprietários rurais que, embora estivessem nas periferias do Império, de certa forma eram membros de uma nobreza agrária e tinham papel de destaque nas boas sociedades do Brasil Imperial.

No próximo subcapítulo, o olhar será estendido sobre a família Siqueira, cuja trajetória pela região do Ribeirão Sebastiana, observa-se a inserção em assuntos de interesses político-administrativos e religiosos, bem como destaque econômico, através das suas atividades agrárias.

3.3 Mobilidade, rede social e dinâmicas familiares: um estudo de caso da família Siqueira no Ribeirão Sebastiana (1810-1889)

Ao abordarmos algumas reflexões com relação à “família”, tomamos por base o caráter teórico-conceitual de Pierre Bourdieu (1996, p. 124-135) quando enfatizou que a família, ao assumir um princípio de construção da realidade social e comum a todos os agentes socializados, é produto de um verdadeiro trabalho de instituição, ritual e técnico ao mesmo tempo. Visando instituir de maneira duradoura, em cada um dos membros da unidade instituída, sentimentos adequados a assegurar a integração do grupo familiar que é a condição de existência e de persistência dessa instituição. Quando suas regras são cotidianamente colocadas em prática por muitas pessoas cujas normas sociais da família asseguram sua existência e continuidade, as relações familiares em sua definição oficial tendem a funcionar como princípios de construção e de avaliação de toda relação social.

A família, segundo o autor, para existir e subsistir deve se afirmar como corpo, e sempre tende a funcionar como um campo, com suas relações de força física, econômica e, sobretudo, simbólica vinculadas, por exemplo, ao volume e à estrutura dos capitais que os seus diferentes membros possuem e suas lutas pela conservação ou transformação dessas relações de forças.

Por isso, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura e do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações nos mais variados sentidos. Evidentemente, nem todas as famílias, e nem todos os membros, tem a mesma capacidade e a mesma propensão a conformar-se à definição dominante por variados fatores sociais. A família é ainda, certamente uma ficção, um artefato social, no sentido mais comum do termo, uma “ilusão” bem fundamentada, já que, produzida e reproduzida com a garantia do Estado, ela sempre recebe do Estado os meios de existir e subsistir (Bourdieu, 1996, p. 134-135).

Na concepção de que existe uma identidade que se expressa, e que se deseja conhecer, a partir de uma fonte ou a partir de um cruzamento dessas fontes, que é profundamente marcada por uma figura central. Podendo ser realizada, sobre o ponto de vista de uma questão, do indivíduo ou de uma localidade. Procuramos focar naquilo que Giovanni Levi (2000, p. 98-107), realizou como reconstrução de trajetórias, estratégias e formas de organizações familiares desenvolvidas, por meio da micro-história, analisou três famílias de núcleo parentais de arrendatários em uma pequena aldeia de Santena, no Reino de Piemonte do século XVII. Distanciando-se de conceitos engessados e pré-estabelecidos, procurou definir família simplesmente como unidade de residência ou como um agrupamento. A família, para Levi, é entendida como um conjunto de parentes e aliados, que não se estruturou de forma uniforme, com indivíduos que gozassem de deveres e direitos iguais, e sim como um conjunto diferenciado e hierarquizado, muito embora bastante coeso.

Com relação ao grupo dos irmãos Perrone, Levi (2000, p. 108) pontuou que a terra em propriedade era um refúgio que tornava possível, e ao mesmo tempo necessária, a colaboração entre núcleos conjugais de irmãos. Plasticidade que foi dada a este tipo de organização econômica e garantiu uma produção de renda relativamente mais uniforme e uma solidez permanente sobre a qual baseava a subsistência de todo o grupo. As formas de organizações das famílias, portanto, apareceram como fruto exatamente destes modelos de estratégias e trajetórias familiares. Resultado complexo e não um produto passivo de necessidades econômicas ou biológicas, dentro da comunidade, mas que tende a produzir uma solidariedade corporativa nas relações com o mundo exterior e diante das inovações econômicas, políticas e religiosas.

Ao estudar famílias proprietárias ou de elites, em nível de seus membros nas comunidades, em Jaú/SP, Flávia de Oliveira (1989) percebeu que as mesmas, desenvolveram estratégias de manutenção de poder, que permitiu a construção de uma rede social e articulações

entre as décadas de 1850-1860. A autora destaca, que para melhor compreender essa dinâmica, faz-se necessário analisar a própria estrutura dos semelhantes, como também as relações entre eles e os vínculos com a propriedade, visto cada família possuir a sua própria dinâmica e temporalidade.

Diante do exposto, observa-se a importância da família no processo de constituição dos diferentes sujeitos sociais, mesmo em épocas distintas, a instituição familiar, não deixou de ser tratada, como uma importante agência de socialização. Seja através de um artefato social bem fundamenta, produzida e reproduzida pelo Estado que dão os meios de ela existir e subsistir (Cf. Bourdieu, 1996). Seja, através da reconstrução de trajetória, os valores comunitários, as estratégias e as organizações familiares, que criaram mecanismos de sobrevivência, entre os grupos que habitavam ou desejavam habitar determinado lugar, cuja ascensão social, variava de lugar para lugar mudando com o passar do tempo (Cf. Levi, 2000). Seja, através das estratégias familiares de manutenção de poder e na construção de redes sociais, bem como suas articulações e vínculos com a propriedade, visto cada grupo familiar possuir a sua própria dinâmica e temporalidade (Cf. Oliveira, 1989, p. 65-85).

Nas palavras de Pinto (2014, p. 285), “era a família e a casa, que mantinha funções de ordenamento social e, no mundo dos negócios, exerciam importantes papéis na apresentação dos sujeitos, facilitando os contatos e dotando de credibilidade os seus membros”. Ou a família é tida como, “uma organização econômica das localidades em que inserem, o agente, por excelência, da manutenção da estabilidade da ordem socioeconômica” (Andrade, 2018, p. 46).

Ao abordarmos, essas relações de poder familiar juntamente, às estruturas e normas estabelecidas, pelas suas atividades econômicas, comerciais, suas participações no mercado da terra e interno, bem como, suas ações, relações e trocas sociais, fez com que nos chamasse a atenção, para apreciação, a família de sobrenome Siqueira,¹⁹⁷ que se instalou na região do Ribeirão Sebastiana no início do século retrasado. A trajetória dessa família, entre o Subaio, Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana remonta os ciclos migratórios do final do século XVIII, de homens advindos de variadas regiões de Portugal, que seguia o processo do empreendimento colonizador da política de Além-mar. O ramo familiar objeto de pesquisa, pelo que tudo indica, iniciou a sua vida social na localidade do Subaio, da então Freguesia de São José da Boa Morte,

¹⁹⁷ Em alguns documentos mais antigos aparece o sobrenome Sequeira. Para efeitos de redação opto por utilizar aqui, o sobrenome da família mais atualizado, ou seja, Siqueira.

da Vila de Santo Antonio de Sá. Mas, por algum motivo, também migraram e adquiriram terras, entre o final do século XVIII e o início do XIX, entre as vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, embora, pouco mais distante, esses afluentes pertenciam também, a essa mesma Vila.¹⁹⁸

Antes de prosseguirmos, cabe enfatizar, que a família que por ora é objeto de análises e estudos, pais e filhos está inserida numa conjuntura histórica, em que perpassam pelos períodos de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o Primeiro Império brasileiro, o Período Regencial e o Segundo Império brasileiro. Portanto, caberá observar os contextos pelo viés historiográfico e metodológico da micro-história, através da variação de escala, percebendo momentos distintos de processos históricos, na busca da compreensão de especificidades regionais com a realização de análises comparativas de uma melhor observação das fontes, juntamente com as relações de indivíduos sociais que a envolvem. Contudo, o foco se mantém nas discussões da história agrária.

Dos documentos localizados e analisados, percebe-se que o Antonio José de Siqueira e a esposa Marianna de Souza Pereira;¹⁹⁹ o João Luiz de Siqueira e a esposa Antônia de Souza Pereira e o Domingos José Firme(o) de Siqueira e sua companheira Domiciana Maria Prado do Espírito Santo. Com exceção da Domiciana, todos os demais possuíam laços consanguíneos. Com relação ao grau de parentesco desses indivíduos, o site de recursos de genealogia *Family Search* sugerir a possibilidade de Antonio José de Siqueira e João Luiz de Siqueira serem irmãos e tios do Domingos José Firme(o) de Siqueira.²⁰⁰ Cabe esclarecer que não conseguimos comprovar através das fontes documentais disponíveis o exato grau de laços parentais entre os mesmos.²⁰¹ Identificamos que, ao se estabelecerem pela região do Ribeirão Sebastiana, de fato,

¹⁹⁸ É impossível traçar uma genealogia dessa família, uma vez que, a mesma, possuiu variadas ramificações, que se estenderam pelas Vilas de Santo Antonio de Sá, Nossa Senhora da Piedade de Magé, São Pedro de Cantagalo, entre outras.

¹⁹⁹ Em algumas documentações, o sobrenome da Marianna aparece invertido. VER Declaração de Terras da Freguesia de São José da Boa Morte da Vila de Santo Antonio de Sá, Marianna Pereira de Souza, 1856, N° 541, p. 164. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3&pagfis=10102. Acesso em 20 jun. 2023.

²⁰⁰ O portal *Family Search* informa que a genealogia é restrita à família. Disponível em: <https://www.familysearch.org>. Acesso em: 11 ago. 2024.

²⁰¹ TJ-RJ. Arquivo Permanente. Ação de embargo e disputas de terras. Autor: Antonio José de Sequeira e sua mulher. Réus: José Emídio Duque Estrada e sua mulher, 1844; Inventário de João Luiz de Sequeira, 1854;

possuíram terras e residências próximas, possibilitando manter seus círculos de relações e convívios familiares, compadrio, solidariedade e vizinhança, onde nas suas trajetórias, tiveram prole, ascenderam e constituíram bens e patrimônios.

Ao refletir a sociedade patriarcal do século XIX, Del Priore (2016, p. 350) lembra, que o pai foi durante séculos, um mecanismo fundamental de estruturação de famílias, e principalmente, do seu poder. Ele era um eficiente mecanismo da articulação da família com o Estado e a Igreja. Representava uma genealogia, um nome e o sangue, e em muitos casos, a influência política de clãs reunidos em torno de um patriarca mais forte ainda. E, mesmo nas famílias pequenas ou reduzidas, ele era a voz do comando, o provedor, a “cabeça do casal”.

Direcionamos o foco de nossos estudos para a descendência do patriarca Antonio José de Siqueira, partindo do inventário de um dos seus filhos.²⁰² Siqueira, nasceu em Portugal, sem especificação de que local.²⁰³ Identificamos, no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, na década de 1810, alguns dados interessantes. Nas notícias marítimas (entradas – (Vila de) Santo Antônio de Sá), gêneros recebidos como: madeira, taboado, arroz, feijão e milho, sendo que, o apontamento em maior escala, como gênero de comércio estava como entrada, a madeira, apresentando como o responsável por estes produtos Antonio José de Siqueira.²⁰⁴ Ao analisar o Vale do Macacu, Cardoso (2009, p. 155) corrobora com esse aspecto econômico, reconhecendo essa região produtora de gêneros para o mercado interno, no final do século XVIII e início do XIX. O autor defende que a dinâmica da atividade extrativa de madeira, era de grande importância para o Rio de Janeiro, sendo utilizada e explorada como grande gênero mercantil, além da produção de outros gêneros variados, que englobava o cultivo de arroz, mandioca com o fabrico da farinha, feijão e milho.

Inventário de Domingos José Firme de Sequeira, 1864. Loc. 01.683.149-4.

²⁰² TJ-RJ. Arquivo Permanente. Inventário de José Firme de Siqueira, 1860. Loc. 01.411.127-5.

²⁰³ De acordo com o site de recursos de genealogia *Family Search*, se o Antonio José de Siqueira for mesmo tio do Domingos José Firme(o) de Siqueira, o mesmo nasceu em 11 de fevereiro do ano de 1780. Embora, o Domingos José Firme(e) de Siqueira, ter declarado em seu testamento, ser proveniente, da Freguesia de São Miguel de Lavradas, Termo da Vila Ponte da Barca, Vianna do Castelo-PT. Não podemos afirmar que, o Antonio José de Siqueira, também seja natural, ou provém dessa mesma freguesia. Inventário de Domingos José Firme(o) de Siqueira (1868), traslado do testamento, fls.1, 1864). TJ-RJ. Arquivo Permanente. Loc. 01.683.149-4.

²⁰⁴ BN-RJ. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 78, 28 set. 1811, p. 4; n. 79, 2 out. 1811, p. 1; n. 100, 14 dez. 1814, p. 4; n. 60, 29 jul. 1815, p. 8.

Outras bases documentais nos ajudam melhor compreender sobre o patriarca Siqueira, quando, em um requerimento assinado por vinte e dois moradores do Rio Preto, em 1834 informava o atual estado de degradação das vias, já que o Rio Sebastiana, não possuía ponte, por causa das enchentes e o cidadão Antonio José de Siqueira, se propôs construí-la. A Câmara de Friburgo oferece por parte 200\$000 réis pagáveis logo que o seu estado de finanças permitisse.²⁰⁵ Em anos posteriores, atas desta mesma Câmara oficializam que na sede da Fazenda de Antonio José de Siqueira ocorreram às eleições de Juizes de Paz do 2º distrito de Rio Preto.²⁰⁶ Com relação as terras que possuía em outra região, outros vestígios confirmam a propriedade – uma ação de embargo de terras, ocorrida na localidade de Vargem Grande do Ribeirão Sebastiana, no ano de 1844, informa nos autos, que os autores da Ação, Antonio e a esposa Marianna, residiam na localidade do Subaio, Freguesia de São José da Boa Morte, da Vila de Santo Antonio de Sá.²⁰⁷ Esses fatos, são ratificados, quando a esposa Marianna Pereira de Souza, já viúva, declarou suas terras, por esta mesma freguesia, no ano de 1856²⁰⁸. Além, do Almanack Laemmert, entre os anos de 1857 e 1858²⁰⁹ consta, a viúva Marianna, na relação de lavradores dessa Freguesia. Podemos atentar para a hipótese, que ainda na primeira metade do século XIX, a produção de sua fazenda, entre o Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, trafegava até a sua outra Fazenda na localidade do Subaio – Morro Frio. Ali estrategicamente fazia pouso, e depois descia essa mesma serra do Subaio com seus produtos e mercadorias, até chegar ao Porto das Caixas e vice-versa. Enquanto, o trajeto de seu parente João Luiz de Siqueira, já se dava por outro caminho, através da Serra do Socavão e mais tarde pela Serra dos Órgãos, fazia-se pouso ou pernoite na Fazenda de sua propriedade, no Limoeiro (Guapimirim), até chegar ao

²⁰⁵ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 358. Sessão de 11 set. 1834.

²⁰⁶ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.* Sessão extraordinária de 12 nov. 1835; Sessão Ordinária de 7 ago. 1840.

²⁰⁷ TJ-RJ. Arquivo Permanente. Ação de embargo e disputa de terras. Autor: Antonio José de Sequeira e sua mulher; Réus: José Emídio Duque Estrada e sua mulher, 1844. Loc. 02.887.608-8.

²⁰⁸ APERJ. Declaração de Terras da Freguesia de São José da Boa Morte da Vila de Santo Antonio de Sá, 1856, Marianna Pereira de Souza, n.º 541, p. 164.

²⁰⁹ *ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro [...]*. Ano 14. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1857; p. 860; 1858, p. 198. Freguesia de São José da Boa Morte da Vila de Santo Antonio de Sá.

Porto da Piedade de Magé.²¹⁰ Pelas análises documentais, o casal Antonio José e Marianna constituíram o seguinte clã familiar identificados:²¹¹

Quadro 10 – filhos de Antonio José de Siqueira e Marianna de Souza Pereira 1814-1877.

1º - João Luiz de Siqueira Queiróz (1814 ²¹² -1877).
2º - José Firme(o) de Siqueira (1815-1860).
3º - Manoel José de Siqueira (1818-1876).
4º - Domingos Gomes de Siqueira (1820-1876).
5º - Antonio José de Siqueira [Filho] (1821-1877).
6ª - Rita Pereira de Siqueira (1828 - ?).

Fonte: Registros Paroquiais de casamentos, nascimentos e óbitos das Paróquias de Sant’Anna de Japuiba, São João Batista de Nova Friburgo e N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana. 1814-1880. Elaboração nossa, 2024.

Para análise, escolhemos observar a trajetória desse núcleo-familiar dos cinco filhos homens, do Sr. Siqueira e Sr.^a Souza Pereira, reconstruindo a história dos irmãos Siqueira, em suas trajetórias de vida, através das declarações nos Registros Paroquiais de Terras, *Almanack Laemmert* e inventários *post-mortem*, são indicações sobre mobilidade social conquistadas e o processo de “enraizamento do indivíduo a terra”. Desenvolveram suas conexões e redes políticas, econômicas e sociais, pela região do Ribeirão Sebastiana, que posteriormente se tornou uma freguesia, inclusive com a colaboração e as articulações desses semelhantes, juntamente com outros indivíduos sociais. Como proprietários de terras e de escravos, puderam explorar através da produção agrária, àquele espaço social, bem como, as representatividades cotidianas e cargos, além, das atividades comerciais. Através dos seus laços e arranjos

²¹⁰ TJ-RJ. Arquivo Permanente. Ação de Inventário de João Luiz de Sequeira, 1854. Loc. 01.683.060-10.

²¹¹ As pesquisas sobre a trajetória familiar de Antonio e Marianna indicaram somente os mencionados filhos. Nas pesquisas apareceu o nome de Antonia Pereira de Souza, indicando conexão com a família. Entretanto, até o fechamento do trabalho, não foi localizado qualquer tipo de documento que comprovasse o grau de parentesco da Antonia, se era irmã da Marianna, ou mesmo, a possibilidade de ser filha do casal Antonio e Marianna.

²¹² Embora a lápide do seu túmulo no Cemitério Municipal de Venda Nova, Teresópolis-RJ, indica à data do seu nascimento em 1809, tanto a idade que se encontra no seu assentamento de casamento, quando de óbito, apontam que o mesmo nasceu no ano de 1814.

familiares souberam lidar com os seus interesses mercantis, de acordo com os ditames da política econômica imperial da segunda metade do século XIX. Entendidos, como bem pontuou Frazão (2023, p. 147), membros de “boa família”, assim denominada pela Condessa de Barral, quando a caminho para a Vila de São João Batista de Nova Friburgo, hospedou-se juntamente com a comitiva do Conde D’Eu, no ano de 1875, na Fazenda Vista Alegre²¹³ pertencente ao primogênito da família Siqueira, o João Luiz de Siqueira Queiróz. A Condessa de Barral/ e/ ou de Pedra Branca, que foi preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, assim escreveu ao Imperador relatando:

Quero lhe dizer e também a S.M. a Imperatriz que de Teresópolis fomos à Fazenda da Sebastiana [Vista Alegre] onde a boa família Siqueira de Queiroz nos hospedou perfeitamente. Lá dormimos e ontem seguimos para aqui [Nova Friburgo]. Foi uma verdadeira campanha. Doze horas de cavalo e por caminhos, meu Deus! (Frazão, 2023, p. 147).²¹⁴

As imagens a seguir, procuram mostrar a Fazenda Vista Alegre, em três momentos distintos. Embora tenha passado por algumas transformações no decorrer do tempo, o prédio principal, encontra-se de pé até os dias de hoje.

²¹³ A localidade de Vista Alegre, assim denominada, em virtude da Fazenda de mesmo nome, eram terras também conhecidas inicialmente somente por Sebastiana. Os assentamentos, principalmente de matrimônios da Paróquia de N. Sr.^a da Conceição de Venda Nova, registram significativos números de casamentos da região realizados no oratório particular dessa fazenda.

²¹⁴ *Apud* BARRAL e de PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal de Barros, Condessa de. *Cartas as Suas Majestades, 1859-1890*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. Ver também transcrição completa da carta em Féo (2010, p. 201). Note-se que autor se equivocou no ano, indicando 1876, quando em verdade se trata da carta de 1875.

Figura 1: Fazenda Vista Alegre século XIX

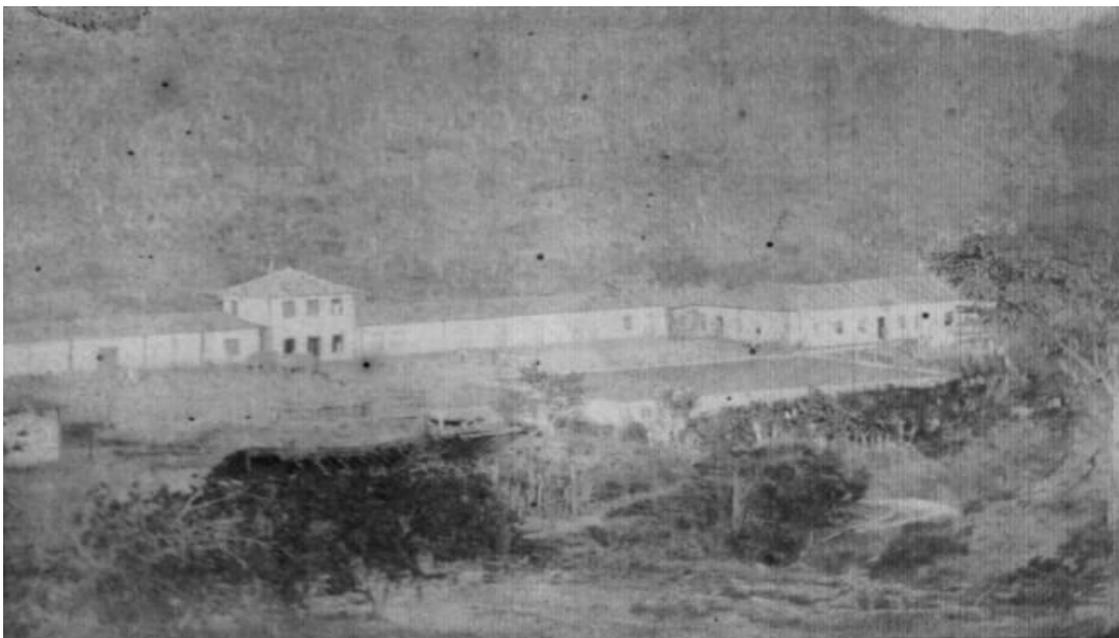


Foto: Acervo particular da Sr.^a Maggui de Broux, tetraneta do João Luiz de Siqueira Queiróz [1810/1880].

Construída no início do século XIX, de pau a pique e com porão em pedras, observa-se, no seu projeto original, os paióis e as senzalas por ambos os lados do casarão, cuja imagem apresenta os fundos do prédio principal, bem como os seus anexos. Quando a comitiva do Conde D'Eu juntamente com a Condessa de Barral foram hospedados no ano de 1875, a caminho da Vila de Nova Friburgo era essa a estrutura da Fazenda Vista Alegre.

Figura 2 - Fazenda Vista Alegre entre o final do século XIX e início do século XX

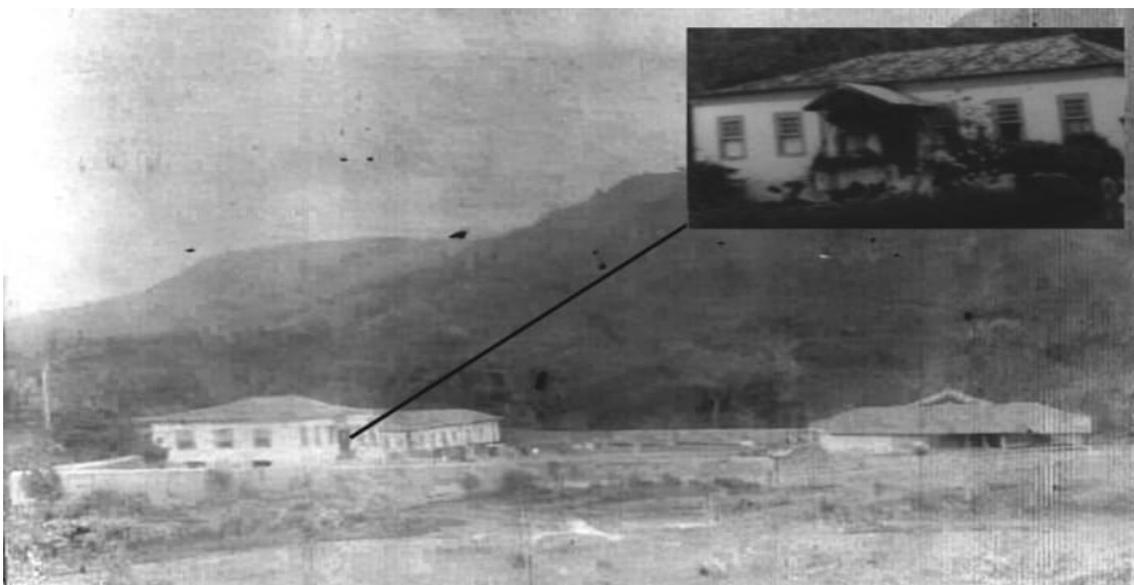


Foto: Acervo particular da Sr.^a Maggui de Broux, [1890/1940].

Comparando a imagem acima com a primeira, observa-se o casarão, já sem as construções das senzalas do seu lado esquerdo, provavelmente em decorrência da abolição da escravidão em maio de 1888. Entretanto, parte da construção do lado direito, ainda foi aproveitada e preservada. Detalhe para o pequeno alpendre com escadas laterais na entrada principal do casarão.

Figura 3 - Fazenda Vista Alegre século XXI



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

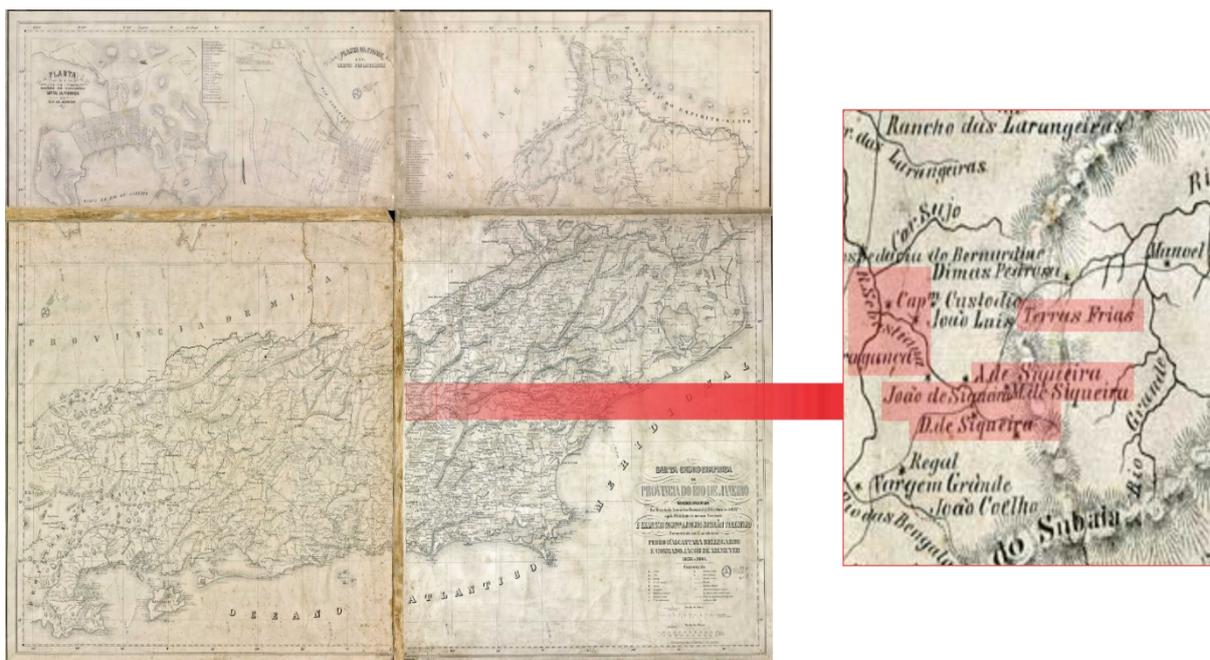
Imagem atual da Fazenda Vista Alegre, observa-se que retiraram o pequeno alpendre da entrada principal e construíram uma varanda maior.²¹⁵ Cabe enfatizar, que o referido casarão é a construção mais antiga da região objeto de estudos.

Ao esquadrinhar os indivíduos sociais da família Siqueira, pela região do Ribeirão Sebastiana, para efeitos de localização, nos reportamos, a uma Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, em que foi decretado a sua organização pela Assembleia Provincial e pelo

²¹⁵ Em entrevista concedida no ano de 2005 a Carlos Francisco Gallo sobre a fazenda Vista Alegre, o bisneto de João Luiz de Siqueira Queiróz, José Francisco de Siqueira Queiróz (Zé Queiróz), informou que, “o seu pai decidiu construir uma varanda para dar melhor comodidade a casa”.

Presidente da Província, no ano de 1857, a sua elaboração e confecção. Observa-se a seguir, que foi um documento produzido com diversificadas, detalhadas e importantes informações sobre variadas regiões da Província do Rio de Janeiro entre 1858-1861.

Mapa 16 – Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro georreferenciando terras da família Siqueira na região do Ribeirão Sebastiana, 1858-1861



Fonte: BN-RJ. *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro 1858 a 1861*. Decretado a sua organização pela Assembleia Provincial e pelo Presidente da Província, Antonio Nicoláo Tolentino e executado pelos engenheiros Pedro D'Alcantara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173951/cart173951.jpg. Acesso em: 14 ago. 2024.

Os mapas de época, como bem destacou Marina Machado (2010, p. 25), são importantes fontes de informações; tendo em vista, que a cartografia produz retratos de uma realidade e que os mapas de certa forma, são representações e instrumentos de poder. Segundo a autora, ainda que a cartografia constitua uma técnica, era também uma ação política, que construía “verdades” acerca de limites, quando estes ainda eram um processo em construção.

Esta *Carta Corográfica* elaborada entre 1858-1861, às vésperas da criação da Freguesia de N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, de forma estratégica, nos ajuda a dimensionar a importância e a constituição da estrutura fundiária da família Siqueira, presentes na região do Ribeirão Sebastiana, uma vez que, registrados no mapa, indivíduos sociais, não deixavam de ser sinônimo de reconhecimento e status social em uma região. Dos cinco irmãos objeto de estudos, se encontram quatro deles georreferenciados: João Luiz de

Siqueira [Queiróz], Antonio [José de] Siqueira, Domingos [Gomes de] Siqueira e Manoel [José de] Siqueira. Dada a importância e posição geográfica das suas terras, a própria Câmara de Nova Friburgo, em uma das Sessões no ano de 1853, ao se referir sobre as estradas da região, menciona-se, que para chegar à outra Vila (município), teria que passar pela Fazenda dos Siqueira, onde atravessa o rio Sebastiana.²¹⁶

Nas palavras de Emília Viotti da Costa (1999, p. 171-173), a partir de meados do século XIX, “a propriedade da terra significava essencialmente prestígio social, para um período no qual ela representava e implicava essencialmente poder econômico”. Com relação as possibilidades de poder econômico local, Motta (1989, p. 174.) evidenciou que a formação e a consolidação de uma atividade policultora fora da plantation cafeeira, não foi só possível como também permitiu o desenvolvimento/enriquecimento de uma classe detentora da terra e monopolizadora da produção local, conciliada com a expansão do mercado interno. Ainda que a riqueza deste grupo estivesse muito aquém daquela pertencente aos cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, não restam dúvidas de que, no espaço regional analisado, foi suficiente para forjar o controle socioeconômico desta classe sobre a sociedade. Coube a esses proprietários fundiários, a tarefa de comandar o conjunto das atividades econômicas e assumir o controle político regional.

As análises acabaram por nos conduzir para as investigações dos irmãos Siqueira, a partir dos inventários *post-mortem*, proporcionando importantes e particulares informações desses indivíduos sociais de análises tanto quantitativa quanto qualitativa. Documentos diversos nos remetem para a importância de se trabalhar com esses tipos de fontes, já apontadas por Fragoso e Pitzer (1988, p. 29-52), desde o final da década de 1980, como grande diversidade de informações e particularidades, além da possibilidade de pesquisa histórica, que esses inventários trazem de grupos sociais, cujo conjunto tenso, com suas contradições, forma uma sociedade. Provocam, então, a necessidade da criatividade do pesquisador trabalhar com esses tipos de documentações, a partir do cruzamento com outros tipos de registros de preferências, também seriadas. Para os autores essas fontes de caráter serial, sobre diversos aspectos, possibilitam apreender a sociedade, seja ela, urbana ou rural, no tempo e no movimento de suas contradições.

²¹⁶ FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 875. Sessão de 24 maio 1853.

Ao se reportar o mundo rural, Francivaldo Nunes (2011, p. 57-59) também esclarece que os inventários são utilizados como importantes documentos históricos para investigar a estrutura agrária a partir de suas unidades produtivas. Revela que os mesmos, têm o mérito das mais minuciosas descrições dos espaços rurais presentes nas relações de bens inventariados como: a vida doméstica demonstrada através de móveis e utensílios de uso cotidiano; a moradia como indicativo de posição social, entre outras, são alguns dos muitos aspectos que podem ser observados quando da análise dessa documentação. Aspectos valiosos na reconstituição da organização social e da vida cotidiana do homem rural.

Os inventários *post-mortem*, para Teixeira (2012, p. 63-83), são riquezas de informações e servem de testemunhos históricos, além de ser importantes ferramentas para o desenvolvimento da história local. Seu caráter massivo e serial, que se repete no tempo e por várias épocas, permite ao historiador a reconstrução de toda uma sociedade. O uso do inventário não se restringe apenas à análise de caráter econômico, podendo ser utilizado em uma gama variadíssima de possibilidades. Como exemplo, temos o estudo da transmissão do patrimônio familiar de uma geração para outra, por meio de dotes, terça e legítima; nas análises genealógicas; na percepção da evolução da composição do patrimônio ao longo dos séculos, diferenciando os níveis de riqueza; na análise dos mecanismos de mercado e de crédito por meio da observação das dívidas ativas e passivas, assim como podem ser usados para se estudar a escravidão sob os mais variados aspectos. Só não são as melhores fontes para se analisar as tendências da naturalidade predominante na população de uma dada sociedade, em que para esse tipo de investigação, a documentação mais adequada são os registros paroquiais, principalmente os de batismo e de casamento.

Importante salientar que, estudos como o de Kátia Mattoso (1992), Antônio Carlos Jucá de Sampaio (1994), João Fragoso (2013), Rodrigo Marins Marreto (2019), entre outros, corroboram para ajudar a reconstituir um quadro comparativo, entre diversas regiões de áreas voltadas ao mercado interno, para melhor entendimento do cenário local de diversas regiões do país. Além das trajetórias desses agentes, bem como o entendimento de suas atividades econômicas. Ao reforçar, Frazão (2023, p. 138) demonstrou que as análises desses números são importantes balizas comparativas diante de outros estudos específicos sobre determinada realidade pesquisada. Nova Friburgo, apesar de ter áreas produtoras de café, também era marcado por regiões, como as Terras Frias, destinadas ao plantio de gêneros. Tendo em vista, a existência desses indivíduos que acumularam essas fortunas ao longo de suas trajetórias.

Os irmãos Siqueira, com exceção de um deles que faleceu no início do ano de 1860, feneceram com temporalidades muito próximas, entre os anos de 1876 e 1877, num contexto

em que o governo brasileiro ainda sentia os efeitos do pós-guerra do Paraguai, encontrando-se abalado e fragilizado economicamente, o Império estava envolvido com os ingleses numa dívida externa, que só aumentava. O Exército se firmava como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios e as queixas contra o Imperador ganhavam força e expressão. Além, possíveis paliativas do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885), que ajudavam a protelar a escravidão no país. Mas, as discussões e questionamentos contrários a essa escravidão iam ganhando força, até que ao final da década de 1880, a abolição e logo a seguir, as tomadas de decisões e interesses políticos tornaram-se inevitáveis à queda da Monarquia e o Brasil passa a ter “outro contexto” com a instauração da República em 1889.

Ao lançarmos novamente o olhar, por meio da microanálise na ação da variação de escala, onde podemos vislumbrar o regional e as relações de indivíduos sociais. Observa-se, que dentro de uma conjuntura, o patriarca Antonio José de Siqueira, ainda no contexto do Brasil colônia, cujo período remonta a estadia da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, ou pouco antes, ao chegar à região do Ribeirão Sebastiana, ainda com baixíssima densidade demográfica, utilizando-se das estratégias fundiárias, através da posse e da compra.²¹⁷ Teria ele “preparado o terreno” para que os filhos desenvolvessem suas atividades econômicas por meio da terra. Essa família, embora não tenha recebido títulos honoríficos do Império, de certa forma, conseguiram juntar bens, terras e patrimônio. Enriquecendo num período, entre 1850-1870, conjuntamente com a consolidação do Império brasileiro. Os inventários *post-mortem* e os formais de partilhas, confirmam essa constituição de bens e patrimônio como veremos a seguir através de quadros e gráficos que vão nos ajudar a acompanhar, o perfil de seus investimentos, suas trajetórias locais, as relações de mão de obra escravista utilizada na produção e outras formas de acesso ao mercado e ao crédito, nas questões socioeconômicas.

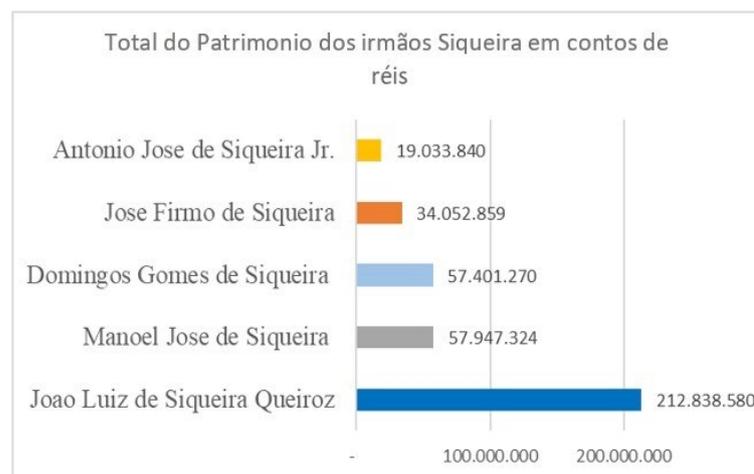
²¹⁷ Em uma entrevista gravada em vídeo por Carlos Francisco Gallo, realizada no ano de 2005 e presente em seu acervo pessoal, o trineto José Francisco de Siqueira Queiróz relatou que seu antepassado recebeu as terras por Cartas de Sesmarias. Porém, a mesma não foi localizada na documentação levantada.

Quadro 11 - Patrimônio total dos irmãos Siqueira através de inventários e formais de partilhas, 1860-1877

	Obito	Moveis	Escravizados	Animais	Terras	Casas	Culturas	Financeiros	Total
Joao Luiz de Siqueira Queiroz	1877	3,872,000	51,530,000	5,405,000	38,118,000	3,030,000	5,545,000	105,338,580	212,838,580
Jose Firmo de Siqueira	1860	3,284,250	22,750,000	4,281,000	5,250,000	133,000	2,200,000	(3,845,391)	34,052,859
Manoel Jose de Siqueira	1876	795,000	34,413,000	5,258,782	34,800,000	2,340,000	1,320,000	(20,979,458)	57,947,324
Antonio Jose de Siqueira Jr.	1877	106,500	11,535,000	1,050,000	3,442,340	1,500,000	1,400,000	0	19,033,840
Domingos Gomes de Siqueira	1876	441,000	29,406,000	4,376,000	6,000,000	5,960,000	1,475,000	9,743,270	57,401,270
	Obito	Moveis	Escravizados	Animais	Terras	Casas	Culturas	Financeiros	Total
Joao Luiz de Siqueira Queiroz	1877	2%	24%	3%	18%	1%	3%	49%	100%
Jose Firmo de Siqueira	1860	10%	67%	13%	15%	0%	6%	-11%	100%
Manoel Jose de Siqueira	1876	1%	59%	9%	60%	4%	2%	-36%	100%
Antonio Jose de Siqueira Jr.	1877	1%	61%	6%	18%	8%	7%	0%	100%
Domingos Gomes de Siqueira	1876	1%	51%	8%	10%	10%	3%	17%	100%

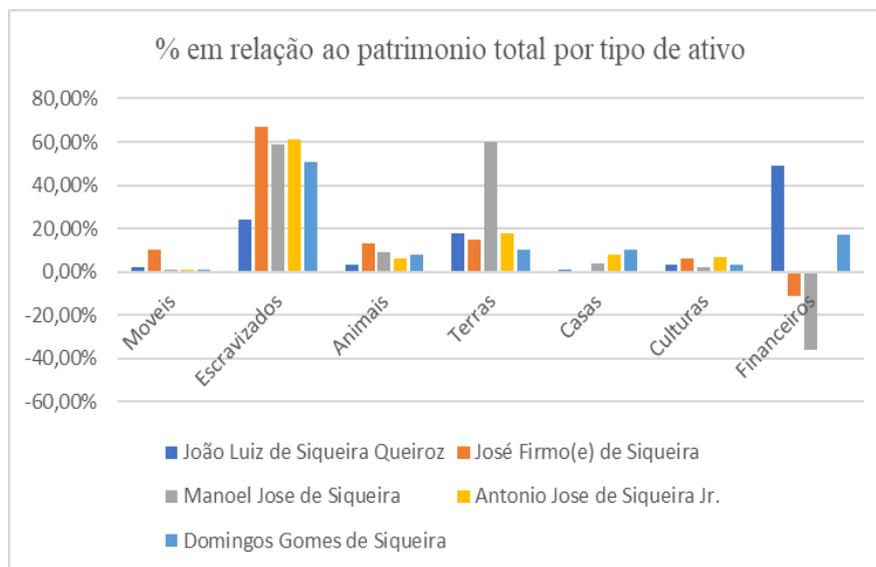
Fonte: TJ-RJ. Inventários e formais de partilhas. Elaboração nossa, 2024.

Quadro - Patrimônio total dos irmãos Siqueira através de inventários e formais de partilhas – 1860-1877



Fonte: TJ-RJ. Inventários e formais de partilhas (TJ-RJ). Elaboração nossa, 2024.

Gráfico 5 - Patrimônio total dos irmãos Siqueira através de inventários e formais de partilhas, 1860-1877 (1)



Fonte: TJ-RJ. Inventários e formais de partilhas. Elaboração nossa, 2024.

De acordo com o quadro e os gráficos, o total do valor dos bens expostos, os irmãos Siqueira amealharam um patrimônio considerável para os padrões da região, o que também se refletia nas estratégias em lidar com os seus negócios.²¹⁸ Considerando, o Antonio José Firmo (e) de Siqueira, que faleceu 16/17 anos antes dos demais e o Antonio José de Siqueira, valores entre 34 e 19 contos de réis, o Domingos e o Manoel deixaram um patrimônio superior a 57 contos de réis e o maior deles, João Luiz, possuía um patrimônio de mais de 200 contos de réis, era o detentor do maior patrimônio, com uma larga margem para os seus irmãos. O patrimônio de João Luiz continha uma significativa soma de ativos financeiros, e itens de luxo. Entendemos que João Luiz de Siqueira Queiróz, era um capitalista, possuindo uma firma, instalada na Corte do Rio de Janeiro. Isto ajuda a explicar que quase a metade de seu patrimônio era composto por ativos financeiros, principalmente dívidas ativas e caixa, mas, também incluía títulos do tesouro nacional.

²¹⁸ Frazão (2023) ao analisar os Inventários de alguns indivíduos do Ribeirão Sebastiana, examinou também, os inventários de três irmãos Siqueira: João Luiz, Manoel José e Domingos. Esclareço que, com relação ao montante do patrimônio líquido em réis, os valores se encontram bem próximos, mas não exatamente iguais. O que não interfere e nem causa divergências em nossas análises e estudos.

Chama atenção, que a partilha de bens dos irmãos e o número de herdeiros são parecidos – João Luiz e Domingos Siqueira, por exemplo, irão deixar suas respectivas esposas meeiras, dividindo o patrimônio com dois filhos apenas, cada um deles. Enquanto José e Manoel Siqueira, já vão ter que dividir, os seus bens de forma mais fragmentada, visto cada um deles ter como herdeiros nove filhos. A única diferença entre os mesmos é no caso do José, que entra na divisão juntamente com os filhos a esposa meeira, o que não ocorreu com o Manoel, pois a sua companheira já se encontrava falecida. Por fim, teremos o Antonio Siqueira deixando o seu patrimônio, para quatro filhos, já que sua esposa era falecida.

Com relação a plantação de gêneros (culturas demonstradas no último gráfico), tratava de uma região de vocação agrária, como se pode observar nos inventários e formas de partilhas dos irmãos Siqueira, com destaque para os relatos que ficaram das roças de milho e feijão. Porém, entre três deles, João Luiz, José e Antonio, aponta-se para outras variedades além do cereal e da leguminosa, apresentando-se as plantações de arroz, de café, de amendoim, de batata e de árvores frutíferas, indicando a diversidade e a quantidade de produtos, além de sugerir que eram negociantes de alimentos de primeiras necessidades. Esses estudos ao serem comparados com os de Frazão (2023, p. 141), ratificam a hipótese, de que na região, de fato ocorria uma diversificação das culturas existentes. A partir do final da década de 1870, a fazenda do João Luiz de Siqueira Queiróz, entre as culturas de feijão, milho, batata, vai se tornar também produtora da cultura de marmelos, assim como todo o Ribeirão Sebastiana, assunto este que merece destaque para futuro objeto e análises de estudos.²¹⁹

Ao estudar sobre a produção de batatas na Vila de Nova Friburgo entre 1850-1920, Frazão (2023, p. 183-203) demonstrou, através de levantamentos de dados do *Almanak Laemmert*, que mais de 60% dos proprietários da Freguesia do Ribeirão Sebastiana, estavam relacionados ao cultivo do tubérculo. Entre o final de década de 1860 e início de 1870, as lavouras foram atacadas por uma moléstia/praga, a produção caiu por determinado tempo, mas, retomou fôlego posteriormente. Examina-se que o inventário de José Firmo(e) de Siqueira, no ano de 1860, corrobora com os dados sobre o auge dessa produção e cultura pelo Ribeirão Sebastiana.

²¹⁹ José Francisco de Siqueira Queiróz (1925-2021), bisneto de João Luiz de Siqueira Queiróz, herdeiro da Fazenda Vista Alegre, de pé até os dias de hoje, concedeu entrevista gravada em vídeo, em janeiro de 2005. Relatou sobre a plantação, produção e comercialização de marmelos na dita fazenda. Material do acervo particular de Carlos Francisco Gallo.

Os autos mencionam que, ficava uma roça com oitenta cargas de batatas na terra e mais outra carga de cinquenta, nesta última, o inventariado e sua meeira, detinham com a finada sua mãe.²²⁰ Conciliado a essas culturas, os seus inventários também, indicam a criação de suínos, pecuária leiteira e para corte e principalmente a posse de muares, essenciais para o transporte de mercadorias, até pontos estratégicos de distribuição. Com relação ainda a mão de obra, percebe-se que João Luiz era o irmão com o menor percentual de seus ativos em escravizados 24%, entretanto, possuía o maior número desses escravizados, enquanto seus outros irmãos detinham, no mínimo, 50% de seus patrimônios em escravos. Após a abolição, isso significou uma queda patrimonial importante.

Ademais, as análises através da documentação camarária municipal, *Almanak Laemmert* e principalmente os inventários *post-mortem*, não deixam dúvidas. Esses frateros tentaram viver como os melhores da terra, como tantos outros espalhados em diversas regiões das províncias do Império do Brasil ao longo da segunda metade do século XIX. Os irmãos Siqueira, de acordo com a documentação levantada, antes e após a fundação da Freguesia do Ribeirão Sebastiana no final do ano de 1862, eram os detentores das influências político-administrativa do distrito diante da Vila de Nova Friburgo e também diante de outras freguesias e Vilas vizinhas, visto os mesmos ter passado por praticamente todos os cargos como os de: eleitores especiais, Juizes de Paz, Delegados e Subdelegados, Inspetor municipal, bem como as respectivas vagas de substitutos.

Além do *Almanak Laemmert*, listá-los pela trajetória econômica como cultivadores de batatas e fazendeiros importantes, as declarações Paroquiais de terras também indicam significativos hectares da família pela região do Ribeirão Sebastiana. Tanto, que essas áreas podem ser identificadas a partir de seus nomes georreferenciados em mapas de época. Entre outros pertences acumulados, como móveis, escravizados, joias, aparelhos de prata, louças, taças finas e outros bens.

Como demonstrado, no quadro e nos gráficos, o primogênito da família foi o mais abastado e bem-sucedido, deixou significativo patrimônio para os seus herdeiros, que ao final, coube o seu filho José Francisco de Siqueira Queiróz administrá-lo, considerando-se ainda que o filho, Raymundo José de Siqueira Queiróz faleceu jovem. Embora, não seja foco desse objeto de estudos, observa-se, que o José Francisco de Siqueira Queiróz, em sua trajetória chegou a

²²⁰ TJ-RJ. Arquivo Permanente. Inventário de José Firmo(e) de Siqueira, 1860. Loc. 01.411.127-5.

ser Vereador entre os triênios 1895-1897 e 1898-1900, por Nova Friburgo.²²¹

Ao que tudo indica, parece ter mantido, movimentado e aumentado esses bens herdados, uma vez que, juntamente com a sua esposa, em Ação de Partilha Amigável, ainda em vida repartiram com os seus cinco herdeiros, um quantitativo de terras, onde cada um deles herdou uma fazenda, entre 150 e 200 alqueires de terras, além de 1.700 ações da firma comercial Leite Guimarães & Companhia, em liquidação estabelecida na Praça do Rio de Janeiro e mais 11 Apólices Gerais da Dívida Pública da União no valor nominal de um conto de réis. O montante líquido, no entanto, não é explicitado nos autos.²²² Outro fato que chama atenção é o Sr. Domingos Gomes de Siqueira, cujo formal de partilha, indicou ter tido considerável valor de bens em casas e benfeitorias, investiu na educação do seu filho Antonio Gomes de Siqueira Ramos, formando-o médico, com consultório entre a Capital e o Ribeirão Sebastiana.²²³ Quanto aos demais irmãos Siqueira, alguns de seus descendentes, também passaram pelos mesmos cargos administrativos, que os seus pais assumiram na freguesia do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova.

As ligações desses elementos comprovam a existência de uma diferenciação social desses irmãos, principalmente do João Luiz de Siqueira Queiróz, naquilo observado por Frazão como distinção de outros elementos da boa sociedade. Embora não possuísem título de barão reafirmavam os seus prestígios sociais e de alguma maneira seguiam alguns valores da nobreza e tentavam viver como os melhores da terra e dos negócios, entendendo assim, que eles apresentavam algumas características que os tornariam membros de uma “nobreza agrária” local. Frazão (2023) também apontou que as fortunas de alguns fazendeiros, cujo, irmãos

²²¹ “O Sr. Vereador José Francisco de Siqueira Queiroz propõe que a Câmara mande orçar a construção de uma ponte sobre o Rio Preto, no 3º distrito”. FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.*, p. 2518. Sessão da Câmara de 14 abr. 1898.

²²² TJ-RJ. Arquivo Permanente. Partilha amigável em vida, Capitão José Francisco de Siqueira Queiróz e sua mulher, D^ª Joanna de Barros Queiróz, a favor dos seus filhos: Alfredo Oscar Fleury de Barros e sua mulher Julietta Queiróz Fleury de Barros; Manoel Estácio da Costa e Silva e sua mulher Adélia Queiróz e Silva; José de Siqueira Queiróz Júnior e sua mulher Carolina Lemgruber Kropf de Queiróz; José Accurcio Benigno e sua mulher Marietta Queiróz Benigno e João Luiz de Siqueira Queiróz [Neto] e sua mulher Coaracy Rodrigues dos Santos Queiróz, 1916. Loc. 00.597.336-3.

²²³ *ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro [...]*. Ano 37. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1880; 1858, p. 198. Ano 39, 1882. Médico Dr. Antonio Gomes de Siqueira Ramos. FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo... Op. cit.* Sessão Ordinária de 07 jan. 1887, informa que Antonio Gomes de Siqueira Ramos tomou posse como Vereador pela Câmara de Nova Friburgo – quadriênio (1887-1890), p. 2202.

Siqueira estão no rol deste montante, ao serem comparados, com estudos realizados em outra área voltada ao abastecimento, esses, apresentaram fortunas maiores, do que àquelas localizadas, por Sampaio, quando analisou, por exemplo, a Vila de Magé entre 1850-1888.²²⁴ Inclusive, a Freguesia do Ribeirão Sebastiana próxima à dita Vila, se utilizava do seu Porto da Piedade, para escoamento de suas mercadorias até a Corte.

Reconhecemos a importância e o direcionamento sobre outros focos e objetos de estudos, como por exemplo, entender melhor o gerenciamento da produção, dados demográficos atrelados a essa produção e economia local, o tamanho da população das Terras Frias oitocentista, entre outros. Além, da trajetória de demais indivíduos sociais, que ainda precisam ser entendidos melhor nas suas atividades econômicas e suas participações no mercado da terra. Longe de esgotar o tema sobre o Ribeirão Sebastiana, ainda pouco estudado em suas estruturas agrárias, que esta dissertação, de alguma forma, ajude a desenvolver outros novos estudos, que ainda estão por vir. Até porque, a partir do ano de 1889, o país entra em outra forma de governo e em outro contexto histórico. O Ribeirão Sebastiana, cultivadora da cultura do feijão, da batata, do milho, irá despontar em mais outra cultura, a do marmelo e a partir do início do século XX (1901), passa a fazer parte como sede do 3º distrito de Teresópolis-RJ. Município este, que ainda urge visitar a sua história, tendo a necessidade de realizar um profundo estudo voltado para desmistificação do seu “mito fundador e/ ou/ colonizador George March”; contudo, isso é assunto para outro trabalho e outras pesquisas.

²²⁴ *Apud* Sampaio (1994).

CONCLUSÃO

A presente dissertação procurou lançar olhar e focar os estudos, para um pequeno território aos fundos da Serra dos Órgãos, onde corre os afluentes Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, na qual através da variação de escala, procurou reduzir o espaço apropriando-se, de metodologias microanalíticas, na busca de enriquecer a análise social das especificidades regionais. Propôs-se debater inicialmente, a formação histórico-social desse espaço entre os referidos rios e pôde perceber que os mesmos estão inseridos outrora no contexto do Sertão do Macacu, quando entre 1779-1790 passou a ter a função de “espaço minerador”, com rotas de passagens, até as “minas” de São Pedro de Cantagalo. Aí ocorria o trânsito e fluência de pessoas, animais e gêneros para abastecimento desse Sertão, entre a Cidade do Rio de Janeiro, a Zona da Mata Mineira e outras regiões. Uma dessas rotas de passagens e conexões, Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, se inseria nesse circuito de integração de caminhos, onde decerto existia pouso de descanso para tropas e tropeiros. No final do século XVIII, a função que se servia esse Sertão pertencente à Vila de Santo Antonio de Sá, encontrava-se totalmente encerrado, visto a mineração a Leste desse Sertão não ter ido à frente.

A partir do século XIX, com o processo de expansão do território fluminense, essas rotas e caminhos já existentes, continuavam a sua função, sendo agora transportando variadas mercadorias até a Corte Imperial na Cidade do Rio de Janeiro. Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, também passou a se beneficiar estrategicamente dessas rotas para escoamento da produção de suas mercadorias, tanto pela Serra do Subaio, se utilizava o Porto das Caixas de Santo Antônio de Sá, como pelas Serras do Socavão e posteriormente, dos Órgãos, se utilizava o Porto da Piedade em Magé. Esses remetiam os produtos até o Rio de Janeiro, pela Baía da Guanabara. Trata-se, portanto, de um lócus privilegiado, onde a partir do século XIX, uma gama variada de bens de mercadorias circulava em quantidades significativas. Quanto a essas rotas e vias de passagens entre Rio Preto e o Ribeirão Sebastiana, pelo menos, até 1845, foi evidenciado o fato de que este trajeto fazia parte do primeiro caminho e/ ou/ caminho primitivo, que interligava Magé ao Paraíba, entre outras regiões. Ainda, no transcorrer do século XIX, quando o trem chegava a Vila de Nova Friburgo, agricultores do Ribeirão Sebastiana, aproveitaram o ensejo, da linha férrea e através do caminho direto que ligava a freguesia com a sua Vila, passaram a transportar também suas mercadorias, através de burros ou mulas, para serem despachadas na estação de Friburgo.

Para melhor refletir o espaço por onde correm esses dois afluentes, procurou-se

classificar e nomear, o referido espaço pelo termo “*Região do Ribeirão Sebastiana*”. Termo este que foi utilizado de forma recorrente nesta dissertação para se referir à região, que foi criada e entendida, a partir das análises teórico-metodológicas e historiográficas. Ademais, entendemos a construção local da região do Ribeirão Sebastiana como, uma relação no campo de interesses políticos e econômicos, onde indivíduos sociais, com práticas agrárias e comerciais, exploravam essa região de acordo com os seus interesses, no contexto político e econômico do século XIX. Observou-se também, que alguns grupos se fortaleceram, em redes de sociabilidades, empreendidos em organizações comunitárias. Possuíam liderança religiosa por estarem associados à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, além de possuírem outros interesses de identidades de representação social de caráter político-administrativo. Essa região também foi vista como fronteira em expansão, compreendida como um espaço social de vocação agrária, onde ocorreram ali, encontros, embates, cultivos, interesses de trocas e negociações comerciais, entre grupos e indivíduos que estavam interagindo, numa dinâmica, socioeconômica de abastecimento, diante das demandas do mercado interno fluminense.

Ao observar essa região como instrumento de colonização do Império português, observou-se através das Cartas de doação de sesmarias, localizadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo-PT do início do século XIX, que de fato, as vertentes do Rio Preto e do Ribeirão Sebastiana, pertenceram à Vila de Santo Antonio de Sá da Capitania do Rio de Janeiro. Após 1814, estas paragens, passaram a pertencer a Vila de São Pedro de Cantagalo, por curto período de tempo e em 1820, a região objeto de estudos, encontrava-se já anexada a Vila de São João Batista de Nova Friburgo. Ainda com relação à ocupação dessas terras, percebe-se, que os interesses, surgiram desde os tempos coloniais empreendendo esforços máximos na cultura da terra, onde se constatou que no período imperial, ocorreu o aumento da produção de alimentos. Indivíduos que ali se instalaram criaram toda uma interface destes com seus interesses no amanhã e mercado da terra. Trouxeram para a região propensões específicas, enquanto parte constitutiva do sistema de roças, técnicas, produção e abastecimento, numa região que possuía terras férteis, essenciais à produção de alimentos e movimentação de uma economia de mercado interno.

Conseguimos também computar, a partir do ano de 1820, quando a região do Ribeirão Sebastiana passou para a configuração e jurisdição territorial da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, que foram disponibilizadas, de fato, por meio de documentação camarária, entre outros documentos referências mais abrangentes e detalhadas do objeto de estudos. Procurou-se refletir através da formação administrativa, herdada de Portugal, de como a Igreja e o Estado, determinavam e davam legalidade e posição para procedimentos de fundações, sejam elas em

fases de povoados, curatos, freguesias e vilas. Constatou-se, que a criação de jurisdições e o grau de disposição e agilidade desses processos dependiam dos interesses políticos, econômicos e sociais, que envolviam indivíduos e posições sociais. Refletindo sob essas formações eclesiásticas e administrativas, percebe-se, que a região do Ribeirão Sebastiana passou por fases ou estágios de elevações.

Entre 1820-1860, tornou-se um pequeno Povoado, ou seja, uma “sede distrital” da Vila de Nova Friburgo, onde inicialmente contava com 104 fogos apenas e foi se estruturando e se organizando gradativamente, até que em 1831 ergueram na localidade, a primeira capela de N. Sr.^a da Conceição do Rio Preto. Pelo menos até 1845 (antes da construção do Caminho Magé-Sapucaia), o povoado era rota de passagem, servindo também de pouso para tropas e tropeiros. Observa-se “extraoficialmente”, que a partir do ano de 1855, este eixo, já se encontrava na localidade de Venda Nova.

Entre 1861-1862, a região foi elevada a categoria de Curato, na capela em edificação na localidade de Venda Nova, onde evidenciou-se, que os mesmos indivíduos que criaram a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, por razões, políticas, econômicas, sociais e principalmente estratégicas-local, optaram por ser este, o eixo dinâmico, uma vez que, esta localidade estava melhor centralizada, do que a localidade de Rio Preto. Observa-se visivelmente, que a localidade de Venda Nova, se encontrava numa rota de fluência mais objetiva para o escoamento da produção agrícola, até os Portos no Recôncavo da Guanabara. Finalmente, entre 1862-1889, a comunidade em ascensão foi elevada a categoria de Freguesia, por ser encontrar mais organizada economicamente, no exato momento de auge da produção de batatas. A criação dessa freguesia, com as idas e vindas do processo, entre a instância Administrativa (Assembleia Legislativa) e a instância Eclesiástica (Diocese) levou cerca de quatro anos e meio, em virtude de ter entrado também no circuito para ser sede da freguesia, a localidade de Bonsucesso, por se encontrar mais próxima que Venda Nova, da Vila de Nova Friburgo. Ao final, a Assembleia Legislativa Imperial da Província do Rio de Janeiro decidiu, a sede da freguesia ser mesmo, na localidade de Venda Nova, pois ali já existia uma igreja edificada com as devidas alfaias e paramentos necessários, enquanto na localidade de Bonsucesso, a igreja ainda estava para ser edificada, caso viesse a se tornar a sede da freguesia. Deve-se também levar em consideração, que as fazendas com representatividade e peso econômico, se encontravam próximas, ou ao entorno da localidade de Venda Nova, por exemplo, a Fazenda de Nossa Senhora de Conceição da família Souza Guimarães, a fazenda do Córrego das Pedras de Thomás da Rosa Teixeira, as Fazendas da família Sequeira. Enfim, após o natal do ano de 1862 é criada oficialmente, a Freguesia de

Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova, arrebanhando com ela, as comunidades agrícolas de Vargem Grande, Córrego das Pedras, Córrego Sujo (Vale Alpino), Retiro, Vista Alegre, Frades, Bonsucesso, Santa Rosa, Mottas, Vieira, entre outras.

Dando prosseguimento nesse contexto, cujo cerne da pesquisa, o recorte temporal fulcral foi centrado a partir da segunda metade do século XIX, entre o período de 1850-1889. Como locus de análise, refletimos sobre a Lei de Terras de 1850, em que entrecruzamos os principais debates historiográficos sobre o assunto. Verificou-se, que esta Lei como parte de um debate já está bem consolidado no campo teórico. Ademais, ela foi alvo de diferentes interpretações e que originou e ainda originam importantes produções e discussões do universo rural. Além de ser operada por diferentes grupos sociais, e cada qual buscou fazer valer seus próprios interesses. Desse modo, a Lei de Terras, precisa ser compreendida como um elemento vivo, moldado a partir da ação daqueles que a operam. Optamos por prosseguir, a partir das ilações de Motta, bem como os resultados de suas inovadoras reflexões historiográficas e metodológicas, sobre as aplicabilidades, possibilidades e complexidades da Lei de Terras, que vão além e residem, nas particulares, numa teia de relações pessoais e interpessoais de cada região deste país. As reflexões através da *micro-história*, metodologia de análise da redução de escala e do espaço foi importante para os estudos regionais. Mas, o foco no decorrer da dissertação, manteve-se na discussão em torno da história agrária, chave para entender a conjuntura fundiária do século XIX.

Realizando uma análise sob os Registros Paroquiais de Terras, e atento as informações com relação aos indivíduos sociais, a concentração fundiária, a maneira de apropriação declarada, entre outras possibilidades. Buscou-se escrutinar, o livro de Registro Paroquial de Terras, da Vila de São João Baptista de Nova Friburgo (1854-1857), na qual, identificamos quarenta e duas declarações desses assentos, se referindo a Região do Ribeirão Sebastiana. O nosso foco esteve voltado para a questão da posse da terra, bem como as suas complexidades no século XIX, onde pudemos observar que o mito do invasor era diferenciado apenas para o pequeno posseiro. Quanto aos fazendeiros estes, permitiam assegurar que eram posseiros de boa-fé, corajosos desbravadores do país e protegidos por uma rede de poder que ia muito além das porteiras de suas fazendas. Mas, sabemos que os pequenos posseiros também souberam melhor aproveitar as brechas de oportunidade através de meios e estratégias que lhes eram cabíveis.

Conciliando as informações dos Registros Paroquiais de Terras, juntamente com algumas Ações Possessórias localizadas no Arquivo Permanente do Judiciário do Rio de Janeiro, foi possível esquadrihar e entrecruzar informações e inferir, que a quantidade do

número de posseiros, se revelaram em um quantitativo maior, do que aquelas quatro declarações demonstradas em um primeiro momento nos Registros Paroquiais de Terras. Uma vez que, as ações possessórias, entre outros documentos, são importantes nas pesquisas em torno da resistência do campesinato no Brasil, especialmente a luta dos pequenos posseiros frente às espoliações dos grandes fazendeiros. Dos três processos, Carta Precatória/Demarcação de terras e Reintegração e Demarcação de Posse analisados entre 1841, 1854 e 1875, pudemos inferir, que além das Cartas de Sesmarias e compras, parte das declarações de terras da região do Ribeirão Sebastiana, foi por titulação de posse. Entretanto, devido os percalços que envolviam a questão da posse e as suas complexidades, quando possível era preferível indicar o acesso a terra por herança ou compra. A partir da ocupação inicial, a área poderia ser transmitida adiante por venda ou sucessão, ganhando dessa forma, a condição de comprada ou herdada. Portanto, ao ser transferida para outro proprietário, este passava a apresentar este compromisso de compra ou herança como se fosse uma titulação reconhecida, tivesse sido registrada em cartório ou não.

Considerando a região do Ribeirão Sebastiana também como uma construção relevante do espaço social, pudemos perceber que de fato, esse espaço social perpassou, pelo exercício da dominação, interesse, decisão e posição de grupos, na utilização da região, funcionando como um espaço simbólico de indivíduos caracterizados por diferentes estilos de vida ali presentes. Em um território que se motivou e se converteu em propriedade fundiária com acentuada atividade agrária, por isso, sua característica de vocação agrária, produzindo alimentos para o mercado interno da Corte. Este espaço, enquanto uma construção social relevante para a compreensão de diferentes fenômenos da experiência humana se adentrou em uma espécie de campo de forças formado por comunidades, exerceu de algum modo, controle através de interesses econômicos sobre a produção daquele espaço social.

O processo de construção, produção e circulação, a priori foi fomentado por luso-brasileiros e principalmente ilhéus açoriano. Mas, sabemos que também foi sendo constituído por escravos, (e)migrantes e imigrantes como em várias regiões do Brasil afora. Ao reforçar a importância das imigrações, de reinóis e ilhéus no processo de povoamento, no recorte temporal entre 1830-1889, verificou-se através dos documentos paroquiais de matrimônios, da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer de Teresópolis da Vila de Magé e da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão Sebastiana de Venda Nova. Cujas, análises quantitativa/qualitativa de caráter serial, apontaram, um significativo número de portugueses, destacando os açorianos como parte de habitantes na região do Ribeirão Sebastiana. Os assentamentos de matrimônios da Freguesia de Santo Antônio do Paquequer de Teresópolis. O Padre da Vara dessa freguesia, que realizava os principais sacramentos do

batismo e casamento na Capela de Rio Preto, entre 1855-1863, com autorização do pároco da vila de Nova Friburgo. O percentual de imigrantes portugueses do continente e ilhéus açoriano superavam os matrimônios de brasileiros em 60%. Entretanto, observa-se, que a partir de 1863, assim que é criada a Freguesia do Ribeirão Sebastiana, já ocorre uma diminuição consecutiva dos assentos de matrimônio desses portugueses. Ao corroborar, o próprio Inspetor de Instrução pública do Ribeirão Sebastiana, Alfredo Augusto de Freitas Pereira, informava em ofício a Câmara Municipal de Nova Friburgo em 1883, dizia que, os pequenos lavradores de Sebastiana, eram principalmente originários na sua quase totalidade das ilhas portuguesas do Arquipélago dos Açores. Destacava-se assim, a importância agrária e econômica desses indivíduos sociais pela região do Ribeirão Sebastiana .

Com relação à mão de obra, sabemos que a escravidão africana esteve na base da expansão do Estado pelo interior do território nacional no século XIX com a cultura do café. O censo do Império de 1872 informava que entre a sede da Vila de Friburgo e as suas três freguesias (São José, N. Sr.^a da Conceição de Sumidouro e N. Sr.^a da Conceição do Ribeirão Sebastiana), o menor quantitativo de escravizados estava no Ribeirão Sebastiana. Um dos motivos que talvez possa justificar a Freguesia do Ribeirão Sebastiana possuir menos escravizados está no fato, de ter clima mais frio, se dedicava a produção de alimentos de primeiras necessidades e de criações. As documentações como os inventários *post-mortem* apontam que o quantitativo dessa mão de obra, ficava mesmo a cargo dos grandes fazendeiros da região que possuíam significativos números de escravizados. A documentação camarária friburguense apontou que a partir da década de 1870, reclamações por falta de braços para as lavouras da região eram constantes. Entretanto, este problema de mão de obra era de todo o Império brasileiro, que estava inserido no debate nacional sobre as consequências do final da escravidão.

No entanto, mesmo com poucos braços de escravizados, observa-se, que no Ribeirão Sebastiana, os grupos de luso-brasileiro destacando o açoriano, outros (e)migrantes, homens livres e pobres, quando se estabeleceram nessa região, mesmo diante das adversidades. Utilizavam-se da prática do amanho na terra e de uma agricultura no sistema de roças, produziam para a subsistência e para o mercado interno, em que os pequenos proprietários viviam do trabalho familiar e os indivíduos livres e pobres, que não detinham a terra, por menor que ela fosse, permaneciam subordinados aos interesses daqueles que a possuíam. Esta realidade estava inserida na freguesia do Ribeirão Sebastiana e não em outras Freguesias da Vila, cujo quantitativo de escravizados, era alto devido a plantação do café, maior fonte de

riqueza do Império do Brasil.

O cultivo e a produção econômica, pela região do Ribeirão Sebastiana, sempre era informado em ofício à Câmara através dos Inspetores de Instrução Pública e os Juizes de Paz. Davam destaque para as plantações das lavouras de feijão, milho, batata e o fabrico de farinha de mandioca, acompanhados pela vinicultura, em diminuta escala (principalmente a partir da década de 1870, com a chegada de italianos na freguesia). O transporte das colheitas era realizado por burros e mulas, únicas vias de comunicações para os centros comerciais até a Corte.

Na sociedade do século XIX, enquanto os cafeicultores eram a “espinha dorsal” da economia do Império, alguns fazendeiros e até mesmo os lavradores com as pequenas lavouras e roças que produziam para o mercado interno, essas produções eram o esteio de abastecimento da população. A função da integração exercida pelo comércio de abastecimento, no período joanino e no Primeiro Reinado, estendeu-se no tempo, perdurando e alimentando a expansão cafeeira, onde esses abastecedores encontravam-se localizados nas proximidades do mercado carioca e mantinham-se como contrapeso à liderança dos proprietários de café. Porém, ao lançar olhar para o passado a partir da ótica da “pequena lavoura”. Pois, quanto a prática do cultivo de gêneros voltados à subsistência, sem eles, a agricultura de exportação não se sustentaria. Pelo contrário, eram tão centrais e importantes para a economia e a política do Brasil quanto foram os produtos voltados para a exportação.

Por meio da microanálise na ação da variação de escala, vislumbramos o regional, bem como as relações de indivíduos sociais, que se voltaram para o mercado da terra, a produção agrícola e o comércio destinado ao abastecimento interno. Possibilitou, a família Siqueira, que foi estudo de caso, acumular bens e prestígio social, desenvolvendo suas conexões e redes políticas, econômicas e sociais, pela região do Ribeirão Sebastiana, que posteriormente se tornou uma freguesia, inclusive com a colaboração e as articulações desses semelhantes, juntamente com outros indivíduos sociais. Como proprietários de terras e de escravos, puderam explorar através da produção agrária, àquele espaço social, bem como, as representatividades cotidianas e cargos, além, das atividades comerciais e acesso ao crédito. Através dos seus laços e arranjos familiares souberam lidar com os seus interesses mercantis, de acordo com os ditames da política econômica imperial da segunda metade do século XIX.

A partir do patriarca português Antonio José de Siqueira, ainda no contexto do Brasil colônia, cujo período remonta a estadia da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, ou pouco antes, ao chegar à região do Ribeirão Sebastiana, ainda com baixíssima densidade demográfica, se utilizou das estratégias fundiárias, através da posse e da compra. “Preparou o terreno” para que

os filhos desenvolvessem suas atividades econômicas por meio da terra. Essa “boa família”, patriarcal na qual refletimos sob os cinco irmãos – João Luiz de Siqueira Queiroz, José Firme(o) de Siqueira, Manoel José de Siqueira, Domingos Gomes de Siqueira e Antonio José de Siqueira (Filho), embora não tenha recebido títulos honoríficos do Império, de certa forma, conseguiram juntar bens, terras e patrimônio. Enriquecendo num período, entre 1850-1870, conjuntamente com a consolidação do Império brasileiro, onde inventários *post-mortem*, formais de partilhas e mapa da Província do Rio de Janeiro entre 1858-1861, confirmaram essa constituição de bens e patrimônio. Esses fraternos, sem dúvidas tentaram viver como os “melhores da terra”, seguindo alguns valores da nobreza, como outros representantes da boa sociedade espalhadas nos arrabaldes de diversas regiões das províncias do Império do Brasil ao longo da segunda metade do século XIX, uma vez que existiram formas de distinção, nos quais alguns proprietários não se envolviam diretamente com o plantio e a produção do café.

Enfim, a região que foi objeto de estudos e atualmente compreende a extensão do 3º distrito do município de Teresópolis/RJ, procurou demonstrar, como em tantos outros cantos do território brasileiro, o quanto o processo de ocupação da terra foi e é complexo, marcado por histórias de lutas das mais variadas e pela diversidade de condições, em sua desigualdade e em seu favorecimento a alguns poucos indivíduos, conforme demonstrado. Seja sendo dono, meeiro, alugando, entre outros meios e artificios. Fazendeiros, posseiros, emigrantes, migrantes, imigrantes e livres, detinham literalmente a terra nesse espaço, a sua única forma de prosperar e ganhar a vida.

Os trabalhadores rurais de tempos em tempos serão acometidos por uma série de fatores como: falta de mão de obra, seca, escassez do solo, pragas, falta de recursos e insumos principalmente, estradas precárias que dificultavam o escoamento da produção. Esses lavradores procuraram ser resilientes e lutar com as “armas” que possuíam, em meio às adversidades apresentadas. Utilizando-se do velho ditado popular – “onde houver farinha e milho, cada um cria o seu filho”. Ao constituir suas famílias, esses homens passaram para os seus, aprendizados, terras (aqueles que puderam deixar) e valores de um legado, aonde seus descendentes vão se tornar agentes transformadores fazendo com que, o distrito gradativamente fosse diversificando em técnicas, produção agrícola e tecnologias. Vindo se tornar, um dos principais produtores de hortifrutigranjeiro e importante abastecedor do mercado da Capital fluminense.

REFERÊNCIAS

Fontes

Fontes Impressas

ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro [...] Ano 14. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietarios Eduardo e Henrique Laemmert, 1857. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/313394x/10298>. Acesso em: maio 2022.

ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro [...] Ano 15. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietarios Eduardo e Henrique Laemmert, 1858. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/313394x/11723>. Acesso em: maio 2022.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro [...] Ano 37. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietarios Eduardo e Henrique Laemmert, 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/313394x/47510>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BN-RJ. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos Deputados á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ)*. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/218740/0>. Acesso em: 14 ago. 2022.

FUNDAÇÃO D. João VI. *Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo (1820-1901)*. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2021.

PENA, Luiz Carlos Martins. *O Juiz de Paz da Roça: comédia em um ato*. Rio de Janeiro: Livraria de Cruz Coutinho Editor, 1871. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4054>. Acesso em: 17 maio 2024.

SINIMBÚ, João Luís Vieira Cansanção. *Notícias das Colônias Agrícolas suissa e allemã fundadas na Freguesia de São João Baptista de Nova Friburgo*. Niterói: Typographia Amaral e Irmão, 1852.

Periódicos

BN-RJ. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos*

Deputados á Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ) - 1836 a 1888. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1863. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/218740/1485>. Acesso em: fev. 2023.

BN-RJ. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1821-1858. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/094170_01/22427. Acesso em: fev. 2023.

BN-RJ. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1808-1822. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664>. Acesso em: fev. 2023.

BN-RJ. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1880-1889. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_07/1. Acesso em: fev. 2023.

BN-RJ. A Terra da Promissão. *O Paiz, Rio de Janeiro*, n. 3.841, 08 abr. 1895.

Fontes Manuscritas

ANTT. Conselho Ultramarino, *Cartas de Confirmação de Sesmarias*. Joaquim José da Roza, José Vicente Roza, Manoel Migueis Pereira, Antonio José Gonçalves Vianna. Códice 166. Fls. 487-490. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1146402>. Acesso em 15 jun. 2022.

APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo (1854-1857). Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/REG_TERRA3/0. Acesso em: 19 mar. 2021.

APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de N^a Sr^a D' Ajuda de Guapimirim da Vila de Magé (1855 – 1866). Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3&pagfis=4826. Acesso em: 19 mar. 2021.

APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Freguesia de São José da Boa Morte da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu (1854 – 1857). Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3&pagfis=9939. Acesso em: 19 mar. 2021.

ARQUIVO Paroquial da Diocese de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1880). Nova Friburgo-RJ.

ARQUIVO Paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Venda Nova (1863-1889).

3º distrito de Teresópolis/RJ.

ARQUIVO Paroquial da Igreja de Sant'Anna de Japuíba (1800-1880) – 2º distrito de Cachoeiras de Macacu/RJ.

ARQUIVO Paroquial da Igreja de Santo Antonio (1855-1877), Alto – Teresópolis/RJ.

FUNDAÇÃO D. João VI. *Escritura de compra e venda de escravos da subdelegacia e paz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Sebastiana*. Nova Friburgo-RJ. Disponível em: <https://www.djoaovi.com/arquivo/promemoriadigital/fundocamara>. Acesso em: 12 jun. 2022.

FUNDAÇÃO D. João VI. Fundo Câmara Municipal de Cantagalo. *Livro de Registro – Correções e Ofícios (1816-1833)*.

FUNDAÇÃO D. João VI. Fundo da Administração da Câmara Municipal de Nova Friburgo 1883.

FUNDAÇÃO D. João VI. *Livro de Registro de Eleição dos Eleitores da Freguesia de Sebastiana da Venda Nova 1863*.

FUNDAÇÃO D. João VI. *Livro de Registro, Ofícios e Portarias (1815-1836)*.

FUNDAÇÃO D. João VI. *Livro de Registro-Patentes, Cartas e Provimentos (1815-1827)*.

FUNDAÇÃO D. João VI. *Livro de Registros de Escrituras de Venda de Terras de Sebastiana – Notas da Câmara Municipal de Nova Friburgo 1878-1880*.

FUNDAÇÃO D. João VI. *Livro para escritura de compra e venda de escravos da Subdelegacia e Paz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Sebastiana 1864-1871*.

TJ-RJ. Acervo Permanente. Ação de Carta Precatória, Ações de Reintegrações e Manutenção de Posse, Inventários Post-Mortem e Formais de Partilhas.

TJ-RJ. Arquivo Central. Processos de Inventários, Formais de Partilhas e Ações Possessórias.

Legislação

RIO DE JANEIRO. Decreto Provincial n.º 1.270. *Coleção de Leis da Província e do Estado do Rio de Janeiro: 1835-1987*. [S. n. t.].

RIO DE JANEIRO. Decreto Provincial n.º 829 de 25 de outubro de 1855. Cria a Freguesia de Santo Antonio do Paquequer, no município de Magé. *Coleção de Leis da Província e do Estado do Rio de Janeiro: 1835-1987* [S. n. t.].

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual n.º 517 de 17 de dezembro de 1901. Transfere a Vila de Sebastiana de Nova Friburgo para Teresópolis. *Coleção de Leis da Província e do Estado do Rio de Janeiro: 1835-1987*. [S. n. t.].

TERESÓPOLIS (RJ). Lei Municipal n.º 1.805/1997. [S. n. t.].

TERESÓPOLIS (RJ). Lei Municipal n.º 2.843, de 3 de maio de 2006. *Diário de Teresópolis*, 5 de maio 2006. [S. n. t.].

Bibliografia

ABREU, Marcelle. Um pouco de história: a freguesia e sua organização. *O Dia*, Rio de Janeiro, 6 nov. 2015. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/odiabaixada/2015-11-07/um-pouco-de-historia-a-freguesia-e-sua-organizacao.html>. Acesso em: 23 maio 2022.

ALMEIDA, C. V.; *et al.* Estudo Histórico Geográfico da Evolução Administrativa do Município de Petrópolis e sua Toponímia. *Anais do [...] Simpósio brasileiro de cartografia histórica, 1.º. Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder*. Paraty, RJ, 2011.

Disponível em:

https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/ALMEIDA_CAMILA_V_ET_AL.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALVEAL, Carmen. *Senhorios coloniais: Direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa*. Niterói, RJ: Proprietas, 2022.

ALVES, Jéssica Santana de Assis. Possibilidades no estudo de indivíduos: a micro-história como aparato para analisar trajetórias. *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2019.

AMANTINO, Marcia Sueli. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

AMANTINO, Marcia Sueli. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” - 1825 a 1832. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora (MG), v. 12, n. 2, 2006.

AMANTINO, Marcia Sueli; FRANCO, Maria da Conceição Vilela; SCHETTINI, Vitória

(Orgs.). *Povoamento, sociedade e escravidão na antiga Macaé e em Cantagalo, séculos XVIII-XIX*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2023.

ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais (Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804-1856)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

AZEVEDO, André Nunes. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. *Anais do [...] Seminário Rio de Janeiro: Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro, 2000. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Estratégias familiares na expansão da agricultura paulista (séculos XVIII e XIX). In: MOTA, M. S.; SECRETO, M. V.; CHRISTILLINO, C. L. (Orgs.). *A terra e seus historiadores: lições de história agrária na América Latina*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.460-475, jul.-dez. 2006.

BARROS, José D'Assunção. O lugar da História Local. *Anais do [...] Encontro de História Local/ Regional da UNEB, I*. Santo Antonio de Jesus (BA), 2009. [S. n. t.].

BERPATEL, Vladimir. A miscigenação como negação do outro: os “índios aldeados” e o fim dos aldeamentos paulistas. *História e Cultura*, Franca (SP), v. 6, n. 1, p. 262-288, mar. 2017.

BISPO NETO, Antonio Ramos. Educação, história, patrimônio e território: notas acerca de uma experiência de ensino de patrimônio no município de Magé, baixada fluminense. *Anais do [...] Encontro Internacional História & Parcerias, 3º*. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2021. Disponível em:

https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/19/hep2021/1635734718_ARQUIVO_c3cb7a630fc91378fe5163814dc181c9.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

BOURDIEU, Pierre. Apêndice: o espírito de família. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Poder Simbólico. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. O Espaço na Vida Social: Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. [1991]. *Estudos Avançados*, n. 27 (79), 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. 2010.

CARDOSO, Vinícius Maia. A Tessitura da Teia: caminhos e descaminhos no Sertão do Macacu século XVIII. *SAPIENS. Revista de divulgação científica*, Carangola (MG), v. 1, n. 2, out. 2019.

CARDOSO, Vinícius Maia. *Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravidão no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói (RJ), 2009.

CARDOSO, Vinícius Maia. *Pouco conhecido, montuoso e emboscado: poder e economia no Sertão do Macacu – 1786 a 1790*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói (RJ), 2022.

CARVALHO, José Murilo de. A política de terras: o veto dos barões. In: *Teatro das Sombras: a política imperial*. São Paulo; Rio de Janeiro: Vértice; Revista dos Tribunais; Instituto Universitário de Pesquisas, 1988.

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. Capelas Rurais Paulistas dos séculos XVII e XVIII. *Revista da ASBRAP*, n.º 22, p. 21-152, 2016.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. A Lei de Terras de 1850: aplicação, política e geopolítica do Império do Brasil. In: MOTA, M. S.; SECRETO, M. V.; CHRISTILLINO, C. L. (Orgs.). *A terra e seus historiadores: lições de história agrária na América Latina*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2004.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Manutenção de posse. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÇAES, Elione (Orgs.). *Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos*. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2011.

CORRÊA, Maria Janaina Botelho. As posturas políticas em Nova Friburgo no século XIX (1820-1888). In: COSTA, Ricardo da Gama Rosa; GUIMARÃES, Fernanda (Orgs.). *Memórias do Legislativo Friburguense (200 anos de História da Câmara Municipal de Nova*

Friburgo 1820-2020). Nova Friburgo, RJ: [S. n.], 2020.

CORRÊA, Maria Janaina Botelho. Terra de índios Brabos. *A voz da Serra (acervo)*, Nova Friburgo, jan. 2014. Disponível em: <https://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/terra-de-indios-brabos>. Acesso em: 2 mar. 2021.

CORRÊA, Maria Janaina Botelho; SANTOS, Selmo de Oliveira. Terras Frias: um ensaio sobre a reforma agrária na Fazenda Rio Grande. In: ARAÚJO, João Raimundo de; LO BIANCO, Regina; COSTA, Ricardo da Gama Rosa (Orgs.). *Teia Serrana II: novos temas e novas abordagens*. Nova Friburgo, RJ: Marca Gráfica, 2019.

COSTA FILHO, Adilson. História da criação do Curato de Alagoinha PE. *Adilson Costa Filho*. (Blog). Disponível em: <http://adilsoncostafilho.blogspot.com/2021/02/historia-da-criacao-do-curato-de.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

COSTA, Gilciano Menezes. A Vila de Santo Antonio de Sá: configuração político-territorial 1697-1877. *Anais do [...] Encontro Internacional História & Parcerias; Encontro de História da Anpuh-Rio, XVIII*. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529808441_ARQUIVO_AVILADESANTOANTONIODESA.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

CRISTO, Mirian Cristina Siqueira de. Origem, formação e desenvolvimento do Arraial de Nossa Senhora Imaculada Conceição do Porto das Caixas RJ. *Revista Historiador*, n. 10, ano 10, mar. 2018.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da Gente Brasileira*. Vol. 2: Império. São Paulo: Leya, 2016.

ERTHAL, Célio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. 2ª ed. (rer. e atual.). Niterói, RJ: Nitpress, 2008.

EVANGELHO, Judite Toste. *Os açorianos no Rio de Janeiro: 1860-2000*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

FARIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro últimas décadas do século XVIII e primeiro do XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 26, p. 1-23, 2018.

FARIA, Sheila de Castro; GONÇALVES Wesley. Descaminhos nos Sertões de Macacu: as

- Minas de Mão de Luva (1750 a 1800). In: FARIA, Sheila de Castro Faria; OLIVEIRA, Anderson José Machado de (Orgs.). *Mão de Luva e as novas Minas de Cantagalo: ouro, indígenas e conflitos na Capitania do Rio de Janeiro*. Cantagalo, RJ: Cantagalo, 2024.
- FÉO, Roberto Ricardo. *Raízes de Magé e Guapimirim (1500-2012)*. Teresópolis, RJ: Zem, 2012.
- FÉO, Roberto Ricardo. *Raízes de Teresópolis – Outras Histórias e Outras coisas (1500-2010)*. Vol. 1. Teresópolis, RJ: Zem, 2010.
- FÉO, Roberto Ricardo. *Raízes de Teresópolis (1500-2016)*. Vol. 2. Teresópolis, RJ: Zem, 2016.
- FERREZ, Gilberto. *Colonização de Teresópolis À Sombra do Dedo de Deus 1700 – 1900 da Fazenda March a Teresópolis*. Rio de Janeiro: IPHAN 1970. (Publicações do IPHAN, 24).
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- FONTES, Virgínea. História e Conflito. In: BADARÓ, Marcelo (Org.). *História. Pensar & Fazer*. Rio de Janeiro: UFF - Laboratório Dimensões da História, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres, pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post-mortem. *Revista Arrabaldes*, Petrópolis (RJ), n.2, set.-dez. 1988.
- FRAGOSO, João. *Barão do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul – Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2013.
- FRANCO, Maria da Conceição Vilela. Conexões históricas regionais a partir de processamentos de dados das Fontes Primárias dos municípios fluminenses de Cantagalo e Macaé (séculos XVIII-XIX). In: AMANTINO, Márcia; FRANCO, Maria da Conceição Vilela; SCHETTINI, Vitória. *Povoamento, sociedade e escravidão na antiga Macaé e em Cantagalo, séculos XVIII-XIX*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2023.
- FRAZÃO, Gabriel Almeida. A antiga riqueza da região: uma análise introdutória sobre a produção de batatas na Vila de Nova Friburgo/RJ (1850-1920). *História Revista*, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 183-203, 2023.
- FRAZÃO, Gabriel Almeida. A nobreza agrária das Terras Frias: análises preliminares das estratégias, sociais e econômicas de Dimas Ferreira Pedrosa (Nova Friburgo/RJ – Séc. XIX).

Revista de História Regional, v. 26, n. 2, 2021.

FRAZÃO, Gabriel Almeida. Caminhos e descaminhos de um político local: considerações sobre as estratégias e a trajetória de Dimas Ferreira Pedrosa (Nova Friburgo 1844-1882). In: COSTA, Ricardo da Gama Rosa; GUIMARÃES, Fernanda (Orgs.). *Memórias do Legislativo Friburguense (200 anos de História da Câmara Municipal de Nova Friburgo 1820-2020)*. Nova Friburgo: [S. n.], 2020.

FRAZÃO, Gabriel Almeida. Fazendeiros e membros de boas famílias: análise das propriedades e da nobreza de homens da agricultura de abastecimento (Nova Friburgo 1850-1883). *Intellêctus*, v. 22, n. 1, p. 128-153, 2023.

FRAZÃO, Gabriel Almeida. Um negociante das “Terras Frias”: uma análise das estratégias de aquisição fundiária do português Antonio José Mendes (Nova Friburgo, 1860-1914). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 59-82, 2020.

FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. [S. d.]. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/fania-fridman.pdf>. Acesso em: 10 jun 2022.

FRIDMAN, Fania. Cartografia fluminense no Brasil Imperial. *Anais do [...] Simpósio brasileiro de cartografia histórica, 1º. Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder*. Paraty (RJ), 2011. Disponível em: www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FRIDMAN_FANIA.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final do setecentos. *Revista do IEB*, n. 28, p. 91-143, mar. 2009.

FRIDMAN, Fania; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. *Projetos territoriais para o império brasileiro. O caso da província fluminense*. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/fania-fridman_maria-isabel-de-jesus-chrysostomo.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

FURTADO, Junia Ferreira. Apresentação. *Varia Historia*, v. 23, n. 37, 2007.

GARCIA, Graciela Bonassa Garcia. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na campanha Rio-Grandense oitocentista*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GARCIA, Graciela Bonassa. Registros Paroquiais de Terras. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). *Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos*.

Niterói, RJ: Ed. UFF, 2011.

GOMES, Mauro Leão. *Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das minas do Canta Gallo na província do Rio de Janeiro*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2004.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

ISHAQ, Vivien. Irmandades. (Verbetes). *O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira*. (Site). Disponível em:

https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3171&Itemid=351. Acesso em: 12 jun. 2023.

KANTOR, Iris; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes (introdução), *Anais do Museu Paulista*, v. 17. n. 2. jul.-dez. 2009.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. Documentos dos fiscais das Câmaras Municipais. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava; Niterói, RJ: Unicentro; Ed. UFF, 2011.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE; Conselho Nacional de Geografia, 1964.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, 1963.

LANGARO, Jiani Fernando. Espaço, Região e História Social. *Percursos*, Maringá (PR), v. 1, n. 1, p. 23-48, 2009.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

LEVI Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Sobre imigrações para a América portuguesa: o caso do Rio de Janeiro, com especial referência aos açorianos (1786-1844). *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, v. XXVI, n. 2, dez. 2000.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História e Região. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 21-25, 1995.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A pesquisa em história da agricultura no Brasil: questões de método e de fontes. In: *História da Agricultura Brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MACEDO, Valter Luiz de. Província fluminense: um debate sobre cidades e regiões. *Anais do [...] Seminário Internacional Brasil no Século XIX, I*. Vitória: SEO, 2014. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur/Valter%20Luiz%20de%20Macedo.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. Propriedade da terra, conceitos históricos e regras metódicas. *Anais do [...] Encontro Estadual de História da ANPUR-RS, XV – História & Resistências*. Disponível em: https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/resources/anais/15/anpuh-rs-eeh2020/1597785916_ARQUIVO_aa8d3c17ef2bc2f48b604a7eeba12b03.pdf. Acesso em: 9 maio 2024.

MACHADO, Marina Monteiro. Almanak Laemmert. (Verbetes). In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). *Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos*. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2011.

MACHADO, Marina Monteiro. *Entre Fronteiras: terras indígenas nos sertões fluminenses (1790-1824)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2010.

MACHADO, Marina Monteiro. O ministro e o fazendeiro nos debates sobre as sesmarias em fins do Setecentos. In: MOTTA, Márcia; PICCOLO, Mônica (Orgs.). *O Domínio de Outrem: Posse e Propriedade na Era Moderna (Portugal e Brasil)*. Vol. 1. São Luís: Ed. UEMA, 2017.

MAGALHÃES, Geysa Pereira de. *Processo evolutivo pastoral das irmandades nas igrejas do centro do Rio de Janeiro*. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ctch/TEO/TEO-Geysa%20Pereira.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

MALHEIROS, Márcia; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os povos indígenas nos Sertões de Macacu: entre acordos e confrontos com contrabandistas e autoridades. In: FARIA, Sheila de Castro; OLIVEIRA, Anderson José Machado de (Orgs.). *Mão de Luva e as novas Minas de Cantagalo: ouro, indígenas e conflitos na Capitania do Rio de Janeiro*. Cantagalo,

RJ: Cantagalo, 2024.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia História*, n. 31, jan. 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Tendências e estruturas dos domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828) segundo as listas nominativas de habitantes. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 131-143, dez. 1972.

MARRETO, Rodrigo Marins. *A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2014.

MARRETO, Rodrigo Marins. Nas rotas do café e da escravidão: um estudo das dinâmicas socioeconômicas da vila de Nova Friburgo (1822-1888). In: COSTA, Ricardo da Gama Rosa; GUIMARÃES, Fernanda (Orgs.). *Memórias do Legislativo Friburguense (200 anos de História da Câmara Municipal de Nova Friburgo 1820-2020)*. Nova Friburgo: [S. n.], 2020.

MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (1829-1873)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2019.

MARTINS, Ismênia de Lima. Criação de Freguesias, Vilas e Cidades na Província do Rio de Janeiro 1800-1860. *Anais do [...] Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, VII*. São Paulo, 1974. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-2/15457561912_8979837555440f4bb6cf8a58dce590eb.pdf. Acesso em: 5 jun. 2023.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem? (De arraial a freguesia)*. São Paulo: Ed. USP, 1991.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOLINA, Ana Heloisa. Projeto “o sesquicentenário do Paraná no contexto escolar”: uma experiência com mapas históricos. *Anais do [...] Simpósio Nacional de História, XXIII*. Londrina, 2005. Disponível em:

<https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1090.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MOTTA, Kátia Sausen da. Às urnas cidadãos: as primeiras eleições de juízes de paz na província do Espírito Santo (século XIX). *Anais do [...] Seminário Internacional Brasil no Século XIX, I*. Vitória, 2014. Disponível em:

<https://www.seo.org.br/images/KatiaSausendaMotta.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A Coerção na ausência da lei: posseiros e invasores nos Oitocentos (1822-1850). In: ASSIS, Angelo Adrian Faria de; *et al.* (Orgs.). *Desvelando o poder: Histórias de dominação – Estado, religião e sociedade*. Niterói, RJ: Vício de Leitura, 2007.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestão do conflito 1795-1824*. São Paulo, Alameda, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do Poder: Conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; APERJ, 1998.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas Bandas D'além: Fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora 1808-1888*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Posse. (Verbetes). In: MACHADO, M. M. *et al.* (Orgs.). *Novo Dicionário da Terra*. Niterói, RJ: Proprietas, 2023.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Proprietários de terras e arrendatários-escravistas em uma região produtora de gêneros alimentícios (São Gonçalo 1808-1892). *Revista Arrabaldes*, Petrópolis (RJ), n. 2, set.-dez. 1988.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Sesmarias e o mito da primeira ocupação*. 2004.

Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/86898/1/sesmarias_mito_motta.pdf. Acesso em: 15 mar 2024.

MOTTA, Márcia Maria Menendes; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). *Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos*. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2011.

MOTTA, Márcia; PARGA, Pedro (Orgs.). *Intelectuais e a questão agrária no Brasil*. Seropédica; Lisboa: Ed. UFRRJ; Proprietas, 2020.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Formação social do Brasil: etnia, cultura e poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Agrária e História Regional na Perspectiva Econômica*. [S. d.]. Disponível em:

<https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/legislacao/artigos/HISTORIA%20AGRA%20RIA%20E%20HISTORIA%20REGIONAL.pdf>. Acesso em: 8 maio 2023.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e Região: Tópicos de História Regional e Local. In: *Ponta de Lança: história, memória & cultura*, São Cristóvão (SE), UFSE, v. 1, n. 2, abr.-out. 2008.

NICOLAU, André. Leis para os que se vão buscar: o engajamento de colonos nos Açores do século XIX. In: SILVA, Susana Serpa; SOUSA, Fernando de; FERREIRA, Diogo (Coord.). *Em torno da e(i)migração ibérica para as Américas: práticas associativas e turismo de raízes*. Açores: Letras Lavadas, 2022.

NUNES, Francivaldo Alves. Inventários e Partilhas. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). *Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos*. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2011.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2011.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. Famílias Proprietárias e Estratégias de Poder Local no Século Passado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 9, n. 17, set. 1988-fev. 1989.

PARANHOS, Paulo. Por Detrás daquelas montanhas: uma história de Teresópolis. *Revista da ASBRAP*, n. 17, p. 78-79, 2011.

PERES, Wanderley. *A Estrada de Ferro Therezopolis*. Pró-memória Teresópolis. Teresópolis, RJ: [S. n.], 2009.

PERES, Wanderley. *Viagem ao Passado: Relatos de viagens a Serra dos Órgãos entre 1820-1920*. Teresópolis, RJ: [S. n.], 2022.

PESSÔA, Rafaelle Gonçalves dos Santos. *O pensamento social brasileiro e o latifúndio: um debate sobre a propriedade da terra e a questão agrária nos anos de 1960*. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2019.

- PINTO, Francisco Eduardo. Cartas de Sesmarias. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). *Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos*. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2011.
- PINTO, Paula Chaves Teixeira, *De Minas para a Corte. Da corte para Minas: Movimentações familiares e trocas mercantis 1790-1880*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2014.
- QUAGLINO, Maria Ana; ARAUJO, Alcíria. *Sertões do Macacu: guia do patrimônio documental da Região Centro-Norte Fluminense*. Nova Friburgo-RJ: [S. n.], 2013.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- RODRIGUES, Pedro Parga Rodrigues. *As frações da classe senhorial e alei hipotecária de 1864*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2014.
- RODRIGUES, Pedro Parga. A Lei de Terras de 1850 e os Relatórios do Ministério da Agricultura entre 1873-1889. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 103-117, jul.-dez. 2017.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo (1850-1888)*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 1994.
- SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A Igreja e a construção do Estado no Brasil imperial. *Anais do [...] Simpósio Nacional de História, XXVII*. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370381911_ARQUIVO_AIgrejaaeConstrucao doEstadonoBrasilimperialANPUH-REV.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.
- SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro dos. Juizes de paz no Império do Brasil: análise da experiência da magistratura leiga e eletiva na Província da Paraíba (1824-1840). *Temporalidades*, UFMG, v. 6, n. 1, jan.-abr. 2014.
- SANTOS, José Antônio. *As Freguesias: História e Actualidade*. Oeiras: Celta, 1995.
- SANTOS, Noronha; BERGER, Paulo. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.
- SCHETTINI, Vitória; CARDOSO, Vinícius Maia. Tropas e tropeiros no Sertão do Macacu na segunda metade do século XVIII: mercadorias, rotas e caminhos. In: AMANTINO, Márcia;

FRANCO, Maria da Conceição Vilela; SCHETTINI, Vitória (Orgs.). *Povoamento, sociedade e escravidão na antiga Macaé e em Cantagalo, séculos XVIII-XIX*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2023.

SEDLACEK, Guilherme Babo. *Companhia Estrada de Ferro Therezopolis: uma empresa do encilhamento em meio a política republicana fluminense (1890-95)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2012.

SILVA, Márcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015.

SILVA, Marcio Antônio Both da. O agrário, o moderno e o império: legislação agrária e modernização da agricultura no Brasil do século XIX (1850-1889). In: MOTTA, Márcia; PICCOLO, Monica (Orgs.). *O Domínio de Outrem: Propriedades e direitos no Brasil (séculos XIX e XX)*. Vol. 2. São Luís; Rio de Janeiro: Ed. UEMA; Proprietas; Nós por cá tudo bem; FAPERJ, 2017.

SILVA, Susana Serpa. A emigração açoriana para o Brasil, por meados do século XIX, e a questão da “escravatura branca”. *História: Questões & Debates*, v. 56, n. 1, ago. 2012.

TEIXEIRA, Adriano Braga, Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. *Revista Mal-Estar e Sociedade*, Barbacena (MG), ano V, n. 8, p. 63-83, jan.-jun. 2012.

TRINDADE, André Karam; ROSENFELD, Luis; CALGARO, Júlia Marmentini. Constituição, Absolutismo e Liberalismo: Um retrato da magistratura imperial em o juiz de paz na roça, de Martins Pena. *Revista Brasileira de Direito*, IMED – Faculdade Meridional, Passo Fundo (RS), 2015.

VIEIRA, Rosangela de Lima. Como Fazer “Análise de Conjuntura” numa Abordagem Histórica. In: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. D. (Orgs.). *A conjuntura econômica e política brasileira e argentina*. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2015.

WAGNER, Ana Paula. Uma vida em comum: africanos libertos e seus arranjos familiares em Desterro (1800-1819). In: BRANCHER, Ana Lice; AREND, Sílvia Maria Fávero (Orgs.). *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.